

Demonstrações Financeiras e
Relatório da Administração da
Eletrobras Furnas
2015



Eletrobras
Furnas

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2015

COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Conselho de Administração

José da Costa Carvalho Neto
PresidenteFlavio Decat de Moura
Francisco Romário Wojcicki
Leonardo dos Santos Pessoa
Manoel Carlos de Castro Pires
Vladimir Muskatirovic

Conselho Fiscal

Sonia Regina Jung
PresidenteFabiana Magalhães Almeida Rodopoulos
Ticiane Freitas de Sousa
TitularesGuilherme Furst
Maria Betânia Gonçalves Xavier
Pedro Paulo da Cunha
Suplentes

Diretoria Executiva

Flavio Decat de Moura

Diretor-Presidente

Cesar Ribeiro Zani

Diretor de Operação e Manutenção

Flavio Decat de Moura

Diretor de Administração

Nilmar Sisto Foletto

Diretor de Finanças

Olga Côrtes Rabelo Leão Simbalista

Diretora de Gestão de Novos Negócios e de Participações

Flávio Eustáquio Ferreira Martins

Diretor de Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implantação de Empreendimentos

MENSAGEM DO DIRETOR-PRESIDENTE

Apesar dos cenários macroeconômico e hidrológico desfavoráveis, continuamos em 2015 nossa trajetória de recuperação da lucratividade e da geração de caixa verificada antes da prorrogação das concessões sob o novo regime econômico instituído pela Lei nº 12.783/2013.

Em termos de geração de caixa, praticamente atingimos os mesmos níveis pré-prorrogação das concessões. Quanto ao resultado, só não foi positivo em face do registro de provisões na realização de investimentos em participação, atendendo a critérios extremamente conservadores de avaliação.

Estes resultados somente foram possíveis porque mantivemos o foco na eficiência das operações, na otimização dos processos, na busca por melhorias contínuas e consequente redução de custos.

Do ponto de vista macroeconômico, 2015 foi um ano de abrandamento, que impactou diretamente o consumo de energia elétrica. O Brasil registrou uma redução de 2,1% face a 2014.

O cenário hidrológico persistiu abaixo dos registros históricos médios, já que tivemos um dos piores períodos úmidos dos últimos 85 anos. Esse contexto afetou diretamente o custo das geradoras, que ficaram expostas a um *Generation Scaling Factor* (GSF) de 85,1%, percentual pior que o registrado em 2014, de 90,6%. O mecanismo de repactuação do risco hidrológico, disposto na Lei nº 13.203/2015, à qual Furnas decidiu aderir em dezembro último, veio atenuar parcialmente esses impactos.

Seguimos firmemente com o nosso objetivo de ser uma empresa integrada de referência no mercado energético brasileiro, com enfoque nos negócios de Geração, Transmissão, Comercialização e Serviços de Energia. Nesse sentido, demos importantes passos em 2015.

Persistimos no objetivo de manter excelência operacional, condição essencial para a eficácia de nossa contribuição ao progresso do País. Para tanto, continuamos a investir em nossas usinas, linhas de transmissão e subestações por meio de amplo programa de melhoria e modernização destinado a manter essas instalações nos mais altos padrões de qualidade e confiabilidade.

A aderência aos princípios de sustentabilidade prossegue em temas essenciais para a boa gestão do nosso negócio, como transparência, ética, direitos humanos, proteção ao meio ambiente, combate à corrupção, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo.

As decisões tomadas por Furnas, em seus negócios, operações e relacionamentos, são orientadas por olhar amplo e sistêmico, que considera as variáveis econômicas, sociais e ambientais de maneira integrada. Com este entendimento, a Empresa tem dado enfoque às ações de comunicação direcionadas às comunidades próximas aos seus empreendimentos. Destaque para o Furnas Educa, programa de educação ambiental e eficiência energética, que levou conhecimento a cerca de 500 mil crianças e adolescentes em todo o País.

A Empresa entende que, para ser sustentável e garantir, simultaneamente, a perenidade dos negócios e a geração de valor aos públicos de interesse, o equilíbrio desses três fatores deve ser perseguido e habilitado por relações pautadas pela ética e pela transparência.

Com esta convicção, e embora tenhamos objetivos de expansão de nossos negócios, abstivemo-nos da disputa de novos empreendimentos em leilão no exercício de 2015, de forma a resguardar nossa disponibilidade de caixa e manter fortalecidas as finanças da Empresa. Nesse ínterim, tratamos de aprimorar a estrutura de gestão das participações que Furnas possui em Sociedades de Propósito Específico, reforçando a qualificação dos profissionais envolvidos e aperfeiçoando os mecanismos de governança da Empresa com respeito às sociedades.

Como consequência de um trabalho sério e comprometido com a transparência de suas informações, Furnas recebeu, pela quinta vez, a premiação Destaque do Troféu Transparência do XIX Prêmio Anefac/Fipecafi/Serasa-Experian, concedido pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade, na Categoria Empresas de Capital Fechado, sendo também homenageada como destaque em sua categoria pela qualidade de suas demonstrações financeiras no exercício de 2014.

Adicionalmente, desde 2003, somos signatários do Pacto Global, uma iniciativa da Organização das Nações Unidas para estimular empresas a incorporar práticas de responsabilidade social corporativa.

Importante destacar que, em 15 de dezembro, a ANEEL aprovou os resultados da fiscalização do Laudo de Avaliação para fins de indenização dos ativos ainda não amortizados que, a preços atuais, alcançam valores muito expressivos. Ainda com respeito a receitas de Transmissão, temos expectativa de lograr igual êxito em nosso pleito de reconhecimento, pela Aneel, da receita de controle de reativo, ressaltando ser Furnas responsável por quase 50% da atividade de controle de reativo no âmbito do Sistema Interligado Nacional.

Terminamos o ano com a sensação de dever cumprido e de que fizemos tudo o que era necessário para contornar os efeitos do cenário externo. Todos os nossos movimentos nos ajudaram a registrar avanços importantes no caminho do ajuste da Empresa ao novo cenário regulatório. O EBITDA alcançou R\$ 1,8 bilhão, correspondendo a uma margem EBITDA de 28%, nível este superior ao verificado no último ano da vigência dos contratos prorrogados, expressando o sucesso das iniciativas de ajuste empreendidas.

Este desempenho do EBITDA permitiu a realização dos programas de investimento e inversões mantendo a solidez financeira e um nível de endividamento saudável.

O resultado ainda não foi positivo em face do registro de provisões conservadoras na realização de investimentos em parceria. O prejuízo apurado, de R\$ 70 milhões, foi 83% inferior ao registrado no exercício anterior e em clara trajetória de retorno à lucratividade, superando os impactos ocasionados pela prorrogação das concessões.

Finalizando, apesar de todos os desafios e complexidades do setor elétrico, temos confiança no futuro e contamos com o apoio dos nossos colaboradores e dos nossos acionistas para que Furnas continue a ser reconhecida como uma grande empresa brasileira de energia, mais sólida e competitiva, de uma sociedade mais justa e de um País cada vez mais desenvolvido e sustentável.

Viva Furnas!

PERFIL DA EMPRESA

Com 58 anos de história, Furnas é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, cujo principal acionista é a União. Desta forma, caracteriza-se também como empresa de economia mista vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). Foi criada em 28 de fevereiro de 1957 pelo Decreto nº 41.066, para construir e operar a primeira usina hidrelétrica de grande porte no Brasil, bem como o sistema de transmissão associado interligando Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

Furnas atua na geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, com instalações em regiões abrangidas pelo Distrito Federal e pelos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Pará, Tocantins, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Ceará e Bahia. Em parceria com empresas estatais e privadas, Furnas participa de empreendimentos de geração e transmissão de fundamental importância para garantia do aumento da oferta de energia elétrica no País.

Integram seu parque gerador 30 usinas próprias ou em parceria com a iniciativa privada, das quais: a) 20 são hidrelétricas, sendo 4 próprias, 6 sob administração especial – afetadas pela Lei nº 12.783/2013, 2 em parceria com a iniciativa privada e 8 em regime de participação em Sociedades de Propósito Específico (SPEs), com potência instalada total de 14.842,5 MW; b) 3 são eólicas em regime de participação em SPEs, com potência instalada total de 187,04 MW; c) 5 são Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), com potência instalada total de 22,31 MW; e d) 2 são termelétricas, com 530 MW de potência instalada total. Este parque gerador supre 15.581,85 MW de potência instalada ao mercado de energia elétrica brasileiro, dos quais Furnas detém 11.161,17 MW.

O parque transmissor concentra 24.154 km de linhas, das quais 4.247 km sob a forma de participação em SPEs, possuindo ainda 70 subestações, com capacidade de transformação total de 119.118 MVA, já incluídos 15.750 MVA referentes a 20 subestações de suas investidas.

Um dos destaques do exercício de 2015 foi a entrada em operação de três novas Unidades Geradoras (UGs) na UHE Santo Antônio e duas na UHE Teles Pires, agregando, conjuntamente, 940,39 MW de potência instalada à capacidade de geração do País.

A produção de energia foi de 40.174 GWh, dos quais 18.908 GWh gerados por usinas próprias, afetadas ou não pela Lei nº 12.783/2013, e 21.266 GWh por usinas de investidas.

Além de responsável pela Operação e Manutenção (O&M) de grande parte destes empreendimentos, a Empresa atua, ainda, na comercialização de energia elétrica, tendo efetuado, em 2015, a compra de 3.536 GWh e a venda de 38.831 GWh, em total comercializado de 42.367 GWh.

Ao longo do exercício de 2015, Furnas investiu um total de R\$ 1.652 milhões, dos quais R\$ 729 milhões em empreendimentos próprios e R\$ 923 milhões em SPEs nas quais possui participação.

O desempenho de Furnas ao final do exercício evidenciou EBITDA ajustado individual de R\$ 1.799 bilhão e resultado líquido negativo da ordem de R\$ 70 milhões. Apesar de ainda não ser positivo, ficam evidenciados os esforços de recuperação dos impactos ocasionados pela prorrogação das concessões sob a égide do novo regime econômico instituído pela Lei nº 12.783/2013.

A excelência em Operação e Manutenção credenciou a Empresa a se engajar, nos últimos anos, em grandes projetos, com destaque para sua participação na implantação da UHE Santo Antônio, da linha de transmissão em corrente contínua de 600 kV que liga aquela usina ao Sudeste, e da linha de transmissão em corrente contínua de 800 kV que escoará, igualmente para o Sudeste, a energia da usina de Belo Monte, em construção no Estado do Pará.

A médio prazo, o sistema elétrico do País terá sua capacidade de geração ampliada com a entrada em operação das próximas UGs das UHEs Santo Antônio e Teles Pires e com a conclusão da UHE São Manoel e da PCH Anta, além da construção de 43 novos parques eólicos. Serão 3.895,73 MW de potência instalada adicional, fruto de investimentos próprios e de parcerias com a iniciativa privada. Adicionalmente, a Empresa participa da construção de 4.883 km de novas linhas de transmissão e realiza importantes obras de ampliação em inúmeras instalações existentes.

Quanto à força de trabalho, Furnas vem ajustando seu quadro para um novo contexto setorial. A Empresa contava, ao final do exercício de 2015, com 3.548 empregados efetivos e 1.178 não efetivos, contra 3.517 e 1.330, respectivamente, no exercício anterior.

Furnas pauta sua atuação pelo compromisso com o bem-estar da sociedade e pelo respeito e cuidado com o meio ambiente e com as comunidades. A Empresa também mantém programas de preservação da biodiversidade, de conservação do patrimônio arqueológico, histórico e cultural e de uso racional da energia, além de ações sociais e de apoio à cultura brasileira.

Na figura a seguir, são representados, na posição de 31 de dezembro de 2015, todos os empreendimentos de Furnas, próprios e em parceria, estes últimos com informação do respectivo percentual de participação.

MAPA DE EMPREENDIMENTOS

| Propriedade Integral | | Parcerias | | |
|---|--|---|--|---|
| Geração | Transmissão | Geração Hidráulica | Complexo Geração Eólica | Transmissão |
| UHE Itumbiara 2.082 MW | 7 SEs Associadas a Usinas | UHE Serra da Mesa 1.275 MW 48,46% | Brasventos 3 parques eólicos 187 MW 24,5% | Cia. de Transmissão Centroeste de Minas 345 kV 49% |
| UHE Mascarenhas de Moraes 476 MW | 1.148 km de LTs | UHE Manso 212 MW 70% | Fortim 5 parques eólicos 115,2 MW 99,99% | Cia. Transleste de Transmissão 345 kV 24,5% |
| UHE Simplicio 305,7 MW | SE Zona Oeste 500/138 kV | UHE Peixe Angical 498,75 MW 40% | Famosa 4 parques eólicos 85 MW 49% | Cia. Transudeste de Transmissão 345 kV 25% |
| UHE Batalha 52,5 MW | LT Bom Despacho 3 – Ouro Preto 2 500 kV – 180 km | UHE Baguari 140 MW 15% | Punaú 7 parques eólicos 132 MW 49% | Cia. Transirapé de Transmissão 230 kV 24,5% |
| UTE Santa Cruz 500 MW | LT Mascarenhas-Linhares 230 KV – 99 km | UHE Retiro Baixo 82 MW 49% | Baleia 6 parques eólicos 113,2 MW 49% | Transenergia São Paulo S.A. 500/138 kV 49% |
| UTE Campos 30 MW | LT Xavantes-Pirineus 230 kV – 50 km | UHE Foz do Chapeão 856 MW 40 % | Famosa III 5 parques eólicos 125 MW 90% | Transenergia Renovável S.A. 230 kV 49% |
| PCH Anta 28 MW | | UHE Serra do Fação 212 MW 49,47% | Itaguaçu da Bahia 10 parques eólicos 280 MW 49% | Goiás Transmissão S.A. 500/230 kV 49% |
| Empreendimentos sob Administração Especial – Lei nº 12.783/2013 | | UHE Três Irmãos 807,50 MW 49,9% | Acarau 3 parques eólicos 72 MW 90% | Caldas Novas Transmissão S.A. 345/138 kV 49,9% |
| UHE Furnas 1.216 MW | 34 SEs 6 SEs Associadas a Usinas | UHE Santo Antônio 3.568 MW 39% | Serra do Mel 3 parques eólicos 84 MW 90% | MGE Transmissão S.A. 500/345 kV 49% |
| UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho 1.050 MW | 18.758,5 km de LTs | UHE Teles Pires 1.820 MW 24,5% | | Interligação Elétrica do Madeira S.A. ±600 kV 24,5% |
| UHE Porto Colômbia 320 MW | | UHE São Manoel 700 MW 33,33% | | Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A. 500/138 kV (Luziânia) 230/69 kV (Niquelândia) 49% |
| UHE Marimbondo 1.440 MW | | UHE Inambari 2.000 MW 19,6% | | Energia Olímpica S.A. 49,9% |
| UHE Funil 216 MW | | | | Paranaíba Transmissora de Energia S.A. 500 kV 24,5% |
| UHE Corumbá I 375 MW | | | | Triângulo Mineiro Transmissora S.A. 500 kV 49% |
| PCH Neblina 6,468 MW | | | | Vale do São Bartolomeu Transmissora S.A. 500/345/230 kV 39% |
| PCH Sinceridade 1,416 MW | | | | Mata de Santa Genebra Transmissora S.A. 500 kV 49,9% |
| PCH Dona Rita 2,41 MW | | | | Lago Azul Transmissora S.A. 230 kV 49,9% |
| PCH Ervália 6,970 MW | | | | Belo Monte Transmissora de Energia S.A. ± 800 kV 24,5% |
| PCH Coronel Domiciano 5,040 MW | | | | Transenergia Goiás S.A. 230 kV 99% |

Concluído – Aguardando LO
Em operação
Em operação parcial
Em construção
Empreendimento suspenso

CENÁRIO SETORIAL

O consumo de energia elétrica no País, em 2015, foi afetado pelo cenário desfavorável da atividade industrial e elevação da tarifa média de eletricidade aos consumidores, tendo totalizado 464,7 mil GWh, com queda de 2,1% em relação ao verificado em 2014, segundo dados divulgados pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

A categoria comercial, que representa 19,5% do mercado brasileiro, cresceu 0,6%, distanciando-se da taxa média de crescimento anual realizada nos últimos anos (superior a 6% a.a.).

O segmento residencial, com participação de 28,3% no total, apresentou retração de 0,7%, a primeira queda da classe após o racionamento de 2001/2002, resultado este atribuído às condições desfavoráveis de emprego, renda e crédito que frearam a aquisição de novos eletrodomésticos.

Já o consumo industrial, que responde por 36,5% do total, registrou queda de 5,3%, reflexo do comportamento da indústria nacional, evidenciando a retração generalizada dos maiores segmentos industriais no País.

O Sudeste, com participação de 50,5% no mercado brasileiro, apresentou o pior desempenho, com queda de 3,3% no consumo total, fruto, sobretudo, da retração verificada no segmento industrial.

Na Região Sul, com 17,7% de participação, o comportamento também foi negativo, redução de 3,3%, refletindo a queda da produção em ramos industriais importantes.

Por outro lado, o Centro-Oeste, que corresponde a 7,5% do mercado nacional, apresentou elevação de 0,8% no consumo total, com maior contribuição das categorias residencial e comercial.

A Região Norte, que representa 7,2% do consumo nacional, obteve crescimento de 3,3%, também resultado do bom desempenho das classes comercial e residencial.

Por fim, no Nordeste, que corresponde a 17,1% do mercado nacional, a queda foi de 0,9%, fruto da combinação de forte recuo do segmento industrial com fraco desempenho da classe residencial.

Leilões e Novos Investimentos

Em 2015, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) realizou seis Leilões de Energia Nova, que irão agregar cerca de 5,4 GW ao Sistema Interligado Nacional (SIN) nos próximos cinco anos. Os projetos licitados demandarão investimentos da ordem de R\$ 20 bilhões. No exercício, a Aneel realizou, também, a relicitação de 6,1 GW de capacidade instalada de empreendimentos hidrelétricos, conforme determinado pela Lei nº 12.783/2013. A empresa China Three Gorges Brasil Energia arrematou o maior lote, que continua as UHEs Ilha Solteira (3.444,0 MW) e Jupiaí (1.551,2 MW).

Para 2016, estavam previstos, ao final de 2015, diversos Leilões de Energia Nova e Transmissão, sendo o primeiro de Geração estimado para ocorrer em 31 de março, e o de Transmissão em 18 do mesmo mês. Para o primeiro certame de Novos Empreendimentos de Geração, foram cadastrados na EPE 47.623 MW, distribuídos em 1.055 projetos.

No horizonte decenal, estão previstos investimentos de R\$ 376 bilhões, sendo R\$ 268 bilhões para Geração e R\$ 108 bilhões para Transmissão. Na Geração, o destaque deverá ser a UHE São Luiz de Tapajós, com potência instalada de 8.040 MW.

CHAMADA PÚBLICA

Com relação a novos negócios, em decorrência de sua condição de empresa de economia mista e da busca de transparência na prospecção de novas oportunidades, Furnas pratica a Chamada Pública de Novas Oportunidades de Negócios como mecanismo de seleção de potenciais parceiros.

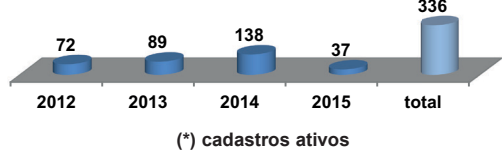
Em dezembro de 2015, a Chamada Pública de Novas Oportunidades de Negócios registrava 95 cadastros ativos de investidores interessados em parcerias para os leilões de Transmissão e Geração em diversas fontes, bem como 336 cadastros ativos de empreendedores, dos quais destacavam-se 148 projetos eólicos e 101 de energia solar.

No total, cerca de 18.000 MW em projetos inscritos para participação em leilões de geração hidráulica, térmica convencional, térmica à biomassa, eólica, solar e via resíduos sólidos, conforme ilustrado nos quadros a seguir.

Resumo dos Cadastros – Empreendedores

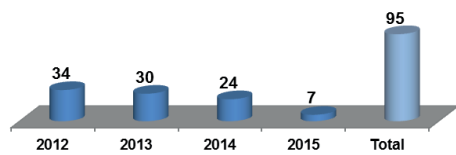
| Número de Cadastros | | Número de Empresas Cadastradas | |
|---------------------|-----------------|--------------------------------|-------------------|
| Tipo de Cadastro | Nº de Cadastros | Tipo de Cadastrado | Nº de Cadastrados |
| Empreendedores | 336 | Empreendedores | 162 |
| Investidores | 95 | Investidores | 95 |
| Total | 431 | Total | 257 |

Número de Empreendedores cadastrados até Dez/2015 (*)



(*) cadastros ativos

Número de Investidores e FIPs cadastrados até Dez/2015 (*)



(*) cadastros ativos

| Projeto | Nº de Cadastros | % |
|------------------------------------|-----------------|--------------|
| Geração | 307 | 91,4 |
| Eólica | 148 | 44,0 |
| Solar | 101 | 30,1 |
| Pequena Central Hidrelétrica (PCH) | 36 | 10,7 |
| UTE Biomassa | 4 | 1,2 |
| UTE Gás Natural | 9 | 2,7 |
| UTE Resíduos Sólidos | 6 | 1,8 |
| UTE Carvão | 3 | 0,9 |
| Alienação de Ativos | 29 | 8,6 |
| Linhas de Transmissão (LTs) | 2 | 0,6 |
| Eólica | 16 | 4,8 |
| PCH | 7 | 2,1 |
| UHE | 3 | 0,9 |
| Solar | 1 | 0,3 |
| Total | 336 | 100,0 |

AMBIENTE REGULATÓRIO

O Ambiente Regulatório de 2015 foi marcado pelo cenário hidrelétrico adverso, tendo-se os geradores de energia elétrica deparado com grandes perdas financeiras, oriundas da exposição ao Mercado de Curto Prazo. Nesse contexto, a renovação/licitação de concessões vincentas permeou as atividades regulatórias ao longo do ano de 2015.

Repactuação do Risco Hidrológico - Lei nº 13.203/2015

A Lei nº 13.203/2015, fruto de conversão da MP 688/2015, estabeleceu as condições para transferência do risco hidrológico dos geradores de energia elétrica para os consumidores, por meio das bandeiras tarifárias.

A transferência voluntária do risco dos geradores para o consumidor se dará mediante o pagamento de prêmio de risco e a cessão dos direitos e obrigações dos geradores referentes à liquidação da energia secundária e ao deslocamento de geração hidrelétrica, decorrentes dos ajustes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), no Mercado de Curto Prazo. Outra condição imposta pelo governo para a repactuação é a desistência das ações judiciais em que seja requerida a isenção ou mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE.

Aderindo o gerador à repactuação, será calculado o ativo regulatório, valor correspondente à exposição, no Mercado de Curto Prazo, incomida durante o ano de 2015, o qual será ressarcido ao gerador mediante postergação no pagamento do prêmio de risco.

Os geradores com Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs) que aderirem à repactuação poderão optar entre três classes de produtos: P, na qual o gerador permanece com a propriedade da energia secundária; SP, onde a energia secundária também é transferida ao consumidor; e SPR, em que, além da energia secundária, o gerador transfere ao consumidor o risco de redução da garantia física. Para cada produto, o gerador deve escolher entre percentuais de transferência de risco para o consumidor, que variam de 0% a 11% para os produtos S e SP, e de valor fixado em 11% para o produto SPR.

No ambiente de livre comercialização, a repactuação se dará pela contratação de 5% a 11% de sua garantia física em energia de reserva.

Fundo de Energia do Sudeste e do Centro-Oeste – Lei nº 13.182/2015

Em 3 de novembro de 2015, foi publicada a Lei nº 13.182/2015, objeto da conversão da Medida Provisória nº 677/2015, a qual autoriza Furnas a participar do Fundo de Energia do Sudeste e do Centro-Oeste (FESC), com o objetivo de prover recursos para a implementação de empreendimentos de energia elétrica.

A Lei estabelece também que, observadas as condições dispostas no normativo, a concessão da UHE Itumbiara será prorrogada pelo prazo de até 30 anos a partir de 27 de fevereiro de 2020, afastado o prazo de antecipação previsto no Art. 12 da Lei nº 12.783/2013.

Deverão ser realizados leilões para a venda da garantia física associada à UHE Itumbiara, sendo celebrados contratos entre Furnas e os consumidores finais com unidades consumidoras localizadas no submercado Sudeste/Centro-Oeste, da classe industrial, produtores de ferroligas, de silício metálico ou de magnésio. Os referidos contratos terão início de suprimento em janeiro de 2016, 2017 e 2018, e término em 26 de fevereiro de 2035.

A partir de 27 de fevereiro de 2030, os montantes de energia contratados serão reduzidos à razão de um sexto a cada ano, observado o término do suprimento em 26 de fevereiro de 2035. Os montantes de energia correspondentes à referida redução passarão a ser destinados à alocação de cotas de garantia física de energia e de potência nos termos da Lei nº 12.783/2013, assim como qualquer energia descontratada.

A partir de 27 de fevereiro de 2035 e até o final do novo prazo de concessão da UHE Itumbiara, que se encerra em 27 de fevereiro de 2050, toda a garantia física da usina será destinada ao regime de cotas.

Os recursos do FESC virão de aportes de Furnas, oriundos da diferença entre a receita dos contratos acima mencionados e o valor da Receita Anual de Geração (RAG) calculado pela Aneel. O valor a ser aportado ao fundo será de: 88% da diferença, no período de 27 de fevereiro de 2020 a 26 de fevereiro de 2030; e 100% da diferença, no período de 27 de fevereiro de 2030 a 26 de fevereiro de 2035.

Os recursos do FESC deverão ser investidos, de acordo com a deliberação do Conselho Gestor do Fundo, em empreendimentos de Geração e Transmissão, respeitado o mínimo de 50% no Sudeste e no Centro-Oeste. Tais recursos serão de titularidade de Furnas, para implantação de empreendimentos por meio de SPEs nas quais tenha participação acionária de até 49%.

REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL

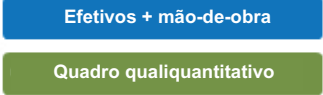
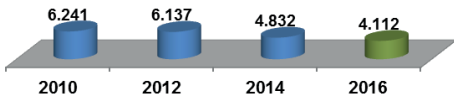
Na continuidade da reestruturação organizacional iniciada com o projeto PRO-Furnas, foi dado início, em janeiro de 2014, a novo projeto, também fruto de Convênio de Cooperação Técnica com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e com o apoio de consultoria da Roland Berger Strategy Consultants.

O novo projeto, denominado PRO-Furnas II, iniciou-se com a revisão e implantação de 219 iniciativas de otimização de processos identificadas no PRO-Furnas, das quais, até o final de 2015, 113 haviam sido concluídas.

O projeto também abrangeu a estruturação das áreas de recursos humanos e de tecnologia da informação com ênfase em um perfil mais estratégico, tendo em vista a absorção de suas atividades operacionais pelo Centro de Serviços Compartilhados (CSC).

Em outra frente de atuação, foi detalhado o Quadro Qualiquantitativo de Referência, definido em agosto de 2014 com o envolvimento do corpo gerencial da Empresa, que especificou, em nível de macroprocesso, processo e unidade organizacional, as necessidades de cada área no que tange ao número e perfil de colaboradores.

Quadro de Pessoal



Nota: Caso sejam considerados portadores de necessidades especiais, assessores externos, cedidos e estagiários, o quadro de 2014 totaliza 5.088 profissionais.

Ao definir seu quadro de referência com 4.112 vagas para 2016, Furnas sinaliza forte redução face à força de trabalho de 2010 e maior foco nos processos de negócio frente aos corporativos (quadro em processos de negócio passa a representar 62% do quadro total, contra 49% em 2010), resultado do processo de otimização e busca por excelência na gestão empresarial.

O ajuste do quadro de pessoal, em direção a sua referência, e a otimização de processos foram alinhados a uma realidade de custos de O&M compatíveis com a opção de renovação de concessões nos termos da Lei nº 12.783/2013.

Em sequência, o projeto avança em outra frente, voltada à real constituição do quadro, por meio de programas de mobilidade interna, capacitação e promoção, além de recrutamento externo de pessoal, sob a condução da área de recursos humanos.

O sucesso já obtido ensejou a criação de outros projetos, na busca de excelência de gestão e governança, com destaque para os recém-aprovados Plano de Geração de Valor (PGV), voltado à agregação de valor aos acionistas, e Plano de Gestão de Ativos (PGA), com enfoque regulatório e patrimonial, ambos visando à preservação e garantia da receita.

PLANO DIRETOR / PLANO DE NEGÓCIOS E GESTÃO (PNG)

O Plano Diretor é um guia de gestão que reflete compromissos da Empresa e do Conselho de Administração para com seus acionistas no que se refere a metas econômico-financeiras (receita, EBITDA, lucro líquido, dividendos), *covenants*, estratégias empresariais de crescimento e política de investimentos. Trata-se de visão plurianual, com objetivos e resultados a serem perseguidos. Para cumprir sua finalidade, contempla metas de curto, médio e longo prazo nos campos gerencial, administrativo, financeiro e operacional, assim como de investimentos no crescimento e expansão dos negócios.

O Plano Diretor passou por revisão para adaptação à nova realidade do setor elétrico brasileiro após a prorrogação das concessões de geração e transmissão de energia elétrica. Tal revisão visou essencialmente à recuperação das receitas e do EBITDA. A estratégia que vem sendo adotada para tanto envolve investimentos corporativos e parcerias para investimentos em projetos *greenfield*.

A Empresa vem atuando fortemente no sentido de otimizar suas receitas auferidas. Dessa forma, pode-se destacar as seguintes iniciativas: reconhecimento por parte da Aneel do direito de recebimento de indenização relativa à RBSE no montante de R\$ 9 bilhões (base dezembro de 2012) e reconhecimento da Potência Reativa na RAP, que, em 2018, deverá atingir o montante de R\$ 500 milhões.

Em 2014, a *Holding* introduziu nova estrutura de planos estratégicos para as empresas controladas. O documento que consolida os planos das empresas Eletrobras é denominado Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) e o plano individual de cada empresa é chamado de Plano de Negócios e Gestão (PNG).

O Plano de Negócios e Gestão de Furnas considera os investimentos (corporativos e inversões financeiras) para os próximos cinco anos. Estão previstos investimentos de aproximadamente R\$ 10,3 bilhões no mesmo período. Os investimentos já contratados atingem o montante de R\$ 5,3 bilhões, enquanto para os novos empreendimentos estão projetados em R\$ 5 bilhões.

Considerando os investimentos já contratados, o segmento Geração será responsável por R\$ 2,1 bilhões, enquanto a Transmissão receberá investimentos de R\$ 3,2 bilhões.

Por outro lado, os novos empreendimentos de Geração receberão investimentos de R\$ 4 bilhões e os de Transmissão receberão R\$ 1 bilhão.

As fontes de recursos para financiar os investimentos supracitados serão as seguintes:

- indenização oriunda da RBSE – R\$ 5,7 bilhões;
- reinversão de dividendos (Eletrobras) – R\$ 3,4 bilhões;
- financiamentos contratados junto ao BNDES – R\$ 350 milhões;
- financiamentos sem fontes definidas – R\$ 850 milhões.

No segmento Transmissão de energia, merece destaque a iniciativa de Furnas em busca da excelência operacional. Para tanto, está sendo implementado o Plano Geral de Empreendimentos de Transmissão em Instalações em Operação (PGET), para modernização do sistema de transmissão. O programa engloba a aquisição de novos equipamentos de transformação e de controle de tensão, a implantação de melhorias e reforços, destacando-se a modernização dos sistemas de proteção e dos equipamentos de manobra.

Os empreendimentos próprios ainda em implantação são as linhas de transmissão Mascarenhas-Linhares e Xavantes-Pireneus. A linha de transmissão Bom Despacho 3-Ouro Preto 2, ainda não energizada em 31 de dezembro de 2015, encontra-se pronta para operação comercial, aguardando apenas licença do órgão de meio-ambiente.

A expansão do sistema de transmissão via participação em SPEs envolve a construção de novas linhas de transmissão em um total de 4.554 km, com destaque para a linha de transmissão em corrente contínua de 800 kV que escoará para o Sudeste a energia da UHE Belo Monte, em construção no Estado do Pará.

No que se refere aos empreendimentos de Geração, o projeto corporativo remanescente é a PCH Anta (28 MW), com previsão de entrada em operação comercial ainda em 2016.

Os destaques relativos aos empreendimentos de Geração ora em implantação e de que Furnas participa via SPEs são os seguintes:

- até 31 de dezembro de 2015, na UHE Santo Antônio, entraram em operação comercial 35 Unidades Geradoras (UGs), das 50 existentes, no total de 2.498,55 MW de capacidade instalada. As 15 UGs ainda em implantação agregarão, em 2016, 1.069,45 MW de capacidade instalada ao sistema;
- a UHE Teles Pires tinha, na mesma data, 2 UGs em operação, das 5 previstas, montando a 727,92 MW de potência instalada, e com 1.091,88 MW ainda a entrarem em operação em 2016;
- a UHE São Manoel (700 MW) tem previsão de entrada em operação em 2018;
- os complexos eólicos Famosa, Fortim, Baleia, Punaú, Itaguaçu da Bahia, Serra do Mel, Famosa III e Acaraú, totalizando 1.006,4 MW de potência instalada, têm previsão de entrada em operação até 2018.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Furnas manteve a prioridade dada, desde o final de 2013, ao Planejamento Estratégico, com vistas a adequar-se ao novo cenário setorial mais desafiador e a estabelecer atuação ágil, competitiva, eficiente e rentável no cumprimento de seu papel institucional e no efetivo aproveitamento de oportunidades de mercado.

O monitoramento do desempenho dos objetivos constantes dos painéis estratégicos vem ocorrendo, desde maio de 2014, através da realização bimestral das Reuniões de Acompanhamento da Estratégia (RAEs), que contam com a participação da Diretoria, Assistentes e Superintendentes. Nestas, os desafios de cada área vêm sendo compartilhados, e compromissos de apoio entre áreas firmados, assim como pactuadas ações para correção de desvios.

Consolidado o monitoramento dos indicadores e iniciativas, a Empresa deu mais um passo para a maturidade de sua Gestão da Estratégia ao iniciar, em maio de 2015, o Ciclo de Aprendizado Estratégico. Com base em cenários e no quadro geral dos indicadores e iniciativas, os executivos de Furnas iniciaram processo de reflexão sobre a existência de lacunas e oportunidades de melhoria no conjunto de objetivos que traduzem a estratégia escolhida.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

As políticas e práticas de governança corporativa de Furnas possuem foco na transparência de gestão, em atitude respeitosa no relacionamento com todos os seus *stakeholders*, no tratamento equitativo e na prestação de contas clara e objetiva de sua atuação, sempre em alinhamento com seu Código de Ética.

O aprimoramento da governança corporativa é garantido por uma estrutura de gestão, práticas e instrumentos que seguem as recomendações do Manual de Organização da Empresa, no qual estão incluídos o Estatuto Social, o Regimento Interno, as Políticas e Normas de Organização, as diretrizes que norteiam a atuação dos Comitês Internos que apoiam a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, e as descrições de atribuições de todas as unidades formais de sua estrutura organizacional.

O modelo se fundamenta, também, na definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva no que se refere à formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da Empresa, bem como do Conselho Fiscal, na fiscalização dos atos e contas da Administração.

Estrutura Societária

Furnas, sociedade anônima de economia mista federal de capital fechado, enquanto subsidiária da Eletrobras, atende aos requisitos da Lei *Sarbanes-Oxley* (SOX) na prestação de informações para que a *Holding* possa manter a negociação das suas ações por meio de *American Depositary Receipts* (ADR) nível 2, bem como participar do *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI) da Bolsa de Nova York e no Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo (ISE – Bovespa).

Em 2015, o Capital Social de Furnas, no valor de R\$ 6.531.154.365,54 (seis bilhões, quinhentos e trinta e um milhões, cento e cinquenta e quatro mil, trezentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos) apresentou a seguinte composição:

| Acionista | Ação Ordinária | | Ação Preferencial | |
|--------------|-----------------------|---------------|-----------------------|---------------|
| | Quantidade | % | Quantidade | % |
| Eletrobras | 52.647.326.561 | 99,83 | 14.659.406.538 | 98,62 |
| Outros | 91.699.606 | 0,17 | 205.277.973 | 1,38 |
| Total | 52.739.026.167 | 100,00 | 14.864.684.511 | 100,00 |

Estrutura de Governança Corporativa

A governança corporativa de Furnas é assegurada pelos processos internos e relacionamentos da administração superior, constituída pela Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Auditoria Interna.

Em cumprimento ao disposto na legislação que regulamenta o funcionamento das sociedades anônimas, a Eletrobras contrata serviços de auditoria independente para todas as empresas do Sistema, com a finalidade de atestar a adequação de atos ou fatos para conferir confiabilidade a atividades mediante utilização de procedimentos técnicos específicos. No caso das demonstrações financeiras, tem por objetivo a emissão de pareceres sobre a adequação das contas da Empresa, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC) e com a legislação específica pertinente.

Assembleia Geral de Acionistas

Além dos casos previstos em lei, a Assembleia Geral de Acionistas reúne-se extraordinariamente para alienar, no todo ou em parte, ações de seu capital social ou de suas controladas; proceder à abertura e aumento do capital social; alienar debêntures de que seja titular, de empresas das quais participe e emitir debêntures conversíveis em ações; promover operações de cisão, fusão, transformação ou incorporação; permutar ações ou outros valores mobiliários; reformar o Estatuto Social; e deliberar sobre outros assuntos propostos pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal.

Em 2015, a Assembleia Geral Ordinária (AGO) ocorreu em 29 de abril para aprovar, entre outros assuntos, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras de 2014 e alterar a composição do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. E, em 27 de agosto, ocorreu uma Assembleia Geral Extraordinária (AGE) para eleição de Conselheiro de Administração, representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Conselho de Administração

Instância máxima da Administração de Furnas, o Conselho de Administração é composto por até seis membros, brasileiros, acionistas, com reputação ilibada e idoneidade moral, eleitos pela Assembleia Geral, os quais, dentre eles, designarão o Presidente do Conselho, todos com prazo de gestão de um ano, admitida a reeleição.

Dentre os membros do Conselho de Administração, é escolhido o Diretor-Presidente. Um dos membros do Conselho é indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e outro eleito como representante dos empregados, escolhido pelo voto direto de seus pares dentre os empregados ativos e em eleição organizada pela Empresa em conjunto com as autoridades sindicais que os representam, nos termos da legislação vigente, sendo o único membro do Conselho que possui suplente, obrigatoriamente eleito como companheiro de chapa do respectivo titular.

No exercício de 2015, este colegiado reuniu-se 23 vezes.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva constitui-se de um Diretor-Presidente e de cinco Diretores, gestores dos negócios da Empresa, brasileiros, eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de três anos, com direito a reeleição, e que exercem suas funções em regime de tempo integral, nas seguintes áreas de atividade: Presidência; Administração; Finanças; Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implantação de Empreendimentos; Operação e Manutenção; e Gestão de Novos Negócios e de Participações.

As decisões regulamentares e estatutárias da Diretoria Executiva são tomadas em reunião semanal e constituem o processo deliberativo em que as matérias de interesse de cada Diretoria são submetidas. Em 2015, foram realizadas 70 reuniões.

Conselho Fiscal

A atribuição do Conselho Fiscal é a de fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários. Compõe-se de três membros efetivos e respectivos suplentes, brasileiros, residentes no País, acionistas ou não, eleitos por AGO para mandato de um ano, podendo ser reeleitos, observando-se os requisitos e impedimentos fixados pela legislação vigente. Um de seus membros efetivos e respectivo suplente são indicados pelo Ministério da Fazenda, como representantes do Tesouro Nacional. Em 2015, este colegiado reuniu-se 13 vezes.

O Conselho Fiscal, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, emitiu dois pareceres no ano de 2015. O primeiro relativo à análise do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras do exercício de 2014, tendo sido favorável, com recomendação de aprovação por parte dos acionistas, na Assembleia Geral, e o segundo relativo às remunerações pagas aos diretores e conselheiros de Furnas, no período de abril de 2014 a março de 2015.

Gestão de Riscos

As atividades relacionadas a identificação e tratamento de riscos corporativos constituem importante instrumento estratégico e de gestão, fundamental para o processo de governança corporativa. A perfeita e tempestiva visão dos diversos fatores de risco e sua contínua e imediata divulgação permitem que toda a organização realize ajustes necessários para que se aumente seu grau de sustentabilidade e esta fique mais protegida de eventos indesejados ou que causem prejuízo, seja pecuniário, seja de imagem.

Em 2014, sob a supervisão direta da Diretoria de Finanças, foi realizada revisão da Matriz de Riscos Corporativos, alinhada com a do Sistema Eletrobras. Baseando-se nesta matriz, o Comitê de Gestão de Riscos priorizou 12 eventos de risco para o exercício de 2015. Destes 12, 2 já estavam entre os 4 eventos priorizados pela Eletrobras para o exercício de 2015, totalizando assim, 14 riscos priorizados para o biênio 2015-2016, como mostra a figura a seguir.



Utilizando nova metodologia de avaliação de riscos corporativos, Gestão Dinâmica de Riscos Corporativos (GDRC), que possibilita uma visão quantitativa e financeira dos mesmos, foram analisados 7 eventos de risco, os 4 definidos pela Eletrobras e mais 3 dos 10 restantes.

A exposição atual para esses sete eventos de risco apresentou os seguintes graus de mitigação, conforme tabela a seguir.

| Evento de Risco | Grau de Mitigação (%) |
|---|-----------------------|
| Novos Negócios e Leilões | 92 |
| Gestão de SPEs e Consórcios | 87 |
| Gestão Contábil de Ativos | 26 |
| Disponibilidade de Suprimentos Críticos | 55 |
| Gestão Ambiental | 43 |
| Gestão de Pessoas | 50 |

Os outros sete Eventos de Risco serão trabalhados em 2016 usando a nova metodologia. Está prevista aquisição de *software* que possibilitará a implantação de um sistema *online* para avaliação de risco mediante coleta de informações e tratamento dos riscos corporativos.

Controles Internos

Os sistemas de controles internos da Empresa permitem que cada área opere de forma eficiente e eficaz para oferecer garantia de que os processos, serviços e produtos estejam adequadamente protegidos. Tal método auxilia na mitigação de riscos

corporativos, no alcance de metas e no crescimento sustentável do negócio ao demonstrar maior transparência e credibilidade.

Desde 2010, a Eletrobras possui registro na Bolsa de Valores de Nova York com emissão de ADRs no nível II, exigindo de suas subsidiárias adequação aos requisitos da lei norte-americana *Sarbanes-Oxley* (SOX), em alinhamento com as melhores práticas de governança corporativa e gerenciamento de riscos.

A fim de certificar, anualmente, a eficácia do ambiente de controles internos no âmbito das Empresas Eletrobras, foram estabelecidos os controles mitigadores dos riscos aos quais a Empresa se encontra exposta. Para manter esta condição, a *Holding* deve entregar e divulgar anualmente suas demonstrações financeiras e a certificação anual de controles internos à *U.S. Securities and Exchange Commission* (SEC), dos EUA.

O escopo dos processos mais relevantes para a certificação SOX compreende os que possuem materialidade diante das demonstrações financeiras da Empresa. No ano de 2015, foram selecionados 29 processos, associados a: Gestão de Materiais, Gestão de Participações, Gestão de Recursos Humanos, Gestão Financeira, Compra e Venda de Energia, Processo de Tecnologia, Gestão de Contingências, Gestão Contábil, Gestão Tributária, Empréstimos e Financiamentos, Gestão de Ativo Fixo, Benefício Pós-emprego e Transação entre Partes Relacionadas.

No decorrer de 2015, o Conselho de Administração de Furnas aprovou um inédito programa, denominado Rumo ao Gap Zero, que mobiliza a Empresa e explicita o chamado “tom de cima”, o total e explícito compromisso e participação direta dos seus colegiados estatutários no processo.

O programa, em plena execução, prevê uma série de ações visando à otimização dos processos internos de gestão dos riscos e controles internos da Empresa, melhoria da interação e comunicação da área de controles internos e gestão de riscos com os gestores responsáveis pela implementação dos planos de ação de mitigação das deficiências e fraquezas materiais e, não menos importante, aumento da visibilidade e poder da área de gestão dos riscos e controles internos, com acesso direto e prioritário aos órgãos superiores de decisão.

Programa de Integridade (Compliance)

Em 2014, a Eletrobras aprovou o Manual de *Compliance* referente à Política Anticorrupção das Empresas Eletrobras, em atendimento à Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conhecida como Lei Anticorrupção Brasileira, e à *Foreign Corrupt Practices Act (FCPA)* - Lei contra Práticas de Corrupção no Exterior), à qual a *Holding* e suas subsidiárias estão sujeitas por terem suas ações listadas e negociadas na Bolsa de Valores de Nova York.

Em sequência, Furnas promoveu alteração de sua estrutura organizacional de forma a garantir alinhamento com o citado Manual e, em 10 de fevereiro de 2015, a adesão ao Manual foi aprovada pela Diretoria Executiva. Desde então, Furnas vem empreendendo uma série de ações de governança de forma a atender aos requisitos das leis brasileiras e norte-americanas de combate à fraude e corrupção.

No segundo semestre de 2015, a Controladoria Geral da União (CGU) deu início ao trabalho de Avaliação da Integridade em Empresas Estatais, tendo Furnas sido escolhida para participação em projeto-piloto, juntamente com Eletronorte, Banco do Nordeste do Brasil e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Este trabalho teve por objetivo avaliar as medidas de integridade existentes nessas empresas e promover seu aprimoramento com a finalidade de reduzir o risco de corrupção e fraudes, bem como aumentar a capacidade de detecção e remediação das irregularidades que pudessem ocorrer, além de, subsidiariamente, e a partir dos resultados obtidos, contribuir na elaboração do Guia de Integridade da CGU. Ao final, foi emitido, pela CGU, o Relatório de Integridade nº 201504023, com sugestões de melhorias para potencializar o sistema de integridade da Empresa. Tais sugestões estão consubstanciadas no Plano de Implantação do Sistema de Integridade de Furnas.

Após reuniões de Busca Conjunta de Soluções (com a participação de profissionais da CGU e de Furnas), aquela Controladoria solicitou que fosse elaborado um Plano de Ação para aprimoramento dos mecanismos de integridade, o qual deverá ser entregue até 30 de março de 2016, após aprovação nas instâncias internas competentes.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna é vinculada ao Conselho de Administração e promove o exame das atividades desenvolvidas pelas unidades organizacionais com o objetivo de analisar a gestão, verificar procedimentos, sistemas informatizados, registros e documentos, avaliando os controles existentes, bem como o cumprimento de diretrizes, normativos internos e preceitos da legislação vigente.

Em 2015, foram realizados 38 trabalhos de auditoria, oriundos do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (Paint) e de demandas especiais surgidas ao longo do exercício. Foram concluídos mais dois trabalhos referentes a 2014, o que resultou na emissão de 29 relatórios decorrentes da atuação direta da Auditoria Interna com resultados que visaram subsidiar a alta administração de importantes informações nas tomadas de decisão.

Em continuidade ao processo de adequação do ambiente de controle interno à lei norte-americana *Sarbanes-Oxley* (SOX), necessária à certificação do Sistema Eletrobras de conformidade àquela Lei, a Auditoria Interna realizou avaliação dos sistemas contábil e de controles internos da Empresa no exercício de 2015, em atendimento à avaliação dos riscos mais relevantes, determinados segundo a materialidade definida pela Eletrobras.

O relacionamento da Empresa com a Controladoria-Geral da União (CGU) e com o Tribunal de Contas da União (TCU) ocorre ao longo do exercício, para atender às demandas que fazem parte das atribuições dos referidos órgãos.

Comitês Internos

Colegiados permanentes compostos por representantes de cada diretoria, os 28 Comitês Internos apoiam a Diretoria Executiva no cumprimento das políticas internas de gestão, dentre os quais destacam-se: Coordenador de Planejamento Estratégico e Empresarial, Informática, Recursos Humanos, Pesquisa e Desenvolvimento, Seguros, Comercialização de Energia, Segurança da Informação, Comissão de Ética, Coordenação de Novos Negócios, Sustentabilidade Empresarial, Gestão de Riscos, e Permanente de Atendimento à Organismos Externos de Fiscalização (Caoef).

Políticas Internas

As Políticas Internas da Empresa são definidas por meio de instrumentos balizadores dos atos deliberativos da Diretoria Executiva, que cobrem os seguintes temas: Logística de Material, Informática, Gestão de Pessoas, Segurança Empresarial, Ambiental, Responsabilidade Social, Gestão de Frota de Veículos, Segurança da Informação, Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional, Segurança Patrimonial, Propriedade Intelectual, Gestão Sociopatrimonial, Gestão de Resíduos, Contratação e Gestão de Riscos e Controles Internos.

Princípios Éticos e Compromissos de Conduta

Desde 2010, Furnas adota o Código de Ética Único das Empresas do Sistema Eletrobras, o qual estabelece os princípios que norteiam os compromissos de conduta nas ações, comportamento e decisões profissionais de empregados, gerentes, diretores, membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, colaboradores, fornecedores e demais públicos de relacionamento.

O cumprimento dos princípios éticos e compromissos de conduta é monitorado pela Comissão de Ética, com o objetivo de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente a imputação ou o procedimento suscetível de censura, supervisionar os certames da Empresa e desenvolver atribuições definidas pela Presidência.

No Portal Ética, na *intranet*, encontram-se a legislação vigente, perguntas e respostas relativas à gestão da ética em empresas públicas, os serviços Fale Conosco e o Canal Consulta e Denúncia de Desvios Éticos e o monitoramento dos casos analisados pela Comissão de Ética, entre outras informações. Por força de lei, a Comissão de Ética possui canal exclusivo de atendimento por *e-mail*, recebendo também denúncias através da Ouvidoria.

Em 2015, a Comissão de Ética recebeu 28 denúncias, das quais, na data de 31 de dezembro de 2015 e após a devida análise, 1 encontrava-se em andamento, com 4 casos de Acordo de Conduta Pessoal e Profissional (ACPP), onde o empregado permanece monitorado durante dois anos por um dos membros da Comissão de Ética e, caso ocorra novamente o fato, recebe Censura Ética, encaminhada à área de recursos humanos. Os demais casos foram analisados, as devidas ações tomadas, e os casos foram arquivados.

Ouvidoria

A Ouvidoria de Furnas representa um instrumento de interação da Empresa com seus públicos interno e externo, atuando como canal institucional de comunicação e como mediadora na busca de solução de conflitos extrajudiciais, assim como instrumento de avaliação organizacional.

Desse modo, assegura que as expectativas e necessidades dos *stakeholders* sejam conhecidas e consideradas pelos gestores, contribuindo para a eficácia dos processos internos e da gestão de riscos da Empresa. Além de atender às exigências da Lei *Sarbanes-Oxley*, a Ouvidoria atua em consonância com as orientações da Ouvidoria Geral da União (OGU), estando comprometida com a política de sustentabilidade e com as boas práticas de governança corporativa.

O acesso à Ouvidoria é assegurado por meio de formulário eletrônico no *website* de Furnas, *fax*, telefone, pessoalmente, carta ou, ainda, algum outro documento. A Ouvidoria administra ainda o canal Fale com o Presidente, exclusivo para o público interno, voltado ao esclarecimento de dúvidas e encaminhamento de sugestões e comentários. Em todas as formas de comunicação, o nome do manifestante é mantido em sigilo e o conteúdo da mensagem tratado com seriedade, isenção e de forma reservada.

O Manual de *Compliance* referente à Política Anticorrupção das empresas Eletrobras definiu a Ouvidoria como o canal para recebimento de denúncias sobre quaisquer violações ou suspeitas de violação do Programa Anticorrupção e/ou da Lei Anticorrupção. Para tanto, foi revisto o procedimento de recebimento das manifestações, a fim de adequá-lo ao Manual, bem como ao Normativo da OGU/CGU sobre o tema, com vigência a partir de 2015.

Em 2015, foram enviadas aos três canais geridos pela Ouvidoria 1.097 demandas, sendo 951 manifestações postadas na Ouvidoria, 97 pedidos de informação dirigidos ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), dos quais 18 tiveram recursos, e 49 mensagens encaminhadas ao Fale com o Presidente.

As 951 manifestações são dos tipos: reclamação (323), solicitação (508), sugestão (13), denúncia (85) e elogio (22). No que tange à origem, das 951 manifestações registradas em 2015 na Ouvidoria, destacamos que 659 (69%) são de origem externa, 269 (28%), interna e 23 (3%) não identificadas.

Principais Relacionamentos de Furnas

Visando manter relacionamento com as entidades representativas no Setor de Energia Elétrica, a Empresa está presente nos principais fóruns e mantém relacionamento constante com instituições representativas, como: Ministério de Minas e Energia (MME), Eletrobras, Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Fundação Nacional do Índio (Funai), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), assim como com órgãos nas esferas estadual e municipal, em função de construir e operar empreendimentos situados em grande parte do território nacional.

Adicionalmente, Furnas participa de diversos fóruns e colabora com associações de classe, no País e no exterior, a saber: Centro Industrial do Rio de Janeiro (CIRJ) da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro (CREA-RJ), Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica (Abraconee), Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC), Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (Abrage), Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas (Abraget), Associação Brasileira de Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (Abrate), Associação Brasileira da Infraestrutura e das Indústrias de Base (Abdib), Associação Brasileira de Ensaios Não Destrutivos e Inspeção (ABENDI), Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeedica), Comitê Brasileiro do Conselho Mundial da Energia (CBCME), associado ao Conselho Mundial da Energia (*World Energy Council* – WEC), Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica (Cigré-Brasil), associado ao Conselho Internacional das Grandes Redes Elétricas (*Conseil International des Grands Réseaux Electriques* – Cigré), Comitê Brasileiro de Barragens (CBDB), associado ao Comitê Internacional de Grandes Barragens (*International Committee on Large Dams* – Icold), Associação Internacional de Hidroeletricidade (*International Hydropower Association* – IHA), entre outras.

GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Geração

Os quadros a seguir resumem os empreendimentos de Geração em operação:

| Usina / Localização | Capacidade Instalada (MW) | Participação Furnas (%) | Garantia Física (MW Médios) |
|--|---------------------------|-------------------------|-----------------------------|
| Hidrelétricas | | | |
| Propriedade Integral | | | |
| Batalha (GO/MG) | 52,50 | 100,00 | 48,80 |
| Itumbiara (GO/MG) | 2.082,00 | 100,00 | 1.015,00 |
| Marechal Mascarenhas de Moraes (MG) | 476,00 | 100,00 | 295,00 |
| Simplicio/Anta (RJ/MG) ⁽¹⁾ | 305,70 | 100,00 | 191,30 |
| Empreendimentos sob Administração Especial – Lei nº 12.783/2013 | | | |
| Corumbá I (GO) | 375,00 | 100,00 | 209,00 |
| Funil (RJ) | 216,00 | 100,00 | 121,00 |
| Furnas (MG) | 1.216,00 | 100,00 | 598,00 |
| Luiz Carlos Barreto de Carvalho (SP/MG) | 1.050,00 | 100,00 | 495,00 |
| Marimbondo (SP/MG) | 1.440,00 | 100,00 | 726,00 |
| Porto Colômbia (MG/SP) | 320,00 | 100,00 | 185,00 |
| Propriedade Compartilhada | | | |
| Manso (MT) | 212,00 | 70,00 | 92,0 |
| Serra da Mesa (GO) | 1.275,00 | 48,46 | 671,0 |
| Participação em Sociedades de Propósito Específico (SPEs) | | | |
| Baguari (MG) – SPE Baguari Energia S.A. | 140,00 | 15,00 | 80,02 |
| Foz do Chapecó (RS/SC) – SPE Foz do Chapecó Energia S.A. | 855,00 | 40,00 | 432,00 |
| Peixe Angical (TO) – SPE Enerpeixe S.A. | 498,75 | 40,00 | 280,50 |
| Retiro Baixo (MG) – SPE Retiro Baixo Energética S.A. | 82,00 | 49,00 | 38,50 |
| Santo Antônio (RO) – SPE Madeira Energia S.A. ⁽²⁾ | 2.498,55 | 39,00 | 2.424,20 |
| Serra do Facão (GO) – SPE Serra do Facão Energia S.A. | 212,58 | 49,47 | 182,40 |
| Teles Pires (PA/MT) – SPE TPP Participações S.A. ⁽³⁾ | 727,92 | 24,50 | 567,40 |
| Três Irmãos (SP) – SPE Tijoá Participações e Investimentos S.A. | 807,50 | 49,90 | 217,50 |
| Eólicas | | | |
| Participação em Sociedades de Propósito Específico (SPEs) | | | |
| Miassaba 3 (RN) | 68,47 | 24,50 | 22,84 |
| Rei dos Ventos 1 (RN) | 58,45 | 24,50 | 21,86 |
| Rei dos Ventos 3 (RN) | 60,12 | 24,50 | 21,07 |
| Termelétricas | | | |
| Propriedade Integral | | | |
| Roberto Silveira (Campos) (RJ) | 30,00 | 100,00 | 21,0 |
| Santa Cruz (RJ) | 500,00 | 100,00 | 401,2 |

⁽¹⁾ Não inclui potência instalada da PCH Anta, de 28 MW, ainda em implantação.

⁽²⁾ Capacidade instalada das 35 Unidades Geradoras (UGs) que entraram em operação até dezembro de 2015. A capacidade total da usina será de 3.568 MW quando todas as 50 UGs estiverem operando. A garantia física corresponde às UGs em operação.

⁽³⁾ Capacidade instalada das 2 Unidades Geradoras (UGs) que entraram em operação até dezembro de 2015. A capacidade total da usina será de 1.819,8 MW quando todas as 5 UGs estiverem operando. A garantia física corresponde às UGs em operação.

| Usina / Localização | Capacidade Instalada (MW) | Participação Furnas (%) | Garantia Física (MW Médios) |
|----------------------------|---------------------------|-------------------------|-----------------------------|
| PCHs ⁽¹⁾ | | | |
| Dona Rita (MG) | 2,41 | 100,00 | 1,03 |
| Neblina (MG) | 6,47 | 100,00 | 4,66 |
| Sinceridade (MG) | 1,42 | 100,00 | 0,35 |
| Coronel Domiciano (MG) | 5,04 | 100,00 | 3,59 |
| Ervália (MG) | 6,97 | 100,00 | 3,03 |

⁽¹⁾ Furnas foi designada como responsável pela prestação de serviço de O&M destas PCHs até a conclusão de novo processo licitatório, que se deu em 05/01/2016, tendo como vencedor o consórcio liderado pela Cemig. Entretanto, conforme cláusulas contratuais, a responsável pela O&M destas usinas até o dia 04/07/2016 ainda será Furnas.

Furnas é concessionária de duas UHEs com vencimento em 2020 e 2023, respectivamente Itumbiara e Mascarenhas de Moraes. A UTE Santa Cruz foi objeto, em 6 de julho de 2013, de declaração de interesse, por parte de Furnas, na prorrogação da concessão. Encontra-se em andamento a elaboração de Projeto Básico para contratação dos serviços necessários à conclusão do ciclo combinado. Neste contexto, sua potência foi reduzida de 932 MW para 500 MW, correspondendo esta redução à suspensão temporária, pela Aneel, das Unidades Geradoras (UGs) 3 e 4, conforme Despacho nº 3.263, de 19 de outubro de 2012.

Novos Projetos de Geração em Implantação

Furnas tem dado ênfase ao desenvolvimento e fortalecimento de parcerias com agentes de mercado que possuam foco em competitividade e mitigação de riscos naturais dos empreendimentos. Por meio de participação em SPes, a Empresa está à frente de três empreendimentos de geração hidráulica cuja conclusão agregará mais 2.861,33 MW ao sistema elétrico brasileiro. A seguir, suas características principais.

| SPE | Empreendimento | UF | Capacidade Instalada (MW) | Participação Furnas (%) | Garantia Física (MW Médios) | Entrada em Operação |
|--|-------------------|-------|---------------------------|-------------------------|-----------------------------|---------------------|
| Madeira Energia S.A. Teles Pires | UHE Santo Antônio | RO | 1.069,45 | 39,00 | 0,00 | 2016 ⁽¹⁾ |
| Participações S.A. Empresa de Energia São Manoel S.A | UHE Teles Pires | PA/MT | 1.091,88 | 24,50 | 363,30 | 2016 ⁽²⁾ |
| | UHE São Manoel | MT/PA | 700,00 | 33,33 | 421,70 | 2018 |

⁽¹⁾ Corresponde à capacidade instalada de 15 unidades geradoras que ainda não haviam entrado em operação em 31 de dezembro de 2015. Garantia física corresponde ao adicional das UGs em implantação. A capacidade total da usina será de 3.568 MW. Todas as UGs deverão estar operando ao final de 2016.

⁽²⁾ Corresponde à capacidade instalada de 3 unidades geradoras que ainda não haviam entrado em operação em 31 de dezembro de 2015. Garantia física corresponde ao adicional das UGs em implantação. A capacidade total da usina será de 1.819,8 MW. Todas as UGs deverão estar operando ao final de 2016.

A Empresa participa, também, via SPes, da implantação de 43 parques eólicos, com potência instalada total de 1.006,4 MW, dos quais deterá 667,09 MW. A seguir, suas características principais.

| SPE | Empreendimento | UF | Capacidade Instalada (MW) | Participação Furnas (%) | Garantia Física (MW Médios) | Entrada em Operação |
|--|-------------------------|----|---------------------------|-------------------------|-----------------------------|---------------------|
| Central Geradora Eólica Famosa I S.A. ^(a) | Famosa I | RN | 22,5 | 49,00 | 11,1 | Out/17 |
| Central Geradora Eólica Pau Brasil S.A. ^(a) | Pau Brasil | CE | 15,0 | 49,00 | 7,7 | Out/17 |
| Central Geradora Eólica Rosada S.A. ^(a) | Rosada | RN | 30,0 | 49,00 | 13,4 | Dez/16 |
| Central Geradora Eólica São Paulo S.A. ^(a) | São Paulo | CE | 17,5 | 49,00 | 8,1 | Out/17 |
| Energia dos Ventos V ^(b) | São Januário | CE | 19,2 | 99,99 | 9,0 | Set/18 |
| Energia dos Ventos VI ^(b) | Nossa Senhora de Fátima | CE | 28,8 | 99,99 | 12,8 | Nov/18 |
| Energia dos Ventos VII ^(b) | Jandaia | CE | 28,8 | 99,99 | 14,1 | Dez/18 |
| Energia dos Ventos VIII ^(b) | São Clemente | CE | 19,2 | 99,99 | 9,3 | Ago/18 |
| Energia dos Ventos IX ^(b) | Jandaia I | CE | 19,2 | 99,99 | 9,9 | Jun/18 |
| Bom Jesus Eólica S.A. ^(c) | Bom Jesus | CE | 18,0 | 49,00 | 8,1 | Nov/16 |
| Cachoeira Eólica S.A. ^(c) | Cachoeira | CE | 12,0 | 49,00 | 5,0 | Abr/17 |
| Pitimbu Eólica S.A. ^(c) | Pitimbu | CE | 18,0 | 49,00 | 7,2 | Abr/17 |
| São Caetano Eólica S.A. ^(c) | São Caetano | CE | 25,2 | 49,00 | 11,0 | Abr/17 |
| São Caetano I Eólica S.A. ^(c) | São Caetano I | CE | 18,0 | 49,00 | 7,7 | Abr/17 |
| São Galvão Eólica S.A. ^(c) | São Galvão | CE | 22,0 | 49,00 | 9,5 | Abr/17 |
| Carnaúba I Eólica S.A. ^(d) | Carnaúba I | RN | 22,0 | 49,00 | 9,4 | Jul/18 |
| Carnaúba II Eólica S.A. ^(d) | Carnaúba II | RN | 18,0 | 49,00 | 7,3 | Jul/18 |
| Carnaúba III Eólica S.A. ^(d) | Carnaúba III | RN | 16,0 | 49,00 | 7,5 | Jul/18 |
| Carnaúba V Eólica S.A. ^(d) | Carnaúba V | RN | 24,0 | 49,00 | 10,1 | Jul/18 |
| Cervantes I Eólica S.A. ^(d) | Cervantes I | RN | 16,0 | 49,00 | 7,1 | Jul/18 |
| Cervantes II Eólica S.A. ^(d) | Cervantes II | RN | 12,0 | 49,00 | 5,6 | Jul/18 |
| Punaú I Eólica S.A. ^(d) | Punaú I | RN | 24,0 | 49,00 | 11,0 | Jul/18 |
| Consórcio Arara Azul ^(e) | Arara Azul | RN | 27,5 | 90,00 | 10,7 | Jan/18 |
| Consórcio Bentevi ^(e) | Bentevi | RN | 15,0 | 90,00 | 5,7 | Jan/18 |
| Consórcio Ouro Verde I ^(e) | Ouro Verde I | RN | 27,5 | 90,00 | 10,7 | Jan/18 |
| Consórcio Ouro Verde II ^(e) | Ouro Verde II | RN | 30,0 | 90,00 | 11,2 | Jan/18 |
| Consórcio Ouro Verde III ^(e) | Ouro Verde III | RN | 25,0 | 90,00 | 9,4 | Jan/18 |
| Consórcio Santa Rosa ^(f) | Santa Rosa | CE | 20,0 | 90,00 | 8,4 | Nov/17 |
| Consórcio Uirapurú ^(f) | Uirapurú | CE | 28,0 | 90,00 | 12,6 | Jan/18 |
| Consórcio Ventos do Angelim ^(f) | Ventos de Angelim | CE | 24,0 | 90,00 | 10,3 | Jan/18 |
| Consórcio Serra do Mel ^(g) | Serra do Mel I | RN | 28,0 | 90,00 | 13,0 | Jan/18 |
| Consórcio Serra do Mel ^(g) | Serra do Mel II | RN | 28,0 | 90,00 | 12,8 | Jan/18 |
| Consórcio Serra do Mel ^(g) | Serra do Mel III | RN | 28,0 | 90,00 | 12,5 | Jan/18 |
| Geradora Eólica Itaguaçu da Bahia | Itaguaçu da Bahia | BA | 28,0 | 49,00 | 14,0 | Mai/18 |
| SPE S.A. ^(h) | | | | | | |
| Geradora Eólica Ventos de Santa Luíza SPE S.A. ^(h) | Ventos de Santa Luíza | BA | 28,0 | 49,00 | 14,2 | Mai/18 |
| Geradora Eólica Ventos de Santa Madalena SPE S.A. ^(h) | Madalena | BA | 28,0 | 49,00 | 14,7 | Mai/18 |
| Geradora Eólica Ventos de Santa Marcela SPE S.A. ^(h) | Ventos de Santa Marcela | BA | 28,0 | 49,00 | 13,6 | Set/18 |
| Geradora Eólica Ventos de Santa Vera SPE S.A. ^(h) | Ventos de Santa Vera | BA | 28,0 | 49,00 | 15,2 | Jun/18 |
| Geradora Eólica Ventos de Santo Antônio SPE S.A. ^(h) | Ventos de Santo Antônio | BA | 28,0 | 49,00 | 16,1 | Mai/18 |
| Geradora Eólica Ventos de São Bento SPE S.A. ^(h) | Ventos de São Bento | BA | 28,0 | 49,00 | 14,4 | Mai/18 |
| Geradora Eólica Ventos de São Cirilo SPE S.A. ^(h) | Ventos de São Cirilo | BA | 28,0 | 49,00 | 14,7 | Mai/18 |
| Geradora Eólica Ventos de São João SPE S.A. ^(h) | Ventos de São João | BA | 28,0 | 49,00 | 15,0 | Mai/18 |
| Geradora Eólica Ventos de São Rafael SPE S.A. ^(h) | Ventos de São Rafael | BA | 28,0 | 49,00 | 13,8 | Jul/18 |

Integram o Complexo: (a) Famosa; (b) Fortim; (c) Baleia; (d) Punaú; (e) Famosa III; (f) Acaraú; (g) Serra do Mel; (h) Itaguaçu da Bahia.

Transmissão

Entre os empreendimentos de Transmissão construídos e operados por Furnas, destaca-se o Sistema de Transmissão de Itaipu, integrado por cinco linhas de transmissão, que cruzam 900 km entre os estados do Paraná e São Paulo. Esse sistema é composto por três linhas em corrente alternada, de 750 kV, e duas linhas em corrente contínua, de ±600 kV, necessárias para contornar o problema de diferentes frequências utilizadas por Brasil e Paraguai.

Em 2015, entraram em operação comercial duas novas linhas de transmissão e duas novas subestações, construídas em parceria, listadas a seguir.

| Empreendimento | UF | Tensão (kV) | Capacidade de Transformação (MVA) | Extensão (km) | Participação Furnas (%) |
|----------------------------------|----|-------------|-----------------------------------|---------------|-------------------------|
| SE Niquelândia | GO | 230 kV | 30 MVA | - | 49,00 |
| SE Olímpica | RJ | 138/13,8 kV | 120 MVA | - | 49,90 |
| LT Barra da Tijuca – SE Olímpica | RJ | 138 kV | - | 10,8 | 49,90 |
| LT Gardênia – SE Olímpica | RJ | 138 kV | - | 2,9 | 49,90 |

####

OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO (O&M)

Operação do Sistema

A operação do sistema elétrico por Furnas tem sido caracterizada pela busca contínua do aprimoramento de seus processos e atividades com o objetivo de preservar a confiabilidade e qualidade do fornecimento de energia elétrica por toda a sua área de atuação.

O sistema de transmissão é supervisionado, de forma geral, pelo Centro de Operação do Sistema, localizado no Escritório Central, no Rio de Janeiro, em articulação com os centros de operação regionais. Informações das mais remotas áreas são transmitidas por meio de tecnologias de comunicação aos centros de operação, que dispõem de um panorama *on-line* completo de todo o Sistema Interligado Nacional (SIN), utilizando sistemas computacionais em tempo real e tecnologias *videowall* de última geração.

As medidas e melhorias implementadas até o momento já se traduzem na recuperação do desempenho operacional de Furnas, tendo este fato especial relevância no contexto da preparação para as Olimpíadas de 2016.

Para que a confiabilidade e qualidade demonstradas sejam o diferencial dos serviços prestados, a qualificação de pessoas e o desempenho de equipamentos e instalações são alvo de máxima atenção da direção de Furnas.

A Empresa mantém um programa de modernização das instalações, para atender aos requisitos estabelecidos pelos Procedimentos de Rede, tendo como exemplo projetos de revitalização e reforço no âmbito da geração e transmissão de energia, com destaque para melhorias relacionadas aos esquemas de proteção e controle de equipamentos.

Além disto, promove aperfeiçoamentos específicos, a exemplo do que foi implantado no tronco de transmissão de energia em 765 kV, proveniente da UHE Itaipu 60 Hz, em que a blindagem das subestações de Furnas teve seu nível elevado a padrões de excelência, dando assim contribuição adicional para a segurança do sistema elétrico do País.

Disponibilidade Operacional de Geração e Transmissão

A operação eletro-energética do sistema elétrico é monitorada por meio do acompanhamento da disponibilidade operacional e utiliza a fórmula definida pelo ONS nos Procedimentos de Rede, com dados tratados e consistidos no Sistema para Cálculo de Indicadores de Desempenho (SCID).

Em 2015, as usinas hidrelétricas tiveram fator de disponibilidade acumulado anual de 89,33%, ou seja, apresentaram indisponibilidade de 10,67%. Ao analisar a natureza desta indisponibilidade, verifica-se que apenas 3,85% se deveram a desligamentos forçados, ou seja, por falhas em equipamentos ou sistemas. Os outros 6,81% foram devidos a desligamentos programados para a realização de manutenções preventivas ou revisões gerais de unidades geradoras.

Em comparação com anos anteriores, percebe-se um aumento do percentual da indisponibilidade programada devido à execução de diversos serviços que, até então, não haviam sido liberados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Com a situação hidrológica desfavorável verificada no ano de 2015, foi possível paralisar as unidades geradoras para a realização dos serviços.

O sistema de transmissão teve fator de disponibilidade operacional médio de 99,75%, valor elevado para um sistema do porte do de Furnas, mas que só não foi maior devido a diversas ocorrências climáticas que envolveram quedas de torres de transmissão, conforme relatado a seguir.

Ocorrências Climáticas Severas

No ano de 2015, Furnas enfrentou seis eventos de queda de torres de transmissão e danos a linhas provocados por condições climáticas extremas, sucintamente descritos a seguir.

| Data | Horário | Ocorrência | Normalização | |
|------------|---------|---|--------------|------------|
| | | | Horário | Data |
| 07.01.2015 | 17h27 | Desligamento da LT Itumbiara - Porto Colômbia, sendo constatada queda de 3 torres (T47, T48 e T49). | 23h22 | 13.01.2015 |
| 28.05.2015 | 19h19 | Desligamento das Lis Rio Verde - Barra do Peixe circuitos 1 e 2, sendo constatada queda de 6 torres: | 22h16 | 01.06.2015 |
| | | • T381, T382 e T383 (referentes à LI Rio Verde - Barra do Peixe circuito 1); | | |
| | | • T383, T384 e T385 (referentes à LI Rio Verde - Barra do Peixe circuito 2). | 13h01 | 03.06.2015 |
| 22.10.2015 | 18h35 | Desligamento da LT Itumbiara - Rio Verde circuito 2, sendo constatada queda de 8 torres (T352, T353, T354, T355, T357, T358, T359 e T360). | 15h29 | 29.10.2015 |
| 24.11.2015 | 15h14 | Desligamento da LT Marimbondo - Porto Colômbia, devido à queda do cabo pararraio (OPGW) entre as torres 37 e 38. | 13h58 | 25.11.2015 |
| 24.11.2015 | 17h30 | Desligamento da LT Itumbiara - Rio Verde circuito 2, sendo constatada queda de 4 torres (T110, T111, T112 e T113) e avaria de 1 torre (T109). | 23h12 | 29.11.2015 |
| 28.11.2015 | 22h06 | Desligamento da LT Itaberá-Tijuco Preto circuito 3, devido a rompimento de cabo pararraio entre as torres T522 e T523. | 00h19 | 01.12.2015 |

Em nenhum dos desligamentos relacionados houve perda de carga no Sistema Interligado Nacional (SIN). Para cada uma das ocorrências, Furnas acionou seu Plano de Atendimento a Emergências (PAE) de linhas de transmissão, o qual, em função do relevo acidentado e das dificuldades de acesso às regiões afetadas, foi obrigado a mobilizar grande contingente de profissionais para atendimento adequado. Os serviços para restabelecimento das torres danificadas foram sempre realizados com grande agilidade, porém sem comprometer a segurança dos trabalhadores e sem quaisquer acidentes.

Situação Hidrológica dos Reservatórios de Furnas

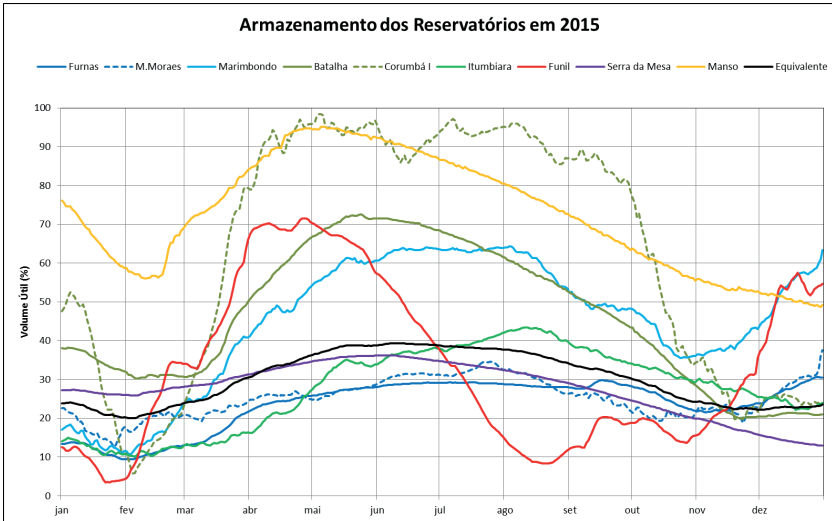
Assim como nos anos de 2013 e 2014, o de 2015 apresentou grande período de estiagem, e as vazões afluentes aos reservatórios estiveram bastante abaixo dos valores médios históricos durante a maior parte do tempo.

Ao final do exercício, os níveis de armazenamento eram da ordem de 30% no reservatório da UHE Furnas, 24% no da UHE Itumbiara, 55% no da UHE Funil, 13% no da UHE Serra da Mesa e 49% no da UHE Manso. O reservatório equivalente, que é a representação do volume total de água armazenada nos reservatórios das hidrelétricas de Furnas, encerrou o período com 24% de capacidade.

Embora relativamente baixos, tais níveis de armazenamento não comprometeram a geração de energia elétrica. Os reservatórios das UHEs Furnas, Itumbiara, Funil, Serra da Mesa e Manso são de regularização anual e operam armazenando água durante o período chuvoso (novembro a abril) para utilização no período de estiagem (maio a outubro). Este procedimento permite que as usinas produzam a quantidade necessária de energia elétrica durante todo o ano, além de fornecerem água para que outras usinas situadas rio abaixo também possam operar.

As usinas são componentes do SIN e sua operação é planejada e programada em conjunto com o ONS. No caso das hidrelétricas, o nível do reservatório e a energia despachada são definidos pelo ONS, que opera o conjunto de reservatórios brasileiros de forma integrada com o objetivo de garantir a segurança energética a menores custos.

Situação Hidrológica dos Reservatórios de Furnas (Janeiro a Dezembro de 2015)



Manutenção do Sistema

Com o objetivo de aumentar a disponibilidade dos equipamentos, com reflexo direto na confiabilidade operacional do SIN, Furnas procura aliar a experiência de seu corpo técnico a rigorosos procedimentos de manutenção. A Empresa adota a filosofia de Manutenção Centrada na Confiabilidade (MCC), que consiste na aplicação de método estruturado para estabelecimento da melhor estratégia de manutenção para um sistema ou equipamento.

Na MCC, são identificadas as funções e padrões de desempenho dos equipamentos e realizados o levantamento e detalhamento dos modos de falha, suas causas prováveis e suas consequências. Desta forma, as estratégias de manutenção preditiva, preventiva, corretiva e detectiva podem ser aplicadas de modo a otimizar a segurança, disponibilidade e eficiência de instalações e equipamentos.

No atual cenário, onde recursos pessoais e materiais para a manutenção são cada vez mais escassos, é fundamental investir em inovação. A introdução do conceito de Gestão de Ativos visa à automação, normatização e padronização dos processos de manutenção, com foco em resultados e redução de custos e risco. Em outras palavras, objetiva fazer mais e com melhor qualidade que antes, ainda que com menos pessoas e menor consumo de recursos.

Para modernização dos equipamentos, foi criado o Plano Geral de Empreendimentos de Transmissão em Instalações em Operação (PGET), com o objetivo de garantir a execução de melhorias e reforços no sistema de transmissão, que acumulava expressivo volume de obras a executar.

Plano Geral de Empreendimentos de Transmissão em Instalações em Operação (PGET)

Em pleno andamento, o Plano Geral de Empreendimentos de Transmissão em Instalações em Operação (PGET) é um ambicioso programa de modernização do sistema de transmissão de Furnas, na busca pela excelência operacional. O programa engloba a aquisição de novos equipamentos de transformação e de controle de tensão e a implantação de melhorias e reforços, destacando-se a modernização dos sistemas de proteção e dos equipamentos de manobra. Os empreendimentos estão agrupados em quatro segmentos baseados em critérios definidos pela Aneel: proteção e controle; substituição de equipamentos; reforços de transmissão; e modernização do sistema de transmissão e substituição de equipamentos em final de vida útil.

Visando implantar reforços no parque transmissor existente autorizados pela Aneel e melhorias identificadas por Furnas como necessárias à segurança e confiabilidade do sistema, foram investidos, em 2015, no âmbito do PGET, R\$ 396 milhões, além de outros R\$ 232 milhões em outros projetos ligados ao sistema de transmissão existente.

No contexto do PGET e no período de 2011 a 2015, foram concluídos 107 projetos de reforços e melhorias. No período de 2011 a 2018, o projeto prevê a ampliação e substituição de equipamentos superados, totalizando 6.600 equipamentos, dentre os quais destacam-se 169 transformadores, 840 disjuntores e 2.348 chaves seccionadoras, além de outros de menor porte.

Ao longo de 2015, foram substituídos 335 equipamentos superados ou em final de vida útil, dentre os quais destacam-se 24 transformadores, totalizando 4.125 MVA de capacidade de transformação, além de 36 disjuntores e 93 seccionadores, nas tensões de 138 kV, 230 kV, 345 kV, 500 kV e 750 kV.

COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

Em busca dos melhores resultados nos leilões regulados de novos empreendimentos de geração, Furnas vem desenvolvendo metodologias de previsão de receitas para diversos cenários do mercado de energia, considerando as incertezas inerentes a cada negócio. Também vêm sendo estabelecidas estratégias de participação nos diversos certames, contemplando suas especificidades, de modo a ganhar competitividade.

Os contratos de compra de energia de longo prazo de Furnas são apresentados a seguir. Deve ser lembrado que, de acordo com a Lei nº 12.111/2009, a energia proveniente da Eletronuclear S.A. (Eletronuclear) passou, a partir de janeiro de 2013, a ser comercializada diretamente entre a Eletronuclear e as distribuidoras.

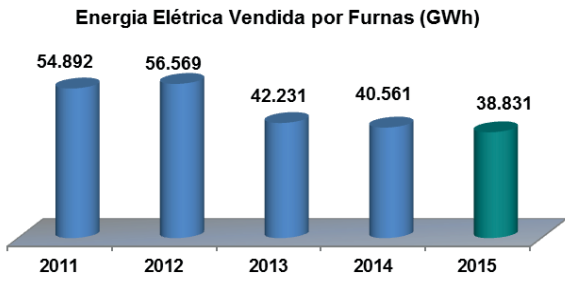
| | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | MW Médios |
|---------------|--------------|------------|------------|------------|-----------|
| Eletronuclear | 1.475 | - | - | - | - |
| Serra da Mesa | 345 | 345 | 345 | 345 | 345 |
| Manso | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 |
| Teles Pires | - | - | - | 24 | 24 |
| Total | 1.824 | 349 | 349 | 373 | |

Legislação específica permitia que as tarifas do contrato com a Eletronuclear pudessem sofrer reajustes em percentuais superiores aos dos índices de inflação, o que acabou ocorrendo até 31 de dezembro de 2012, quando findou a vigência do referido instrumento.

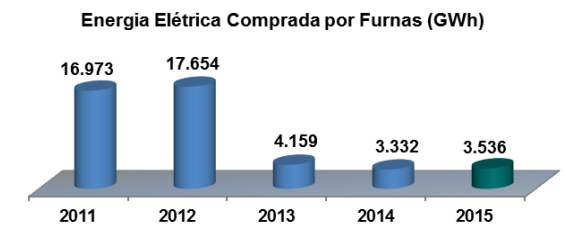
De forma a equacionar tal feito, a Lei supracitada estabeleceu, em seu Artigo 12, que a Eletronuclear repassaria a Furnas, entre 2013 e 2015, o diferencial verificado, de 2010 a 2012, entre as variações da tarifa praticada pela Eletronuclear e da tarifa de referência da Eletronuclear homologada pela Aneel em dezembro de 2004, atualizada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para dezembro de 2009, reajustada pelo IPCA em dezembro de 2010 e dezembro de 2011.

Assim, a Resolução Homologatória Aneel nº 1.406/2012 fixou o montante de R\$ 687,8 milhões como o diferencial a ser pago a Furnas pelas distribuidoras. Adicionalmente, a referida Resolução estabeleceu as tarifas definitivas do contrato celebrado entre Furnas e Eletronuclear, que se mostraram inferiores às efetivamente praticadas entre dezembro de 2009 e dezembro de 2012, gerando crédito para Furnas junto à Eletronuclear, no valor de R\$ 170,1 milhões.

A energia elétrica vendida por Furnas, em 2015, foi de 38.831 GWh, o que representa decréscimo de 4,3% em relação a 2014, com faturamento de R\$ 4,783 bilhões. O gráfico a seguir apresenta a evolução da energia vendida por Furnas, em GWh.



Em 2015, Furnas comprou 3.536 GWh de energia, ao custo de R\$ 613 milhões, o que representa redução de 5,25%, em reais, em relação ao custo incorrido em 2014.



Tendo em vista a prorrogação da concessão das UHEs Furnas, Luiz Carlos Barreto de Carvalho, Marimbondo, Porto Colômbia, Funil e Corumbá I, a comercialização de sua energia se dá, desde 1º de janeiro de 2013, por meio do rateio de cotas das mesmas entre as distribuidoras do SIN, e da aplicação de tarifas definidas pela Aneel.

Em 29 de dezembro de 2015, Furnas encaminhou à Aneel sua intenção de repactuação do risco hidrológico, nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Aneel nº 688/2015. O acordo, com base no produto SP100 de que trata a referida Resolução, prevê a transferência integral às distribuidoras de energia dos ônus (GSF) e dos bônus (energia secundária) atinentes ao risco hidrológico aplicável às usinas hidrelétricas de Furnas, com a contrapartida de pagamento de prêmio de risco de 9,50 R\$/MWh (referência Jan/2015) a partir de julho de 2020.

Em 20 de janeiro e 10 de março de 2016, respectivamente por meio dos Despachos nº 160 e nº 608, a Aneel anuiu com a repactuação aplicável às UHEs Manso, Simplicio, Batalha, Mascarenhas de Moraes, Serra da Mesa e Itumbiara. O acordo de repactuação representa a mitigação do relevante risco de GSF que, como amplamente noticiado ao longo de 2015, vem implicando, desde 2014, em significativos ônus a Furnas e às demais empresas de geração hidrelétrica.

COMERCIALIZAÇÃO DA TRANSMISSÃO

No que tange à transmissão, a comercialização é realizada segundo duas modalidades, no ambiente de serviço público (concessão) e no ambiente de interesse exclusivo do acessante (outras receitas).

A prestação de serviço público de transmissão de energia elétrica é caracterizada no Contrato de Concessão (CTT). O Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão (CPST) regula as condições técnicas e comerciais relativas à disponibilidade das instalações de Transmissão para a operação interligada.

O CTT também prevê o compartilhamento, com outros concessionários, de instalações e infraestrutura, bem como o acesso de usuários do sistema de transmissão. Estão incluídos nesta categoria os Contratos de Compartilhamento de Instalações (CCI) e os Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT).

O Contrato de Concessão permite o desenvolvimento de outras atividades mediante recebimento de receitas que não fazem parte da prestação do serviço público regulado pela Aneel, regido por instrumento contratual próprio a título oneroso. Nesta categoria estão incluídos os Contratos de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção (CPSOM) e os Contratos de Prestação de Serviços de Manutenção (CPSM).

A tabela a seguir apresenta a evolução da receita dos contratos de transmissão nos dois últimos anos, especificada por tipo de contrato:

| Natureza do Contrato | R\$ mil | |
|--|------------------|------------------|
| | 2015 | 2014 |
| Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT) | | |
| Encargos Definidos por Resolução Homologatória da Aneel | 31.562 | 25.527 |
| Furnas Geração ⁽¹⁾ | 6.060 | 5.545 |
| Encargos Negociados entre as partes | 21.923 | 23.226 |
| Total CCT | 59.545 | 54.299 |
| Contratos de Compartilhamento de Instalações (CCI) | 9.910 | 7.709 |
| Contratos de Prestação de Serviços de Manutenção (CPSM) | 1.108 | 1.542 |
| Contratos de Prestação de Serviços de Manutenção e Operação (CPSOM) | 9.387 | 7.100 |
| Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão (CPST) ⁽²⁾ | 1.268.030 | 1.038.561 |
| Total Geral | 1.347.980 | 1.109.210 |

⁽¹⁾ Parcela devida por Furnas Geração a Furnas Transmissão (Resolução Homologatória Aneel nº 1.918/2015 e Resolução Homologatória Aneel nº 1.756/2014).

⁽²⁾ Inclui a receita dos empreendimentos Ibiúna-Bateias, Macaé-Campos C3, Tijuco Preto-Itapeti-Nordeste e Zona Oeste.

O Contrato de Concessão nº 062/2001, para transmissão de energia elétrica, foi prorrogado nos termos da Lei nº 12.783/2013, de forma que o serviço de transmissão passou, então, a ser remunerado apenas pelas parcelas de operação e manutenção do sistema. No presente momento, a Resolução Homologatória Aneel nº 1.918/2015 estabelece as receitas de transmissão para o ciclo tarifário 2015/2016.

COMERCIALIZAÇÃO DE SERVIÇOS

A Comercialização de Serviços é uma oportunidade de negócio que agrega receitas à Empresa e contribui para reduzir as despesas incorridas com a equipe técnica. As principais competências técnicas de Furnas compreendem as atividades seguintes:

- engenharia do proprietário;
- estudos hidráulicos em modelo reduzido;
- segurança de barragens;
- controle tecnológico de materiais de construção e ensaios em concreto e solos;
- cursos de linha de transmissão, de subestação e de operadores de usina;
- ensaios e estudos de desempenho de sistemas elétricos utilizando o Simulador Digital em Tempo Real - RTDS;
- serviços de ensaios, medição e calibração.

As tabelas a seguir expressam as oportunidades de negócios prospectadas (propostas) e dos contratos celebrados em Comercialização de Serviços.

| Acompanhamento de Propostas Técnicas e Comerciais | | |
|---|-----------------|-----------|
| Status das Propostas | Quantidade (un) | R\$ mil |
| Demandas | 32 | 15.428,14 |
| Aprovadas pelo Cliente | 11 | 7.925,00 |

| Acompanhamento de Contratos x Receitas | | |
|--|-----------------|-----------|
| Status | Quantidade (un) | R\$ mil |
| Contratos celebrados | 6 | 10.705,00 |
| Faturamento dos contratos vigentes | 20 | 10.705,00 |

Valores de propostas e contratos até dezembro de 2015.

O sistema de telecomunicações de Furnas possui capacidade ociosa que pode ser comercializada, tendo como principais clientes as empresas do setor elétrico e as operadoras de telecomunicações. Para tanto, foi necessária a obtenção, junto à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), da autorização de Serviços de Comunicação Multimídia (SCM), concedida em fevereiro de 2015. Outras demandas do setor estão relacionadas ao aluguel de infraestrutura, compreendendo fibras ópticas ou espaço físico nas instalações de telecomunicações da Empresa.

Furnas vem sendo procurada por várias empresas que tem interesse em sua infraestrutura e em serviços de telecomunicações, conforme demonstrado a seguir.

| Prospecção e Acompanhamento de Propostas Técnicas e Comerciais | | |
|--|-----------------|----------|
| Status | Quantidade (un) | R\$ mil |
| Demandas em análise | 32 | - |
| Aprovadas | 2 | 1.155,00 |

| Acompanhamento de Contratos x Receitas | | |
|--|-----------------|------------|
| Status | Quantidade (un) | R\$ mil |
| Contratos celebrados | 1 (*) | 120.000,00 |
| Faturamento do contrato vigente | 1 | 17.789,09 |

(*) Contrato Telebras, período de 20 anos

Ressarcimento de Despesas com Estudos de Viabilidade

Conforme previsto nos editais de leilão da Aneel para empreendimentos de transmissão e de geração, as empresas vencedoras do certame se obrigam a ressarcir as empresas envolvidoras dos estudos dos valores aprovados por aquela Agência.

Os valores dos ressarcimentos ocorridos até dezembro de 2015 para as despesas incorridas por Furnas estão em fase de atualização, encontrando-se demonstrados na tabela a seguir.

| Ressarcimento de Estudos de Geração e Transmissão | | | R\$ mil |
|---|------------------|------------------|-----------|
| Empresa | 2015 | 2014 | |
| Empresa de Energia São Manoel S.A. – UHE São Manoel | | | 1.453,132 |
| Cia. Energética Sinop S.A. | | | 455,782 |
| Cia. Hidrelétrica Teles Pires S.A. | | | 1.953,531 |
| Belo Monte Transmissora de Energia S.A. | | | 424,128 |
| Transenergia São Paulo S.A. | | | 82,981 |
| Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. | | | 114,949 |
| Mata de Santa Genebra Transmissão S.A. | | | 872,680 |
| ATE XXII Transmissora de Energia S.A | | | 283,057 |
| Interligação Elétrica do Madeira S.A | 495,021 | | |
| Cantareira Transmissora de Energia S.A. | 300,791 | | |
| Catxerê Transmissora SA | 84,879 | | |
| Araraquara Transmissora de Energia | 44,911 | | |
| Linhas de Transmissão de Montes Claros | 76,026 | | |
| Matrinchã Transmissora de Energia | 45,492 | | |
| Guaraciaba Transmissora de Energia | 51,066 | | |
| Celg Geração e Transmissão | 98,327 | | |
| State Grid Energia | 1.065,350 | | |
| Total | 2.261,863 | 5.640,240 | |

Prestação de Serviços de Operação e Manutenção (O&M)

Aproveitando a integração e sinergia de ativos corporativos de geração e transmissão de que dispõe, Fumas atua também na prestação de serviços de operação e manutenção de ativos do setor elétrico, fortalecendo sua posição junto ao mercado, agregando receita proveniente desses serviços e intensificando a capacidade técnica de seus funcionários.

Além dos serviços já prestados, Fumas, em razão de sua *expertise*, realiza a gestão da prestação dos serviços de O&M para a UHE Três Ilmões (SP). A concessão da usina, primeira entre as que não foram renovadas sob as novas regras do setor elétrico, foi conquistada no Leilão 02/2014, realizado em março de 2014, por meio da SPE Tijoá Participações e Investimentos S.A., pelo prazo de 30 anos.

Com base na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, o Ministério de Minas e Energia publicou as Portarias nº124 e nº189, designando Fumas como responsável pela prestação de serviços de geração de energia das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) Neblina, Sinceridade e Dona Rita.

Posteriormente, a Portaria nº 190, de 8 de maio de 2015, designou Fumas como responsável também pela prestação de serviços de geração de energia das PCHs Ervália e Cel. Domiciano. Desde então, Fumas atuou na gestão desses empreendimentos, direta ou indiretamente, em cumprimento às determinações emanadas pelo Poder Concedente e demais órgãos aos quais a operação das usinas está vinculada, mediante as remunerações estabelecidas pela NT nº385/2012 – SRE/ SRG/Aneel, emitida em 24 de outubro de 2012 pela Aneel.

Com o resultado do Leilão 012/2015 realizado em 25 de novembro de 2015, a Cemig foi vencedora do Lote D, que contemplava as PCHs acima referidas. Diante disso, estas passarão a ser operadas e mantidas por aquela concessionária a partir de julho de 2016.

INDENIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE RECEITAS

Indenização do Valor Residual dos Ativos de Geração e Transmissão Prorrogados

De acordo com a regulamentação da Lei nº 12.783/2013, ficou garantida às concessionárias com empreendimentos prorrogados indenização do valor dos investimentos de bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados.

A Resolução Normativa nº 596, de 19 de dezembro de 2013, estabelece critérios e procedimentos para o cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados relativos a aproveitamentos hidrelétricos cujas concessões foram prorrogadas, ou não, nos termos da Lei nº 12.783/2013.

O valor da parcela dos investimentos vinculados aos bens alcançados por esta Resolução deve ser calculado com base no Valor Novo de Reposição (VNR) e considerará a depreciação e amortização acumuladas a partir da data de entrada em operação da instalação e até 31 de dezembro de 2012, em conformidade com os critérios do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

A forma de pagamento da parcela assim calculada deve ser definida pelo Poder Concedente, que poderá ressarcir a concessionária por meio de indenização ou reconhecimento do valor devido na base tarifária. Para as concessionárias de transmissão que optaram pela prorrogação prevista na Lei nº 12.783/2013, a Resolução Normativa Aneel nº 589, de 10 de dezembro de 2013, estabelece critérios para cálculo do VNR das instalações de transmissão consideradas não depreciadas e existentes em 31 de maio de 2000 (Rede Básica Sistema Existente / Parcela da RAP referente às Instalações de Transmissão Classificadas como DIT - RBSE/RPC), para fins de indenização.

A indenização a que Fumas tem direito segundo a legislação citada e que corresponde ao valor remanescente de ativos ainda não depreciados ou amortizados na data de 31 de dezembro de 2012, relativamente às concessões prorrogadas, foi calculada em R\$ 3,622 bilhões, sendo R\$ 2,878 bilhões referentes à transmissão na Rede Básica Novas Instalações / Receita Demais Instalações de Transmissão e Instalações de Conexão (RBNI/RCDM) e R\$ 744 milhões referentes à geração.

Fumas optou por receber a indenização dos ativos não depreciados ou amortizados da transmissão referente à RBNI/RCDM em parcelas, ao longo de 30 meses, atualizadas pelo IPCA nos termos do Art. 3º da Portaria Interministerial nº 580/MME/MF, de 1º de novembro de 2012, acrescidas da remuneração pelo Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão.

Com respeito à indenização dos ativos não depreciados ou amortizados da geração, a Empresa optou pelo recebimento à vista de R\$ 64 milhões referentes à UHE Marimbondo e de R\$ 680 milhões referentes à UHE Corumbá I em parcelas mensais, a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente na data de publicação da Portaria, atualizadas pelo IPCA, acrescidas da remuneração pelo CMPC de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão.

Ao ser publicada, a MP nº 579/2012 somente reconheceu como indenizáveis os ativos de transmissão referentes à Rede Básica Novas Instalações (RBNI), não reconhecendo os relativos à Rede Básica Sistema Existente (RBSE), ou seja, aqueles existentes e em operação na data de 31 de maio de 2000. Posteriormente, pela edição da MP nº 591/2012, também acolhida pela Lei nº 12.783/2013, a Agência reconheceu o direito à indenização dos ativos referentes à RBSE.

Com a promulgação da Lei nº 12.783, em janeiro de 2013, ficou estabelecido que a indenização dos ativos referentes à RBSE se daria mediante entrega de laudo de avaliação e após apuração e ratificação de seu valor pela Aneel. Posteriormente, esta publicou, em 13 de dezembro de 2013, a Resolução Normativa (RN) nº 589, estabelecendo critérios para cálculo do VNR das instalações de transmissão para fins de indenização.

Publicou, ainda, em 2 de janeiro de 2014, a RN nº 596/2013, que estabelece critérios e procedimentos para cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, de aproveitamentos hidrelétricos.

Com vistas ao atendimento às referidas resoluções normativas, Fumas deu início, no âmbito da Diretoria de Finanças, ao projeto Plano de Indenização e Gestão de Ativos, que, prioritariamente, objetivou apurar as devidas indenizações atreladas às prorrogações dos Contratos de Concessão de Geração e Transmissão, revalidar a base de ativos da Empresa e o Relatório de Controle Patrimonial (RCP) e, adicionalmente, logrou redesenhar os processos de gestão e constituir uma metodologia de avaliação, priorização e implementação de projetos relativos aos investimentos realizados pela Empresa.

Para a elaboração do Laudo de Avaliação, Fumas contratou a empresa Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda. E, para prover suporte às equipes internas diretamente envolvidas com o Plano de Indenização, foi contratada a AEA Consultoria especializada em Regulação Econômica.

Em 21 de maio de 2015, Fumas protocolou, na Aneel, o Laudo de Avaliação elaborado pela Deloitte. O Laudo de Avaliação certificou o valor de R\$ 10.699 milhões, referido a dezembro de 2012, como valor base para a citada indenização, sendo o valor contábil residual dos referidos bens, na mesma data, de R\$ 4.530 milhões.

Concluída a fiscalização do Laudo de Avaliação, a Superintendência de Fiscalização Financeira da Aneel emitiu o Relatório de Fiscalização RF – Fumas 078/2015 – SFF, que reconheceu como valor bruto dos bens, a VNR, o montante de R\$ 26.586.447.591,95; e, como valor líquido dos bens, para fins de indenização a Fumas, o montante de R\$ 8.999.520.181,38.

Em exaustivo processo de análise e convencimento estabelecido com base nas normas da Aneel, previstas no Prorot (Procedimento de Regulação Tarifária), Fumas, com a devida autorização de seu Conselho de Administração, formalizou sua concordância com os valores apurados no RF – Fumas 078/2015 e procedeu, em conjunto com a avaliadora, a todos os ajustes requeridos pela fiscalização.

Em 4 de novembro de 2015, foi emitida a Nota Técnica 305/2015-SFF/Aneel, que concluiu por manter os valores da indenização apurados no relatório da fiscalização e enviar o resultado de todo o trabalho para deliberação da Diretoria Colegiada daquela Agência.

Em 15 de dezembro de 2015, a Diretoria da Aneel aprovou os resultados da fiscalização do Laudo de Avaliação apresentado por Fumas, para fins de indenização, e decidiu por homologar o valor de R\$ 8.999.520.181,38, correspondente à parcela dos ativos ainda não amortizados para indenização a Fumas, por meio do Despacho nº 4.042/2015, publicado no Diário Oficial de 22 de dezembro de 2015. Ressalte-se que os valores são referidos a dezembro de 2012.

No que diz respeito aos ativos de geração, a MP nº 579/2012 só reconheceu os investimentos previstos nos Projetos Básicos das usinas que não estivessem totalmente depreciadas ou amortizadas segundo análise da Aneel. Posteriormente, foi publicado o Decreto nº 7850/2012, que regulamentou a MP 579, reconhecendo em seu Artigo 2º a indenização, ou o reconhecimento na base tarifária, da parcela dos investimentos realizados em melhoria e modernização nas UHEs até 31 de dezembro de 2012.

Em relação aos custos com melhoria e modernização de usinas, em 2 de outubro de 2015 foi finalizado e entregue à Agência o relatório elaborado pela Deloitte dos investimentos em modernização das UHEs Corumbá I, Funil, Fumas, Luiz Carlos de Barreto de Carvalho, Marimbondo e Porto Colômbia, cujas concessões haviam sido renovadas, para fins do processo de requerimento de indenização complementar de geração.

A documentação apresentada indica o montante de R\$ 1.312 milhões (referência Dez/2012) como valor base para a indenização complementar, sendo o valor contábil residual dos referidos bens de R\$ 996 milhões (referência dezembro de 2012). Fumas aguarda o início do processo de fiscalização para que os valores apresentados possam ser validados e homologados pela agência reguladora.

Além da indenização pela modernização das usinas citadas, Fumas também passou a receber adicional de receita de geração, de aproximadamente R\$ 48 milhões/ano, referente aos investimentos em modernização cujos empreendimentos, na data de 31 de dezembro de 2012, ainda não haviam entrado em operação.

Recuperação da Tarifa de Transmissão

O aditamento ao Contrato de Concessão de Transmissão e ao Contrato de Concessão de Geração, celebrados com o MME, nos termos da Lei nº 12.783/2013, para prestação de serviço continuado e de qualidade, acarretou a publicação de novas Receitas Anuais Permitidas (RAPs) para o sistema de transmissão e a instituição de Receitas Anuais de Geração (RAGs) para as seis usinas geradoras abrangidas no referido aditamento.

A redução acentuada na RAP, quando comparada à anteriormente praticada – R\$ 629 milhões/ano ante R\$ 2,25 bilhões/ano – levou Fumas a estudar com profundidade a metodologia aplicada pela Aneel. Dos quesitos analisados que influenciaram o novo cálculo do valor da RAP de Fumas, destacam-se:

- Compensação Reativa: a Aneel, por meio da Resolução Normativa nº 191/2005, define quatro Funções de Transmissão, a saber: Linha de Transmissão; Transformação; Controle de Reativo (CR); e Módulo Geral. No entanto, os equipamentos de CR não foram considerados no cálculo da eficiência das empresas, mesmo com previsão declarada na Nota Técnica nº 383/2012-SRE/Aneel, que subsidiou a decisão do MME;
O fato de Fumas operar e manter quase 50% da compensação reativa do SIN comprova a relevância desta função de transmissão no sistema da Empresa. Assim sendo, a consideração desta variável na metodologia de apuração dos custos de AO&M proporcionaria uma recomposição importante da RAP, medida esta necessária para suportar os custos e encargos de operação e manutenção do sistema;
- Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis (CAIMI): este item, que tem como destinação fazer frente às despesas das concessionárias com a infraestrutura de escritórios e transporte, não foi considerado originalmente nos custos de Administração, Operação e Manutenção (AO&M) utilizados na determinação da RAP.

A Aneel reconheceu a receita correspondente ao CAIMI e estabeleceu, por meio do art. 5º da RN nº 589/2013, que devem compor a Base de Anuidade Regulatória (BAR): *software*; *hardware*; terrenos administrativos; edificações, obras civis e benfeitorias administrativas; máquinas e equipamentos administrativos; veículos; móveis e utensílios, cuja remuneração, amortização e depreciação (exceto de terrenos) serão dadas em forma de anuidades, a partir do próximo reajuste anual da receita, conforme critério definido no Submódulo 9.1 do Prorot, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2013. O submódulo citado estabelece ainda que o CAIMI será definido como 5% do Custo de Administração, Operação e Manutenção (CAOM).

De acordo com o Memorando nº 418/2014 – SRE/Aneel, o valor anual do CAIMI de Fumas (CC nº 062/2001) associado ao ciclo 2014/2015 é de R\$ 31,9 milhões e a parcela de ajuste, a ser considerada entre 1º de janeiro de 2013 e 30 de junho de 2014, é de R\$ 47,9 milhões (a preços de 1º de junho de 2014).

GESTÃO DE PARTICIPAÇÕES

No que tange à Gestão de Participações, Fumas vem implementando, nos últimos anos, um conjunto de aprimoramentos neste processo cuja finalidade é fortalecer a estrutura de governança relacionada com as decisões que envolvem os empreendimentos sob gestão de Sociedades de Propósito Específico (SPEs).

Resumidamente, as ações de melhoria estão sendo tratadas com três enfoques específicos:

- aprimoramento dos profissionais indicados por Fumas para Diretorias e Conselhos de Administração e Fiscal de SPEs;
- melhoria das estruturas de Governança Corporativa das SPEs;
- informatização.

Em 2015, houve avanços significativos nas três direções:

- quanto ao aprimoramento dos profissionais de Fumas, deve ser destacada a emissão de uma nova Instrução Normativa (IN), devidamente aderente às recomendações da Eletrobras e dos órgãos de controle externo, com indicações claras sobre as competências, requisitos, obrigações e critérios de avaliação periódica;
- quanto à melhoria das estruturas de governança das SPEs, deve ser destacado o início de um amplo programa para racionalização do número de sociedades, por meio de sua consolidação em *holdings*. O projeto se encontra em andamento, e seu resultado será uma significativa racionalização das ações de governança interna;
- quanto à informatização, destaca-se a implantação e início de operação de um moderno sistema de controle de documentos, acessível a todos os profissionais envolvidos no processo de gestão de SPEs. Ao padronizar e disponibilizar as informações, o sistema auxilia e acelera os processos decisórios na Empresa.

Estas ações, em seu conjunto, permitem conferir, à gestão de participações, racionalização e padronização das ações internas de governança compatíveis com as melhores práticas de Governança Corporativa, bem como aderência aos princípios de integridade organizacional.

PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO (P&D+I)

Para fazer frente aos desafios do novo modelo do setor elétrico, a gestão da inovação em Fumas tem passado por aprimoramentos constantes, nos quais a visão estratégica, sustentada por forte integração com as áreas técnicas, propiciaram um melhor acompanhamento dos projetos, com a efetiva internalização, na Empresa, de tecnologias e novos conhecimentos.

O processo de reestruturação de Fumas veio dar tratamento mais estratégico a P&D+I, dotando a Empresa de estrutura de destaque no setor elétrico brasileiro para a condução das atividades de inovação tecnológica.

O objetivo principal e permanente é transformar os estudos realizados em novos serviços ou produtos patenteados e, com isto, agregar vantagem competitiva à Empresa. A prioridade são projetos com foco em sustentabilidade, ligados a novas fontes limpas de geração de energia elétrica, com abertura de novos nichos de mercado ou aprimoramento dos negócios atuais.

Desde 2011, a Empresa tem promovido chamadas públicas para seleção de parceiros, com o objetivo de propiciar transparência e oportunidade a todos. No ano seguinte, a atividade foi ampliada, com a criação, de maneira inédita, de coleta pública permanente de ideias junto aos colaboradores de Fumas e ao público externo. Esse processo estabeleceu novas parcerias com instituições de ensino e centros de pesquisa, além de empresas de base tecnológica.

Desde então, foram contratados projetos avançados de P&D+I, diversos deles visando ao aproveitamento sustentável de recursos naturais para geração de energia, e um para possibilitar a transmissão de grandes blocos de energia a longas

distâncias com reduzida faixa de passagem. Entre as diversas áreas, destacam-se:

- laboratório de ultra-alta tensão abrigado;
- geração solar fotovoltaica;
- geração com usina de ondas;
- turbina eólica vertical;
- recuperação energética de resíduos sólidos urbanos;
- mobilidade com tecnologia elétrica e híbrida.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) na Área Ambiental

Fumas publicou, em janeiro de 2015, os resultados do projeto de P&D Educação Ambiental no Processo de Licenciamento: Construção Metodológica. Após três anos de levantamento de dados com populações das áreas de influência de linhas de transmissão de Fumas, foi desenvolvida, em parceria com três universidades, uma metodologia para a implantação e avaliação de programas de educação ambiental em processos de licenciamento ambiental de sistemas de transmissão.

A metodologia foi apresentada ao Ibama e também a consultorias e empresas do setor elétrico. Até o momento, foram publicados três artigos científicos sobre o estudo e realizadas apresentações em 13 congressos e seminários nacionais e internacionais.

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

O exercício de 2015 caracterizou-se pela continuidade do processo de recuperação gradativa da lucratividade da Empresa, impactada pela prorrogação onerosa das concessões. No exercício, Fumas apresentou, no balanço consolidado, resultado negativo de R\$ 70 milhões, 83% inferior ao apurado no exercício anterior, evidenciando o acerto da estratégia adotada.

Nesse sentido, várias iniciativas vêm sendo empreendidas nos últimos exercícios, especialmente objetivando o aumento das receitas e a redução dos custos e consequente melhoria das margens de lucratividade. Destaca-se a Margem Bruta do balanço consolidado (Lucro Bruto/Receita Operacional Líquida), que aumentou de 13,6% em 2014 para 29,5% em 2015. Esses avanços consolidam o processo de recuperação que a Empresa vem vivenciando.

Consolidação de Participações Societárias

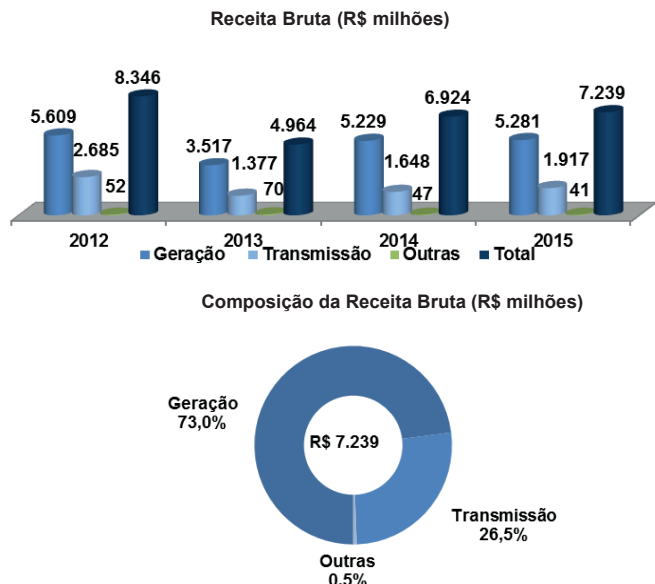
Em 2015, Fumas tomou-se acionista controladora das Sociedades de Propósito Específico (SPEs) integrantes do Complexo Fortim (Energia dos Ventos V a IX) e da SPE Transenergia Goiás S.A. Dessa forma, a Empresa efetuou a consolidação das Demonstrações Financeiras das supramencionadas SPEs ao final do referido exercício. O comparativo entre os dois últimos exercícios se deu considerando as Demonstrações dos Resultados Consolidadas de 2015 com os dados da Controladora de 2014.

Receita Operacional

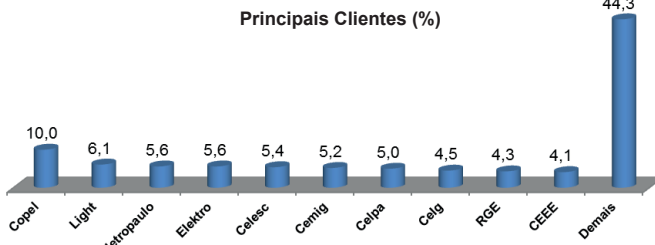
No exercício de 2015 a Empresa conseguiu praticamente restabelecer sua receita operacional, que havia sido fortemente impactada pela prorrogação das concessões sob o novo regime econômico estabelecido pela Medida Provisória nº 579, convertida na Lei nº 12.783/2013. A perda de receita de 40% registrada em 2013, primeiro ano de vigência do novo regime, veio sendo gradativamente recuperada, especialmente a de Geração, para cerca de 87% daquela obtida em 2012.

Como resultado das iniciativas de gestão, ano a ano a Empresa vem adotando estratégias comerciais que resultaram na regeneração de seu faturamento, conforme demonstrado a seguir, e, por conseguinte, no crescimento da margem bruta.

A Receita Operacional Bruta consolidada obtida em 2015, de R\$ 7.239 milhões, está segmentada conforme demonstrado no gráfico a seguir:



Em termos de diversificação de clientes e, por consequência, de risco de inadimplência, a Empresa detém 45 contratos bilaterais de comercialização de energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), com as principais empresas de distribuição. No universo do ACR, dez concessionárias respondem por 56% do faturamento desse segmento, restando evidente a pulverização dos clientes, que mitiga eventuais riscos de inadimplemento. O gráfico a seguir demonstra essa diversificação:



Custos e Despesas Operacionais

O custo de operação (composto por pessoal, material, serviço de terceiros, combustível, depreciação e outros) de 2015 correspondeu a R\$ 2.919 milhões, o que representa um crescimento nominal de 6,96% em relação ao exercício anterior e, portanto, decréscimo em termos reais, em face da inflação de 10,7% verificada no exercício.

A implementação de medidas de otimização, tais como: racionalização da estrutura organizacional, Plano de Readequação do Quadro de Pessoal (Preg), melhoria de processos (PRO-Fumas) envolvendo 218 iniciativas, Orçamento Base Zero; e introdução do Centro dos Serviços Compartilhados proporcionaram ganhos de eficiência que, associados a uma adequada gestão financeira, sedimentam o caminho para o retorno à lucratividade.

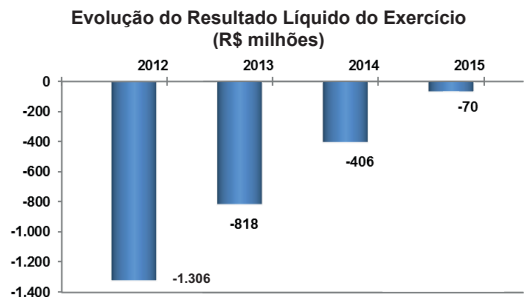
O Lucro Bruto de Fumas no balanço consolidado foi de R\$ 1.890 milhões, representando um crescimento de 125% em relação ao exercício de 2014.

Destaque-se que o custo com pessoal cresceu em termos nominais 7,1% frente à inflação de mais de 10,5%, evidenciando a captura dos benefícios advindos da aplicação do Preg e do PRO-Fumas I e II, que promoveram a reestruturação da Empresa e a readequação de seus quadros entre os exercícios de 2012 e 2014.

Resultado do Exercício

O resultado consolidado do exercício de 2015 foi de R\$ 70 milhões negativos. Apesar de ainda não ser positivo, ficam evidenciados os esforços de recuperação dos impactos ocasionados pela prorrogação das concessões sob a égide do novo regime econômico instituído pela Lei nº 12.783/2013.

O gráfico a seguir apresenta os resultados líquidos obtidos pela Empresa desde a prorrogação das concessões, destacando-se a gradativa recuperação, fruto das iniciativas de restabelecimento das receitas e de aumento de eficiência e redução de custos.



Contribuiu positivamente para a obtenção do resultado de 2015 a repactuação do risco hidrológico, cujo impacto foi de R\$ 306 milhões.

Por outro lado, teve impacto negativo no resultado consolidado de 2015 a constituição de provisões para créditos fiscais, cíveis e trabalhistas e para créditos de liquidação duvidosa, que totalizaram R\$ 383 milhões.

Influenciou ainda de forma negativa o registro da IN 1.515 que se refere à adequação do Regime Tributário de Transição ao IFRS, cujo montante de R\$ 194 milhões foi registrado como provisões-impostos diferidos.

Por fim, por orientação da Eletrobras, foi constituída provisão para suportar eventuais perdas na realização de investimentos em parceria, utilizando metodologia de avaliação conservadora, especificamente para os empreendimentos UHE Santo Antônio, UHE São Manoel e UHE Teles Pires, no valor de R\$ 260 milhões.

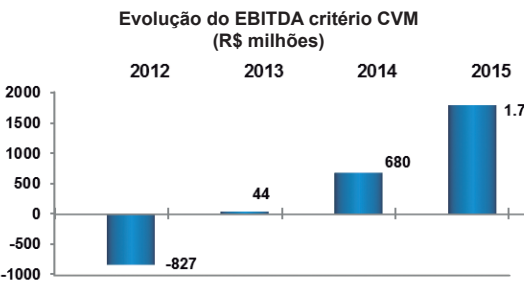
O Resultado Consolidado do Serviço de Energia Elétrica, que expressa a rentabilidade das operações próprias da Empresa, foi positivo no exercício de 2015 em R\$ 1.136 milhões. O resultado da Equivalência Patrimonial contribuiu positivamente no exercício de 2015 em R\$ 406 milhões, ao contrário de 2014, em que foi negativo em R\$ 887 milhões.

EBITDA

O EBITDA da Empresa, calculado segundo a metodologia definida pela CVM, nas demonstrações consolidadas, atingiu o montante de R\$ 1.786 milhões, representando crescimento de 162,6% em relação ao obtido no exercício anterior.

O quadro a seguir demonstra a evolução do EBITDA calculado conforme a metodologia da CVM.

| R\$ milhões | | | | |
|----------------------------------|---------------------|-------|-------|-------|
| EBITDA critério CVM | 2012 reclassificado | 2013 | 2014 | 2015 |
| Lucro (prejuízo) do exercício | (1.306) | (818) | (406) | (70) |
| (+) Tributos sobre o lucro | 136 | 152 | 405 | 310 |
| (-) Resultado financeiro líquido | 106 | 524 | 458 | 1.302 |
| (=) LAJIR ou EBIT | (1.063) | (142) | 458 | 1.542 |
| (+) Depreciação e amortização | 236 | 186 | 222 | 245 |
| (=) LAJIDA ou EBITDA | (827) | 44 | 680 | 1.786 |



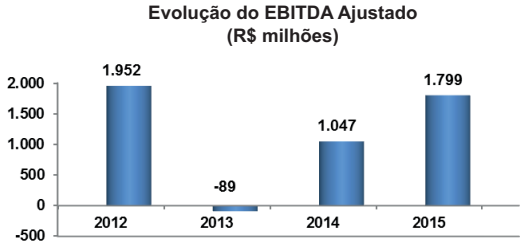
Pela metodologia tradicionalmente utilizada pela Empresa para demonstrar a real geração de caixa, o EBITDA Ajustado relativo aos últimos quatro anos, apresentado no quadro a seguir, evidencia-se, também por este indicador, a recomposição da geração de caixa de Fumas, após o forte impacto provocado pela prorrogação das concessões sob o novo regime econômico.

| | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
|----------------------------------|----------------|-------|-------|-------|
| EBITDA ajustado (*) | reclassificado | | | |
| Lucro bruto | 1.998 | 32 | 840 | 1.890 |
| (+) Depreciação e amortização | 236 | 186 | 222 | 245 |
| (+) Outras receitas operacionais | 196 | | 145 | (166) |
| (-) Outra despesas operacionais | (478) | (307) | (160) | (170) |
| (=) LAJIDA ou EBITDA Ajustado | 1.952 | (89) | 1.047 | 1.799 |

*) EBITDA Ajustado = Lucro Líquido + Depreciação + Resultado Líquido apurado entre Despesas e Receitas Operacionais

Como pode ser observado na tabela anterior, foi apurado em 2015 o EBTIDA de R\$ 1.799 milhões, representando, portanto, crescimento de 71,8% em relação ao exercício anterior, que, pela mesma metodologia de cálculo, atingiu R\$ 1.047 milhões.

Graficamente, assim se apresenta a evolução do EBITDA Ajustado pela metodologia tradicionalmente utilizada pela Empresa:



Liquidez Financeira

Apesar do complexo, restritivo e desfavorável cenário macroeconômico brasileiro vivenciado no exercício de 2015, a Empresa conseguiu gerenciar com sucesso os seus recursos financeiros, cumprindo seu programa de investimentos corporativos e de inversões financeiras, aplicando respectivamente R\$ 729 milhões e R\$ 923 milhões, totalizando R\$ 1.652 milhões, na expansão e modernização dos seus sistemas de geração e transmissão de energia.

A boa liquidez financeira deve-se, em grande parte, ao recebimento do saldo remanescente da indenização devida pela prorrogação das concessões de transmissão, relativamente aos ativos ainda não depreciados ou amortizados da Rede Básica Novas Instalações (RBNi), a qual foi integralmente recebida no exercício de 2015.

No fechamento do exercício, restou, ainda, uma disponibilidade líquida de caixa de mais de R\$ 1 bilhão, o que assegura à Empresa um excelente posicionamento financeiro para enfrentar e vencer os desafios de 2016.

No que concerne aos investimentos corporativos e inversões financeiras nas SPEs em que Furnas possui participação, a seguir estão elencados os montantes aplicados em 2015:

| Investimentos Corporativos (realizado) | R\$ milhões |
|--|-------------|
| Geração | 108 |
| Preservação da capacidade operativa do Sistema de Operação | 40 |
| Modernização da UHE Furnas | 33 |
| Implantação do complexo UHE Simplício / PCH Anta | 19 |
| Outros | 16 |
| Transmissão | 621 |
| Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica | 259 |
| Preservação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica | 221 |
| Implantação da LT Mascarenhas (MG) – Linhares (ES) | 28 |
| Conservação ambiental | 25 |
| Outros | 88 |
| Total | 729 |

| Investimentos em SPEs – Inversões Financeiras (realizado) | R\$ milhões |
|---|-------------|
| Geração | 571 |
| UHE Santo Antônio | 165 |
| UHE Teles Pires | 155 |
| UHE São Manoel | 106 |
| Empreendimentos eólicos | 111 |
| Outros | 34 |
| Transmissão | 352 |
| IE Belo Monte | 194 |
| Vale do São Bartolomeu | 47 |
| Outros | 111 |
| Total | 923 |

Captação de Recursos e Endividamento

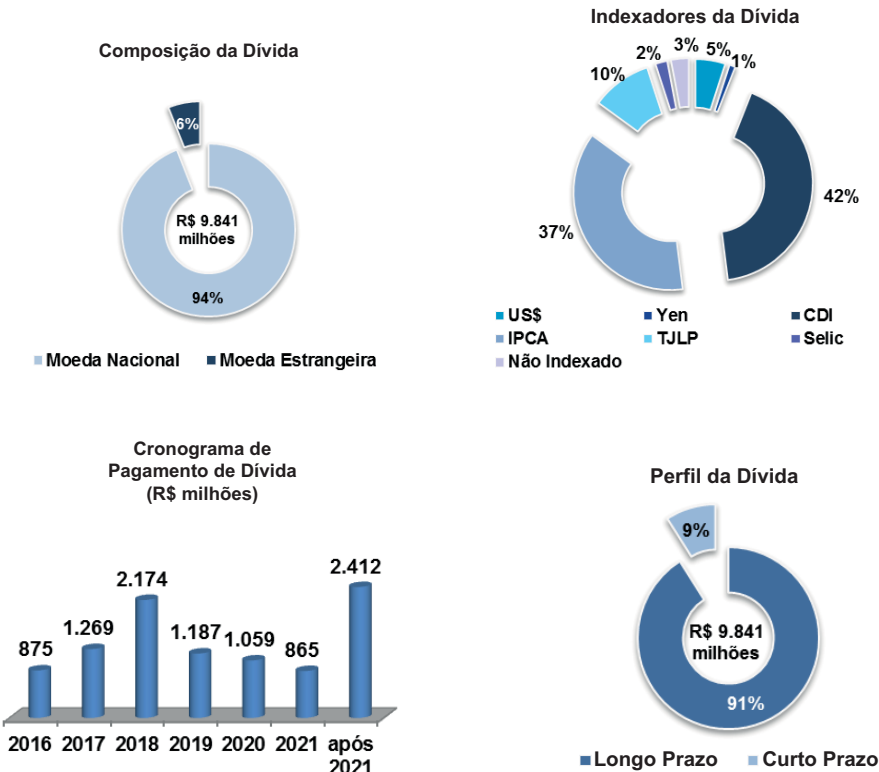
No exercício de 2015, foram realizadas operações de captação de recursos para suportar os investimentos e inversões da Empresa no montante de R\$ 740 milhões, sendo R\$ 604 milhões oriundos de uma operação de cessão de créditos de Furnas e R\$ 136 milhões por conta de contrato de financiamento celebrado com a State Grid Brazil Holding.

A composição do endividamento total, principal acrescido de juros e encargos, ao final do exercício, está representada no quadro a seguir:

| Credor | R\$ milhões Saldo em 31.12.2015 |
|--------------------------------|---------------------------------------|
| Eletrobras (Moeda Nacional) | 3.840 |
| Eletrobras (Moeda Estrangeira) | 159 |
| BID (Moeda Estrangeira) | 472 |
| Caixa Econômica Federal (CEF) | 1.885 |
| Banco do Brasil | 1.411 |
| BNDES | 910 |
| Outros | 515 |
| Cessão de Crédito | 649 |
| Total | 9.841 |

Os principais credores são Eletrobras, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, que, juntos, representam cerca de 74% do endividamento total.

Em 31 de dezembro de 2015, o endividamento financeiro de Furnas atingiu o valor de R\$ 9.841 milhões, possuindo a seguinte configuração:



Indenização dos Ativos de Geração e Transmissão Prorrogados

Em 15 de dezembro de 2015, a Diretoria da Aneel homologou o valor a ser indenizado a Furnas referente aos ativos de transmissão ainda não depreciados ou amortizados correspondentes à Rede Básica do Sistema Existente (RBSE), prorrogados sob as novas regras estabelecidas pela Lei nº 12.783, no montante de R\$ 8.999 milhões (base Dez/2012).

A quantia aprovada por meio do Despacho Aneel nº 4.042/2015, quando atualizada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e acrescida do Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real a.a., alcança, a preços de Dez/2015, a quantia de R\$ 13.183 milhões.

Até o encerramento do exercício de 2015, restava pendente a definição das condições de pagamento dessa indenização. Uma vez fixadas a forma e o cronograma de pagamento, esses recebíveis poderão ser objeto de monetização visando assegurar recursos para suportar os programas de investimento de Furnas dos próximos anos.

Repactuação do Risco Hidrológico - Lei nº 13.203/2015

Em dezembro de 2015, Furnas optou pela repactuação do risco hidrológico no Ambiente de Contratação Regulada de suas usinas.

Por meio dos Despachos nº 160, de 20 de janeiro de 2016 e nº 608, de 10 de março de 2016, a Aneel anuiu ao pedido de Furnas para as UHEs Manso, Simplício, Batalha, Peixoto (Mascarenhas de Moraes), Serra da Mesa e Itumbiara.

Nos 12 meses de 2015, o resultado de Furnas já captura o impacto da adesão à repactuação do risco hidrológico de usinas da Empresa.

UHE Itumbiara – Lei nº 13.182/2015

A referida Lei estabelece que, observadas as condições dispostas no normativo, a concessão da UHE Itumbiara poderá ser prorrogada pelo prazo de até 30 anos a partir de 27 de fevereiro de 2020.

A prorrogação da concessão da Usina em comento será implementada por meio da participação de Furnas no Fundo de Energia do Sudeste e do Centro-Oeste (FESC), com o objetivo de prover recursos para a implantação de empreendimentos de energia elétrica.

Cumprir esclarecer que a supramencionada Lei prevê a uniforme redução dos montantes de energia contratada a partir de fevereiro de 2030 e até fevereiro de 2035.

A partir de fevereiro de 2020, esses montantes de energia, bem como qualquer energia eventualmente descontratada, serão alocados sob o regime de cotas de garantia física de energia e de potência, nos termos da Lei nº 12.783/2013, e assim permanecerão até o final da concessão.

Infere-se, pelo exposto, que a Lei nº 13.182/2015 propicia a Furnas a opção de prorrogação da concessão, com a manutenção em seu portfólio da UHE Itumbiara, de grande relevância em termos de geração energética, de acordo com sua conveniência.

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

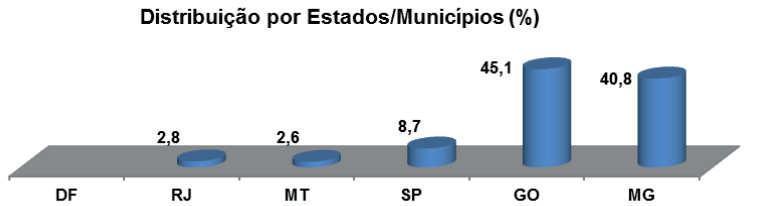
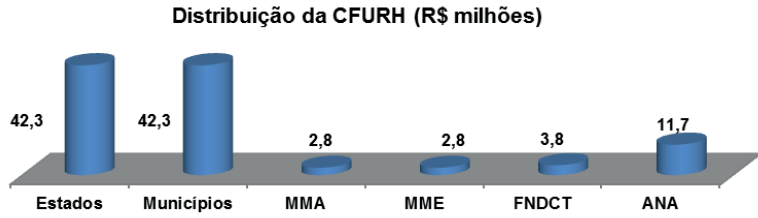
A CFURH é o valor pago pelas concessionárias e demais empresas autorizadas a produzir energia por geração hidrelétrica pela utilização dos recursos hídricos.

Em 2015, Furnas distribuiu R\$ 105,7 milhões, beneficiando as administrações de cinco estados, do Distrito Federal, de 149 municípios e órgãos da Administração Direta da União. Do total arrecadado, R\$ 42,3 milhões foram pagos aos estados e outros R\$ 42,3 milhões foram repartidos entre 149 municípios.

O Estado de Goiás recebeu R\$ 19,1 milhões, seguido por Minas Gerais (R\$ 17,2 milhões), São Paulo (R\$ 3,7 milhões), Rio de Janeiro (R\$ 1,2 milhão), Mato Grosso (R\$ 1,1 milhão) e Distrito Federal (R\$ 9 mil).

Da parte que cabe à União, os Ministérios do Meio Ambiente (MMA) e de Minas e Energia (MME) receberam R\$ 2,8 milhões cada; o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) recebeu R\$ 3,8 milhões; e a Agência Nacional de Águas (ANA), R\$ 11,7 milhões.

Os gráficos a seguir demonstram a distribuição dos recursos provenientes da CFURH.



Furnas contribui, também, proporcionalmente, na compensação de outras sete usinas nas quais possui participação acionária: Baguari (15%) e Retiro Baixo (49%), em Minas Gerais; Peixe Angical (40%), no Tocantins; Foz do Chapecó (40%), entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul; Serra do Facão (49,47%), em Goiás; Santo Antônio (39%), em Rondônia e Teles Pires (24,5%), entre Mato Grosso e Pará. Em 2015, estas hidrelétricas pagaram R\$ 107 milhões em *royalties* pelo uso da água, dos quais coube a Furnas o montante de R\$ 42,3 milhões.

GESTÃO DE PESSOAS

Furnas considera que sua força de trabalho é fator importante de sucesso empresarial. A política de gestão de pessoas atua como agente do fortalecimento organizacional, contribuindo para a competitividade, rentabilidade e sustentabilidade do negócio. Com o objetivo de aumentar a satisfação e melhorar a qualidade de vida dos colaboradores, a gestão de pessoas está direcionada a soluções que proporcionem condições adequadas ao desenvolvimento, valorização e retenção de pessoas.

A Empresa busca sempre melhorar seus modelos de gestão e criar ambientes de trabalho capazes de motivar e comprometer sua força de trabalho com a estratégia empresarial, visando desenvolver competências profissionais e excelência, com vistas ao alcance dos objetivos organizacionais. Os colaboradores são estimulados a atuar com ética, transparência, inovação e foco em resultados.

A partir desta premissa, encontra-se implantado, desde 2014, o Novo Modelo de Gestão Estratégica de Pessoas, o qual alinha as políticas e práticas de gestão de pessoas às estratégias de negócio e às diretrizes e objetivos de Furnas.

Quadro de Pessoal

Quadro de Pessoal Próprio

Furnas encerrou o ano de 2015 com 3.548 empregados efetivos. O aumento de 31 empregados em relação a 2014 deve-se à diferença entre 51 entradas e 20 saídas ocorridas no período, conforme detalhado na tabela a seguir.

| Empregados | Quantidade |
|----------------------------|--------------|
| Total em 31.12.2014 | 3.517 |
| Entradas até 31.12.2015 | 51 |
| Saídas até 31.12.2015 | 20 |
| Total em 31.12.2015 | 3.548 |

Quadro de Pessoal Não Efetivo

Furnas encerrou 2015 com 1.178 empregados do quadro não efetivo. O decréscimo de 152 empregados em relação a 2014 deve-se a 119 demissões através da segunda fase do acordo para desligamento dos não efetivos, 20 demissões por motivos diversos e 13 aprovações em concurso público.

| Não Efetivos - Mão de Obra Direta | Quantidade |
|-----------------------------------|--------------|
| Em 2014 | 1.330 |
| Em 2015 | 1.178 |
| Variação em 2015 | (152) |

O Acordo celebrado com a Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) e o Ministério Público do Trabalho (MPT) prevê a redução total dos empregados não efetivos, de forma escalonada. A solução é resultado de longa batalha judicial, iniciada em 2004, em que o MPT determinou a substituição imediata da mão de obra não efetiva de Furnas.

Com respeito a estagiários, Furnas contava, ao final de 2015, com um quadro de 422 estudantes, conforme apresentado a seguir.

| Estagiários | | | | | |
|--------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Gênero | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
| Feminino | 245 | 268 | 272 | 270 | 217 |
| Masculino | 241 | 173 | 173 | 218 | 205 |
| Total | 486 | 441 | 445 | 488 | 422 |

Furnas possui 24 empregados portadores de necessidades especiais em seu quadro efetivo. O contrato com o Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD) complementa a determinação legal, permitindo à Empresa cumprir com sua responsabilidade corporativa até que, progressivamente, a cota seja preenchida por concursados, com a consequente substituição desta mão de obra contratada, de 224 pessoas, por efetiva. Ao final do exercício de 2015, o número total de portadores de necessidades especiais era de 248 pessoas.

Atração e Retenção de Talentos

Em 2012, foi iniciado o processo de mobilidade interna, que conjuga as necessidades da Empresa com as expectativas de desenvolvimento de carreira de seus empregados e tem por objetivo definir critérios para a movimentação interna de empregados entre as áreas de Furnas, otimizando a alocação de pessoal e permitindo o alinhamento dos objetivos estratégicos da Empresa com os interesses e competências dos empregados.

Este processo é constituído por dois programas:

- recrutamento interno: os órgãos da Empresa apresentam suas necessidades de preenchimento de postos de trabalho, possibilitando que empregados com o perfil adequado possam candidatar-se. Trata-se da principal ferramenta para mobilidade de pessoal;
- busca de oportunidades: empregados interessados em mudança de processo de trabalho ou de área manifestam sua intenção, tendo em vista novas oportunidades de desenvolvimento de carreira, disponibilizando seu currículo e apresentando seus conhecimentos e habilidades.

Em abril de 2015, foi lançado o primeiro ciclo de recrutamento interno, estando previsto novo ciclo ainda no primeiro semestre de 2016.

Programa de Integração dos Novos Empregados (PINE)

Empresa de economia mista, Furnas segue os princípios constitucionais e somente admite empregados por meio de concurso público. Para facilitar a adaptação de novos empregados às práticas da Empresa, foi implantado o Programa de Integração dos Novos Empregados (PINE), com duração de duas semanas, no qual são ministradas palestras sobre os temas estrutura organizacional, visão, missão e valores, atribuições de cada diretoria, benefícios oferecidos, plano de carreira e remuneração, políticas de desempenho e código de ética, entre outros.

Os empregados participam, também, de outras dinâmicas e do Projeto de Acompanhamento do Novo Empregado, que fornece subsídios para a avaliação, mapeamento e desenvolvimento de pessoas, para orientar carreiras e direcionar o desenvolvimento de competências necessárias à vida profissional.

Plano de Carreira e Remuneração (PCR)

Furnas adota, desde 2010, o Plano de Carreira e Remuneração (PCR) das empresas Eletrobras, que utiliza como base o conceito de competências como principal referência para gestão de pessoas. O modelo de carreira utilizado visa alinhar políticas e práticas de gestão de pessoas ao direcionamento estratégico empresarial, bem como integrar os processos de gerenciamento de pessoas na busca da melhoria do desempenho organizacional.

O PCR está baseado na descrição de cargos, separados por natureza e complexidade. Para as remunerações, são considerados os cargos, as faixas de complexidade em que o funcionário se enquadra e os critérios para progressões horizontais e verticais, concedidas de acordo com o desempenho do empregado.

Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

Furnas concede a seus empregados efetivos a participação nos lucros e resultados após o encerramento de cada exercício financeiro, desde que as metas coletiva e individual sejam alcançadas.

As metas coletivas são indicadores financeiros (margem operacional líquida e índice de custo) e operacionais (disponibilidade operacional do sistema de geração e transmissão). A meta individual consiste no fator de contribuição individual, que corresponde à relação entre os dias (ou horas) efetivamente trabalhados pelo empregado e o total de dias (ou horas) exigidos.

Além das metas, há ainda pré-requisitos fundamentais para este pagamento, que estão relacionados à distribuição de dividendos aos acionistas da Eletrobras e de Furnas, à razão de 50% do resultado das metas da *Holding* e 50% de sua subsidiária. O montante a ser distribuído aos empregados não pode ultrapassar o limite de quatro remunerações. A PLR está em conformidade com o estabelecido na Resolução do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (CCE) nº 10/1995 e na Lei nº 10.101/2000.

Benefícios

Como parte da política de valorização e retenção de seus empregados, Furnas agrega, aos benefícios e vantagens a que está obrigada por lei e aos que concede por força de Acordos Coletivos de Trabalho, outros, de forma espontânea, com base nas premissas da sua política de recursos humanos, destacando-se plano de saúde e odontológico, auxílio-alimentação ou refeição, auxílio-creche, auxílio-educacional, auxílio-funeral, cesta natalina, reembolso de medicamentos e seguro de vida, entre outros.

Plano de Previdência Complementar

Furnas é patrocinadora instituidora da Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social (FRG), pessoa jurídica sem fins lucrativos que tem por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes.

Em 31 de dezembro de 2015, do total de 11.419 participantes dos dois planos administrados pela FRG, Plano de Benefício Definido (BD) e Plano de Contribuição Definida (CD), 8.931 eram filiados ao plano BD, sendo 1.070 ativos, 6.315 assistidos, 1.492 pensionistas, 5 autopatrocinados e 49 ex-participantes que deixaram de ser empregados de Furnas, não mais contribuindo para o plano, e que farão jus ao denominado benefício proporcional diferido quando se tornarem elegíveis ao benefício de complementação de aposentadoria. Os demais 2.488 participantes, filiados ao plano CD ao final de 2015, dividiam-se em 2.360 ativos, 72 assistidos, 24 pensionistas, 19 autopatrocinados e 13 que aderiram ao benefício proporcional diferido.

Durante o ano de 2015, o valor das contribuições normais pagas por Furnas para a constituição das reservas matemáticas de benefícios a conceder nos dois planos foi de R\$ 50.653.711,71. Com relação ao valor destinado pela Empresa à cobertura de despesas administrativas da FRG, este alcançou R\$ 43.289.261,29 no exercício.

Até a data de fechamento deste Relatório, a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp) ainda não havia divulgado o *ranking* de 2015.

Desenvolvimento e Capacitação dos Empregados

Em 2015, Furnas continuou a capacitar seus empregados com ações educacionais específicas nas áreas de negócio para aprimoramento dos processos de trabalho e, também, com ações educacionais ligadas ao Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), este com requisitos de capacitação levantados na avaliação de desempenho de cada empregado.

Adicionalmente, foram realizadas inscrições de empregados em ações de longa duração, como cursos de especialização, pós-graduação e MBA alinhados aos processos de trabalho. Foram ofertadas, ainda, ações educacionais em temas técnicos diversos.

Paralelamente, prosseguiram ações de gestão do conhecimento visando reter na Empresa os conhecimentos necessários para que esta alcance suas metas estratégicas, tais como as Comunidades de Prática, os Fóruns de Discussão, o curso *on-line*

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A atuação de Furnas se dá com respeito à legislação e a seus compromissos com o desenvolvimento sustentável e com a promoção dos direitos humanos e da cidadania, buscando fazer de seus empreendimentos oportunidades para as comunidades de seu entorno e para a sociedade. Por meio de seu exemplo, contribui para estabelecer padrões elevados de responsabilidade social. Faz do bom relacionamento construído com as comunidades um facilitador de seus negócios, gerando, assim, valor para a sociedade e para a Empresa.

Os investimentos são oriundos de recursos próprios ou incentivados por renúncia fiscal (Lei Rouanet, Lei de Incentivo ao Esporte e doações ao Fundo da Infância e Adolescência - FIA) e se distribuem nas áreas social, cultural e esportiva.

Atuação Social

A atuação social está alinhada à gestão estratégica da Empresa, às diretrizes da Eletrobras, aos programas do Governo Federal e às políticas públicas. Também se alinha aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e aos princípios do Pacto Global das Nações Unidas.

Em 2015, Furnas apoiou a publicação do Atlas Brasil, produzido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e vem acompanhando a transição dos Objetivos do Milênio para os Objetivos de Sustentabilidade, iniciativa da ONU, que mescla, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. O documento final foi aprovado, após período de debate, na Rio+20 e encontra-se em fase inicial de implementação.

A seleção de projetos e organizações parceiras na atuação social é feita com rigor, respeitando aos princípios de moralidade, transparência e impessoalidade. Todos os investimentos são acompanhados e avaliados, e a liberação de recursos se dá mediante estrito cumprimento das obrigações definidas nos contratos.

Os investimentos estão distribuídos através dos seguintes grupos: Programa Furnas Social, Projetos Sociais em Parceria, Programa de Desenvolvimento Territorial e Projeto Energia Social Furnas.

• Programa Furnas Social

Uma seleção pública, através de edital aberto, identifica os projetos de organizações sociais, localizados em áreas de atuação da Empresa ou de novos empreendimentos, que deverão receber recursos para apoio a suas atividades. Nesta modalidade, foram atendidas, em 2015, 243 ações sociais.

Entre as organizações apoiadas, destacam-se as escolas públicas, através de caixas escolares ou associações, entidades de atendimento e apoio a portadores de doenças crônicas ou deficientes, asilos, abrigos, hospitais e instituições sem fins lucrativos. Também consta apoio aos Centros Comunitários de Produção (CCP), associações de pequenos produtores e agricultura familiar, e comunidades quilombolas.

• Projetos Sociais em Parceria

Nesta modalidade, são apoiados projetos selecionados por Furnas, implementados em locais de atuação da Empresa ou em novos empreendimentos por organizações parceiras. Em 2015, foram apoiados 12 projetos, com ênfase principal em educação e geração de renda.

• Programa de Desenvolvimento Territorial

Este programa visa fortalecer a organização das comunidades e elaborar um projeto comum de desenvolvimento local, facilitando, posteriormente, o diálogo público e a seleção de projetos a serem apoiados. Desde 2005, foram elaborados 21 Diagnósticos Sociais Participativos, 11 Planos de Ação de Desenvolvimento Local Consolidados, 10 Projetos de Referência financiados pela Empresa e 10 Fóruns Comunitários.

• Projeto Energia Social Furnas

Criado em 2015, este projeto permitiu levar o nome de Furnas e seus compromissos sociais às comunidades relacionadas aos empreendimentos da Empresa. Nas ações desenvolvidas nestas comunidades, são trabalhados conceitos envolvendo cidadania, uso racional de energia e água, gênero, valorização e respeito ao indivíduo.

Atuação Esportiva

O investimento de Furnas na área esportiva, utilizando recursos incentivados, contribui para o fortalecimento da marca e para o relacionamento com seus públicos.

A Empresa patrocinou, em 2015 o projeto Fla Olímpico, nas modalidades: natação, nado sincronizado e polo aquático. Cabe destacar o êxito de um atleta oriundo deste projeto, que alcançou o índice e disputará as Olimpíadas do Rio de Janeiro em agosto de 2016.

Além disso, alguns projetos sociais apoiados estão orientados para atividades esportivas e disseminação de novas modalidades, como o projeto Núcleo de Vôlei de Praia Adriana Samuel e o Rugby em Cadeiras de Rodas.

Promoção dos Direitos Humanos e da Diversidade

• Direitos da Criança e do Adolescente

Furnas desenvolve ações de sensibilização e mobilização pelos direitos das crianças e adolescentes e participa ativamente de algumas iniciativas. Dentre elas, destaca-se a Agenda de Convergência no Contexto de Obras e Empreendimentos. Criada no âmbito do Programa Desenvolvimento Local e Grandes Empreendimentos, de iniciativa da Fundação Getúlio Vargas, tem como objetivo articular e disseminar ações que contribuam para assegurar os direitos e oportunidades a crianças e adolescentes expostos aos impactos de grandes empreendimentos, especialmente durante o período de realização das obras.

Esses objetivos se concretizam por meio de dois produtos. O primeiro, um conjunto de diretrizes para padrão de desempenho (*performance standard*) voltadas à proteção de crianças e adolescentes frente à exploração sexual no contexto de grandes empreendimentos. O segundo, uma metodologia para diagnóstico e monitoramento da situação da criança e do adolescente em regiões que recebem os grandes empreendimentos. Em 2015, foram realizados encontros e diálogos que contribuiram para o avanço das propostas.

• Equidade de Gênero

O Comitê Pró-Equidade de Gênero apoia a Diretoria Executiva de forma permanente e sistemática no propósito de cumprir a política pró-equidade de gênero, promover a orientação da Empresa em fóruns e analisar a legislação, entre outras questões. Tem destacada atuação em Furnas e tem contribuído, por meio de suas ações de mobilização e influência, para que a Empresa se destaque neste tema.

Atuação Cultural

O investimento cultural de Furnas se materializa no apoio a projetos incentivados e pela programação do Espaço Furnas. Esta última se dá com atrações selecionadas através de edital público, de ampla divulgação e do investimento em projetos culturais.

Em 2015, dos 461 projetos inscritos, foram selecionados 12 projetos de música, 9 de teatro e 4 de exposição. Também foram patrocinados 15 projetos culturais, todos incentivados por meio da Lei Rouanet, obtendo, no exercício, mais de R\$ 2,8 milhões em renúncia fiscal.

• Patrocínio a Eventos

Em 2015, Furnas patrocinou 10 eventos, sendo 1 por meio do Edital de Seleção Pública de Patrocínio a Eventos do Setor Elétrico (Edital Eletrobras) e 9 por escolha direta.

Atuação Institucional

Em 2015, Furnas ampliou a interlocução com a Sociedade Indígena Kaingang de Queimadas, localizada no município de Ortigueira (PR). Com o objetivo de minimizar impactos negativos por conta do uso de parte do território da tribo ao longo das Linhas de Transmissão Ivaiporã-Itaberá I e II, enquanto estiver em andamento o processo de Licenciamento Corretivo, a Empresa iniciou um processo de interlocução para atendimento às ações sociais da comunidade, onde foram envolvidos novos atores com conhecimentos e atuações distintas.

Em reunião realizada no Ministério Público de Londrina, com a presença do Presidente da Funai, ficou acertada a celebração de Termo de Compromisso entre Furnas, Fundação Nacional do Índio (Funai) e Associação Comunitária Indígena Queimadas (CIQ), com interveniência do Ministério Público Federal (MPF). O objetivo do Termo de Compromisso é o apoio de Furnas à Comunidade Indígena Kaingang da Terra Indígena Queimadas, por meio de sua associação, para atendimento das necessidades apresentadas pelos seus habitantes, na implantação de projetos sociais capazes de impulsionar e promover o desenvolvimento socioeconômico da comunidade, especialmente nas áreas de segurança alimentar, saúde, saneamento, educação, meio ambiente e cultura, com foco na sustentabilidade.

Indicadores Sociais Externos – Valores Repassados - 2015

| | R\$ mil |
|--|---------------|
| Atuação Social | 5.977 |
| Projetos Sociais em Parceria e Edital do Programa Furnas Social | 5.939 |
| Educação | 321 |
| Promoção da Cidadania e dos Direitos | 830 |
| Geração de Trabalho e Renda | 1.134 |
| Saúde e Segurança Alimentar | 622 |
| Esporte e Lazer | 205 |
| Infraestrutura | 2.501 |
| Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente | 199 |
| Meio Ambiente | 60 |
| Cultura | 67 |
| Programa de Desenvolvimento Territorial | 25 |
| Projeto Energia Social Furnas | 13 |
| Atuação Esportiva | 486 |
| Patrocínios Incentivados (Lei de Incentivo ao Esporte) | 424 |
| Patrocínios não Incentivados | 62 |
| Promoção dos Direitos Humanos e da Diversidade | 85 |
| Ações de Direitos da Criança e do Adolescente | 11 |
| Ações de Equidade de Gênero | 74 |
| Atuação Cultural | 5.825 |
| Patrocínios Culturais não Incentivados (Espaço Furnas Cultural) | 1.823 |
| Patrocínios Culturais Incentivados (Lei Rouanet) | 4.002 |
| Patrocínio a Eventos | 819 |
| Patrocínios a Eventos Técnicos | 749 |
| Patrocínio a Eventos do Edital do Setor Elétrico | 70 |
| Atuação Voluntária | 455 |
| Investimento na Mobilização/Capacitação de Voluntários | 106 |
| Investimento no Apoio a Atividades do Voluntariado | 349 |
| Tempo do Empregado Investido no Voluntariado | - |
| Atuação Institucional | 630 |
| Patrocínios Institucionais | 630 |
| Doações | 457 |
| Doação ao Fundo para a Infância e Adolescência | - |
| Doação para Situação Emergencial | 434 |
| Doação para Situação de Calamidade Pública | 23 |
| Doação de Bens Inservíveis para a Empresa | - |
| Atuação em Campanhas | 82 |
| Apoio a Campanhas | 82 |
| Total de Investimentos | 14.816 |

Participação em Programas de Governo

Comitê de Entidades no Combate à Fome e Pela Vida (Coep)

Furnas apoia a Secretaria Executiva do Coep. Criado em 1993, este reúne organizações públicas e privadas de todo o País e desempenha importante papel de mobilização e articulação social, incentivando e participando de iniciativas que têm como objetivo o desenvolvimento humano, social e sustentável.

Desde o início de sua trajetória, o Comitê estimula suas associadas a promoverem ações complementares às políticas públicas do Governo Federal.

Em 2015, destacaram-se as seguintes iniciativas de mobilização social:

- Reuniões regionais sobre mobilização social no contexto atual e seus desafios** – A cada ano, o Coep define uma estratégia de mobilização para todas as suas redes - comunidades, organizações e pessoas. Em 2015, foi lançada a estratégia Mobilização para Promoção da Cidadania, divulgada e implementada por meio do Facebook.

Esta proposta tem como objetivo incentivar pessoas a desenvolverem iniciativas de mobilização ou ações coletivas voltadas para três eixos de atuação da Rede Coep: Erradicação da miséria; Meio ambiente, clima e vulnerabilidade; e Participação, direitos e cidadania.

- Rede de Comunidades do Semiárido** – Para incentivar a mobilização, o fortalecimento e a ampliação das capacidades comunitárias para o desenvolvimento local, estiveram reunidos, em Campina Grande (PB), 80 jovens de sete estados da Região Nordeste no Fórum de Lideranças Jovens do Semiárido, que fazem parte da Rede de Comunidades, hoje com 100 participantes.

O Fórum aproximou e formou laços entre as comunidades inseridas na Rede ao longo do primeiro semestre, avaliou conquistas das comunidades participantes de projetos anteriores e iniciou o planejamento dos próximos passos para o novo grupo.

- Programa Comunidades Semiárido** - Lançadas cinco publicações do Programa: "Questionário do Diagnóstico Comunitário Participativo"; "Correspondentes da Rede Comunidades Semiárido"; "Repórter por um dia"; "Quem conta um conto aumenta um ponto"; e "Se essa rua fosse minha". Estes textos foram desenvolvidos pelos comunitários com ilustrações e edição do Coep e se encontram na biblioteca virtual <https://issuu.mobilizadorescoep>.

- Rede Mobilizadores** – Promove a troca de experiências para aprimorar práticas, replicar iniciativas bem sucedidas e mobilizar pessoas para que atuem de forma organizada em prol dos direitos humanos e da cidadania.

Os temas abordados na página www.mobilizadores.org.br são definidos a partir de visitas diárias em redes sociais e veículos de comunicação voltados para a área social, e abordam assuntos que contemplam os três eixos de atuação da Rede Coep acima citados.

Programa da Coleta Seletiva Solidária

Criado a partir do Decreto Federal nº 5.940/2006, o qual estabelece que a separação, na fonte geradora, dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta seja destinada às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Este programa é monitorado pela Secretaria Geral da Presidência da República, sendo esta responsável pela avaliação semestral do andamento das atividades de coleta seletiva nas empresas públicas federais.

A Comissão da Coleta Seletiva Solidária de Furnas trabalha desde 2008 pelo melhor aproveitamento de resíduos para reutilização e reciclagem. Desde o início da implantação do programa, mais de 1.454 toneladas de materiais recicláveis (papel, plástico, metal e vidro) foram destinadas a 29 cooperativas de catadores parceiras de várias unidades da Empresa. Em 2015, a Empresa destinou ao programa 149.574 toneladas de resíduos, contribuindo para a inclusão socioeconômica de centenas de famílias de catadores.

Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)

Criado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), o programa tem como princípios a inserção dos critérios socioambientais nas atividades administrativas e operacionais da administração pública, que vão desde a mudança na forma de comprar e contratar serviços (licitações sustentáveis) até a gestão adequada dos resíduos gerados e dos recursos naturais utilizados, além de promover melhoria na qualidade de vida no ambiente de trabalho. Furnas aderiu à A3P em outubro de 2012.

O Programa está fundamentado em cinco eixos temáticos: uso racional dos recursos naturais e bens públicos; gestão adequada dos resíduos; melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização e capacitação dos empregados; e contratações públicas sustentáveis.

Em maio de 2015, Furnas foi convidada a compor a Rede A3P Rio, que reúne grupos já existentes e atuantes nas instituições públicas do Estado do Rio de Janeiro, agregando servidores das três esferas (Federal, Estadual e Municipal), assim como dos três poderes: Executivo, Judiciário e Legislativo, na tentativa de contribuir com o Estado do Rio de Janeiro no combate ao desperdício, pela utilização mais consciente dos recursos disponíveis, colaborando com o equilíbrio ambiental, e pela inclusão social da parcela menos favorecida da população. Furnas participa como Coordenação Adjunta do Eixo Temático.

Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios (Prodeem)

Criado, em 1994, pelo Ministério de Minas e Energia (MME), o Prodeem atende às populações desassistidas de rede elétrica convencional, utilizando-se de fontes energéticas renováveis e livres de poluição. A principal fonte utilizada pelo Prodeem é a fotovoltaica, que transforma a energia solar em energia elétrica, destinada a escolas rurais, poços de abastecimento de água e outras atividades comunitárias, em locais ainda não servidos por redes de distribuição rural das concessionárias e normalmente distantes das sedes dos municípios ou de difícil acesso.

Desde 2004, por força do Convênio 012/2004-MME/Furnas, a Empresa é responsável pela execução do Plano de Revitalização e Capacitação do Prodeem (PRC/Prodeem) nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e Goiás.

Em 2015, dentro do programa de transferência patrimonial de bem público às concessionárias de energia elétrica, Furnas celebrou, com as empresas Cemig Distribuição S.A (Cemig-D) e Celg Distribuição S.A (Celg-D), com a interveniência do MME, dois Termos de Cessão de Uso de Bem Público de Equipamentos/Sistemas Fotovoltaicos do Prodeem, totalizando 18 sistemas, de um total de 104 Sistemas Fotovoltaicos em operação, sendo: 3 para a Cemig–D e 15 para a Celg–D.

Os demais sistemas fotovoltaicos em operação estão sendo mantidos em condições operativas, objetivando a sua transferência patrimonial a diversos entes públicos das esferas federal, estadual e municipal, em conformidade com as determinações do MME e segundo a legislação vigente.

Ainda em 2015, Furnas realizou, no âmbito das diversas localidades em que estão instalados os sistemas fotovoltaicos, compreendendo os estados da Região Sudeste e do Estado de Goiás, cerca de 70 deslocamentos a essas localidades para realização de serviços de manutenção corretiva e inspeções para recuperação da capacidade operativa desses sistemas, bem como para desativação de cinco situados em comunidades que foram beneficiadas pelo programa Luz para Todos, com a instalação de redes de distribuição de energia convencional das concessionárias de energia elétrica.

Programa Luz para Todos (PLpT)

Lançado pelo Governo Federal em novembro de 2003, coordenado pelo MME e operacionalizado com a participação da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras e das empresas que compõem o Sistema Eletrobras, o programa tem por objetivo levar energia elétrica, gratuitamente, à população rural que ainda não tem acesso a este serviço público e fazer da eletricidade vetor de desenvolvimento e renda para as comunidades atendidas. Por meio do Decreto nº 8.387, de 30 de dezembro de 2014, o Programa foi prorrogado até o ano de 2018.

Em 2015, os estados do Espírito Santo e Minas Gerais foram considerados universalizados, uma vez que concluíram o número de ligações contratadas. Na área de atuação de Furnas, foram realizadas 1.545 ligações, beneficiando 7.725 pessoas em três estados: Rio de Janeiro (110 ligações), São Paulo (882 ligações) e Goiás (553 ligações).

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Como empresa de geração e transmissão de energia elétrica, Furnas reconhece que suas atividades podem levar à interferência ambiental, sendo seu compromisso conduzir suas ações respeitando o meio ambiente, promovendo o aproveitamento dos recursos naturais de maneira sustentável e a conservação da diversidade biológica, e incorporando os processos associados ao ecossistema florestal.

A atuação da Empresa é orientada por suas políticas ambientais, que consideram aspectos legais, além de práticas e experiências acumuladas, na busca da integração harmônica de seus empreendimentos com o meio ambiente.

Em 2015, foi revisada a Política Ambiental de Furnas, datada de 1998. O novo texto está em consonância com a Política Ambiental das Empresas Eletrobras e inclui novas premissas, como a conservação do capital natural e a prevenção da poluição.

Licenciamento Ambiental

Para efetiva observância da regularidade dos empreendimentos de Furnas, todos os estudos e relatórios elaborados para o licenciamento ambiental são conduzidos de forma a atender às condicionantes estabelecidas pelos órgãos ambientais competentes.

No exercício, foram obtidas as seguintes licenças ambientais:

| Licença | Empreendimento |
|----------------------------------|---|
| Licença de Instalação (LI) | ♦ LT Xvantes-Pirineus TAP - 230 kV ♦ SE Grajaú – 20 P |
| Licença Prévia e de Instalação | ♦ UTE Santa Cruz (dragagem) |
| Licença de Instalação e Operação | ♦ SE Campos – 10P/30P/40P/17R |
| Licença de Operação | ♦ LT 345kV Adrianópolis – Loop – Venda das Pedras – Macaé ♦ LT 138 kV Santa Cruz - Jacarepaguá I - Torre 02 a SE Zona Oeste ♦ LT 138 kV Santa Cruz - Jacarepaguá I - Torre 30 a SE Zona Oeste ♦ UHE Porto Colômbia ♦ UHE Corumbá (licença de funcionamento) |

Compensação Ambiental e Programas Ambientais

Foram investidos, no ano, cerca de R\$ 540 mil em compensação ambiental, referentes à UHE Simpício, queda única, e às LTs Macaé-Campos e Ibiúna-Bateias.

Mudanças Climáticas

Furnas, como empresa do Sistema Eletrobras, assumiu publicamente a Declaração de Compromisso da Eletrobras sobre Mudanças Climáticas. Desde 2013, foram instituídas metas de redução de Gases de Efeito Estufa (GEE). Em 2015, a Empresa atingiu a meta estabelecida, com redução de 3% em energia elétrica consumida e aumento de 6% em utilização de combustíveis renováveis.

Ademais, Furnas, em 2015, completou dois anos de participação no Sistema de Comércio de Emissões da Plataforma Empresas Pelo Clima (SCE EPC), promovida pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas (GVces), em parceria com a Bolsa de Valores Ambientais do Rio de Janeiro (BVRio). A iniciativa estabelece um simulado de mercado de carbono, com o objetivo de engajamento de empresas brasileiras frente às mudanças climáticas, à gestão de emissões de GEE e à proposição de políticas públicas.

Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa

Desde 2008, Furnas é membro do programa brasileiro do *Greenhouse Gas Protocol*. O GHG Protocol é uma ferramenta desenvolvida, originalmente, pelo *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD) e pelo *World Resources Institute* (WRI) para que as empresas possam efetuar a medição e gestão de suas emissões de GEE por meio de metodologia internacionalmente aceita. Estas informações são requeridas hoje pelos índices de sustentabilidade empresarial nos mercados nacional (ISE Bovespa) e internacional (*Dow Jones Sustainability Index*).

Gestão da Questão Indígena

A parceria de Furnas com a Funai e com a comunidade indígena Avá-Canoeiro ocorre desde 1992, com a implantação da UHE Serra da Mesa, em Goiás. Em agosto de 2015, foi firmado novo contrato, dando continuidade aos serviços de vigilância da Terra Indígena Avá-Canoeiro. Em dezembro, foi efetivada a doação de terreno em Minaçu (GO), para construção do Centro Técnico e Cultural Avá-Canoeiro.

As áreas adquiridas por Furnas para reposição da área da Terra Indígena Avá-Canoeiro estão em processo de transferência para a Funai. Além disso, está sendo providenciado um Termo Aditivo para aditamento do prazo e para conclusão da implantação, pela Funai, do Programa de Apoio aos Avá-Canoeiro (PAAC).

Educação Ambiental

Os Programas de Educação Ambiental (PEAs) vêm capacitando a população direta e indiretamente afetada por empreendimentos de Furnas. A partir de diálogos com a comunidade, vem sendo possível conhecer as necessidades e potencialidades locais e, com isso, desenvolver processos educativos.

Em algumas unidades, funcionários de Furnas foram sensibilizados pelos Programas de Educação para Trabalhadores (Peats).

Os treinamentos realizados trataram dos temas:

- técnicas de gestão de resíduos;
- preservação de Áreas de Preservação Permanente (APPs);
- práticas sustentáveis em agricultura;
- produção sustentável em meliponicultura;
- manuseio de agrotóxicos;
- educação em saúde;
- educomunicação.

No total, 3.976 indivíduos participaram das ações dos programas de educação ambiental de Furnas em 2015.

Relação de pessoas assistidas por empreendimento

| Empreendimento | PEA | PEAT | Total |
|-------------------------|------|------|-------|
| AHE Simplicio | 350 | 70 | 420 |
| UHE Batalha | 80 | 60 | 140 |
| UHE Funil | 182 | 54 | 236 |
| UHE Marimbondo | 1351 | - | 1351 |
| LT Anta-Simplicio | 180 | - | 180 |
| LT Batalha-Paracatu | 628 | - | 628 |
| LT Mascarenhas-Linhares | 99 | 172 | 271 |
| LT Norte-Sul | 150 | - | 150 |
| LT Xavantes-Pirineus | 600 | - | 600 |
| Total | 3620 | 356 | 3976 |

Água, Efluentes e Resíduos

Foram realizadas inspeções técnicas para elaboração e atualização dos Planos de Monitoramento de Efluentes e Qualidade da Água (PMEQAs), Planos de Gerenciamento de Resíduos (PGRs) e Planos de Atendimento a Emergência (PAEs) nos empreendimentos apresentados a seguir.

| | PMEQA | PGR | PAE |
|--------------------------|---|---|--|
| Subestação (SE) | Brasília Sul, Brasília Geral, Samambaia e Vitória | Adrianópolis, Angra, Brasília Sul, Brasília Geral, Grajaú, Jacarepaguá, Pirineus, Poços de Caldas Samambaia, Vitória e São José | Vitória e São José |
| Usina Hidrelétrica (UHE) | Luiz Carlos Barreto, Marimbondo, Porto Colômbia e Serra da Mesa | Estreito, Funil, Furnas, Marimbondo, Itumbiara, Porto Colômbia e Simplicio | Corumbá, Funil, Itumbiara, Luís Carlos Barreto, Porto Colômbia e Simplicio |
| Usina Termelétrica (UTE) | - | Santa Cruz e Campos | - |
| Centro de Distribuição | - | Rio de Janeiro | - |

Em 2015, foi aprovada a Instrução Normativa de Gerenciamento de Resíduos, com foco na melhoria do desempenho ambiental da Empresa. O documento estabelece critérios para o gerenciamento de resíduos, visando ao controle e à redução de riscos às pessoas e ao meio ambiente, em conformidade com as políticas institucionais e com a legislação vigente.

Conservação da Ictiofauna

Desde 1979, com o intuito de minimizar os impactos causados pelos barramentos das UHEs sobre a ictiofauna, Furnas promove a criação de trairão e peixes de piracema nativos para o repovoamento dos reservatórios situados nos rios Grande e Paranaíba.

Em 2015, foi realizada a produção de 58.130 alevinos, dos quais 53.270 peixes de piracema. Visando promover o desenvolvimento do conhecimento científico, Furnas doou 1.130 alevinos de peixes nativos para universidades federais.

Gestão Fundiária

Foi concluída a liberação das áreas atingidas pelos empreendimentos LT 138 kV Batalha-Paracatu 1 e UHE Batalha. Estão em andamento apenas atividades de regularização dominial de alguns desses imóveis. O processo de liberação de áreas da LT 230 kV Xavantes-Pirineus também foi concluído em 2015.

Segue informação sobre os empreendimentos corporativos que tiveram liberação de áreas em 2015:

| Empreendimento | Total de Propriedades Atingidas | Total de Propriedades Liberadas | Total de Propriedades Liberadas em 2015 | Valor Despendido em 2015 (R\$ mil) |
|----------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|---|------------------------------------|
| LT Mascarenhas-Linhares – 230 kV | 177 | 170 | 37 | 807,68 |
| LT Xavantes-Pirineus – 230 kV | 90 | 90 | 25 | 5.251,18 |
| Total | 267 | 260 | 62 | 6.058,86 |

Dos empreendimentos corporativos, faltam apenas sete propriedades a serem liberadas em 2016, relativas à LT Mascarenhas-Linhares, em 230 kV. Com isto, encerram-se todas as liberações de áreas dos empreendimentos corporativos da Empresa ainda em construção.

Dos remanejamentos compulsórios:

- UHE Batalha: em 2015, foi acolhida, por meio de remanejamento assistido, uma família hipossuficiente rural atingida pela implantação do empreendimento, a um custo de R\$ 132.442,30.
- LT Xavantes-Pirineus, em 230 kV: em 2015, foram acolhidas 11 famílias hipossuficientes urbanas atingidas pela implantação da LT, a um custo de R\$ 1.463.848,71.

Essas famílias hipossuficientes receberam os novos imóveis sem qualquer ônus.

Todos os remanejamentos compulsórios foram suportados a expensas de Furnas, propiciando tratamento digno e adequado. O remanejamento teve como escopo o deslocamento para áreas semelhantes às originais, com direito de livre escolha do local, cabendo à Empresa a obrigação da aquisição da propriedade e da regularização imobiliária.

Para as famílias remanejadas para a zona rural, foi ainda efetuado o pagamento de verba no valor de um salário mínimo, durante um ano, a título de compensação financeira.

Em atendimento às condicionantes ambientais, Furnas ainda:

- realiza o monitoramento da população urbana, visando identificar se está conseguindo adaptar-se a sua nova condição;
- presta serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), para as famílias hipossuficientes rurais. Para atendimento desta condicionante, Furnas contratou a Emater (DF/MG/RJ) por período de três anos, data que é computada a partir da assinatura de cada contrato, para as famílias rurais reassentadas, visando à readequação das atividades produtivas nos imóveis rurais em que foram reassentadas.

Os custos de Furnas para prestação de serviços de ATER em 2015 foram:

- UHE Batalha: R\$ 779.952,78;
- UHE Simplicio: R\$ 399.486,60.

PREMIAÇÕES

Furnas destacou-se em diversas áreas de atuação no ano de 2015, sendo agraciada com as premiações a seguir:

| Entidade | Premiação |
|---|---|
| Anefac / Fipecafi / Serasa Experian | Destaque do Troféu Transparência |
| Agência Nacional de Cultura, Empreendedorismo e Comunicação (ANCEC) | Prêmio Ordem da Arte e da Cultura Nelson Rodrigues |
| Secretaria de Políticas para as Mulheres | Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça |
| Programa Brasileiro GHG Protocol | Selo Ouro em Inventário de Emissões de Gases Estufa |

INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

| | 2015 | | | 2014 | | |
|--|---|-------------|------------|---|-------------|------------|
| 1. Geração e Distribuição de Riqueza | % | | | % | | |
| Distribuição do Valor Adicionado (DVA) - apresentada, na íntegra, no conjunto das Demonstrações Contábeis. | 23,5 governo 29,5 empregados 0 acionistas 41,3 financiadores 5,7 outros | | | 32,3 governo 38,0 empregados 0 acionistas 21,9 financiadores 7,8 outros | | |
| 2. Recursos Humanos | R\$ mil | | | R\$ mil | | |
| 2.1 Remuneração | | | | | | |
| Folha de Pagamento Bruta (FPB) (R\$ mil) | 1.180.892 | | | 1.129.711 | | |
| - Empregados (R\$ mil) | 1.176.221 | | | 1.124.772 | | |
| - Administradores (R\$ mil) | 4.671 | | | 4.939 | | |
| Relação entre a maior e a menor remuneração: | | | | | | |
| - Empregados | 28 | | | 36 | | |
| - Administradores | 1 | | | 1 | | |
| 2.2. Benefício Concedido | R\$ mil | % sobre FPB | % sobre RL | R\$ mil | % sobre FPB | % sobre RL |
| Encargos Sociais | 256.907 | 21,76 | 4,03 | 243.615 | 21,56 | 3,94 |
| Alimentação | 64.461 | 5,46 | 1,01 | 58.801 | 5,20 | 0,95 |
| Transporte | 1.317 | 0,11 | 0,02 | 924 | 0,08 | 0,01 |
| Previdência privada | 36.551 | 3,10 | 0,57 | 33.633 | 2,98 | 0,54 |
| Saúde | 139.193 | 11,79 | 2,19 | 133.167 | 11,79 | 2,15 |
| Segurança e medicina do trabalho | 12.385 | 1,05 | 0,19 | 9.968 | 0,88 | 0,16 |
| Educação ou auxílio creche | 4.698 | 0,40 | 0,07 | 3.945 | 0,35 | 0,06 |
| Cultura | 2.201 | 0,19 | 0,03 | 1.745 | 0,15 | 0,03 |
| Capacitação e desenvolvimento profissional | 23.148 | 1,96 | 0,36 | 20.663 | 1,83 | 0,33 |
| Creches ou auxílio creche | 13.337 | 1,13 | 0,21 | 12.817 | 1,13 | 0,21 |
| Participação nos lucros ou resultados | 47.023 | 3,98 | 0,74 | 58.159 | 5,15 | 0,94 |
| Outros | 62.807 | 5,32 | 0,98 | 47.812 | 4,23 | 0,77 |
| Total | 664.028 | 56,25 | 10,40 | 625.249 | 55,33 | 10,09 |
| 2.3. Composição do Corpo Funcional | 2015 | | | 2014 | | |
| Nº de empregados no final do exercício | 3.548 | | | 3.517 | | |
| Nº de admissões | 51 | | | 53 | | |
| Nº de demissões | 20 | | | 83 | | |
| Nº de estagiários no final do exercício | 422 | | | 488 | | |
| Nº de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício | 248 (*) | | | 249 | | |
| Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício | 1.178 | | | 1.330 | | |
| Nº de empregados por sexo: | | | | | | |
| - Masculino | 2.988 | | | 2.968 | | |
| - Feminino | 560 | | | 549 | | |
| Nº de empregados por faixa etária: | | | | | | |
| - Menores de 18 anos | 0 | | | 0 | | |
| - De 18 a 35 anos | 465 | | | 535 | | |
| - De 36 a 60 anos | 2.801 | | | 2.743 | | |
| - Acima de 60 anos | 282 | | | 239 | | |
| Nº de empregados por nível de escolaridade: | | | | | | |
| - Analfabetos | 0 | | | 0 | | |
| - Com ensino fundamental | 84 | | | 116 | | |
| - Com ensino médio | 325 | | | 334 | | |
| - Com ensino técnico | 1.125 | | | 1.061 | | |
| - Com ensino superior | 1.083 | | | 1.082 | | |
| - Pós-graduados | 931 | | | 924 | | |
| Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo: | | | | | | |
| - Masculino | 78,35 | | | 79,71 | | |
| - Feminino | 21,65 | | | 20,29 | | |

(*) Refere-se à soma de 24 empregados efetivos e 224 profissionais vinculados ao contrato firmado com o Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD).

| 2.4. Contingências e Passivos Trabalhistas | 2015 | 2014 |
|--|--------|--------|
| Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade | 682 | 850 |
| Nº de processos trabalhistas julgados procedentes | 11 | 496 |
| Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes | 82 | 577 |
| Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça (R\$ mil) | 85.782 | 29.163 |

| 3. Interação da Entidade com o Ambiente Externo | | | | | | |
|---|-----------|------------|------------|-----------|------------|------------|
| 3.1. Relacionamento com a Comunidade | R\$ mil | % sobre RO | % sobre RL | R\$ mil | % sobre RO | % sobre RL |
| Totais dos investimentos em: | | | | | | |
| Educação | 3.083 | 0,25 | 0,05 | 2.869 | 0,21 | 0,05 |
| Cultura | 8.891 | 0,73 | 0,14 | 8.307 | 0,62 | 0,13 |
| Saúde e infraestrutura | 7.749 | 0,63 | 0,12 | 7.746 | 0,58 | 0,13 |
| Esporte e lazer | 1.067 | 0,09 | 0,02 | 2.538 | 0,19 | 0,04 |
| Alimentação | 156 | 0,01 | 0,00 | 841 | 0,06 | 0,01 |
| Geração de trabalho e renda | 1.723 | 0,14 | 0,03 | 1.708 | 0,13 | 0,03 |
| Outros | 7.853 | 0,64 | 0,12 | 4.824 | 0,36 | 0,08 |
| Total dos investimentos | 30.522 | 2,49 | 0,48 | 28.833 | 2,15 | 0,47 |
| Tributos (excluídos encargos sociais) | 911.622 | 74,38 | 14,32 | 933.862 | 69,44 | 15,11 |
| Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos | 105.816 | 8,63 | 1,66 | 133.542 | 9,93 | 2,16 |
| Total – Relacionamento com a Comunidade | 1.047.960 | 85,50 | 16,46 | 1.096.237 | 81,52 | 17,74 |

Todas as licitações de Furnas são regidas pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, Lei Complementar nº 123 (Microempresa e Empresas de Pequeno Porte), de 14 de dezembro de 2006, Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007, e Lei nº 12.349, de 15 de dezembro de 2010, onde aplicável, em suas últimas versões, como também atendimento ao inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, logo, não podemos selecionar, definir uma política ou práticas comuns de preferência aos fornecedores.

Porém, em todos os editais de licitação, é obrigatório apresentar para Furnas a seguinte declaração:

DECLARA, sob as penas da lei que:

- Para fins do disposto no inciso V, do artigo 27, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV, do artigo 1º, e no inciso III, do artigo 5º, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.
- Não está sob os efeitos de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605/98 – Lei de Crimes Ambientais.
- DECLARA, outrossim, conhecer e comprometer-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Ética das Empresas Eletrobras e o documento intitulado "Princípios e Normas de Conduta Empresarial na Relação de Furnas com seus Fornecedores", que se encontram disponíveis nos endereços eletrônicos www.furnas.com.br - "A Empresa" e www.furnas.com.br - "Fornecedores", respectivamente.

No caso da empresa licitante não apresentar a declaração mencionada acima esta será desclassificada da licitação.

As empresas contratadas que descumprirem qualquer cláusula referente aos Direitos Humanos estarão sujeitas às penalidades previstas no Instrumento Contratual, nas leis de licitação (Lei nº 8.666 e nº 10.520 e Decreto nº 5.450) e na Constituição Federal, como também, poderão ter seus contratos rescindidos.

Cabe destacar que a Lei Complementar nº 123 e o Decreto nº 6.204 regulamentam o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte.

| 4. Interação com o Meio Ambiente | R\$ mil | % sobre RO | % sobre RL | R\$ mil | % sobre RO | % sobre RL |
|---|-----------|------------|------------|-----------|------------|------------|
| Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente | 40.257 | 3,28 | 0,63 | 41.167 | 3,06 | 0,67 |
| Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados | 37.742 | 3,08 | 0,59 | 33.920 | 2,52 | 0,55 |
| Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade | 0 | 0,00 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 |
| Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade | 939 | 0,08 | 0,01 | 857 | 0,06 | 0,01 |
| Investimentos e gastos com outros projetos ambientais | 9.991 | 0,82 | 0,16 | 4.326 | 0,32 | 0,07 |
| Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente | 0 | 0,00 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 |
| Passivos e contingências ambientais | 17.858 | 1,46 | 0,28 | 22.889 | 1,70 | 0,37 |
| Total da Interação com o Meio Ambiente | 106.787 | 8,72 | 1,67 | 103.159 | 7,66 | 1,67 |
| Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade | 13 | - | - | 5 | - | - |
| 5. Outras Informações | 2015 | | | 2014 | | |
| Receita Líquida (RL) | 6.368.215 | | | 6.182.015 | | |
| Resultado Operacional (RO) | 1.225.547 | | | 1.344.862 | | |

AUDITORES INDEPENDENTES

Visando à preservação da independência de seu auditor, Furnas informa que a KPMG Auditores Independentes, prestadora dos serviços de auditoria externa à Empresa, prestou, a esta Empresa, serviços exclusivamente relacionados a auditoria externa durante o exercício de 2015.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(em milhares de reais)

| A T I V O | Nota | Controladora | | Consolidado |
|---|------|--------------|----------------------------------|-------------|
| | | 31.12. 2015 | 31.12.2014 (*) Reclassificado | 31.12.2015 |
| CIRCULANTE | | | | |
| Caixa e equivalente de caixa | 6 | 400 | 1.692 | 12.099 |
| Títulos e valores mobiliários | 7 | 1.193.743 | 667.750 | 1.193.743 |
| Clientes | 8 | 750.162 | 863.130 | 750.162 |
| Créditos CCEE Repactuação GSF | 9 | 111.380 | - | 111.380 |
| Remuneração das participações societárias | 37 | 138.384 | 113.186 | 138.384 |
| Impostos e contribuições sociais | 10 | 304.536 | 234.202 | 304.751 |
| Almoxarifado | 11 | 26.283 | 22.789 | 26.283 |
| Indenizações das concessões | 12 | - | 1.344.476 | - |
| Outros | 15 | 331.552 | 200.841 | 332.342 |
| | | 2.856.440 | 3.448.066 | 2.869.144 |
| NÃO CIRCULANTE | | | | |
| Realizável a longo prazo | | | | |
| Clientes | 8 | 496.537 | 442.098 | 496.537 |
| Créditos CCEE Repactuação GSF | 9 | 194.922 | - | 194.922 |
| Almoxarifado | 11 | 100.334 | 97.066 | 100.334 |
| Cauções e depósitos vinculados | 13 | 617.995 | 477.926 | 617.995 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 16 | 63.530 | 18.075 | 44.099 |
| Ativo financeiro – concessões de serv.público | 14 | 8.116.506 | 7.529.487 | 8.177.304 |
| Outros | 15 | 250.834 | 83.826 | 250.834 |
| | | 9.840.658 | 8.648.478 | 9.882.025 |
| Investimentos | 16 | 6.116.316 | 5.344.317 | 6.055.103 |
| Imobilizado | 17 | 5.858.149 | 5.924.242 | 5.858.154 |
| Intangível | 18 | 256.608 | 107.581 | 256.610 |
| | | 22.071.731 | 20.024.618 | 22.051.892 |
| TOTAL DO ATIVO | | 24.928.171 | 23.472.684 | 24.921.036 |

| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | Nota | Controladora | | Consolidado |
|---|------|--------------|----------------|-------------|
| | | 31.12.2015 | 31.12.2014 (*) | 31.12.2015 |
| CIRCULANTE | | | | |
| Fornecedores | 19 | 741.600 | 750.285 | 747.019 |
| Financiamentos e empréstimos | 20 | 874.847 | 507.770 | 874.847 |
| Impostos e contribuições sociais | 21 | 467.952 | 304.805 | 468.209 |
| Concessões a pagar – uso do bem público | 25 | 1.616 | 1.561 | 1.616 |
| Obrigações estimadas | 22 | 243.311 | 224.293 | 243.386 |
| Encargos setoriais | 23 | 139.535 | 138.094 | 139.535 |
| Benefícios pós-emprego | 24 | 8.005 | 77.341 | 8.005 |
| Outros | 29 | 305.618 | 32.496 | 306.013 |
| | | 2.782.484 | 2.036.645 | 2.788.630 |
| NÃO CIRCULANTE | | | | |
| Financiamentos e empréstimos | 20 | 8.966.555 | 8.419.890 | 8.966.555 |
| Impostos e contribuições sociais | 21 | 785.743 | 689.875 | 789.069 |
| Concessões a pagar - uso do bem público | 25 | 35.494 | 35.877 | 35.494 |
| Provisões para riscos | 26 | 734.375 | 509.291 | 735.104 |
| Benefícios pós-emprego | 24 | 229.311 | 303.929 | 229.311 |
| Adiantamentos para futuro aumento de capital | 27 | 43.649 | 38.530 | 43.649 |
| Provisão para contratos onerosos | 28 | 945.598 | 969.935 | 1.002.898 |
| Encargos setoriais | 23 | 113.210 | 95.147 | 113.210 |
| Outros | 29 | 75.658 | 1 | 1 |
| | | 11.929.593 | 11.062.475 | 11.915.291 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 30 | | | |
| Capital social | | 6.531.154 | 6.531.154 | 6.531.154 |
| Reservas de capital | | 5.053.045 | 5.123.332 | 5.053.045 |
| Outros resultados abrangentes | | (1.368.105) | (1.280.922) | (1.368.105) |
| | | 10.216.094 | 10.373.564 | 10.216.094 |
| Participação dos acionistas não controladores | | - | - | 1.021 |
| | | 10.216.094 | 10.373.564 | 10.217.115 |
| TOTAL DO PASSIVO | | 24.928.171 | 23.472.684 | 24.921.036 |

(*) Vide nota 3.2.1

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
(em milhares de reais)

| | Nota | Controladora | | Consolidado |
|--|------|--------------|----------------|-------------|
| | | 31.12.015 | 31.12.2014 (*) | 31.12.2015 |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | 31 | 6.368.215 | 6.182.015 | 6.414.219 |
| CUSTO OPERACIONAL | 32 | (3.845.507) | (4.672.699) | (3.849.291) |
| Custo com energia elétrica | | (926.291) | (1.942.894) | (926.291) |
| Energia elétrica comprada para revenda | | (457.343) | (1.519.260) | (457.343) |
| Encargos de uso da rede elétrica | | (468.948) | (423.634) | (468.948) |
| Custo de operação | | (2.919.216) | (2.729.805) | (2.923.000) |
| Pessoal, material e serviços de terceiros | | (2.024.192) | (1.856.629) | (2.027.964) |
| Combustível e água para produção de energia elétrica | | (520.272) | (492.843) | (520.272) |
| Utilização de recursos hídricos | | (105.816) | (133.542) | (105.816) |
| Depreciação e amortização | | (244.517) | (222.476) | (244.517) |
| Outros | | (24.419) | (24.315) | (24.431) |
| CUSTO DE CONSTRUÇÃO | 32 | (627.942) | (669.512) | (675.007) |
| LUCRO BRUTO | | 1.894.766 | 839.804 | 1.889.921 |
| RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS | 33 | (669.219) | 505.058 | (754.133) |
| RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA | | 1.225.547 | 1.344.862 | 1.135.788 |
| RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL | 16 | 315.391 | (887.111) | 405.687 |
| RESULTADO FINANCEIRO | 34 | (1.302.521) | (457.995) | (1.301.836) |
| RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS | | 238.417 | (244) | 239.639 |
| Imposto de renda e contribuição social | | (115.556) | - | (115.892) |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | | (193.148) | (405.410) | (194.097) |
| PREJUÍZO DO EXERCÍCIO | | (70.287) | (405.654) | (70.350) |
| Parcela atribuída aos controladores | | (70.287) | (405.654) | (70.287) |
| Parcela atribuída aos acionistas não controladores | | - | - | (63) |

(*) Vide nota 3.2.1

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
(em milhares de reais)

| | Controladora | | Consolidado |
|---|--------------|----------------|-------------|
| | 31.12.2015 | 31.12.2014 (*) | 31.12.2015 |
| Prejuízo do exercício | (70.287) | (405.654) | (70.287) |
| Outros resultados abrangentes: | | | |
| Perda em benefícios pós-emprego | (87.184) | (311.795) | (87.184) |
| Efeitos fiscais sobre benefícios pós-emprego, incluindo provisão para perda na realização de créditos tributários | - | (86.321) | - |
| Outros: | | | |
| Ajuste acumulado de conversão em investida | 1 | 7 | 1 |
| TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO | (157.470) | (803.763) | (157.470) |

(*) Vide nota 3.2.1

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(em milhares de reais)

| | CAPITAL SOCIAL | RESERVAS DE CAPITAL | RESERVAS DE LUCROS | LUCRO (PREJUÍZO) ACUMULADO | OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES | PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTROLADORES | PATRIMÔNIO LÍQUIDO NÃO CONTROLADORES | PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO |
|--|----------------|---------------------|--------------------|----------------------------|-------------------------------|----------------------------------|--------------------------------------|--------------------------------|
| SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 | 6.531.154 | 5.528.986 | - | - | (882.813) | 11.177.327 | - | 11.177.327 |
| Ajuste acumulado de conversão em investida | - | - | - | - | 7 | 7 | - | 7 |
| Ajuste benefício pós-emprego (CVM nº 600/2009) | - | - | - | - | (398.116) | (398.116) | - | (398.116) |
| Prejuízo do exercício | - | - | - | (405.654) | - | (405.654) | - | (405.654) |
| Destinação do resultado: | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Absorção do prejuízo do exercício ^(a) | - | (405.654) | - | 405.654 | - | - | - | - |
| SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 | 6.531.154 | 5.123.332 | - | - | (1.280.922) | 10.373.564 | - | 10.373.564 |
| Ajuste acumulado de conversão em investida | - | - | - | - | 1 | 1 | - | 1 |
| Ajuste benefício pós-emprego (CVM nº 600/2009) | - | - | - | - | (87.184) | (87.184) | - | (87.184) |
| Prejuízo do exercício | - | - | - | (70.287) | - | (70.287) | - | (70.287) |
| Destinação do resultado: | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Absorção do prejuízo do exercício ^(a) | - | (70.287) | - | 70.287 | - | - | - | - |
| Participação dos acionistas não controladores: | - | - | - | - | - | - | 1.021 | 1.021 |
| SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 | 6.531.154 | 5.053.045 | - | - | (1.368.105) | 10.216.094 | 1.021 | 10.217.115 |

^(a) De acordo com os termos da Lei nº 6.404/1976, art. 189, § único e art. 200, inciso I.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
(em milhares de reais)

| | Controladora | | Consolidado |
|--|--------------|----------------------------------|-------------|
| | 31.12.2015 | 31.12.2014 (*) Reclassificado | 31.12.2015 |
| ATIVIDADES OPERACIONAIS | | | |
| Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social | 238.417 | (244) | 239.639 |
| Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido | | | |
| Depreciação e amortização | 244.517 | 222.476 | 244.517 |
| Variação monetária/cambiais líquidas | 622.851 | (219.074) | 622.851 |
| Renda de aplicação financeira | (140.212) | (76.195) | (140.212) |
| Juros s/ refinanciamentos de créditos e empréstimos concedidos | (59.954) | (58.821) | (59.954) |
| Encargos financeiros | 1.010.906 | 819.278 | 1.010.906 |
| Resultado de equivalência patrimonial | (315.390) | 887.111 | (405.687) |
| Provisão/(reversão) para crédito de liquidação duvidosa | 158.184 | 65.516 | 158.184 |
| Provisão/(reversão) para riscos com ações fiscais, trabalhistas e cíveis | 225.084 | (46.018) | 225.813 |
| Provisão/(reversão) Plano de readequação do quadro de pessoal (Preq) | 425 | (21.789) | 425 |
| Provisão/(reversão) para perdas com contratos onerosos | (24.337) | (31.284) | 32.963 |
| Provisão/(reversão) para redução do valor recuperável de ativos (impairment) | (54.334) | (47.225) | (27.886) |
| Provisão/(reversão) para baixa de ativo financeiro | - | (496.195) | - |
| Baixa de imobilizado | 1.641 | 3.594 | 1.641 |
| Baixa de intangível | 4.686 | - | 4.686 |
| Receita de ativo financeiro pela RAP | (215.262) | (212.283) | (215.840) |
| Provisão para perda de investimento em SPE | 260.327 | - | 260.327 |
| Encargos da reserva global de reversão | 316.416 | 285.055 | 316.416 |
| Ganho Atuarial | (103.512) | - | (103.512) |
| Repactuação do Risco Hidrológico - GSF | (430.054) | - | (430.054) |
| Participação dos acionistas controladores | - | - | 63 |
| Subtotal | 1.740.399 | 1.073.902 | 1.735.286 |
| Variações nos ativos e passivos | | | |
| Clientes | 143.362 | 379.474 | 143.362 |
| Fornecedores | (8.685) | 256.338 | (3.266) |
| Pagamento de encargos financeiros | (906.171) | (754.836) | (906.171) |
| Pagamento de encargos setoriais | (292.502) | (306.623) | (292.502) |
| Pagamento de PREQ | - | (9.941) | - |
| Amortização de ativo financeiro pela RAP | 256.185 | 237.976 | 256.185 |
| Recebimento de encargos financeiros | 383 | 857 | 383 |
| Pagamentos de imposto de renda e contribuição social | (123.902) | (275.639) | (123.902) |
| Cauções e depósitos vinculados | (176.906) | 54.002 | (176.906) |
| Pagamento à entidade de previdência complementar | (87.683) | (83.593) | (87.683) |
| Pagamento despesa antecipada cessão de créditos | (145.345) | - | (145.345) |
| Adiantamento para compra de energia | (130.000) | - | (130.000) |
| Demais ativos e passivos | (91.167) | (303.841) | (68.950) |
| Caixa gerado nas atividades operacionais | (1.562.431) | (805.826) | (1.534.795) |
| Pagamento de refinanciamentos de impostos e contribuições – principal | (58.747) | (64.232) | (58.747) |
| CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | 119.221 | 203.844 | 141.744 |
| ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | | |
| Empréstimos e financiamentos obtidos | 885.828 | 1.178.401 | 885.828 |
| Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal | (579.684) | (363.116) | (579.684) |
| Pagamento Afac | (92.069) | - | (92.069) |
| CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | 214.075 | 815.285 | 214.075 |
| ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | | |
| Recebimento de empréstimos e financiamentos concedidos | 21.403 | - | 21.403 |
| Aquisições de ativo financeiro | (627.942) | (669.513) | (688.162) |
| Resgate/(aplicação) em renda fixa e renda variável | 1.482.331 | 1.154.767 | 1.482.331 |
| Aquisições de ativo imobilizado | (140.870) | (174.386) | (167.323) |
| Aquisições de ativo intangível | (15.781) | (15.897) | (15.783) |
| Aquisições de investimentos em participações societárias | (851.120) | (1.505.928) | (775.268) |
| Venda de Investimento | 49.717 | - | 49.717 |
| Recebimento de remuneração de investimentos e participações societárias | 132.458 | 62.566 | 132.457 |
| Outros | 958 | - | 958 |
| CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | (334.588) | (1.024.133) | (345.412) |
| AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | (1.292) | (5.004) | 10.407 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 1.692 | 6.696 | 1.692 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | 400 | 1.692 | 12.099 |
| | (1.292) | (5.004) | 10.407 |

(*) Vide nota 3.2.1

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
(em milhares de reais)

| | Controladora | | Consolidado |
|---|--------------|----------------------------------|-------------|
| | 31.12.2015 | 31.12.2014 (*) Reclassificado | 31.12.2015 |
| 1. GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO | | | |
| Receitas de vendas de energia e serviços | 7.150.391 | 6.877.048 | 7.198.034 |
| Outras receitas operacionais | 196.861 | 181.292 | 196.760 |
| Menos: | | | |
| Insumos | | | |
| Custo de energia comprada | (926.291) | (1.942.894) | (926.291) |
| Materiais | (38.529) | (32.035) | (38.529) |
| Serviços de terceiros | (837.496) | (727.175) | (840.421) |
| Outros custos operacionais | (1.712.084) | (1.428.477) | (1.843.233) |
| 2. VALOR ADICIONADO BRUTO | 3.832.852 | 2.927.759 | 3.746.320 |
| Depreciação e amortização | (244.517) | (222.476) | (244.517) |
| Constituição/reversão de provisões | (383.693) | 488.546 | (384.422) |
| 3. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO | 3.204.642 | 3.193.829 | 3.117.381 |
| Receitas financeiras (transferências) | 363.615 | 580.759 | 364.673 |
| Equivalência patrimonial | 315.391 | (887.111) | 405.687 |
| 4. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR | 3.883.648 | 2.887.477 | 3.887.741 |
| 5. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO | | | |
| Remuneração do trabalho | 1.148.167 | 1.097.419 | 1.149.014 |
| Governo (impostos e contribuições) | 911.622 | 933.862 | 914.558 |
| Encargos financeiros e variação monetária | 1.666.136 | 1.038.754 | 1.666.509 |
| Encargos setoriais | 228.010 | 223.096 | 228.010 |
| Participação dos acionistas não controladores | - | - | (63) |
| Prejuízo do exercício | (70.287) | (405.654) | (70.287) |
| TOTAL | 3.883.648 | 2.887.477 | 3.887.741 |

(*) Vide nota 3.2.1

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

Furnas - Centrais Elétricas S.A. (“Furnas” ou “Empresa”) é uma empresa de economia mista de capital fechado, com sede à Rua Real Grandeza, 219, Botafogo, Rio de Janeiro, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras. Atua na geração, transmissão e comercialização de energia elétrica na região abrangida pelo Distrito Federal e os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Pará, Tocantins, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Ceará e Bahia. A comercialização de energia é exercida com empresas distribuidoras de energia e consumidores livres de todo o território nacional.

- O parque gerador de Furnas é composto por 30 usinas, próprias ou em parceria com a iniciativa privada, das quais:
- a) 20 (vinte) são hidrelétricas (UHE), sendo 4 (quatro) próprias, 6 (seis) sob administração especial – afetadas pela Lei nº 12.783/2013, 2 (duas) em parceria com a iniciativa privada e 8 (oito) em regime de Sociedade de Propósito Específico (SPE), com potência instalada total de 14.842,50 MW⁽¹⁾, sendo 10.563,03 MW⁽¹⁾ a participação de Furnas (Nota 2.1);
 - b) 3 (três) são eólicas em regime de SPE, potência instalada total de 187,04 MW⁽¹⁾;
 - c) 5 (cinco) são Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), com potência instalada total de 22,31 MW⁽¹⁾; e
 - d) 2 (duas) são termelétricas com 530 MW⁽¹⁾ de potência instalada total.

Este parque gerador supre 15.581,85 MW⁽¹⁾ de potência instalada ao mercado de energia elétrica brasileiro, dos quais Furnas detém 11.161,17 MW⁽¹⁾.

NOTA 2 – CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

Furnas detém diversas concessões de serviço público de energia elétrica, cujos detalhamentos, capacidade instalada e prazos de vencimento estão listados a seguir:

2.1 Geração de Energia Elétrica

| Usina | Participação de Furnas (%) | Rio/Local | Potência Instalada (MW) ^{(1) (1)} | Energia Assegurada (MW médio) ⁽¹⁾ | Data da Concessão Original | Data de Vencimento Original | Data da Assinatura da Renovação | Data de Vencimento Renovado |
|--|----------------------------|-----------------------|--|--|----------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------|
| Hidrelétricas | | | | | | | | |
| Furnas | 100 | Grande | 1.216,00 | 598,00 | 26.07.1957 | 07.07.2015 | 04.12.2012 ⁽²⁾ | 31.12.2042 |
| Luiz Carlos Barreto de Carvalho | 100 | Grande | 1.050,00 | 495,00 | 18.06.1962 | 07.07.2015 | 04.12.2012 ⁽²⁾ | 31.12.2042 |
| Marimbondo | 100 | Grande | 1.440,00 | 726,00 | 03.03.1967 | 07.03.2017 | 04.12.2012 ⁽²⁾ | 31.12.2042 |
| Porto Colômbia | 100 | Grande | 320,00 | 185,00 | 11.03.1967 e 20.08.1968 | 16.03.2017 | 04.12.2012 ⁽²⁾ | 31.12.2042 |
| Mascarenhas de Moraes | 100 | Grande | 476,00 | 295,00 | 31.10.1973 | 31.10.2023 | Não afetada | Não afetada |
| Funil | 100 | Paraíba do Sul | 216,00 | 121,00 | 16.06.1961 e 10.03.1967 | 07.07.2015 | 04.12.2012 ⁽²⁾ | 31.12.2042 |
| Itumbiara | 100 | Paranaíba | 2.082,00 | 1.015,00 | 26.02.1970 | 26.02.2020 | Não afetada | Não afetada |
| Corumbá I | 100 | Corumbá | 375,00 | 209,00 | 05.10.1981 e 29.11.1984 | 29.11.2014 | 04.12.2012 ⁽²⁾ | 31.12.2042 |
| Simplicio/Anta ⁽⁴⁾ | 100 | Paraíba do Sul | 333,70 | 191,30 | 15.08.2006 | 14.08.2041 | Não afetada | Não afetada |
| Batalha | 100 | São Marcos | 52,50 | 48,80 | 15.08.2006 | 14.08.2041 | Não afetada | Não afetada |
| Hidrelétricas Compartilhadas (Parceria) | | | | | | | | |
| Manso | 70 | Manso | 212,00 | 92,00 | 10.02.2000 | 09.02.2035 | Não afetada | Não afetada |
| Serra da Mesa | 48,46 | Tocantins | 1.275,00 | 671,00 | 06.05.1981 e 12.11.2004 | 07.05.2011 | 27.04.2012 ⁽³⁾ | 12.11.2039 |
| Termelétricas | | | | | | | | |
| Santa Cruz | 100 | Rio de Janeiro | 500,00 | 401,20 | 22.08.1963 e 10.03.1967 | 07.07.2015 | Afetada, mas ainda não prorrogada | |
| Campos (Roberto Silveira) | 100 | Campos dos Goytacazes | 30,00 | 21,00 | 27.07.2007 | 27.07.2027 | Não afetada | Não afetada |
| São Gonçalo (fora de operação) | 100 | São Gonçalo | - | - | 12.01.1953 e 14.07.1977 | Prorrogação negada ⁽⁶⁾ | - | - |

⁽¹⁾Potência homologada pela ANEEL. ⁽²⁾1º Termo aditivo ao contrato nº 004/2004. ⁽³⁾Portaria MME nº 262, de 27 de abril de 2012, portanto não afetada pela Lei nº 12.783/2013. ⁽⁴⁾PCH Anta (28 MW) ainda em implantação. ⁽⁵⁾A potência de 500 MW exclui as UGs 3 e 4, cuja operação comercial se encontra temporariamente suspensa pela Aneel, conforme Despacho Nº 3.263, de 19 de outubro de 2012. Inclui, todavia, a potência de 150 MW ainda não disponível devido ao atraso nas obras de expansão da usina, ao final das quais as UGs 11 e 21 funcionarão em ciclo combinado com as UGs 1 e 2. A garantia física (energia assegurada) de 401,2 MW é relativa à potência instalada de 500 MW. ⁽⁶⁾Prorrogação negada por meio da Portaria MME nº 245, de 20 de abril de 2012, antes, portanto, da edição da MP 579, em setembro do mesmo ano.

Ainda no segmento de geração de energia, Furnas participa, na forma de parceria, em Sociedades de Propósito Específico (SPE) detentoras de concessões de serviço público de energia elétrica, cujo detalhamento apresentamos a seguir:

| Empreendimento | Participação de Furnas (%) | Rio ou Município/ Estado ou Estado/ País | Potência Instalada (MW) ^{(1) (1)} | Energia Assegurada (MW médio) ⁽¹⁾ | Data da Concessão | Data de Vencimento |
|--|----------------------------|--|--|--|-------------------|--------------------|
| Hidrelétricas em Operação | | | | | | |
| Peixe Angical | 40,0000 | Tocantins | 498,75 | 280,50 | 07.11.2001 | 06.11.2036 |
| Baguari ⁽³⁾ | 15,0000 | Doce | 140,00 | 80,02 | 15.08.2006 | 14.08.2041 |
| Foz do Chapecó | 40,0000 | Uruguai | 855,00 | 432,00 | 07.11.2001 | 06.11.2036 |
| Serra do Fação | 49,4737 | São Marcos | 212,58 | 182,40 | 07.11.2001 | 06.11.2036 |
| Retiro Baixo | 49,0000 | Paraopeba | 82,00 | 38,50 | 15.08.2006 | 14.08.2041 |
| Três Irmãos | 49,9000 | Tietê | 807,50 | 217,50 | 10.10.2014 | 09.10.2044 |
| Hidrelétricas em Operação Parcial | | | | | | |
| Santo Antônio (Mesa) ⁽²⁾ | 39,0000 | Madeira | 2.498,55 | 2.424,20 | 13.06.2008 | 12.06.2043 |
| Teles Pires ⁽⁵⁾ | 24,5000 | Teles Pires | 727,92 | 567,40 | 07.06.2011 | 07.06.2046 |
| Hidrelétricas em Implantação | | | | | | |
| Santo Antônio (Mesa) ⁽³⁾ | 39,0000 | Madeira | 1.069,45 | 0,00 | 13.06.2008 | 12.06.2043 |
| Teles Pires ⁽⁶⁾ | 24,5000 | Teles Pires | 1.091,88 | 363,30 | 07.06.2011 | 07.06.2046 |
| São Manoel | 33,3300 | Teles Pires | 700,00 | 421,70 | 10.04.2014 | 09.04.2049 |
| Empreendimento Suspenso | | | | | | |
| Inambari ⁽⁴⁾ | 19,6000 | AM/Peru | 2.200,00 | - | - | - |
| Eólicas em Operação | | | | | | |
| Rei dos Ventos 1 | 24,5000 | Galinhos/RN | 58,45 | 21,86 | 09.12.2010 | 09.12.2045 |
| Rei dos Ventos 3 | 24,5000 | Galinhos/RN | 60,12 | 21,07 | 09.12.2010 | 09.12.2045 |
| Miassaba 3 | 24,5000 | Macaú/RN | 68,47 | 22,84 | 19.08.2010 | 19.08.2045 |
| Eólicas em Implantação | | | | | | |
| Famosa 1 | 49,0000 | Tibau/RN | 22,50 | 11,10 | 24.05.2012 | 24.05.2047 |
| Pau Brasil | 49,0000 | Icapuí/CE | 15,00 | 7,70 | 26.03.2012 | 26.03.2047 |
| Rosada | 49,0000 | Tibau/RN | 30,00 | 13,40 | 31.05.2013 | 31.05.2048 |
| São Paulo | 49,0000 | Icapuí/CE | 17,50 | 8,10 | 26.03.2012 | 26.03.2047 |
| São Januário | 99,9900 | Fortim/CE | 19,20 | 9,00 | 17.07.2012 | 17.06.2047 |
| Nossa Senhora de Fátima | 99,9900 | Fortim/CE | 28,80 | 12,80 | 08.08.2012 | 08.08.2047 |
| Jandaia | 99,9900 | Fortim/CE | 28,80 | 14,10 | 08.08.2012 | 08.08.2047 |
| São Clemente | 99,9900 | Fortim/CE | 19,20 | 9,30 | 25.07.2012 | 25.07.2047 |
| Jandaia 1 | 99,9900 | Fortim/CE | 19,20 | 9,90 | 05.07.2012 | 05.07.2047 |
| Bom Jesus | 49,0000 | Itapipoca/CE | 18,00 | 8,10 | 14.04.2014 | 14.04.2049 |
| Cachoeira | 49,0000 | Itapipoca/CE | 12,00 | 5,00 | 14.04.2014 | 14.04.2049 |
| Pitimbu | 49,0000 | Itapipoca/CE | 18,00 | 7,20 | 24.03.2014 | 24.03.2049 |
| São Caetano | 49,0000 | Itapipoca/CE | 25,20 | 11,00 | 14.04.2014 | 14.04.2049 |
| São Caetano I | 49,0000 | Itapipoca/CE | 18,00 | 7,70 | 14.04.2014 | 14.04.2049 |
| São Galvão | 49,0000 | Itapipoca/CE | 22,00 | 9,50 | 25.03.2014 | 25.03.2049 |
| Carnaúba I | 49,0000 | Maxaranguape/RN | 22,00 | 9,40 | 07.07.2014 | 07.07.2049 |
| Carnaúba II | 49,0000 | Maxaranguape/RN | 18,00 | 7,30 | 07.07.2014 | 07.07.2049 |
| Carnaúba III | 49,0000 | Maxaranguape/RN | 16,00 | 7,50 | 07.07.2014 | 07.07.2049 |
| Carnaúba V | 49,0000 | Rio do Fogo/RN | 24,00 | 10,10 | 07.07.2014 | 07.07.2049 |
| Cervantes I | 49,0000 | Rio do Fogo/RN | 16,00 | 7,10 | 07.07.2014 | 07.07.2049 |
| Cervantes II | 49,0000 | Rio do Fogo/RN | 12,00 | 5,60 | 07.07.2014 | 07.07.2049 |
| Punaú I | 49,0000 | Rio do Fogo/RN | 24,00 | 11,00 | 07.07.2014 | 07.07.2049 |
| Arara Azul | 90,0000 | João Câmara/RN | 27,50 | 10,70 | 17.11.2014 | 17.11.2049 |
| Bentevi | 90,0000 | João Câmara/RN | 15,00 | 5,70 | 12.11.2014 | 12.11.2049 |
| Ouro Verde I | 90,0000 | João Câmara/RN | 27,50 | 10,70 | 11.11.2014 | 11.11.2049 |
| Ouro Verde II | 90,0000 | João Câmara/RN | 30,00 | 11,20 | 12.11.2014 | 12.11.2049 |
| Ouro Verde III | 90,0000 | João Câmara/RN | 25,00 | 9,40 | 12.11.2014 | 12.11.2049 |
| Santa Rosa | 90,0000 | Acarauí/CE | 20,00 | 8,40 | 09.10.2014 | 09.10.2049 |
| Uirapuru | 90,0000 | Acarauí/CE | 28,00 | 12,60 | 10.10.2014 | 10.10.2049 |
| Ventos de Angelim | 90,0000 | Acarauí/CE | 24,00 | 10,30 | 17.11.2014 | 17.11.2049 |
| Serra do Mel I | 90,0000 | Serra do Mel/RN | 28,00 | 13,00 | 13.10.2014 | 13.10.2049 |
| Serra do Mel II | 90,0000 | Serra do Mel/RN | 28,00 | 12,80 | 13.10.2014 | 13.10.2049 |
| Serra do Mel III | 90,0000 | Serra do Mel/RN | 28,00 | 12,50 | 24.11.2014 | 24.11.2049 |
| Itaguaçu da Bahia | 49,0000 | Itaguaçu da Bahia/BA | 28,00 | 14,00 | 09.09.2014 | 09.09.2049 |
| Ventos de Santa Luíza | 49,0000 | Itaguaçu da Bahia/BA | 28,00 | 14,20 | 12.09.2014 | 12.09.2049 |
| Ventos de Santa Madalena | 49,0000 | Itaguaçu da Bahia/BA | 28,00 | 14,70 | 09.09.2014 | 09.09.2049 |
| Ventos de Santa Marcela | 49,0000 | Itaguaçu da Bahia/BA | 28,00 | 13,60 | 18.09.2014 | 18.09.2049 |
| Ventos de Santa Vera | 49,0000 | Itaguaçu da Bahia/BA | 28,00 | 15,20 | 09.09.2014 | 09.09.2049 |
| Ventos de Santo Antônio | 49,0000 | Itaguaçu da Bahia/BA | 28,00 | 16,10 | 19.09.2014 | 19.09.2049 |
| Ventos de São Bento | 49,0000 | Itaguaçu da Bahia/BA | 28,00 | 14,40 | 09.09.2014 | 09.09.2049 |
| Ventos de São Cirilo | 49,0000 | Itaguaçu da Bahia/BA | 28,00 | 14,70 | 17.09.2014 | 17.09.2049 |
| Ventos de São João | 49,0000 | Itaguaçu da Bahia/BA | 28,00 | 15,00 | 19.09.2014 | 19.09.2049 |
| Ventos de São Rafael | 49,0000 | Itaguaçu da Bahia/BA | 28,00 | 13,80 | 17.09.2014 | 17.09.2049 |

- (1) Potência homologada pela Aneel.
- (2) Em 31 de dezembro de 2015, havia trinta e cinco unidades geradoras em operação comercial, do total de cinquenta unidades do empreendimento.
- (3) Demais unidades geradoras ainda em construção.
- (4) Empreendimento suspenso ainda na fase de estudo de viabilidade. A potência instalada é a expectativa do projeto.
- (5) Em 31 de dezembro de 2015, havia uma unidade geradora em operação comercial, do total de cinco unidades do empreendimento.
- (6) Demais unidades geradoras ainda em construção.

Furnas é remunerada também pela prestação de serviços de operação e manutenção de usinas cuja concessão foi devolvida ao Poder Concedente em virtude de seus concessionários não aceitarem os termos de renovação contidos na Lei nº 12.783/2013, como segue:

| Operação e Manutenção | | | | | | |
|--|----------------------------|----------|--|--|-------------------|--------------------|
| Hidrelétricas sob Administração Especial nos termos da Lei nº 12.783/2013 | | | | | | |
| Empreendimento | Participação de Furnas (%) | Rio | Potência Instalada (MW) ^{(1) (1)} | Energia Assegurada (MW médio) ⁽¹⁾ | Data da Concessão | Data de Vencimento |
| Dona Rita | 100,0000 | Tanque | 2,41 | 1,03 | 06.2013 | ⁽¹⁾ |
| Sincoridade | 100,0000 | Manhuaçu | 1,42 | 0,35 | 04.2013 | ⁽¹⁾ |
| Nebliña | 100,0000 | Manhuaçu | 6,47 | 4,66 | 04.2013 | ⁽¹⁾ |
| Ervália | 100,0000 | Bagres | 6,97 | 3,03 | 07.2015 | ⁽¹⁾ |
| Coronel Domiciano | 100,0000 | Fumaça | 5,04 | 3,59 | 07.2015 | ⁽¹⁾ |

⁽¹⁾ Sob a responsabilidade de Furnas até a conclusão de nova licitação para concessão das PCHs.

⁽¹⁾ Informação não auditada.

As UHE afetadas pela Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e que estão sendo operadas e mantidas por Furnas, são: Corumbá I, Luiz Carlos Barreto de Carvalho, Funil, Furnas, Marimbondo e Porto Colômbia. As UHE não afetadas de Itumbiara e Mascarenhas de Moraes têm fim de concessão em 2020 e 2023, respectivamente.

O Complexo Hidrelétrico Simplicio/Anta, com 333,7 MW ⁽¹⁾ de potência total instalada, compreende a UHE Simplicio com 305,7 MW ⁽¹⁾, que iniciou sua operação em junho de 2013, e a PCH (pequena central hidrelétrica) Anta, com 28 MW⁽¹⁾, esta última ainda em implantação.

No parque gerador de Furnas está incluída a potência instalada de 1.275 MW⁽¹⁾ relativa à Usina de Serra da Mesa, cabendo à CPFL Geração S.A. 657,14 MW⁽¹⁾ (51,54%) e a Furnas, que detém o direito da concessão, 617,87 MW⁽¹⁾ (48,46%), bem como o Aproveitamento Múltiplo de Manso, com potência instalada de 212 MW⁽¹⁾, cabendo 148,40 MW⁽¹⁾ (70%) a Furnas e 63,60 MW⁽¹⁾ (30%) à Proman.

O parque transmissor de Furnas concentra 24.154 km ⁽¹⁾ de linhas, das quais 4.247 ⁽¹⁾ km sob a forma de SPE, possuindo ainda 70 subestações, com capacidade de transformação total de 119.118 MVA, já incluídos 15.750 MVA referentes a 20 subestações de SPEs.

Além dos parques de geração e transmissão próprios, Furnas participa, em Sociedade de Propósito Específico (SPE) com outras empresas, na construção e operação de usinas, linhas de transmissão e subestações. O detalhamento desses investimentos encontra-se nas notas explicativas 2 e 16.

^(*)Informação não auditada pelo auditor independente

Resumindo, a capacidade total de geração (hidráulica, térmica e eólica) de Furnas está assim segregada:

| | | Em MW ⁽¹⁾ | |
|--|------------------|----------------------|--|
| Potência instalada de geração | Total | % Furnas | |
| Em operação | | | |
| Corporativas | | | |
| UHEs de propriedade integral | 2.916,20 | 2.916,20 | |
| UHEs de propriedade integral em regime de cotas | 4.617,00 | 4.617,00 | |
| UHEs de propriedade compartilhada | 1.487,00 | 766,27 | |
| UTEs de propriedade integral | 530,00 | 530,00 | |
| PCHs em concessão temporária por determinação do órgão regulador | 22,31 | 22,31 | |
| Subtotal | 9.572,51 | 8.851,78 | |
| Por meio de SPEs | | | |
| UHEs | 5.014,80 | 1.860,63 | |
| UHEs em regime de cotas | 807,50 | 402,94 | |
| UEEs | 187,04 | 45,82 | |
| Subtotal | 6.009,34 | 2.309,39 | |
| Total em operação | 15.581,85 | 11.161,17 | |
| Em implantação | | | |
| Corporativas | | | |
| PCHs de propriedade integral | 28,00 | 28,00 | |
| Subtotal | 28,00 | 28,00 | |
| Por meio de SPEs | | | |
| UHEs | 2.861,33 | 917,91 | |
| UEEs | 1.006,40 | 667,09 | |
| Subtotal | 3.867,73 | 1.584,99 | |
| Total em implantação | 3.895,73 | 1.612,99 | |
| Total do parque gerador | 19.477,58 | 12.774,16 | |

| Investida | Linhas | Km ⁽¹⁾ | Subestação | Data da Outorga | Prazo da Concessão |
|------------------------------------|--|-------------------|---|-----------------|--------------------|
| Paranaíba Transmissora | LT 500 kV Barreiras II - Rio das Éguas LT 500 kV Rio das Éguas – Luziânia LT 500 kV Luziânia - Pirapora 2 | 967 | | 02.05.2013 | 30 anos |
| Triângulo Mineiro Transmissora | LT 500 kV Marimbondo II - Assis, CS | 296,5 | SE Marimbondo II – 181,2 MVAr SE Assis – 317,1 MVAr | 14.08.2013 | 30 anos |
| Vale do S. Bartolomeu Transmissora | LT 500 kV Brasília Leste - Luziânia - C1 e C2 LT 230 kV Brasília Geral-Brasília Sul - C3 LT 345 kV Brasília Sul - Samambaia - C3 | 94,5 | SE Brasília Leste 500/138 kV – 1.080 MVA | 09.10.2013 | 30 anos |
| Mata de Sta. Genebra Transmissora | LT 500 kV Itatiba – Bateias LT 500 kV Araraquara 2 – Itatiba LT 500 kV Araraquara 2 - Fernão Dias | 847 | SE Santa Bárbara D'Oeste 440 kV - 300 MVAr SE Itatiba 500 kV - 300 MVAr SE Fernão Dias 500/440 kV– 3.600 MVAr | 14.05.2014 | 30 anos |
| Lago Azul Transmissora | LT 230 kV Barro Alto - Itapaci - C2 | 69 | | 14.05.2014 | 30 anos |
| Belo Monte Transmissora | LT 800 kV Xingu-Estreito - CC | 2.092 | Estação Conversora Xingu – 4.000 MW Estação Conversora Estreito – 3.850 MW | 16.06.2014 | 30 anos |
| Energia Olímpica S.A. | LT 138 kV Barra da Tijuca – SE Olímpica LT 138 kV Gardênia – SE Olímpica | 13,7 | SE Olímpica 138/13,8 kV – 120 MVA | Regime especial | Regime especial |

(1) Valores aproximados.

Nota: LT = linha de transmissão; SE = subestação; CD = circuito duplo; CS = circuito simples.

2.3 Prorrogação das concessões de serviço público de energia elétrica

Em 11 de janeiro de 2013, o Governo Federal emitiu a Lei nº 12.783/2013, regulamentada pelo Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

Por meio da aludida Lei, as concessões de energia elétrica, tratadas nos artigos 17, §5º, 19 e 22 da Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, foram prorrogadas por mais 30 anos, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos aditivos aos Contratos de Concessão.

A prorrogação considerou a antecipação do vencimento dessas concessões e assinatura de Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão com o Poder Concedente estabelecendo as novas condições; e pressupôs a aceitação expressa dos critérios de remuneração, alocação da energia e padrões de qualidade, constantes da Lei, estando ainda prevista a indenização dos ativos ainda não amortizados ou depreciados com base no valor novo de reposição (VNR).

Adicionalmente, o Ministério de Minas e Energia (MME) e o Ministério da Fazenda emitiram, em 1º de novembro de 2012, a Portaria Interministerial nº 580, através da qual fixaram os valores das indenizações dos ativos de geração e transmissão afetados pela Medida Provisória, referenciados a preços de junho de 2012 e outubro de 2012, respectivamente. Sendo os valores de indenização dos ativos de geração ajustados em 29 de novembro de 2012, por meio da Portaria Interministerial nº 602.

O VNR, determinado pela Administração, foi calculado a partir de suas melhores estimativas e interpretações do Decreto nº 7.805/201212, em dezembro de 2012, sendo reajustado para 31 de dezembro de 2013. Este valor, porém, não pode ser considerado como o de indenização.

2.3.1 Ativos de concessões prorrogadas cuja indenização ainda não foi homologada pelo Poder Concedente

A seguir, serão demonstrados os valores indenizados e a indenizar bem como os pleitos daqueles itens ainda não sujeitos a indenização.

2.3.1.1 Pleitos ainda não homologados

| Descritivo | Controladora | |
|--|------------------|------------------|
| | 31.12.2015 | 31.12.2014 |
| Geração | | |
| Modernizações e melhorias | 995.718 | 995.718 |
| Geração térmica | 705.425 | 676.030 |
| Transmissão | | |
| Rede básica - serviços existentes (RBSE) (*) | 4.530.060 | 4.530.060 |
| Total | 6.231.203 | 6.201.808 |

(*) Valor já homologado pela ANEEL

2.3.1.2 Pleito homologado

| Indenizações previstas pela Lei nº 12.783/2013 | Controlada | |
|--|-------------|------------------|
| | 31.12.2015 | 31.12.2014 |
| Saldo inicial | 1.344.476 | 2.130.352 |
| Recebimentos | (1.482.331) | (1.154.766) |
| Atualização monetária | 137.855 | 368.890 |
| Saldo final | - | 1.344.476 |
| Total circulante | - | 1.344.476 |

2.3.2 Os efeitos da Lei nº 12.783/2013, por segmento de negócio

Para a geração, a Aneel mediante a Resolução Normativa nº 596 de 19 de dezembro de 2013, estabeleceu regras para o cálculo das indenizações dos bens reversíveis ainda não depreciados ou amortizados, no âmbito da Lei nº 12.783/2013 que é de 180 dias após o protocolo de manifestações (art. 4º, §1º), encaminhada por Furnas em 27/12/2013. Posteriormente, a Aneel, por meio da Resolução Normativa nº 615 de 17 de junho de 2014, alterou a redação do art. 4º da Resolução Normativa nº 596, estabelecendo a data de até 31 de dezembro de 2015, para comprovação da realização dos investimentos vinculados a bens reversíveis.

2.3.2.1 Transmissão

Para a transmissão, a ANEEL mediante a Resolução Normativa nº 589 de 10 de dezembro de 2013, disciplinou os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição – VNR, para fins de indenização das instalações. Essa Resolução estabelece que a concessionária contrate uma empresa credenciada junto à ANEEL para elaborar um laudo de avaliação, que deverá contemplar os ativos existentes em 31 de maio de 2000, não depreciados até 31/12/2012.

Em 22 de abril de 2015, Furnas protocolou junto a ANEEL o laudo de avaliação dos ativos de transmissão de energia elétrica da Rede Básica Sistema Existente – RBSE, referente ao contrato de concessão nº 062/2001, renovado pela Lei nº 12.783/2013. O valor histórico da RBSE, em 31 de dezembro de 2012, monta em R\$ 4.530.060 (R\$ 4.530.060 em 31 de dezembro de 2014).

A Empresa recebeu, no período de 4 a 15 de maio de 2015, fiscalização da ANEEL para validação das informações com consequente aferição do valor indenizável, que totaliza R\$ 10.699.030, equivalente aos investimentos pelo Valor Novo de Reposição - VNR ajustado pela depreciação acumulada até 31.12.2012. No período de 10 a 21 de agosto de 2015 ocorreu a fiscalização complementar do órgão regulador.

Em 11 de setembro de 2015, a ANEEL emitiu Termo de Notificação 069/2015-SFF, contendo o Relatório de Fiscalização RF-Furnas 078/2015-SFF, em cujo teor aprova o valor de R\$ 8.999.520 a título de indenização da RBSE na data base de 31 de dezembro de 2012. Em outubro de 2015 o Conselho de Administração de Furnas concordou com os termos do referido Termo de Notificação. Por meio do despacho ANEEL 4042, de 15 de dezembro, a mesma homologou o referido valor a ser indenizado, permanecendo no aguardo de regulamentação quanto a forma, prazo de recebimento e remuneração aplicável para proceder aos ajustes contábeis próprios no reconhecimento do efeito desses atos.

2.3.2.2 Geração Hidrelétrica – Investimentos após o projeto básico

| Descritivo | Controladora | | |
|--------------|-------------------------|-------------------------------|---------------------|
| | 31.12.2015 e 31.12.2014 | | Valor a receber (*) |
| | Valor contábil líquido | Valor novo de reposição (VNR) | |
| Usinas | | | |
| UHE Furnas | 514.825 | 606.859 | 514.825 |
| UHE Estreito | 480.893 | 659.483 | 480.893 |
| Total | 995.718 | 1.266.342 | 995.718 |

(*) Valores sujeitos à homologação da ANEEL

Para o cálculo da indenização a receber foi adotado o critério do VNR ou valor contábil líquido, dos dois o menor.

2.3.2.3 Geração Térmica – UTE Santa Cruz

| Descritivo | Controladora | |
|-------------------------------|--------------|------------|
| | 31.12.2015 | 31.12.2014 |
| Valor contábil líquido | 705.425 | 709.686 |
| Valor novo de reposição (VNR) | 2.780.046 | 2.780.046 |

2.3.2.4 Transmissão - Rede Básica dos Serviços Existentes - RBSE (Contrato nº 062/2001)

| Investimentos até maio /2000 | | 31.12.2015 e 2014 |
|-------------------------------|--|-------------------|
| Valor contábil líquido | | 4.530.060 |
| Valor novo de reposição (VNR) | | 8.999.520 |
| Valores a receber (*) | | 4.530.060 |

(*)Valor homologado pela ANEEL, aguardando definição da forma de recebimento

2.3.2.5 Impactos de Contrato Oneroso

| Descritivo | Controladora | | Consolidado 31.12.2015 |
|--|----------------|----------------|---------------------------|
| | 31.12.2015 | 31.12.2014 | |
| Geração | | | |
| Marimbombo | 79.924 | 25.989 | 79.924 |
| Furnas | - | 168.701 | - |
| Luiz Carlos Barreto de Carvalho (Estreito) | 52.409 | 34.538 | 52.409 |
| Funil | 83.787 | 132.219 | 83.787 |
| Total geração | 216.120 | 361.447 | 216.120 |
| Transmissão | | | |
| Contrato nº 062/2001 | 729.478 | 608.488 | 729.478 |
| Total transmissão | 729.478 | 608.488 | 729.478 |
| SPEs controladas | - | - | 57.300 |
| Total SPEs controladas | - | - | 57.300 |
| Total | 945.598 | 969.935 | 1.002.898 |

Informações complementares acerca da provisão para perdas com contrato oneroso estão descritas na Nota 28.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão elencadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e por normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), além de disposições normativas de seu órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

As demonstrações financeiras da Empresa apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e empreendimentos controlados em conjunto pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente e em conformidade com as normas internacionais. A revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 do CPC (aprovada em dezembro de 2014) alterou o CPC 35, o CPC 37 e o CPC 18 e autorizou a utilização da equivalência patrimonial nas demonstrações separadas da investidora, eliminando essa diferença, até então existente, entre a legislação brasileira e a norma internacional. Já para os investimentos em empreendimentos onde a Empresa detém o controle, as demonstrações financeiras dessas controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que se obtém o controle até a data em que o controle deixa de existir.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de alguns ativos e passivos não circulantes e instrumentos financeiros provenientes de suas investidas. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A preparação destas demonstrações financeiras envolve o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis de Furnas e suas investidas em conjunto. Sendo assim, aquelas áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na nota 3.3.

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2016.

3.2 Práticas e políticas contábeis

As práticas e políticas contábeis relacionadas a seguir foram aplicadas consistentemente pela Empresa e suas investidas em suas demonstrações financeiras.

3.2.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem informações de Furnas e das seguintes controladas: Transenergia Goiás S.A., Energia dos Ventos V S.A., Energia dos Ventos VI S.A., Energia dos Ventos VII S.A., Energia dos Ventos VIII S.A. e Energia dos Ventos IX S.A., considerando as participações descritas na nota 16.1.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram utilizadas as demonstrações financeiras das sociedades controladas com 30 dias de defasagem, exceto quando da ocorrência de ajustes de eventos relevantes no mês de dezembro, os quais são reconhecidos pelo método da equivalência patrimonial.

Tendo em vista a aquisição do controle acionário destas Empresas por Furnas a partir do exercício de 2015,para efeito de comparabilidade, os valores do exercício de 2014 são os mesmos apresentados pela controladora.

As transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Empresa.

3.2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa e os depósitos bancários.

3.2.3 Contas a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias

São decorrentes da venda de energia, da disponibilização do sistema de transmissão, de serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do exercício, contabilizados com base no regime de competência.

3.2.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)

É estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que não há perspectiva de realização dos valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

3.2.5 Cauções e depósitos vinculados

As cauções e depósitos vinculados, referentes a garantias prestadas, estão registrados ao custo, acrescidos dos respectivos rendimentos, auferidos até a data do balanço.

3.2.6 Almoarifado

Os materiais em almoxarifado, classificados no Ativo Circulante e no Ativo Não Circulante, representam itens para uso próprio e investimento, e estão registrados ao custo médio de aquisição deduzidos de estimativa para perda, quando aplicável, e não excedem a seus custos de reposição ou valores de realização.

3.2.7 Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado; (ii) investimentos mantidos até o vencimento; (iii) ativos financeiros disponíveis para venda; e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo, estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

(i) Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio de resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio de resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou
- no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados, que é administrada em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de *hedge* efetivo.

Um ativo financeiro, além dos mantidos para negociação, pode ser designado ao valor justo por meio de resultado no reconhecimento inicial se:

- tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou
- for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos; e
- seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; e
- fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o CPC 38 permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio de resultado.

(ii) Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa, no qual existe a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

(iii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como disponíveis para venda ou não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado.

(iv) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes e outras, caixa e equivalentes de caixa, e outros) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros é considerado imaterial.

3.2.7.1 Ativo Financeiro – Receita Anual Permitida (RAP) e Ativo Financeiro Indenizável

Os contratos de concessão regulamentam a exploração do serviço público de transmissão de energia elétrica pela Empresa, na qual:

- o preço é regulado (tarifa) e denominado Receita Anual Permitida (RAP). A transmissora não pode negociar preços com usuários. Os contratos têm sua RAP atualizada monetariamente por índice de preços uma vez por ano e revisada a cada quatro anos. A RAP de qualquer empresa de transmissão está sujeita a revisão anual devido a aumento do ativo e de gastos decorrentes de modificações, reforços e ampliações de instalações; e
- os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento de indenização (caixa) do Poder Concedente sobre os investimentos ainda não amortizados.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Empresa, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão, classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa.

3.2.7.2 Adoção da ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão, ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e OCPC 05 – Contratos de Concessão

A ICPC 01 (R1), ICPC 17 e OCPC 05 orientam os concessionários sobre a forma de contabilização e evidenciação de contratos de concessões de serviços públicos a entidades privadas e definem os princípios gerais de reconhecimento e mensuração dos direitos e obrigações relacionados a esses serviços.

A Empresa possui contratos de concessão nos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica, firmados com o Poder Concedente, representante do Governo Federal, sendo todos os contratos, por segmento, similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do Poder Concedente.

3.2.8 Investimentos

Furnas possui participações em empreendimentos de propósitos específicos, sob controle compartilhado com outros acionistas. Todos têm o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, de forma colegiada sem exercer controle individual.

Os resultados destas SPEs são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial.

Quando a participação da Empresa nas perdas acumuladas das investidas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, a Empresa não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha assumido obrigações ou feito pagamentos em nome dessas sociedades. Nestes casos, a participação nas perdas acumuladas é registrada no passivo.

Quando necessário, as políticas contábeis das empresas investidas são ajustadas para garantir consistência com as políticas adotadas pela Empresa.

Os demais investimentos estão registrados pelo custo de aquisição deduzido de provisões para perdas, quando aplicável.

3.2.9 Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição líquido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear e apropriada ao resultado do exercício. As taxas anuais de depreciação estão determinadas na Resolução ANEEL nº 367, de 02 de junho de 2009, atualizada pelas Resoluções Normativas ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, e nº 529, de 21 de dezembro de 2012, conforme previsto pela Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão (item 111). A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento).

A vida útil estimada de cada bem, os valores residuais e os métodos de depreciação são efetuados em conformidade com as regras estabelecidas pelo Poder Concedente, representado por Agência Reguladora. Adicionalmente, o mesmo também é responsável por estabelecer a apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como razoável e adequada para efeitos contábeis e regulatórios e representa a melhor estimativa de vida útil econômica dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em outras receitas (ou despesas) operacionais líquidas na demonstração do resultado.

Os bens de geração, não afetados pela Lei nº 12.783/2013: terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos – não qualificáveis na ICPC 01 (R1) – *Contrato de Concessão* – estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados (Vide nota 17).

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação.

3.2.10 Ativo intangível

As faixas de servidões permanentes são registradas pelo custo de aquisição. Os *softwares* de manutenção de sistema corporativo são registrados e avaliados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Neste grupo também estão incluídos os valores provenientes do direito de uso da infraestrutura para ser utilizada pela outorgante, que são estabelecidos no contrato de concessão para exploração do potencial de energia hidráulica, os quais são registrados pelo valor das retribuições ao Poder Concedente pelo aproveitamento do potencial hidrelétrico, descontados a valor presente, a taxa implícita do projeto.

3.2.10.1 Baixa de ativo intangível

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

3.2.10.2 Ativo intangível proveniente do direito da exploração das concessões

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões de Furnas decorre de Uso do Bem Público (UBP), onde determinadas concessões de geração foram concedidas mediante a contraprestação de pagamentos para a União a título de UBP. O registro desta obrigação na data da assinatura dos respectivos contratos, a valor presente, teve como contrapartida a conta de ativo intangível. Estes valores, capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação, estão sendo amortizados linearmente pelo período remanescente da concessão.

3.2.11 Provisão ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis são revisados para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, calcula-se o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida, ou ainda não disponível para uso, são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente, pela taxa de desconto, antes dos impostos, que refleta uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.2.12 Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

3.2.12.1 Classificação como instrumento de dívida ou de patrimônio

Instrumentos de dívida e de patrimônio emitidos são classificados como passivos financeiros, ou patrimônio, de acordo com a natureza do acordo contratual e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio.

3.2.12.2 Instrumentos de patrimônio

Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os mesmos são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

3.2.12.3 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, tanto no circulante como no não circulante, nas rubricas “fornecedores”, “financiamentos e empréstimos” e “outros”. São mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.2.12.3.1 Baixa de passivos financeiros

A baixa de passivos financeiros é precedida somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2.12.3.2 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximas de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

3.2.13 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma empresa for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio de resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

A tabela com os instrumentos financeiros por categoria está na nota 39.1.

3.2.14 Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Furnas adota o regime de tributação com base no lucro real. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é o lucro, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social e estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

Conforme facultado pela legislação tributária algumas controladas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 8% no cálculo de imposto de renda e 12% no cálculo de contribuição social sobre as receitas brutas provenientes da venda de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

3.2.15 Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos (imposto diferido) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual é esperado, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando corresponde a itens registrados em outros resultados abrangentes, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

3.2.16 Benefícios a empregados

A Empresa opera um fundo de pensão em que os planos são financiados por pagamentos a seguradoras, ou fundos fiduciários, determinados por cálculos atuariais periódicos. Existem planos de benefício definido e, também, de contribuição definida.

Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como: idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial, com relação ao plano de pensão de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os custos de serviços passados são reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual são feitas contribuições fixas a uma entidade separada. Para a Empresa, não existem obrigações legais nem constitutivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados, os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

Com relação ao plano de contribuição definida, são feitas contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. Não há nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada.

As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso, em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros, estiver disponível.

A Empresa possui outros benefícios pós-emprego relacionados com seguro de vida e plano de saúde que também foram determinados atuarialmente e que se encontram provisionados.

A Empresa contabiliza os ganhos e perdas atuariais reconhecendo-os de forma integral na rubrica outros resultados abrangentes no Patrimônio Líquido, conforme previsto no CPC 33 (R1), líquido dos efeitos tributários.

3.2.17 Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas nos CPC 25 e ICPC 08 (R1), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos, e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Empresa estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos.

Desse modo, no encerramento do exercício social, e após as devidas destinações legais, a Empresa registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório no passivo circulante e os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como dividendo adicional proposto no patrimônio líquido.

Os dividendos não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a Empresa.

Os lucros não destinados deverão ser distribuídos como dividendos, nos termos da Lei nº 10.303/2001.

3.2.18 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Empresa. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos.

A Empresa reconhece receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que

benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e (iii) critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades: geração, transmissão e comercialização.

O valor da receita não é considerado mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Empresa baseia suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Há reconhecimento de receita de:

- vendas de energia em contratos bilaterais, leilões, Mecanismos de Realocação de Energia (MRE) e Spot no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Administração da Empresa, ajustados, posteriormente, por ocasião da disponibilidade dessas informações;
- operação e manutenção de usinas, linhas e subestações de transmissão, de concessões renovadas nos termos da Lei nº 12.783/2013;
- remuneração de ativo financeiro de transmissão;
- construção; e
- outras, relacionadas a outros serviços.

A receita proveniente da venda de geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A Receita Anual Permitida (RAP) definida no Contrato do Serviço de Transmissão de Energia Elétrica refere-se ao valor autorizado pela ANEEL, mediante resolução, a ser auferido pela Empresa pela disponibilização das instalações do seu sistema de transmissão, reajustada anualmente pelo IGP-M e por reforços e melhorias que entraram em operação no período.

As concessões de geração alcançadas pela Lei nº 12.783/2013 passaram a ser remuneradas pela Receita Anual de Geração (RAG), calculada pela ANEEL. A RAG será objeto de reajustes anuais e de revisões tarifárias a cada cinco anos e suas cotas serão vendidas ao mercado regulado.

Nas novas concessões, obtidas em leilões públicos de transmissão, a receita corresponde ao valor indicado nos lances, sendo fixa e reajustada, anualmente, pelo IPCA ao longo do período de concessão e está sujeita, também, a revisões tarifárias a cada quatro anos, durante os 30 anos de duração da concessão. Contabilmente a receita é auferida com base na taxa de remuneração de cada um dos contratos de transmissão e que leva em consideração o fluxo de composição do ativo financeiro e as projeções de entrada de caixa.

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros sejam realizados e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva, aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

3.2.19 Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação.

Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira, por sua vez, devem ser convertidos utilizando a taxa vigente da data da transação.

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado, no período em que ocorrerem, exceto:

- variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionada a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão inclusos no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos;
- variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (*hedge*) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio; e
- variações cambiais sobre itens monetários a receber, ou a pagar, com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior), reconhecidas inicialmente em “Outros resultados abrangentes” e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado da amortização de itens monetários.

3.2.20 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos imobilizados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos, ainda não gastos com o ativo, são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

3.2.21 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.2.22 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e segue as disposições contidas no CPC 09 – *Demonstração do Valor Adicionado* e é apresentada como informação adicional.

3.2.23 Concessões a Pagar

A Empresa, mediante suas concessões nas usinas de Simplício e Batalha, e por intermédio de suas investidas: Cia Hidrelétrica Teles Pires, Chapecoense Geração S.A., Enerpeixe S.A., Retiro Baixo Energética S.A., Serra do Facão Energia S.A. e Madeira Energia S.A., possui contratos de concessão onerosa com a União para a utilização do bem público para a geração de energia.

3.3 Uso de Julgamentos e Estimativas Contábeis

Estimativas contábeis são aquelas decorrentes da aplicação de julgamentos subjetivos e complexos, por parte da Administração da Empresa quando da necessidade de reconhecer impactos importantes para demonstrar adequadamente a posição patrimonial e de resultado das entidades. As estimativas contábeis tornam-se críticas à medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a condição futura dessas incertezas, tornando os julgamentos ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração adotou estimativas e premissas baseadas na experiência histórica e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes para a sua adequada apresentação. Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração, a materialização no valor contábil de seus ativos e passivos e de resultado pode divergir dessas estimativas.

No que se refere às estimativas contábeis avaliadas como sendo as mais críticas, a Administração formou seu julgamento sobre eventos futuros, variáveis e premissas, como a seguir:

3.3.1 Ativo e passivo fiscal diferidos

O mesmo critério adotado para apuração e contabilização do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é aplicado para determinação do IRPJ e CSLL diferidos gerados por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais e para compensação com prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL.

Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados e reconhecidos utilizando-se as alíquotas aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas, levando-se em consideração a capacidade de realização futura pela geração de lucros tributáveis.

O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar, ou não, o montante do ativo fiscal diferido.

3.3.2 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

A Administração da Empresa adota variáveis e premissas em teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração para cálculo do valor recuperável de ativos e reconhecimento de *impairment*, quando necessário.

Nesta prática, são aplicados julgamentos baseados na experiência, na gestão do ativo, conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa, que podem eventualmente não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada, que representa as práticas determinadas pela ANEEL aplicáveis aos ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens em vigor.

Também impactam no cálculo das variáveis e premissas utilizadas na determinação dos fluxos de caixa futuro descontados, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos intrinsicamente incertos. Dentre esses eventos destacam-se a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica, a taxa de crescimento da atividade econômica do país, a disponibilidade de recursos hídricos, além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica detida pela Empresa, em especial, os valores de sua reversão ao final do prazo de concessão.

Neste ponto, foi adotada a premissa de indenização contratualmente prevista, quando aplicável, pelo menor entre o valor contábil residual existente no final do prazo das concessões de geração e transmissão de energia elétrica e o valor novo de reposição (VNR). A Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783, em 11 de janeiro de 2013, definiu o VNR como a base de determinação de indenização pelo Poder Concedente sobre concessões de serviço público.

A Empresa adota a premissa de que os bens são reversíveis no final dos contratos de concessão, com direito ao recebimento de indenização do Poder Concedente sobre os investimentos ainda não amortizados, pelo menor entre o valor residual contábil e o valor novo de reposição. Seguindo essa premissa, foram mantidos valores a receber do Poder Concedente relacionados à Rede Básica do Sistema Existente (RBSE) e a investimentos realizados após o projeto básico das usinas, os quais ainda serão objeto de homologação pela ANEEL.

3.3.3 Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e outros

A Empresa reconhece provisão para riscos com causas tributárias, cíveis, trabalhistas e outros. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Empresa revisa suas estimativas e premissas em bases trimestrais.

3.3.4 Obrigações atuariais

As obrigações atuariais são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes e os resultados reais futuros das estimativas contábeis utilizadas nestas demonstrações financeiras podem ser distintos sobre variáveis, premissas e condições diferentes daquelas existentes e utilizadas na época do julgamento.

3.4 Reclassificação

Para melhor apresentação das demonstrações financeiras, a Empresa procedeu algumas reclassificações no ativo, demonstração do valor adicionado e demonstração dos fluxos de caixa relacionados ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Sendo assim, passou a apresentá-las com as alterações que seguem nos quadros abaixo:

3.4.1 Ativo 2014

| A T I V O | Nota | Originariamente apresentado | Reclassificação | Reclassificado |
|--|------|--------------------------------|-----------------|----------------|
| CIRCULANTE | | | | |
| Caixa e equivalente de caixa | 6 | 1.692 | - | 1.692 |
| Títulos e valores mobiliários | 7 | 667.750 | - | 667.750 |
| Clientes | 8 | 861.665 | 1.465 | 863.130 |
| Remuneração das participações societárias | | 113.186 | - | 113.186 |
| Impostos e contribuições sociais | 10 | 234.202 | - | 234.202 |
| Almoarifado | 12 | 22.789 | - | 22.789 |
| Indenizações das concessões | 13 | 1.344.476 | - | 1.344.476 |
| Outros | 14 | 202.306 | (1.465) | 200.841 |
| | | 3.448.066 | - | 3.448.066 |
| NÃO CIRCULANTE | | | | |
| Realizável a longo prazo | | | | |
| Clientes | 8 | 442.098 | - | 442.098 |
| Almoarifado | 12 | 97.066 | - | 97.066 |
| Cauções e depósitos vinculados | 11 | 477.926 | - | 477.926 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | | 18.075 | - | 18.075 |
| Ativo financeiro – concessões do serviço público | 9 | 7.529.487 | - | 7.529.487 |
| Outros | 14 | 83.826 | - | 83.826 |
| | | 8.648.478 | - | 8.648.478 |
| Investimentos | 15 | 5.344.317 | - | 5.344.317 |
| Imobilizado | 16 | 5.924.242 | - | 5.924.242 |
| Intangível | 17 | 107.581 | - | 107.581 |
| | | 20.024.618 | - | 20.024.618 |
| | | 23.472.684 | - | 23.472.684 |
| TOTAL DO ATIVO | | | - | |

3.4.2 Demonstração do valor adicionado 2014

| | Originariamente apresentado | Reclassificação | Reclassificado |
|---|--------------------------------|-----------------|----------------|
| 1. GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO | | | |
| Receitas de vendas de energia e serviços | 6.924.311 | (47.263) | 6.877.048 |
| Outras receitas operacionais | 134.029 | 47.263 | 181.292 |
| Menos: | | | |
| Insumos | | | |
| Custo de energia comprada | (1.942.894) | - | (1.942.894) |
| Materiais | (32.035) | - | (32.035) |
| Serviços de terceiros | (727.175) | - | (727.175) |
| Outros custos operacionais | (1.506.986) | 78.509 | (1.428.477) |
| 2. VALOR ADICIONADO BRUTO | 2.849.250 | 78.509 | 2.927.759 |
| Depreciação e amortização | (222.476) | - | (222.476) |
| Constituição/reversão de provisões | 567.055 | (78.509) | 488.546 |
| 3. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO | 3.193.829 | - | 3.193.829 |
| Receitas financeiras (transferências) | 580.759 | - | 580.759 |
| Equivalência patrimonial | (887.111) | - | (887.111) |
| 4. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR | 2.887.477 | - | 2.887.477 |
| 5. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO | | | |
| Remuneração do trabalho | 1.097.419 | - | 1.097.419 |
| Governo (impostos e contribuições) | 933.862 | - | 933.862 |
| Encargos financeiros e variação monetária | 1.038.754 | - | 1.038.754 |
| Encargos setoriais | 223.096 | - | 223.096 |
| Prejuízo do exercício | (405.654) | - | (405.654) |
| TOTAL | 2.887.477 | - | 2.887.477 |

3.4.3 Demonstrações dos fluxos de caixa 2014

| | Originariamente apresentado | Reclassificação | Reclassificado |
|---|--------------------------------|-----------------|----------------|
| ATIVIDADES OPERACIONAIS | | | |
| Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social | (244) | - | (244) |
| Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido | | | |
| Depreciação e amortização | 222.476 | - | 222.476 |
| Variação monetária/cambiais líquidas | (219.074) | - | (219.074) |
| Renda de aplicação financeira | (76.195) | - | (76.195) |
| Juros s/ refinanciamentos de créditos e empréstimos concedidos | (58.821) | - | (58.821) |
| Encargos financeiros | 819.278 | - | 819.278 |
| Resultado de equivalência patrimonial | 887.111 | - | 887.111 |
| Provisão(reversão) para crédito de liquidação duvidosa | 65.516 | - | 65.516 |
| Provisão(reversão) para riscos com ações fiscais, trabalhistas e cíveis | (46.018) | - | (46.018) |
| Provisão(reversão) Plano de readequação do quadro de pessoal | (21.789) | - | (21.789) |
| Provisão(reversão) para perdas com contratos onerosos | (31.284) | - | (31.284) |
| Provisão para redução do valor recuperável de ativos (impairment) | (47.225) | - | (47.225) |
| Provisão(reversão) para baixa de ativo financeiro | (496.195) | - | (496.195) |
| Baixa de imobilizado | 3.594 | - | 3.594 |
| Receita de ativo financeiro pela RAP | (212.283) | - | (212.283) |
| Encargos da reserva global de reversão | 285.055 | - | 285.055 |
| Subtotal | 1.073.902 | - | 1.073.902 |
| Variações nos ativos e passivos | | | |
| Clientes | 379.474 | - | 379.474 |
| Fornecedores | 256.338 | - | 256.338 |
| Pagamento de encargos financeiros | (754.836) | - | (754.836) |
| Pagamento de encargos setoriais | (306.623) | - | (306.623) |
| Pagamento de PREQ | (9.941) | - | (9.941) |
| Amortização de ativo financeiro pela RAP | 237.976 | - | 237.976 |
| Recebimento de encargos financeiros | 857 | - | 857 |
| Pagamentos de imposto de renda e contribuição social | (275.639) | - | (275.639) |
| Cauções e depósitos vinculados | 54.002 | - | 54.002 |
| Pagamento de refinanciamentos de impostos e contribuições – principal | (64.232) | 64.232 | - |
| Recebimento de RAG | - | - | - |
| Pagamento de energia comprada Eletronuclear | - | - | - |
| Pagamento à entidade de previdência complementar | (83.593) | - | (83.593) |
| Demais ativos e passivos | (303.841) | - | (303.841) |
| Caixa gerado nas atividades operacionais | (870.058) | 64.232 | (805.826) |
| Pagamento de refinanciamentos de impostos e contribuições – principal | - | (64.232) | (64.232) |
| CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | 203.844 | - | 203.844 |
| ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | | |
| Empréstimos e financiamentos obtidos | 1.178.401 | - | 1.178.401 |
| Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal | (363.116) | - | (363.116) |
| CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | 815.285 | - | 815.285 |
| ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | | |
| Aquisições de ativo financeiro | (669.513) | - | (669.513) |
| Recebimento de Indenizações Lei 12.783 | 1.154.767 | - | 1.154.767 |
| Resgate/(aplicação) em renda fixa e renda variável | 124.258 | - | 124.258 |
| Aquisições de ativo imobilizado | (174.386) | - | (174.386) |
| Aquisições de ativo intangível | (15.897) | - | (15.897) |
| Aquisições de investimentos em participações societárias | (1.505.928) | - | (1.505.928) |
| Recebimento de remuneração de investimentos e participações societárias | 62.566 | - | 62.566 |
| CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | (1.024.133) | - | (1.024.133) |
| AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | (5.004) | - | (5.004) |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do período | 6.696 | - | 6.696 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do período | 1.692 | - | 1.692 |
| | (5.004) | - | (5.004) |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

3.4.4 Nota 15 Outros Ativos 2014

| Descritivo | Originariamente apresentado | Reclassificação | Reclassificado |
|---|--------------------------------|-----------------|----------------|
| Empresas de energia elétrica | 106.324 | (1.465) | 104.859 |
| Créditos com fornecedores | 164.790 | - | 164.790 |
| (-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa – créditos com fornecedores | (107.300) | - | (107.300) |
| Desativações e alienações em curso | 18.023 | - | 18.023 |
| Fundação Real Grandeza | 2.497 | (2.497) | - |
| Serviços prestados a terceiros | 6.830 | - | 6.830 |
| (-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa – serviços prestados a terceiros | (1.221) | - | (1.221) |
| Alienações de bens e direitos | 3.014 | - | 3.014 |
| (-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa – alienações de bens e direitos | (2.837) | - | (2.837) |
| Dispêndios a reembolsar | 6.895 | 136 | 7.031 |
| Dispêndio a reembolsar em curso | - | (136) | (136) |
| (-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa – dispêndios a reembolsar | (4.237) | - | (4.237) |
| Empregados | 1.366 | - | 1.366 |
| Empréstimos concedidos | 3.138 | - | 3.138 |
| Despesas pagas antecipadamente | 2.660 | - | 2.660 |
| Outros créditos – Ressarcimento da TFSEE | 1.600 | - | 1.600 |
| Outros | 764 | 2.497 | 3.261 |
| Total Circulante | 202.306 | (1.465) | 200.841 |

NOTA 4 - ASSUNTOS DO SETOR ELÉTRICO

Conforme descrito na nota 3, Furnas está submetida às disposições emanadas de sua agência reguladora, a ANEEL. Assim sendo, há obrigações que são específicas deste segmento de negócio das quais destacamos:

4.1 Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Representam o saldo de valores e/ou bens recebidos da União Federal e de consumidores em geral, em parceria com a Empresa.

4.2 Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, tendo a sua vigência estendida até 2035, por intermédio da Medida Provisória nº 517, de 30 de dezembro de 2010. Refere-se a um valor anual estabelecido pela ANEEL, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação do Serviço Público de Energia Elétrica, como também para financiar a expansão e a melhoria desse serviço. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de energia elétrica e limitado a 3% da sua receita anual.

Cabe destacar que pelo art. 21 da Lei nº 12.783/2013, ficam desobrigadas, a partir de 1º de janeiro de 2013, do recolhimento da quota anual da RGR:

“I - as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica;

II - as concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica licitadas a partir de 12 de setembro de 2012; e

III – as concessionárias de serviço público de transmissão e geração de energia elétrica prorrogadas ou licitadas nos termos desta Lei.”

Ainda pela Lei nº 12.783/2013, mediante redação do art. 20, fica a RGR de que trata o art. 4º da Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, autorizada a contratar operações de crédito, com o objetivo de cobrir eventuais necessidades de indenização aos concessionários de energia elétrica, por ocasião da reversão de concessões ou para atender à finalidade de modicidade tarifária.

4.3 Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

Criada pela Lei nº 7.990/1989, destina-se a compensar os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionada por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Do montante arrecadado mensalmente a título de compensação financeira, 45% destinam-se aos Estados, 45% aos Municípios, 3% ao Ministério do Meio Ambiente, 3% ao Ministério de Minas e Energia e 4% ao Ministério da Ciência e Tecnologia. O cálculo da CFURH baseia-se na geração efetiva das usinas hidrelétricas, de acordo com a seguinte fórmula: CFURH = TAR x GH x 6,75%, onde TAR refere-se à Tarifa Atualizada de Referência, estabelecida anualmente pela ANEEL (em R\$/MWh) e GH é o montante (em MWh) da geração mensal da usina hidrelétrica.

4.4 Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com redação alterada pelo art. 23 da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

Sendo assim, a CDE conforme art. 23 da Lei nº 12.783/2013, visa ao desenvolvimento energético dos Estados.

Ainda pela Lei nº 12.783/2013, mediante redação do art. 20, fica a CDE de que trata o art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, autorizada a contratar operações de crédito, com o objetivo de cobrir eventuais necessidades de indenização aos concessionários de energia elétrica, por ocasião da reversão de concessões ou para atender à finalidade de modicidade tarifária.

4.5 Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Criado pela Lei nº 9.991/2000, o programa de P&D estabelece que as concessionárias e permissionárias do serviço público de geração e transmissão de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do Setor Elétrico. Os recursos são destinados ao Ministério da Ciência e Tecnologia, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), ao Ministério de Minas e Energia e aos agentes, a serem aplicados em projetos aprovados pela ANEEL.

4.6 Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Instituída pela Lei nº 9.427/1996, equivale a 0,5% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizada do Serviço Público de Energia Elétrica. Seu valor anual é estabelecido pela ANEEL com a finalidade de constituir receita para a cobertura do custeio de suas atividades. Para os segmentos de geração e de transmissão (produtores independentes, autoprodutores, concessionários e permissionários) o valor é determinado no início de cada ano civil, e para os distribuidores, o cálculo se dá a cada data de aniversário da concessão. Os valores estabelecidos em resolução são pagos mensalmente em duodécimos.

4.7 Uso de Bem Público (UBP)

Corresponde aos valores estabelecidos no contrato de concessão para exploração do potencial de energia hidráulica o qual é registrado pelo valor das retribuições ao Poder Concedente pelo aproveitamento do potencial hidrelétrico, descontada, a valor presente, a taxa implícita do projeto.

4.8 Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA):

Instituído pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, tem o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica no país, tais como: energia eólica (ventos), biomassa e pequenas centrais hidrelétricas. A cada final de ano, com base Nos procedimentos definidos no Submódulo 5.3 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, a ANEEL publica as cotas anuais de energia e de custeio a serem pagas em duodécimos, por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN) que comercializam energia com o consumidor final.

NOTA 5 - NORMAS NOVAS E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

Diversas normas entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não havendo mudanças significativas em sua adoção.

A seguir listam-se novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB, mas que não estão em vigor para o exercício de 2015.

IFRS 9 - “Instrumentos Financeiros”. Publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 - “Recetta de Contratos com Clientes”. Exige a entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e US GAAP quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- IFRS 14 Ativos e Passivos Regulatórios
- Contabilização de Aquisições de Participações em Operações em Conjunto (alterações do CPC 19 / IFRS 11)
- Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38)
- Transferência ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto (alterações do CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28)
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 – várias normas
- Entidades de Investimento: Exceção de Consolidação (alterações do CPC 36 / IFRS 10, CPC 45 / IFRS 12 e CPC 18 / IAS 28).

- Iniciativa de Divulgação (alteração do CPC 26 / IAS 1).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração não espera impactos relevantes decorrentes dessas novas normas.

NOTA 6 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | Controladora | | Consolidado |
|----------------|--------------|------------|-------------|
| Descritivo | 31.12.2015 | 31.12.2014 | 31.12.2015 |
| Caixa e bancos | 400 | 1.692 | 12.099 |
| Total | 400 | 1.692 | 12.099 |

NOTA 7 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Esta rubrica compõe-se como segue:

| | Controladora | | Consolidado |
|---------------------------------|--------------|------------|-------------|
| Descritivo | 31.12.2015 | 31.12.2014 | 31.12.2015 |
| Fundos de investimentos | 1.193.716 | 666.712 | 1.193.716 |
| Notas do Tesouro Nacional (NTN) | 27 | 1.038 | 27 |
| Total circulante | 1.193.743 | 667.750 | 1.193.743 |

Em 31 de dezembro de 2015, o valor de R\$ 1.193.716 refere-se a aplicações em fundos de investimentos conforme a seguir:

- R\$ 454.490, registrados no BB Extramercado FAE – Fundo de Investimento em Renda Fixa e BB Extramercado FAE 2 - Fundo de Investimento em Renda Fixa;
- R\$ 739.224, registrados no CEF FI Extra Comum e CEF FI Extra VI;
- R\$ 2, registrados no SANTANDER FIC FI Extra Referenciado DI.

Nos exercícios de 2015 e 2014 os fundos tiveram os seguintes rendimentos:

| Fundos | 2015 | 2014 |
|--|---------|--------|
| BB Extramercado FAE | 86.985 | 66.553 |
| CEF FI Extra Comum e VI | 50.752 | 8.336 |
| SANTANDER FIC FI Extra Referenciado DI | 12 | 14 |
| BRADESCO CORPORATE FIC FI REF DI FEDERAL (a) | 2.463 | 1.292 |
| Total | 140.212 | 76.195 |

(a) Aplicação no Fundo BRADESCO CORPORATE FIC FI REF DI FEDERAL foi integralmente resgatada até 31.12.2015

Vale mencionar que as aplicações financeiras no Banco do Brasil (BB) e na Caixa Econômica Federal (CEF) são fundos multicotistas, destinados a receber aplicações das disponibilidades resultantes das receitas próprias das autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta, bem como das fundações supervisionadas pela União (Regulamento art. 3º). A aplicação no Santander é relativa a bloqueio judicial.

NOTA 8 – CLIENTES

| | Controladora e Consolidado | | | |
|----------------------------|----------------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|
| | Vincendos | Vencidos até 90 dias | Vencidos + de 90 dias | Clientes Parcelamento |
| Suprimento de energia | 403.989 | 22.391 | 3.532 | - |
| Uso da rede elétrica | 130.828 | 2.558 | 9.932 | - |
| Parcelamento (Nota 8.2) | - | - | - | 308.938 |
| Outros | - | - | - | - |
| Energia de curto prazo | - | 139.509 | 17.684 | - |
| Consumidores industriais | - | 1.298 | - | - |
| (-) PCLD (Nota 8.1) | (11.380) | - | - | (279.117) |
| Total Circulante | 523.437 | 165.756 | 31.148 | 29.821 |
| Suprimento de energia | - | - | 14.111 | - |
| Uso da rede elétrica | - | - | 6.276 | - |
| Comercialização de energia | - | - | - | - |
| Consumidores | - | - | 293.560 | - |
| Parcelamento (Nota 8.2) | - | - | - | 496.537 |
| (-) PCLD (Nota 8.1) | - | - | (313.947) | - |
| Total Não Circulante | - | - | - | 496.537 |
| Total | 523.437 | 165.756 | 31.148 | 526.358 |

A Empresa mantém registrados em 31.12.2015 o montante de R\$ 293.560 em 2014, a valores históricos, relativos à comercialização de energia no âmbito da CCEE referentes ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002, cuja liquidação está suspensa em virtude da concessão de liminares nas ações judiciais propostas por concessionárias de distribuição contra a Aneel e a CCEE. De acordo com as normas estabelecidas no Acordo de Mercado da CCEE, a resolução dessas pendências implica uma nova contabilização e liquidação pelas partes envolvidas sem a intervenção da CCEE. Diante da incerteza de sua realização financeira, foi constituída uma provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) sobre o valor integral a receber, estando estes valores registrados no ativo não circulante.

8.1 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

| Movimentação PCLD 2015 | | | |
|---------------------------------|----------------------------|----------------|-----------|
| Descritivo | Controladora e Consolidado | | Total |
| | Circulante | Não Circulante | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 | (254.643) | (321.956) | (576.599) |

valor de R\$ 207.180, correspondente ao saldo devedor apurado no Instrumento Particular de Dívidas e Outras avenças celebrado entre as partes. Em função do não reconhecimento de parte desta dívida pela Celg, Fumas constituiu uma PCLD em dezembro de 2012.

Vale mencionar, que no 1º trimestre de 2013, foi emitida medida liminar deferida em favor da Celg que a autorizou a não efetuar mais depósitos em favor de Fumas no que diz respeito ao contrato celebrado.

Sendo assim, Fumas apresentou Recurso de Agravio de Instrumento visando cassar a aludida decisão. Recurso este, ainda pendente de julgamento. Desta forma, enquanto perdurar esta decisão, os valores que seriam destinados a Fumas serão depositados em Juízo. Em função do exposto, a Administração decidiu manter a PCLD enquanto o trâmite não finalizar.

O total provisionado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 604.445 (31.12.2014 - R\$ 576.599), dos quais a parcela referente a Celg, no circulante, é de R\$ 279.117 (31.12.2014 - R\$ 240.078).

8.2 Parcelamentos

Os parcelamentos são decorrentes de créditos de energia financiados com os seguintes intervenientes:

| Descritivo | Controladora e Consolidado | | | | | |
|--------------------------------------|----------------------------|-----------|--------------|----------------|-------------------------------------|------------------------------|
| | 31.12.2014 | Provisões | Recebimentos | Capitalizações | Variação Monetária/Reclassificações | Transferências de LP para CP |
| Tesouro Nacional (a) | 22.076 | 52.429 | (18.293) | (51.665) | - | 18.293 |
| Celg D (b) | 240.078 | 7.112 | - | - | - | 31.927 |
| Celipa (c) | 7.247 | - | (3.628) | - | - | 3.618 |
| (-) Ajuste a valor presente - Celipa | (256) | - | - | - | - | - |
| Total circulante | 269.145 | 59.541 | (21.921) | (51.665) | - | 53.838 |
| Tesouro Nacional (a) | 408.670 | - | - | 51.665 | 47.514 | (18.293) |
| Celg D (b) | 8.009 | - | - | - | 23.918 | (31.927) |
| Celipa (c) | 14.474 | - | - | - | - | (7.237) |
| (-) Ajuste a valor presente - Celipa | (962) | - | - | - | 706 | - |
| Total não circulante | 430.191 | - | - | 51.665 | 72.138 | (57.457) |

Os créditos de energia financiados têm as seguintes características:

a) Tesouro Nacional - Em conformidade com o Programa de Saneamento das Finanças do Setor Público (Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993), foi assinado em 30 de março de 1994, um contrato de cessão de crédito entre a União e Fumas, tendo o Banco do Brasil como agente financeiro, para refinanciamento da dívida da Celg, relativa à compra de energia, que estabeleceu as seguintes condições financeiras:

(i) Pagamento em 240 parcelas mensais consecutivas, vencíveis nas mesmas datas de vencimento das prestações do contrato de refinanciamento dessa mesma dívida, assinado entre a União e a Celg. Tendo em vista o atual fluxo de pagamentos do contrato, a dívida não foi inteiramente liquidada em seu prazo de vencimento (2014), sendo portanto, prorrogada por mais 120 meses, conforme previsto em contrato;

(ii) Juros remuneratórios calculados sobre o saldo devedor à taxa nominal de 11% a.a., que corresponde à média ponderada das taxas estabelecidas nos contratos originais da dívida confessada;

(iii) Atualização monetária plena sobre o saldo devedor, com base no IGP-M, ou outro índice que venha a ser determinado pelo poder executivo da União.

b) Celg D - De acordo com o Instrumento Particular de Confissão de Dívidas e Outras Avenças, firmado em 12 de dezembro de 2003 entre Fumas e Celg, tendo como interveniente e anuente o Banco do Brasil S.A., a Celg reconheceu o débito referente ao faturamento de energia própria no montante de R\$ 378.938. O prazo estimado para pagamento foi de 216 meses com o saldo sendo corrigido pelo IGP-M acrescido de juros *pro rata die* à taxa de 1%. Em 31.12.2015, o valor deste parcelamento está integralmente provisionado conforme comentado no item 8.1 desta nota.

c) A empresa Centrais Elétricas do Pará S.A. – Celpa acumulava com Fumas uma dívida vencida de energia no montante de R\$ 35.472, apresentando pedido de recuperação judicial em fevereiro de 2012. Aprovado na Assembleia Geral de Credores realizada em 01 de setembro de 2012, o Plano de Recuperação apresenta as seguintes condições:

(i) retificação do montante devido para R\$ 36.184; e

(ii) pagamento em 60 (sessenta) parcelas mensais de R\$ 603, com vencimento no último dia de cada mês a partir de fevereiro de 2013 até 2018.

Os montantes apresentados se aproximam dos valores justos de realização.

NOTA 9 - RISCO HIDROLÓGICO GSF

A Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, dentre outras questões tratou sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica. De acordo com o disposto no Art. 1º da norma, o risco hidrológico suportado pelos agentes de geração de energia elétrica participantes do Mecanismo de Realocação de Energia -MRE poderá ser repactuado pelos geradores, desde que haja anuência da ANEEL, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015, mediante contrapartida dos agentes de geração de energia hidrelétrica.

A ANEEL, em função do disposto na Lei, por meio da Resolução Normativa nº 684, de 11 de dezembro de 2015, estabeleceu os critérios para anuência e as demais condições para repactuação do risco hidrológico de geração hidrelétrica por agentes participantes do MRE.

Observados os critérios e condições definidas na norma, a SFF (Secretaria de Fiscalização Financeira da ANEEL) entende que as empresas interessadas na repactuação possuem condições plenas de quantificarem os montantes de energia elegíveis, tanto para o ACR quanto para o ACL. Destaca-se que não só as informações dos montantes são de conhecimento da empresa, mas como a decisão pela repactuação é de seus administradores, e ao Órgão Regulador caberia apenas homologar os valores. Uma vez que as informações fornecidas pelas empresas aderentes à repactuação estejam consistentes às premissas estabelecidas na legislação, não haveria discricionariedade por parte do regulador quanto à homologação da repactuação.

A Lei nº 13.203/2015 é clara ao estabelecer que os efeitos da repactuação são a partir de 1º de janeiro de 2015, sendo assim, as demonstrações contábeis de 2015, para que retratem com fidelidade os fatos ocorridos no exercício, deverão refletir os efeitos da repactuação. Em síntese, são os seguintes elementos que favorecem tais registros ainda no exercício de 2015: i) os montantes são fornecidos à ANEEL pela própria Empresa; ii) a norma que definiu os critérios é conhecida, e foi aprovada ainda no exercício de 2015, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015; iii) a decisão pela repactuação parte da Administração da Empresa, não havendo julgamento da decisão da administração pelo regulador; e iv) obedecidos os critérios definidos pela norma, caberá a ANEEL apenas a confirmação dos dados fornecidos pelas empresas, com a consequente homologação.

A diferença entre o valor do GSF apurado para o exercício de 2015 e o valor do prêmio pago foi registrado pela Empresa na conta “Créditos CCEE repactuação GSF”, nos valores R\$ 111.380 mil e R\$194.922, circulante não circulante, respectivamente, até o valor suficiente para serem amortizados no período determinado e prazo remanescente da concessão. A contrapartida foi custo de energia comprada, na conta “Energia Comprada para Revenda - Suprimento de Energia Elétrica”.

O valor não suficiente para ser amortizado no período determinado e prazo remanescente da concessão, a ser ressarcido via extensão do prazo de concessão no montante de R\$ 123.751 (nota 18), foi registrado a débito do ativo intangível e em contrapartida também do custo de energia comprada. O ativo intangível será amortizado linearmente pelo novo prazo remanescente da concessão

NOTA 10 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Neste grupo classificam-se:

| Descritivo | Controladora | | Consolidado |
|---------------------------------------|--------------|-------------|-------------|
| | 31.12.2015 | 31.12.2014 | 31.12.2015 |
| Tributos a recuperar | 304.536 | 234.202 | 304.751 |
| Total circulante | 304.536 | 234.202 | 304.751 |
| Impostos diferidos ativos | 1.019.725 | 1.246.610 | 1.277.065 |
| Impostos diferidos passivos | (258.709) | (373.272) | (504.149) |
| Créditos tributários | 1.442.351 | 1.282.238 | 1.389.167 |
| (-) Provisão para não realização - IR | (1.620.123) | (1.584.983) | (1.589.768) |
| (-) Provisão para não realização - CS | (583.244) | (570.593) | (572.315) |
| Total Não Circulante | - | - | - |

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico – CPC 32, a Empresa avaliou o saldo de ativos fiscais diferidos e, com base na projeção dos seus resultados futuros e considerando o histórico dos últimos 3 anos de resultados tributáveis negativos, concluiu quanto ao registro, de provisão para perda sobre o ativo. No momento em que a avaliação indique a recuperação do ativo, tal provisão será reavaliada e poderá ser revertida.

10.1 Tributos A Recuperar

Classificam-se nesta rubrica, nos ativos circulante e não circulante, os impostos e contribuições a recuperar, como segue:

| Descritivo | Controladora | | Consolidado |
|--|--------------|------------|-------------|
| | 31.12.2015 | 31.12.2014 | 31.12.2015 |
| Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) – antecipações do exercício | 157.864 | 119.851 | 157.864 |
| Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – antecipações do exercício | 64.877 | 45.565 | 64.877 |
| Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) | 31.875 | 20.744 | 31.963 |
| ICMS a recuperar | 284 | 284 | 284 |
| INSS | 5.903 | 5.875 | 5.903 |
| PASEP / Cofins a Compensar | 1.562 | - | 1.562 |
| Tributo sobre Energia e Serviços – PASEP/COFINS Lei nº 10.833 | 1.103 | 1.103 | 1.103 |
| IRPJ e Contribuição Social Exercícios Anteriores | 40.272 | 40.272 | 40.272 |
| Outros | 2 | - | 129 |
| Imposto de Renda a compensar – Lei nº 11.770 | 794 | 508 | 794 |
| Total circulante | 304.536 | 234.202 | 304.751 |
| ICMS a recuperar | 88.493 | 80.367 | 88.493 |
| (-) Provisão para perdas | (88.493) | (80.367) | (88.493) |
| Total não circulante | - | - | - |

Os créditos de ICMS referem-se ao Convênio de Compromisso e Cooperação Financeira que fizeram entre si a Eletronorte e o Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Mato Grosso (Dermat), com a interveniência do Governo do Estado do Mato Grosso, para a realização de obras e serviços de implantação e asfaltamento da estrada de acesso a APM Manso, cuja titularidade dos créditos foi transferida para Fumas, por meio da Resolução do Conselho Nacional de Desestatização nº 02/1999.

Decorridos 60 dias após o término do referido Convênio, em 31 de dezembro de 2002, Fumas manteve contatos com a Secretaria de Estado de Fazenda do Estado do Mato Grosso visando o ressarcimento dos referidos créditos.

Nos exercícios de 2007 e 2008, a Secretaria de Estado de Fazenda do Estado do Mato Grosso efetuou auditoria nas empresas envolvidas na execução das obras e serviços necessários à implementação e asfaltamento do acesso a Usina de Manso, resultando no relatório – Processo nº 100081-001/2005, emitido pela Gerência Executiva de Fiscalização Segmentada do Estado do Mato Grosso, não apresentando diferenças significativas dos registros contábeis efetuados em Fumas.

Face ao relatório acima referenciado e, por entender não ter esgotado os canais de negociação, a Empresa optou por manter seus registros contábeis atualizados e correspondente provisão para perdas, prosseguindo com as tratativas de acordo com o Governo do Estado do Mato Grosso.

10.2 Imposto Diferido

A Empresa mantém reconhecidos, em 31 de dezembro de 2015 - nos termos dos pronunciamentos técnicos CPC 26 e 32 provisão de créditos tributários, no montante líquido de R\$ 761.019, resultantes de diferenças temporárias, como evidenciado a seguir:

| Descritivo | Controladora | | Consolidado |
|---|---------------|---------------|---------------|
| | 31.12.2015 | 31.12.2014 | 31.12.2015 |
| Adições temporárias | | | |
| Impairment – CPC 01 | (a) 958.774 | (a) 1.013.108 | (a) 958.774 |
| Despesas administrativas e gerais (DAG) descapitalizadas (Simplicio e Batalha) – CPC 27 | 119.891 | 119.891 | 119.891 |
| Ganhos e Perdas atuariais – CPC 33 | (b) 1.159.623 | (b) 1.232.989 | (b) 1.159.623 |
| Ativo financeiro – ICPCL 01 | - | 202.654 | - |
| | 2.238.288 | 2.568.642 | 2.238.288 |
| Créditos Tributários Líquidos | | | |
| Imposto de renda | 559.572 | 642.160 | (c) 559.572 |
| Contribuição social | 201.446 | 231.178 | (c) 201.446 |
| (-) Provisão para não realização | (761.018) | (873.338) | (761.018) |
| | - | - | - |
| Total não circulante | - | - | - |

(a) R\$ 382.864 - Simplicio, R\$ 559.344 - Batalha e R\$ 16.566 - Campos;

(b) Variação pelas perdas atuariais apuradas no exercício de 2015;

(c) A base para cálculo dos valores do Imposto de Renda e da Contribuição Social considerou somente os valores da Controladora, uma vez que as Controladas (SPes) utilizam para cálculo do imposto o Lucro Presumido.

Conforme divulgado no corpo desta nota, o valor líquido do imposto diferido foi integralmente provisionado em 2015.

10.3 Créditos Tributários

A Empresa mantém registrados em ativo, créditos tributários resultantes da aplicação das alíquotas de 9% para a Contribuição Social e de 25% para o Imposto de Renda, sobre as diferenças temporárias. Com base no estudo citado anteriormente, no corpo desta nota foi constituída provisão para perda sobre os referidos créditos no montante de R\$ 1.442.351, como segue:

| Descritivo | Controladora | | Consolidado |
|--|--------------|-------------|---------------|
| | 31.12.2015 | 31.12.2014 | 31.12.2015 |
| Adições temporárias | | | |
| Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis | 734.375 | 509.291 | 735.104 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 1.171.979 | 1.013.795 | 1.171.979 |
| Provisão para perda na realização de imobilizado | 12.502 | 12.502 | 12.502 |
| Provisão para perda – contrato oneroso | 945.598 | 969.935 | 1.002.898 |
| Provisão para perda – investimento Inambari | 79 | 110 | 79 |
| Provisão para perda não operacional | 260.327 | 0 | 260.327 |
| Prejuízo fiscal e base negativa | 1.117.348 | 1.265.655 | 1.117.348 |
| | 4.242.208 | 3.771.288 | 4.300.237 |
| Créditos Tributários | | | |
| Imposto de renda | 1.060.552 | 942.822 | (a) 1.060.552 |
| Contribuição social | 381.799 | 339.416 | (a) 381.799 |
| (-) Provisão para não realização de créditos tributários | (1.442.351) | (1.282.238) | (1.442.351) |
| | - | - | - |
| Total não circulante | - | - | - |

(a) A base para cálculo dos valores do Imposto de Renda e da Contribuição Social considerou somente os valores da Controladora, uma vez que as Controladas (SPes) utilizam para cálculo do imposto o Lucro Presumido.

NOTA 11 – ALMOXARIFADO

| Descritivo | Controladora | | Consolidado |
|------------------------------|--------------|------------|-------------|
| | 31.12.2015 | 31.12.2014 | 31.12.2015 |
| Material | | | |
| Almoxarifado | 123.267 | 116.366 | 123.267 |
| Destinado a alienação | 3.077 | 3.225 | 3.077 |
| Outros | 157 | 148 | 157 |
| Subtotal de materiais | 126.501 | 119.739 | 126.501 |
| Adiantamentos a fornecedores | 116 | 116 | 116 |
| Total | 126.617 | 119.855 | 126.617 |
| Circulante | 26.283 | 22.789 | 26.283 |
| Não Circulante | 100.334 | 97.066 | 100.334 |

Os itens classificados em almoxarifado são para consumo normal no curso das atividades da Empresa e, quando usados, são levados a resultado como despesa do exercício.

NOTA 12 – INDENIZAÇÕES DAS CONCESSÕES (LEI Nº 12.783/2013)

Fumas aceitou as condições de renovação antecipada das concessões previstas na Medida Provisória nº 579, convertida na Lei nº 12.783/2013, assinando, em 4 de dezembro de 2012, os contratos de prorrogação das concessões afetadas.

Sendo assim, o valor indenizado a ser recebido por Fumas foi calculado pelo Governo como descrito a seguir:

| Geração | Transmissão |
|---|--|
| Fumas optou pelo recebimento da indenização de (a) R\$ 64.368 à vista, a ser paga em até 45 dias da data de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão, atualizada pelo IPCA nos termos do art. 3º da Portaria Interministerial nº 580, de 1º de novembro de 2012; e de (b) R\$ 679.880 em parcelas mensais, a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente na data de publicação da Portaria anteriormente citada, atualizadas pelo IPCA nos termos do art. 3º, acrescidas da remuneração pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão. | Fumas optou pelo recebimento da indenização de (c) R\$ 2.878.028 em parcelas mensais, a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente em 1º de novembro de 2012, atualizadas pelo IPCA nos termos do art. 3º da Portaria Interministerial nº 580, de 1º de novembro de 2012, acrescidas da remuneração pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão. |

Diante do exposto, a movimentação do contas a receber das parcelas indenizadas demonstra-se como segue:

| Descritivo | Valor |
|---------------------------------|-------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 | 1.344.476 |
| Atualização monetária | 137.855 |
| Recebimentos | (1.482.331) |
| Total em 31 de dezembro de 2015 | - |
| Circulante | - |
| Não circulante | - |

Em decorrência de remensuração feita pela Eletrobras (fundo RGR) do cálculo de atualização de valores a receber, a Empresa procedeu no quarto trimestre de 2015, o registro, no passivo circulante – outros, de R\$ 256.143 (nota 29).

NOTA 13 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

| Descritivo | Controladora | | Consolidado |
|---|--------------|------------|-------------|
| | 31.12.2015 | 31.12.2014 | 31.12.2015 |
| Cauções e depósitos vinculados | 15.419 | 15.412 | 15.419 |
| Cauções e depósitos vinculados a litígios | 602.576 | 462.514 | 602.576 |
| Total | 617.995 | 477.926 | 617.995 |
| Não Circulante | 617.995 | 477.926 | 617.995 |

Em 31 de dezembro de 2015, o montante de R\$ 617.995 (31.12.2014 - R\$ 477.926), refere-se a diversos depósitos judiciais efetuados por Fumas em função, principalmente, de ações com Aneel, trabalhistas, cíveis e outras. Destacamos: a) R\$ 144.629 depositados em função de ações com a Aneel; b) R\$ 301.773 provenientes de reclamações trabalhistas; c) R\$ 13.939 de ações cíveis; e d) R\$ 107.939 referente à atualização monetária.

NOTA 14 – ATIVO FINANCEIRO – CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

| Movimentação | Controladora | | | | | |
|------------------------------|-----------------------|---------------------------------|--------------------------------|------------------------|-----------------------|-----------------|
| | RBSE (CT nº 062/2001) | Demais contratos de transmissão | Resoluções Autorizativas (REA) | CT nº 062/2001 sem REA | Modernização de usina | UHE Prorrogadas |
| Saldo 31 de dezembro de 2014 | 4.530.060 | 968.350 | 111.065 | 729.725 | 995.718 | 194.569 |
| Ingressos | - | 30.547 | 61.326 | 494.264 | - | 41.805 |
| Atualização monetária | - | 215.262 | - | - | - | - |
| Amortização | - | (256.185) | - | - | - | - |
| Saldo 31 de dezembro de 2015 | 4.530.060 | 957.974 | 172.391 | 1.223.989 | 995.718 | 236.374 |
| Não circulante | 4.530.060 | 957.974 | 172.391 | 1.223.989 | 995.718 | 236.374 |

| Movimentação | Consolidado | | | | | |
|------------------------------|-----------------------|---------------------------------|--------------------------------|------------------------|-----------------------|-----------------|
| | RBSE (CT nº 062/2001) | Demais contratos de transmissão | Resoluções Autorizativas (REA) | CT nº 062/2001 sem REA | Modernização de usina | UHE Prorrogadas |
| Saldo 01 de janeiro de 2015 | 4.530.060 | 968.350 | 111.065 | 729.725 | 995.718 | 194.569 |
| Ingressos | - | 90.767 | 61.326 | 494.264 | - | 41.805 |
| Atualização monetária | - | 215.840 | - | - | - | - |
| Amortização | - | (256.185) | - | - | - | - |
| Saldo 31 de dezembro de 2015 | 4.530.060 | 1.018.772 | 172.391 | 1.223.989 | 995.718 | 236.374 |
| Não circulante | 4.530.060 | 1.018.772 | 172.391 | 1.223.989 | 995.718 | 236.374 |

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Empresa, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, abrangendo:

- (i) parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente; e
- (ii) parcela remanescente (valor residual) será classificada como um ativo financeiro em virtude de sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público com direito incondicional de receber caixa em função da inexistência de riscos de crédito e demanda.

A infraestrutura recebida ou construída de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores durante o prazo da concessão; e
- (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, sendo esta parcela a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Os ativos remanescentes do contrato nº 062/2001 referem-se a RBSE, e foram avaliados e homologados pela Aneel conforme Despacho nº 4.042 de 15 de dezembro de 2015.

NOTA 15 – OUTROS ATIVOS

Este grupo de contas compõe-se de diversos valores a receber, dispostos como segue:

| Descritivo | Controladora | | Consolidado |
|---|----------------|------------------------------|----------------|
| | 31.12.2015 | 31.12.2014 Reclassificado | 31.12.2015 |
| Empresas de energia elétrica (item 15.1.1) | 177.310 | 104.859 | 177.310 |
| Créditos com fornecedores | 311.157 | 164.790 | 311.157 |
| (-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa – créditos com fornecedores | (218.169) | (107.300) | (218.169) |
| Desativações e alienações em curso | 23.937 | 18.023 | 23.933 |
| Serviços prestados a terceiros | 3.406 | 6.830 | 3.406 |
| (-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa – serviços prestados a terceiros | (1.243) | (1.221) | (1.243) |
| Alienações de bens e direitos | 2.949 | 3.014 | 2.949 |
| (-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa – alienações de bens e direitos | (3.068) | (2.837) | (3.068) |
| Dispêndios a reembolsar | 9.644 | 7.031 | 9.644 |
| Dispêndio a reembolsar em curso | (13.893) | (136) | (13.893) |
| (-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa – dispêndios a reembolsar | (4.289) | (4.237) | (4.289) |
| Empregados | 6.623 | 1.366 | 6.623 |
| Empréstimos concedidos | 1.821 | 3.138 | 1.821 |
| Despesas pagas antecipadamente | 34.340 | 2.660 | 34.382 |
| Outros créditos – Ressarcimento da TFSEE | - | 1.600 | - |
| Outros | 1.027 | 3.261 | 1.775 |
| Total Circulante | 331.552 | 200.841 | 332.342 |
| Empresas de energia elétrica (item 15.1.1) | 184.104 | 229.968 | 184.104 |
| (-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa – empresas de energia elétrica | (180.120) | (180.120) | (180.120) |
| Outros créditos Gamek | 38.121 | 27.083 | 38.121 |
| (-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa – Outros créditos Gamek | (38.121) | (27.083) | (38.121) |
| Bens e direitos destinados a alienação | 13.037 | 11.822 | 13.037 |
| Títulos precatórios – Finsocial | 9.620 | 13.907 | 9.620 |
| Empréstimos concedidos | 1.332 | 3.095 | 1.332 |
| Concessões a licitar | 3.862 | 3.862 | 3.862 |
| Concessões licitadas | 1.250 | 1.250 | 1.250 |
| Despesas pagas antecipadamente | 87.207 | - | 87.207 |
| Outros créditos – Energia Santo Antônio | 130.000 | - | 130.000 |
| Outros (inclui FGTS Empresa) | 18.374 | 17.874 | 18.374 |
| (-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa – Outros | (17.832) | (17.832) | (17.832) |
| Total Não Circulante | 250.834 | 83.826 | 250.834 |

Do saldo da rubrica de empresas de energia elétrica, temos, basicamente, as movimentações das seguintes empresas:

15.1.1 Eletronuclear

A movimentação do saldo da Eletronuclear na rubrica de empresas de energia elétrica, acima descrita, é demonstrada como segue:

| Descritivo | Controladora e Consolidado | | |
|---|----------------------------|----------------|---------|
| | Circulante | Não circulante | Total |
| REH Aneel nº 1.585/2013 | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 | 104.330 | 49.686 | 154.016 |
| Transferência do não circulante para o circulante | 45.864 | (45.864) | - |
| Atualização monetária | 16.738 | - | 16.738 |
| Juros | 9.840 | - | 9.840 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 176.772 | 3.822 | 180.594 |
| Demais valores a receber | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 | 246 | - | 246 |
| Baixas | (183) | - | (183) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 63 | - | 63 |
| Total em 31 de dezembro de 2015 | 176.835 | 3.822 | 180.657 |

Os valores demonstrados acima referem-se exclusivamente a posição de Furnas. Não há valores nas SPEs, envolvidas no consolidado, que possuam saldos referentes à Res. Aneel nº 1.585/2013.

15.1.2 Companhia de Interconexão Energética (Cien)

Em 1998, Furnas e Cien firmaram contrato de compra e venda de 700 MW de potência firme com energia associada para importação de energia da Argentina.

A importação da energia da Argentina está lastreada em contratos firmados entre a Cien e a *Compañía de Transmision del Mercosul S.A.* e, também, com a empresa Endesa Costanera, associados, respectivamente, à transmissão e à produção de energia em território argentino.

A crise de suprimento de gás natural na Argentina motivou o direcionamento deste insumo da importação de energia para atendimento às necessidades de seu mercado interno.

Diante da indisponibilidade de geração e transporte de energia contratados, fato este constatado por meio de fiscalização da Aneel, em 30 de março de 2005, o MME, por meio da Portaria nº 153, reduziu a garantia física de energia da interconexão Garabi 1, de propriedade da Cien, de 1.000 MW(*) médios para 240,8 MW(*) médios, cuja comercialização era feita por Furnas. Posteriormente, em 20 de junho de 2006, a Aneel editou a Resolução Normativa nº 224, que reduziu a zero a garantia física da interconexão.

Por força da não entrega da energia, caracterizou-se o inadimplemento contratual, por parte da Cien acarretando a aplicação de multas e ressarcimentos previstos no contrato.

A Cien não reconhece as penalidades alegando que, devido à escassez de energia no mercado argentino, o Governo daquele País mudou as regras do setor, permitindo a exportação de energia elétrica somente se a demanda estiver garantida.

Diante das incertezas quanto à realização dos créditos, Furnas constituiu uma provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os valores registrados no total de R\$ 134.284, classificados na rubrica de empresas de energia elétrica.

Em 30 de dezembro de 2009, a Aneel, por meio do Despacho nº 4.843, reduziu os montantes de energia e potência associada aos contratos celebrados, no âmbito do ambiente regulado, entre Furnas e as distribuidoras Ceal, Cepisa, Ampla e Coelce, em razão da extinção da energia disponibilizada pela Cien para Furnas.

A Administração da Empresa está envidando esforços junto à sua controladora Eletrobras e ao Ministério de Minas e Energia para equacionar as pendências relativas ao não cumprimento das cláusulas contratuais pactuadas entre as partes.

(*) Informações não auditadas.

15.1.3 Adiantamento a fornecedores – Eletrobras Participações S.A. – Eletropar

O projeto Eletronet, iniciado em 1999, com participação de Furnas, consistiu na implantação de uma rede nacional de transmissão de informações a longa distância, suportada por fibras ópticas em cabos para-raios instalados em substituição aos cabos para-raios convencionais existentes na infraestrutura de linhas de transmissão de energia elétrica.

Os anos de 2001 e 2002 foram marcados por profundas dificuldades no que se refere à captação de recursos financeiros para investimentos no setor de telecomunicações. Tais dificuldades impactaram de forma negativa o negócio Eletronet uma vez que, para a sua estruturação, previa-se a utilização de financiamentos viabilizados pelos seus principais fornecedores, o que não se confirmou. A Eletronet deixou de repassar os pagamentos da Receita Fixa do Negócio, relativa ao Direito de Passagem e Direitos sobre Fibras Ópticas.

Em 15 de maio de 2003, foi decretada a falência com continuidade operacional da Eletronet, sendo que a Eletropar apropriou-se, junto à massa falida, de todos os créditos devidos pela Eletronet. Quando da liquidação ou eventual equacionamento da dívida, Furnas poderá recuperar, pelo menos em parte, os valores não repassados pela Eletronet. Diante da incerteza do recebimento, a Empresa registrou uma provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de todas as receitas cobradas e não repassadas, montante esse equivalente a R\$ 15.740.

Em 15 de dezembro de 2015, com a presença de 99,96% dos credores da Eletronet, foi aprovada a proposta de acordo ofertada pelas acionistas da Eletronet, que concedia desconto de 76,74% sobre os créditos quirografários habilitados acima de R\$ 100.000,00, cabendo a Furnas o crédito de R\$ 4.762.

15.1.4 Contas a receber Chesf

No exercício de 2010, do valor complementado na provisão para créditos de liquidação duvidosa, R\$ 30.096 eram referentes aos créditos oriundos da diferença entre os recursos disponibilizados por Furnas para liquidação parcial dos compromissos da Chesf referentes às operações, de setembro de 2000 a setembro de 2002, no Mercado Atacadista de Energia (MAE) e o valor reembolsado por este.

15.2 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa para as rubricas deste grupamento de contas é a seguinte:

| Descritivo | Controladora e Consolidado | |
|---------------------------------|----------------------------|----------------|
| | Circulante | Não Circulante |
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 | (115.595) | (225.035) |
| (+) Complemento/constituição | (111.174) | (11.038) |
| Saldo em 31 de dezembro 2015 | (226.769) | (236.073) |

15.3 Empréstimos e financiamentos concedidos

| Descritivo | Controladora | | Consolidado |
|---|--------------|------------|-------------|
| | 31.12.2015 | 31.12.2014 | |
| O N S | 507 | 2.455 | 507 |
| Programa Reluz – Prefeitura de Jataí | 1.172 | 2.110 | 1.172 |
| Programa Reluz – Prefeitura de Anápolis | 1.474 | 1.668 | 1.474 |
| Total | 3.153 | 6.233 | 3.153 |
| Circulante | 1.821 | 3.138 | 1.821 |
| Não Circulante | 1.332 | 3.095 | 1.332 |

15.4 Pagamento antecipado de energia

Na data de 05 de fevereiro de 2015, Furnas celebrou contrato de compra de energia elétrica no ambiente livre com a empresa Santo Antônio Energia S/A (SAESA), cujo suprimento se dará no período compreendido entre 01 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2020, procedendo ao pagamento, a título de adiantamento, do montante de R\$ 130.000, relativo à entrega futura dessa energia, cujas condições estão apresentadas nas notas explicativas incluídas nas Demonstrações Financeiras Intermediárias relativas ao período findo em 31 de março de 2015.

Novas condições estão sendo discutidas entre as partes, para formalização de termo aditivo ao referido contrato, as quais são apresentadas a seguir:

Confere-se à SAESA a opção de redução integral da energia contratada para todo o período de suprimento, até o dia 31 de março de 2016, com a devolução do pagamento acrescido de um Valor de Referência (VR), estabelecido em função da data de exercício da opção. Por outro lado, Furnas também poderá exercer tal opção, nas mesmas condições da vendedora, entre os dias 27 de abril de 2015 e 31 de março de 2016.

Todas as datas relacionadas ao exercício da opção são compartilhadas, isto é, qualquer das partes poderá optar com os mesmos parâmetros de VR, sendo eles de R\$ 12,61 até 20 de junho de 2015, R\$ 27,99/MWh até 20 de novembro de 2015 e de R\$ 40,73/MWh até 20 de março de 2016.

Frete ao exposto sobre as características do contrato, inclusive seu futuro aditamento, não se observa risco material de perda do valor adiantado por Furnas, pois em ambas as opções o mesmo deverá ser ressarcido pela SAESA. Em 2016 o referido contrato foi liquidado, conforme nota 42 eventos subsequentes.

16.1 Mutação do investimento no período indicado:

| Descritivo | Part. (%) | Saldo | | Aportes | Capitalização de AFAC | Baixa | Equivalência Patrimonial | Ajuste de Avaliação Patrimonial | Dividendos Propostos | Saldo | | Saldo Consolidado em |
|--|-----------|-----------------|------------|---------|-----------------------|---------|--------------------------|---------------------------------|----------------------|-----------------|-------------|----------------------|
| | | Controladora em | 31.12.2014 | | | | | | | Controladora em | Eliminações | |
| Participações societárias permanentes | | | | | | | | | | | | |
| Sociedade de Propósito Específico (SPE) | | | | | | | | | | | | |
| Baguari Energia S.A. | 30,6122 | 85.815 | - | - | - | - | 6.226 | - | (9.320) | 82.721 | - | 82.721 |
| Brasventos Eolo Geradora de Energia | 24,5000 | 20.750 | - | - | - | - | (668) | - | - | 20.082 | - | 20.082 |
| Brasventos Miassaba 3 Geradora | 24,5000 | 33.469 | - | - | - | - | (200) | - | - | 33.269 | - | 33.269 |
| Caldas Novas | 49,9000 | 12.846 | - | - | - | - | 1.166 | - | (452) | 13.560 | - | 13.560 |
| Centroeste de Minas | 49,0000 | 20.825 | - | - | - | - | 4.361 | - | (6.477) | 18.709 | - | 18.709 |
| Chapecoense Geração S.A. | 40,0000 | 364.522 | - | - | - | - | 73.267 | - | (22.288) | 415.501 | - | 415.501 |
| Teles Pires Participações | 24,7200 | 246.921 | 155.132 | - | - | - | (44.064) | - | - | 357.989 | - | 357.989 |
| Enerpeixe | 40,0000 | 555.860 | - | - | - | - | 68.107 | - | (62.685) | 561.282 | - | 561.282 |
| Goias Transmissão S.A. | 49,0000 | 138.436 | - | - | - | - | 66.566 | - | (14.757) | 190.245 | - | 190.245 |
| Inambari Geração de Energia | 19,6000 | 110 | - | - | - | - | (31) | - | - | 79 | - | 79 |
| Interligação Elétrica do Madeira S.A. | 24,5000 | 378.187 | - | - | - | - | 58.894 | - | (14.014) | 423.067 | - | 423.067 |
| Madeira Energia S.A. | 39,0000 | 2.724.068 | 164.970 | - | - | - | 7.030 | - | - | 2.896.068 | - | 2.896.068 |
| MGE Transmissão S.A. | 49,0000 | 118.953 | - | - | 1.960 | - | 20.476 | - | (4.634) | 136.755 | - | 136.755 |
| Rei dos Ventos 3 Geradora | 24,5000 | 21.356 | - | - | - | - | (1.422) | - | - | 19.934 | - | 19.934 |
| Retiro Baixo Energética S.A. | 49,0000 | 111.906 | - | - | 2.695 | - | 7.173 | - | - | 121.774 | - | 121.774 |
| Serra do Facão Energia S.A. | 49,4737 | 1.640 | - | 27.210 | - | - | 23.047 | - | (6.865) | 45.032 | - | 45.032 |
| Transenergia Goiás S.A. | 98,3516 | 29.179 | 35.518 | - | - | - | (3.484) | - | - | 61.213 | (61.213) | - |
| Transenergia Renovável S.A. | 49,0000 | 96.813 | - | - | - | - | 38.777 | - | (7.172) | 128.418 | - | 128.418 |
| Transenergia São Paulo S.A. | 49,0000 | 83.116 | - | - | 1.960 | - | 6.065 | - | - | 91.141 | - | 91.141 |
| Transirapé | 24,5000 | 16.134 | - | - | - | - | 3.605 | - | (678) | 19.061 | - | 19.061 |
| Transleste | 24,0000 | 15.616 | - | - | - | - | 4.719 | - | (2.761) | 17.574 | - | 17.574 |
| Transudeste | 25,0000 | 14.978 | - | - | - | - | 3.459 | - | (537) | 17.900 | - | 17.900 |
| Luziânia - Niquelândia Transmissora S.A. | 49,0000 | 16.863 | - | - | - | - | 4.318 | - | - | 21.181 | - | 21.181 |
| Energia dos Ventos I S.A. | 00,0000 | 7.254 | - | - | - | (7.253) | (1) | - | - | - | - | - |
| Energia dos Ventos II S.A. | 00,0000 | 4.406 | - | - | - | (4.406) | - | - | - | - | - | - |
| Energia dos Ventos III S.A. | 00,0000 | 6.535 | - | - | - | (6.535) | - | - | - | - | - | - |
| Energia dos Ventos IV S.A. | 00,0000 | 9.535 | - | - | - | (9.535) | - | - | - | - | - | - |
| Energia dos Ventos V S.A. | 99,9900 | 929 | 967 | - | - | - | (1.896) | - | - | - | - | - |
| Energia dos Ventos VI S.A. | 99,9900 | 1.272 | 1.324 | - | - | - | (2.596) | - | - | - | - | - |
| Energia dos Ventos VII S.A. | 99,9900 | 1.380 | 1.436 | - | - | - | (2.816) | - | - | - | - | - |
| Energia dos Ventos VIII S.A. | 99,9900 | 910 | 947 | - | - | - | (1.857) | - | - | - | - | - |
| Energia dos Ventos IX S.A. | 99,9900 | 975 | 1.015 | - | - | - | (1.990) | - | - | - | - | - |
| Energia dos Ventos X S.A. | 00,0000 | 5.807 | - | - | - | (5.806) | (1) | - | - | - | - | - |
| Triângulo Mineiro | 49,0000 | 36.246 | 37.129 | 6.223 | - | - | 2.957 | - | - | 82.555 | - | 82.555 |
| Paranaíba | 24,5000 | 67.383 | 29.400 | - | - | - | 3.943 | - | - | 100.726 | - | 100.726 |
| Central Eólica Famosa I S.A. | 49,0000 | 7.012 | - | 1.059 | - | - | (592) | - | - | 7.479 | - | 7.479 |
| Central Eólica Pau Brasil S.A. | 49,0000 | 4.664 | - | 706 | - | - | (496) | - | - | 4.874 | - | 4.874 |
| Central Eólica Rosada S.A. | 49,0000 | 8.673 | - | 1.333 | - | - | (870) | - | - | 9.136 | - | 9.136 |
| Central Eólica São Paulo S.A. | 49,0000 | 5.278 | - | 823 | - | - | (500) | - | - | 5.601 | - | 5.601 |
| Vale do São Bartolomeu | 39,0000 | 16.128 | 23.927 | 14.902 | - | - | 1.512 | - | - | 56.469 | - | 56.469 |
| Punau I | 49,0000 | 8.912 | 133 | - | - | - | 1.784 | - | - | 10.829 | - | 10.829 |
| Carnaúba I | 49,0000 | 8.336 | 117 | - | - | - | 1.808 | - | - | 10.261 | - | 10.261 |
| Carnaúba II | 49,0000 | 6.744 | 103 | - | - | - | 1.446 | - | - | 8.293 | - | 8.293 |
| Carnaúba III | 49,0000 | 6.008 | 87 | - | - | - | 1.195 | - | - | 7.290 | - | 7.290 |
| Carnaúba V | 49,0000 | 8.956 | 132 | - | - | - | 1.689 | - | - | 10.777 | - | 10.777 |
| Cervantes I | 49,0000 | 6.045 | 88 | - | - | - | 1.222 | - | - | 7.355 | - | 7.355 |
| Cervantes II | 49,0000 | 4.516 | 75 | - | - | - | 883 | - | - | 5.474 | - | 5.474 |
| Bom Jesus | 49,0000 | 7.090 | 117 | - | - | - | (5.956) | - | - | 1.251 | - | 1.251 |
| Cachoeira | 49,0000 | 4.684 | 87 | - | - | - | (4.004) | - | - | 767 | - | 767 |
| Pitimbu | 49,0000 | 6.990 | 118 | - | - | - | (6.071) | - | - | 1.037 | - | 1.037 |
| São Caetano I | 49,0000 | 7.053 | 117 | - | - | - | (6.033) | - | - | 1.137 | - | 1.137 |
| São Caetano | 49,0000 | 9.878 | 177 | - | - | - | (8.668) | - | - | 1.387 | - | 1.387 |
| São Galvão | 49,0000 | 9.310 | 163 | - | - | - | (8.131) | - | - | 1.342 | - | 1.342 |

15.5 Despesas pagas antecipadamente

| Descritivo | Controladora | | Consolidado |
|--------------------|--------------|------------|-------------|
| | 31.12.2015 | 31.12.2014 | |
| Cessão de crédito | 116.276 | - | 116.276 |
| Prêmios de seguros | 3.002 | 374 | 3.044 |
| Outros | 2.269 | 2.286 | 2.269 |
| Total | 121.547 | 2.660 | 121.589 |
| Circulante | 34.340 | 2.660 | 34.382 |
| Não Circulante | 87.207 | - | 87.207 |

15.5.1 Cessão de crédito

Refere-se a saldo do custo da operação de cessão de crédito com o Santander, R\$ 145.345 que esta sendo apropriado mensalmente ao resultado pelo período de 60 meses, conforme vigência do contrato de cessão.

NOTA 16 – INVESTIMENTOS

A rubrica de investimentos de Furnas está composta como segue:

| | Controladora | | Consolidado |
|--|--------------|------------|-------------|
| Descritivo | 31.12.2015 | 31.12.2014 | 31.12.2015 |
| Participações societárias permanentes | | | |
| Sociedade de Propósito Específico (SPE) | | | |
| Baguari Energia S.A. (Baguari) | 82.721 | 85.815 | 82.721 |
| Brasventos Eolo Geradora Energia | 20.082 | 20.750 | 20.082 |
| Brasventos Miassaba 3 Geradora | 33.269 | 33.469 | 33.269 |
| Caldas Novas Transmissão | 13.560 | 12.846 | 13.560 |
| Companhia de Transmissão Centroeste de Minas | | | |
| (Centroeste) | 18.709 | 20.825 | 18.709 |
| Chapecoense Geração S.A. (Chapecoense) | 415.501 | 364.522 | 415.501 |
| Teles Pires Participações | 357.989 | 246.921 | 357.989 |
| Enerpeixe S.A. | 561.282 | 555.860 | 561.282 |
| Goias Transmissão S.A. | 190.245 | 138.436 | 190.245 |
| Inambari Geração de Energia (Igesa) | 79 | 110 | 79 |
| Interligação Elétrica do Madeira S.A. (IE Madeira) | 423.067 | 378.187 | 423.067 |
| Madeira Energia S.A. (MESA) | 2.896.068 | 2.724.068 | 2.896.068 |
| MGE Transmissão S.A. | 136.755 | 118.953 | 136.755 |
| Rei dos Ventos 3 Geradora | 19.934 | 21.356 | 19.934 |
| Retiro Baixo Energética S.A. (Retiro Baixo) | 121.774 | 111.906 | 121.774 |
| Serra do Facão Energia S.A. | 45.032 | 1.640 | 45.032 |
| Transenergia Goias S.A. | 61.213 | 29.179 | - |
| Transenergia Renovável S.A. (Transenergia) | 128.418 | 96.813 | 128.418 |
| Transenergia São Paulo S.A. | 91.141 | 83.116 | 91.141 |
| Companhia Transirapé de Transmissão (Transirapé) | 19.061 | 16.134 | 19.061 |
| Companhia Transleste de Transmissão (Transleste) | 17.574 | 15.616 | 17.574 |
| Companhia Transudeste de Transmissão (Transudeste) | 17.900 | 14.978 | 17.900 |
| Luzânia - Niquelândia Transmissora S.A. | 21.181 | 16.863 | 21.181 |
| Energia dos Ventos I S.A. | - | 7.254 | - |
| Energia dos Ventos II S.A. | - | 4.406 | - |
| Energia dos Ventos III S.A. | - | 6.535 | - |
| Energia dos Ventos IV S.A. | - | 9.535 | - |
| Energia dos Ventos V S.A. | - | 929 | - |
| Energia dos Ventos VI S.A. | - | 1.272 | - |
| Energia dos Ventos VII S.A. | - | 1.380 | - |
| Energia dos Ventos VIII S.A. | - | 910 | - |
| Energia dos Ventos IX S.A. | - | 975 | - |
| Energia dos Ventos X S.A. | - | 5.807 | - |
| Triângulo Mineiro Transmissora | 82.555 | 36.246 | 82.555 |
| Paranaíba | 100.726 | 67.383 | 100.726 |
| Central Eólica Famosa I S.A. | 7.479 | 7.012 | 7.479 |
| Central Eólica Pau Brasil S.A. | 4.874 | 4.664 | 4.874 |
| Central Eólica Rosada S.A. | 9.136 | 8.673 | 9.136 |
| Central Eólica São Paulo S.A. | 5.601 | 5.278 | 5.601 |
| Vale do São Bartolomeu | 56.469 | 16.128 | 56.469 |
| Punau I | 10.829 | 8.912 | 10.829 |
| Carnaúba I | 10.261 | 8.336 | 10.261 |
| Carnaúba II | 8.293 | 6.744 | 8.293 |
| Carnaúba III | 7.290 | 6.008 | 7.290 |
| Carnaúba V | 10.777 | 8.956 | 10.777 |
| Cachoeira | 767 | 4.684 | 767 |
| Cervantes I | 7.355 | 6.045 | 7.355 |
| Cervantes II | 5.474 | 4.516 | 5.474 |
| Bom Jesus | 1.251 | 7.090 | 1.251 |
| Pitimbu | 1.037 | 6.990 | 1.037 |
| São Caetano I | 1.137 | 7.053 | 1.137 |
| São Caetano | 1.387 | 9.878 | 1.387 |
| São Galvão | 1.342 | 9.310 | 1.342 |
| Mata de Santa Genebra | 30.336 | 26.177 | 30.336 |
| Belo Monte Transmissora | 195.529 | 6.119 | 195.529 |
| Eólica Ventos de São Rafael | - | 1.063 | - |
| Eólica Ventos de São Cirilo | - | 1.063 | - |
| Eólica Ventos de São Bento | - | 1.063 | - |
| Eólica Ventos de Santo Antônio | - | 1.063 | - |
| Eólica Ventos de Santa Vera | - | 1.063 | - |
| Eólica Ventos de Santa Marcela | - | 1.063 | - |
| Eólica Itaguaçu da Bahia | - | 1.062 | - |
| Eólica Ventos de Santa Luiza | - | 1.063 | - |
| Eólica Ventos de Santa Madalena | - | 1.062 | - |
| Eólica Ventos de São João | - | 1.063 | - |
| Lago Azul Transmissão | 8.632 | 1.970 | 8.632 |
| CSE Centro de Soluções Estratégicas | 1.147 | (299) | 1.147 |
| Tijoa Participações e Investimentos | 5.666 | 167 | 5.666 |
| Energia Olímpica | 2.487 | (213) | 2.487 |
| Empresa de Energia São Manoel | 103.314 | (594) | 103.314 |
| Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis (IBER) | 11.798 | - | 11.798 |
| Subtotal de investimentos em SPE | 6.385.504 | 5.431.227 | 6.324.291 |
| Outros investimentos | | | |
| Terrenos para uso futuro | 1.883 | 1.883 | 1.883 |
| Investimentos pelo custo de aquisição | 11.973 | 10.916 | 11.973 |
| Subtotal de outros investimentos | 13.856 | 12.799 | 13.856 |
| Provisão para perdas sobre investimentos | | | |
| Inambari Geração de Energia (Igesa) | (79) | (110) | (79) |
| Central Eólica Famosa I S.A. | (6.174) | (6.174) | (6.174) |
| Central Eólica Pau Brasil S.A. | (4.116) | (4.116) | (4.116) |
| Central Eólica Rosada S.A. | (7.718) | (7.718) | (7.718) |
| Central Eólica São Paulo S.A. | (4.630) | (4.630) | (4.630) |
| Punau I | - | (7.032) | - |
| Carnaúba I | - | (7.098) | - |
| Carnaúba II | - | (5.808) | - |
| Carnaúba III | - | (5.163) | - |
| Carnaúba V | - | (7.744) | - |
| Cachoeira | - | (3.813) | - |
| Cervantes I | - | (4.688) | - |
| Cervantes II | - | (3.872) | - |
| Bom Jesus | - | (5.720) | - |
| Pitimbu | - | (5.720) | - |
| São Caetano I | - | (5.188) | - |
| São Caetano | - | (7.491) | - |
| São Galvão | - | (7.626) | - |
| Empresa de Energia São Manoel | (47.905) | - | (47.905) |
| Madeira Energia S.A. (MESA) | (97.010) | - | (97.010) |
| Teles Pires Participações | (115.412) | - | (115.412) |
| Subtotal de provisão para perdas sobre investimentos | (283.044) | (99.709) | (283.044) |
| Total de investimentos | 6.116.316 | 5.344.317 | 6.055.103 |

| | Part. (%) | Saldo Controladora em 31.12.2014 | Aportes | Capitalização de AFAC | Baixa | Equivalência Patrimonial | Ajuste de Avaliação Patrimonial | Dividendos Propostos | Saldo Controladora em 31.12.2015 | Eliminações | Saldo Consolidado em 31.12.2015 |
|---|--------------|--|------------------|--------------------------|-----------------|-----------------------------|---------------------------------------|-------------------------|--|-----------------|---------------------------------------|
| Descritivo | | | | | | | | | | | |
| Mata de Santa Genebra | 49,9000 | 26.177 | 2.744 | - | - | 1.415 | - | - | 30.336 | - | 30.336 |
| Belo Monte Transmissora | 24,5000 | 6.119 | 194.040 | - | - | (4.630) | - | - | 195.529 | - | 195.529 |
| Eólica Ventos de São Rafael ^(a) | 00,0000 | 1.063 | 456 | - | (1.620) | 101 | - | - | - | - | - |
| Eólica Ventos de São Cirilo ^(a) | 00,0000 | 1.063 | 456 | - | (1.620) | 101 | - | - | - | - | - |
| Eólica Ventos de São Bento ^(a) | 00,0000 | 1.063 | 455 | - | (1.620) | 102 | - | - | - | - | - |
| Eólica Ventos de Santo Antônio ^(a) | 00,0000 | 1.063 | 455 | - | (1.620) | 102 | - | - | - | - | - |
| Eólica Ventos de Santa Vera ^(a) | 00,0000 | 1.063 | 455 | - | (1.619) | 101 | - | - | - | - | - |
| Eólica Ventos de Santa Marcella ^(a) | 00,0000 | 1.063 | 455 | - | (1.619) | 101 | - | - | - | - | - |
| Eólica Itaguaçu da Bahia ^(a) | 00,0000 | 1.062 | 455 | - | (1.619) | 102 | - | - | - | - | - |
| Eólica Ventos de Santa Luíza ^(a) | 00,0000 | 1.063 | 455 | - | (1.619) | 101 | - | - | - | - | - |
| Eólica Ventos de Santa Madalena ^(a) | 00,0000 | 1.062 | 455 | - | (1.619) | 102 | - | - | - | - | - |
| Eólica Ventos de São João ^(a) | 00,0000 | 1.063 | 455 | - | (1.619) | 101 | - | - | - | - | - |
| Lago Azul Transmissão | 49,9000 | 1.970 | 6.563 | - | - | 99 | - | - | 8.632 | - | 8.632 |
| CSE Centro de Soluções Estratégicas | 49,9000 | (299) | - | 2.495 | - | (1.049) | - | - | 1.147 | - | 1.147 |
| Tijoa Participações e Investimentos | 49,9000 | 167 | - | 5.639 | - | 7.345 | - | (7.485) | 5.666 | - | 5.666 |
| Energia Olímpica | 49,9000 | (213) | - | - | - | 2.700 | - | - | 2.487 | - | 2.487 |
| Empresa de Energia São Manoel | 33,3330 | (594) | 105.667 | - | - | (1.759) | - | - | 103.314 | - | 103.314 |
| Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis (IBER) ^(a) | 49,0000 | - | 16.194 | - | - | (4.396) | - | - | 11.798 | - | 11.798 |
| Subtotal | | 5.431.227 | 783.039 | 67.005 | (49.729) | 314.087 | - | (160.125) | 6.385.504 | (61.213) | 6.324.291 |
| Outros investimentos | | | | | | | | | | | |
| Terrenos para uso futuro | - | 1.883 | - | - | - | - | - | - | 1.883 | - | 1.883 |
| Investimentos pelo custo de aquisição | - | 10.916 | 1.076 | - | (19) | - | - | - | 11.973 | - | 11.973 |
| Subtotal | | 12.799 | 1.076 | - | (19) | - | - | - | 13.856 | - | 13.856 |
| Provisão para perda | | | | | | | | | | | |
| Inambari Geração de Energia ^(b) | - | (110) | - | - | 31 | - | - | - | (79) | - | (79) |
| Central Eólica Famosa I ^(c) | - | (6.174) | - | - | - | - | - | - | (6.174) | - | (6.174) |
| Central Eólica Pau Brasil ^(c) | - | (4.116) | - | - | - | - | - | - | (4.116) | - | (4.116) |
| Central Eólica Rosada ^(c) | - | (7.718) | - | - | - | - | - | - | (7.718) | - | (7.718) |
| Central Eólica São Paulo ^(c) | - | (4.630) | - | - | - | - | - | - | (4.630) | - | (4.630) |
| Punaú I ^(c) | - | (7.032) | - | - | - | 7.032 | - | - | - | - | - |
| Carnaúba I ^(c) | - | (7.098) | - | - | - | 7.098 | - | - | - | - | - |
| Carnaúba II ^(c) | - | (5.808) | - | - | - | 5.808 | - | - | - | - | - |
| Carnaúba III ^(c) | - | (5.163) | - | - | - | 5.163 | - | - | - | - | - |
| Carnaúba V ^(c) | - | (7.744) | - | - | - | 7.744 | - | - | - | - | - |
| Cachoeira ^(c) | - | (3.813) | - | - | - | 3.813 | - | - | - | - | - |
| Cervantes I ^(c) | - | (4.688) | - | - | - | 4.688 | - | - | - | - | - |
| Cervantes II ^(c) | - | (3.872) | - | - | - | 3.872 | - | - | - | - | - |
| Bom Jesus ^(c) | - | (5.720) | - | - | - | 5.720 | - | - | - | - | - |
| Pitimbu ^(c) | - | (5.720) | - | - | - | 5.720 | - | - | - | - | - |
| São Caetano I ^(c) | - | (5.186) | - | - | - | 5.186 | - | - | - | - | - |
| São Caetano ^(c) | - | (7.491) | - | - | - | 7.491 | - | - | - | - | - |
| São Galvão ^(c) | - | (7.626) | - | - | - | 7.626 | - | - | - | - | - |
| Empresa de Energia São Manoel | - | - | (47.905) | - | - | - | - | - | (47.905) | - | (47.905) |
| Madeira Energia S.A. | - | - | (97.010) | - | - | - | - | - | (97.010) | - | (97.010) |
| Teles Pires Participações | - | - | (115.412) | - | - | - | - | - | (115.412) | - | (115.412) |
| Subtotal | | (99.709) | (260.327) | - | 31 | 76.961 | - | - | (283.044) | - | (283.044) |
| Total de investimentos | | 5.344.317 | 523.788 | 67.005 | (49.717) | 391.048 | - | (160.125) | 6.116.316 | (61.213) | 6.055.103 |

- (a) Em dezembro/2015 houve uma reorganização societária nas empresas do Complexo Itaguaçu, que resultou na criação da *Holding* Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A (IBER). A participação que cada acionista detinha nas empresas do Complexo foram transferidas para a Holding e esta passou a deter 100% das ações das demais SPEs.
- (b) No segundo semestre de 2013, tendo em vista a impossibilidade de conclusão das audiências públicas necessárias à obtenção da concessão e a necessidade de se aguardar as ações a serem empreendidas pelo Governo peruano nas áreas de segurança e social, a Administração decidiu suspender as atividades na região do Projeto até a conclusão destas ações. Sendo assim, Furnas optou por registrar uma provisão para perda no valor de R\$ 79.
- (c) Em 2014, estas Companhias possuíam registrados em seus balanços R\$ 203.264 referentes a adiantamentos efetuados a empresa Wind Power Energia S.A. (IMPISA), fornecedora de aerogeradores que se encontrava em fase de recuperação judicial. Apesar destes valores estarem respaldados por seguro garantia, Furnas decidiu constituir uma provisão correspondente a sua participação neste valor (R\$ 99.599) por entender que não havia prazo para a conclusão do processo e recebimento do sinistro. Durante o exercício de 2015, as empresas pertencentes ao Complexo Punaú, receberam o valor do sinistro e baixaram o adiantamento dos seus balanços. Já as empresas pertencentes ao complexo Baleia, apesar de não terem o processo de sinistro concluído, optaram em registrar a perda com o adiantamento e aguardar a conclusão do processo para reverter essa despesa. Diante dos acontecimentos, Furnas efetuou a reversão da provisão e fez os devidos ajustes no seu investimento, através do cálculo de equivalência.

16.2 Resumo das informações das investidas

De acordo com as orientações dispostas no CPC 45 – Divulgação de Participações em Outras Entidades, segue quadro resumo com as informações das principais investidas de Furnas e uma coluna com o total das demais investidas:

| Informações Financeiras Das SPEs | Principais Investidas | | | | | | | | | | | | Demais Investidas | Total |
|--|-----------------------|------------------|-------------------|------------------|------------------|------------------|----------------|--------------------|--------------|------------------|-------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | Chapecoense | Enerpeixe | Madeira Energia | Ile Madeira | Serra do Facão | Teles Pires | Brasvento Eolo | Brasvento Miassaba | Inambari | Rei dos Ventos 3 | Belo Monte Transmissora | Total | | |
| Balanço Patrimonial em 31.12.2015 | | | | | | | | | | | | | | |
| Caixa e equivalente de caixa | 176.308 | 82.946 | 299.963 | 41.833 | 31 | 130.877 | 30.946 | 40.630 | 182 | 24.490 | 332.604 | 1.160.810 | 790.808 | 1.951.618 |
| Outros ativos circulantes | 180.185 | 76.736 | 1.308.253 | 646.081 | 52.441 | 98.058 | 5.039 | 4.617 | 217 | 3.962 | 4.199 | 2.379.788 | 407.161 | 2.786.949 |
| Ativo não circulante | 3.238.691 | 1.646.380 | 23.362.763 | 4.149.365 | 2.143.748 | 5.122.261 | 222.766 | 242.645 | 40 | 219.981 | 920.165 | 41.268.805 | 6.113.440 | 47.382.245 |
| Total Ativo | 3.595.184 | 1.806.062 | 24.970.979 | 4.837.279 | 2.196.220 | 5.351.196 | 258.751 | 287.892 | 439 | 248.433 | 1.256.968 | 44.809.403 | 7.311.409 | 52.120.812 |
| Empréstimos e financiamentos (curto prazo) | 136.322 | - | 450.779 | 197.250 | 41.126 | 191.893 | 7.056 | 7.087 | - | 7.431 | 453.882 | 1.492.826 | 1.074.198 | 2.567.024 |
| Outros passivos circulantes | 311.290 | 172.744 | 1.700.677 | 151.399 | 163.051 | 293.229 | 43.003 | 26.063 | 34 | 31.998 | 46.277 | 2.939.765 | 1.093.173 | 4.032.938 |
| Empréstimos e financiamentos (longo prazo) | 1.404.553 | - | 14.061.238 | 2.215.079 | 401.137 | 3.392.921 | 109.018 | 109.763 | - | 114.894 | - | 21.808.603 | 1.477.217 | 23.285.820 |
| Outros passivos não circulantes | 704.268 | 230.114 | 1.507.188 | 546.746 | 1.499.884 | 80.097 | 17.708 | 9.186 | - | 12.745 | 8.733 | 4.616.669 | 466.546 | 5.083.215 |
| Patrimônio Líquido | 1.038.751 | 1.403.204 | 7.251.097 | 1.726.805 | 91.022 | 1.393.056 | 81.966 | 135.793 | 405 | 81.365 | 748.076 | 13.951.540 | 3.200.275 | 17.151.815 |
| Total Passivo | 3.595.184 | 1.806.062 | 24.970.979 | 4.837.279 | 2.196.220 | 5.351.196 | 258.751 | 287.892 | 439 | 248.433 | 1.256.968 | 44.809.403 | 7.311.409 | 52.120.812 |
| Demonstração do Resultado para o Período Findo em 31.12.2015 | | | | | | | | | | | | | | |
| (+) Receita Líquida | 738.792 | 435.627 | 2.604.869 | 596.433 | 280.164 | 354.316 | 28.169 | 30.921 | - | 24.601 | - | 5.093.892 | 1.204.438 | 6.298.330 |
| (-) Custo da Operação | (317.723) | (169.512) | (1.596.906) | (31.494) | (163.752) | (371.539) | (14.311) | (15.698) | (120) | (13.888) | (10.501) | (2.705.444) | (626.068) | (3.331.512) |
| Lucro Bruto | 421.069 | 266.115 | 1.007.963 | 564.939 | 116.412 | (17.223) | 13.858 | 15.223 | (120) | 10.713 | (10.501) | 2.388.448 | 578.370 | 2.966.818 |
| (-) Despesas operacionais | (6.510) | (49.807) | (637.978) | (32.330) | (44.590) | (59.793) | (10.603) | (11.049) | (49) | (9.578) | (722) | (863.009) | (165.751) | (1.028.760) |
| (+) Receita financeira | 32.149 | 8.389 | 161.751 | 26.835 | 3.318 | 14.978 | 3.146 | 4.175 | 17 | 2.603 | 55.344 | 312.705 | 78.150 | 390.855 |
| (-) Despesa financeira | (143.821) | (46.278) | (1.128.693) | (229.381) | (272.574) | (184.328) | (8.987) | (9.276) | (4) | (9.469) | (53.782) | (2.086.593) | (178.222) | (2.264.815) |
| Lucro antes dos impostos | 302.887 | 178.419 | (596.957) | 330.063 | (197.434) | (246.366) | (2.586) | (927) | (156) | (5.731) | (9.661) | (248.449) | 312.547 | 64.098 |
| (-) Impostos sobre o lucro | (119.721) | (8.150) | 614.983 | (89.680) | 62.402 | 57.671 | - | - | - | - | (8.599) | 508.906 | (61.144) | 447.762 |
| Lucro Líquido (Prejuízo) | 183.166 | 170.269 | 18.026 | 240.383 | (135.032) | (188.695) | (2.586) | (927) | (156) | (5.731) | (18.260) | 260.457 | 251.403 | 511.860 |
| Outras informações: | | | | | | | | | | | | | | |
| Depreciação e amortização | (34.867) | (49.385) | (480.611) | - | (43.587) | (57.283) | (9.312) | (10.099) | (4) | (9.204) | (52) | (694.404) | (19.021) | (713.425) |

Em 31 de dezembro de 2015, as investidas Madeira Energia S.A., Empresa de Energia São Manoel, Serra do Facão Energia S.A. e Teles Pires Participações, nas quais a Furnas participa com 39%, 33,33%, 49,48% e 24,72%, respectivamente, apresentam capital circulante negativo, nos montantes de R\$ 543.238, R\$ 1.147.746, R\$ 151.705 e R\$ 347.496.

Em 31 de dezembro de 2015 foi constituída provisão para perdas no investimento no montante de R\$ 260.327 decorrentes de testes de recuperabilidade das participações societárias nas Empresas Madeira Energia S.A, Teles Pires Participações e Empresa de Energia São Manoel Energia.

16.2.1 Investida Mesa

Em 31 de dezembro de 2015 a MESA possui registrado em seu balanço dispêndios reembolsáveis junto ao Consórcio Construtor Santo Antônio (CCSA) no montante de R\$ 1.509.441. Tal recebível teve sua origem por ocasião da assinatura do 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão com a ANEEL, embasado pela apresentação de um cronograma de entrada em operação comercial pelo CCSA, antecipando, pela segunda vez, o início de entrada em operação das unidades geradoras do empreendimento, sendo firmado então, no Contrato para Implantação da UHE Santo Antônio e em “Termos e Condições”, o referido compromisso. No entanto, este cronograma não foi plenamente atendido, fazendo com que o resultado líquido desta apuração gerasse para a MESA um direito de ressarcimento junto ao CCSA.

Para a aferição do cálculo desse dispêndio reembolsável, o CCSA requereu a aplicação da cláusula 31.1.2.1.1 do contrato EPC, que apresenta o limitador contratual de R\$ 122,00/MWh para o repasse do custo pela compra de volume de energia. Diante desta consideração, a Administração da MESA efetuou, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, análises adicionais, incluindo aspectos legais, e mudou sua estimativa quanto ao valor de realização do ativo. Assim, sob o valor total do dispêndio reembolsável de R\$ 1.509.441, foi reconhecida uma provisão para perda cujo valor em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 678.551 (R\$ 678.551 em 2014), o que reflete o valor líquido esperado de recebimento de R\$ 830.890 (R\$ 756.227 em 2014).

Para dirimir dúvidas quanto à utilização do limitador contratual considerado no cálculo de parte do resultado líquido da antecipação do cronograma de entrada em operação comercial da usina, prevista no 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), que originou o referido *impairment*, a Controlada requereu, perante a International Chamber of Commerce (“ICC”), a instauração de processo arbitral face ao CCSA, sendo que o mesmo é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento de Arbitragem da ICC. Em 31 de dezembro de 2015, o processo aguarda constituição do tribunal arbitral.

16.2.2 Complexo Aracati

Na data de 10 de outubro de 2014, foi realizada Sessão de Alienação das Ações do Complexo Aracati (assim entendidas como a totalidade de ações de propriedade de Furnas e de emissão da Energia dos Ventos I S.A., Energia dos Ventos II S.A., Energia dos Ventos III S.A., Energia dos Ventos IV S.A. e Energia dos Ventos X S.A.) na BM&F Bovespa, nos termos do Edital de Alienação nº 001/2014 (“Leilão Aracati”), no qual a Alupar Investimentos S.A. sagrou-se vencedora para aquisição da totalidade das supracitadas ações.

As formalidades para transferência das ações foram concluídas no início deste exercício e no dia 02 de março, Furnas recebeu da Alupar Investimentos S.A. o montante de R\$ 47.452 (R\$ 45.006 referente ao principal e R\$ 2.446 de atualização monetária pelo IPCA). Consequentemente, o valor do investimento foi baixado, tendo sido registrado um ganho de capital no montante de R\$ 13.917, no resultado do exercício.

16.2.3 Complexo Fortim

Em 23 de dezembro de 2014, Furnas e Alupar celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações e outras Avenças, no qual Furnas se obrigou, sob condição suspensiva de eficácia a obtenção de anuência prévia por parte do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST), a comprar, e a Alupar se obrigou a vender a totalidade de ações que esta última detém, de emissão da Energia dos Ventos V S.A., Energia dos Ventos VI S.A., Energia dos Ventos VII S.A., Energia dos Ventos VIII S.A. e Energia dos Ventos IX S.A. A operação de compra e venda das participações societárias do Complexo Fortim envolve o valor total de R\$ 46.002, a preços de 30 de abril de 2014, devendo ser corrigido pelo IPCA até a data do efetivo pagamento.

Em 28 de novembro de 2014, foi concedida autorização junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

No dia 27 de agosto de 2015 a operação de compra foi concluída, resultando em um pagamento de R\$ 51.411 à Alupar, considerando correção pelo IPCA prevista para a operação. Este valor foi distribuído pelas respectivas SPEs, de acordo com a quantidade de ações compradas em cada uma.

Em dezembro de 2015 foi efetuado uma avaliação do valor justo do Complexo, sendo identificado que o Valor Presente Líquido (VPL) do empreendimento encontrava-se negativo na ordem de R\$ 57.298. Frente a esse fato, as SPEs realizaram os devidos ajustes nos seus balanços, anulando o saldo dos imobilizados (R\$ 26.448) e registrando a diferença em contrato oneroso. O impacto total no resultado do exercício foi de R\$ 83.746.

Para adequar os seus investimentos a nova realidade do Complexo, Furnas registrou perdas na aquisição da participação da Alupar, no montante de R\$ 45.723. Além disso, registrou também a redução, por equivalência patrimonial até o limite do investimento, no montante R\$ 11.113 e reconhecimento de provisão para o passivo a descoberto das SPEs, no valor de R\$ 75.657.

| Descritivo | Controladora | | Consolidado |
|--|--------------|------------|-------------|
| | 31.12.2015 | 31.12.2014 | 31.12.2015 |
| Energia dos Ventos V | 12.779 | - | - |
| Energia dos Ventos VI | 18.526 | - | - |
| Energia dos Ventos VII | 19.003 | - | - |
| Energia dos Ventos VIII | 11.850 | - | - |
| Energia dos Ventos IX | 13.499 | - | - |
| Total da Provisão com Passivo a Descoberto | 75.657 | - | - |

NOTA 17 – IMOBILIZADO

Os saldos do ativo imobilizado que não estão dentro dos critérios estabelecidos na ICPC 01 (R1) em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são:

| Descritivo | Controladora | | Consolidado |
|--|--------------------|--------------------|--------------------|
| | 31.12.2015 | 31.12.2014 | 31.12.2015 |
| EM SERVIÇO | | | |
| Custo | | | |
| Terrenos | 622.115 | 554.725 | 622.115 |
| Reservatórios, barragens e adutoras | 4.184.219 | 3.744.213 | 4.184.219 |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 1.315.391 | 1.302.597 | 1.315.391 |
| Máquinas e equipamentos | 3.319.631 | 3.456.364 | 3.319.631 |
| Veículos | 36.330 | 38.539 | 36.330 |
| Móveis e utensílios | 27.585 | 27.330 | 27.585 |
| Subtotal | 9.505.271 | 9.123.768 | 9.505.271 |
| Depreciação | | | |
| Reservatórios, barragens e adutoras | (1.146.650) | (955.193) | (1.146.650) |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | (506.775) | (577.115) | (506.775) |
| Máquinas e equipamentos | (1.227.357) | (1.068.665) | (1.227.357) |
| Veículos | (20.648) | (24.033) | (20.648) |
| Móveis e utensílios | (16.682) | (15.763) | (16.682) |
| Subtotal | (2.918.112) | (2.640.769) | (2.918.112) |
| TOTAL EM SERVIÇO | 6.587.159 | 6.482.999 | 6.587.159 |
| EM CURSO | | | |
| Terrenos | 3.494 | 431 | 3.494 |
| Barragens, reservatórios e adutoras | 37.533 | 259.599 | 37.533 |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 8.476 | 32.731 | 8.476 |
| Máquinas e equipamentos | 221.713 | 208.905 | 222.903 |
| Veículos | 1.326 | 1.327 | 1.326 |
| Móveis e Utensílios | 10 | 4 | 189 |
| A ratear | 4.378 | 26.285 | 29.334 |
| Estudos e Projetos | 305 | 2.059 | 305 |
| Transformação, fabricação e reparo de materiais | 2.587 | 11.595 | 2.587 |
| Compras em andamento | 3.397 | (9.106) | 3.397 |
| Material em depósito | 56.079 | 42.213 | 56.079 |
| Adiantamento a fornecedores | 3.006 | (9.153) | 3.070 |
| TOTAL EM CURSO | 342.304 | 566.890 | 368.693 |
| (-) Provisão para ajuste ao valor recuperável de ativo | (958.774) | (1.013.107) | (985.158) |
| (-) Obrigações vinculadas a concessões | (112.540) | (112.540) | (112.540) |
| IMOBILIZADO LÍQUIDO – TOTAL | 5.858.149 | 5.924.242 | 5.858.154 |

17.1 Obrigações vinculadas a concessões

| Descritivo | Controladora | | Consolidado |
|-----------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 31.12.2015 | 31.12.2014 | 31.12.2015 |
| Amortização | (81.998) | (81.998) | (81.998) |
| Participação da União | (28.539) | (28.539) | (28.539) |
| Outras | (2.003) | (2.003) | (2.003) |
| Total | (112.540) | (112.540) | (112.540) |

O saldo de amortizações é proveniente das reservas para amortização constituídas até 1971, nos termos do Decreto Federal nº 41.019/1957 e que foram aplicadas, até aquela data, na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica. Cabe destacar que os valores referentes a geração correspondem a usinas não afetadas.

17.2 A composição do imobilizado, por macroatividade, apresenta o seguinte detalhamento:

| Descritivo | Taxas médias anuais de depreciação (%) | Controladora | | |
|---|--|------------------|---|-----------------------------|
| | | Custo | 31.12.2015 Depreciação e amortização acumulada | 31.12.2014 Valor líquido |
| Em Serviço | | | | |
| Geração | 2,63 | 9.072.207 | (2.675.240) | 6.396.967 |
| Transmissão ^(a) | 3,84 | 60.304 | (3.111) | 57.193 |
| Administração | 7,19 | 371.217 | (238.365) | 132.852 |
| Comercialização | 9,90 | 1.543 | (1.396) | 147 |
| Subtotal | | 9.505.271 | (2.918.112) | 6.587.159 |
| Em curso | | | | |
| Geração | - | 166.234 | - | 166.234 |
| Transmissão ^(a) | - | 144.836 | - | 144.836 |
| Administração | - | 31.234 | - | 31.234 |
| Subtotal | | 342.304 | - | 342.304 |
| (-) Provisão para ajuste ao valor recuperável de ativos | | (958.774) | - | (958.774) |
| (-) Obrigações vinculadas a concessão | | (112.540) | - | (112.540) |
| Imobilizado líquido - total | | 8.776.261 | (2.918.112) | 5.858.149 |

(a) Os valores expressos nas rubricas transmissão referem-se às subestações de Batalha e Simplicio, além de material em depósito (de peças sobressalentes) para eventuais reparos em linhas de transmissão. Com a entrada em operação da UHE Simplicio, uma parcela de seus bens - ligados à transmissão - que não são alcançados pela ICPC 01 - foram transferidos de Em curso para Em serviço.

| Descritivo | Taxas médias anuais de depreciação (%) | Consolidado | | | Controladora |
|---|--|------------------|---|-----------------------------|-----------------------------|
| | | Custo | 31.12.2015 Depreciação e amortização acumulada | 31.12.2014 Valor líquido | 31.12.2014 Valor líquido |
| Em Serviço | | | | | |
| Geração | 2,63 | 9.072.207 | (2.675.240) | 6.396.967 | 6.353.107 |
| Transmissão ^(a) | 3,84 | 60.304 | (3.111) | 57.193 | 46.646 |
| Administração | 7,19 | 371.217 | (238.365) | 132.852 | 83.014 |
| Comercialização | 9,90 | 1.543 | (1.396) | 147 | 232 |
| Subtotal | | 9.505.271 | (2.918.112) | 6.587.159 | 6.482.999 |
| Em curso | | | | | |
| Geração | - | 188.357 | - | 188.357 | 366.939 |
| Transmissão ^(a) | - | 144.841 | - | 144.841 | 168.057 |
| Administração | - | 35.495 | - | 35.495 | 31.894 |
| Subtotal | | 368.693 | - | 368.693 | 566.890 |
| (-) Provisão para ajuste ao valor recuperável de ativos | | (985.158) | - | (985.158) | (1.013.107) |
| (-) Obrigações vinculadas a concessão | | (112.540) | - | (112.540) | (112.540) |
| Imobilizado líquido - total | | 8.776.266 | (2.918.112) | 5.858.154 | 5.924.242 |

Segundo a legislação vigente pela ANEEL, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

17.3 Premissas para o cálculo do Impairment

A Administração da Empresa revisa anualmente a ocorrência de eventos que requeiram a determinação do valor recuperável dos seus ativos de longa duração, principalmente o Imobilizado mantido e utilizado nas suas operações, com o objetivo de avaliar eventuais perdas.

Esta revisão é denominada como Teste de *Impairment*, feita em atendimento ao CPC01.

O teste consiste em calcular o valor presente dos fluxos de caixa de cada Unidade Geradora de Caixa, e compará-lo com seu valor de livro. Inclui-se no fluxo de caixa os valores de indenização previstos para o final da concessão, calculados pela metodologia no Valor Novo de Reposição – VNR.

As Unidades Geradoras de Caixa foram definidas da seguinte forma:

Geração – Usinas individualizadas renovadas e não renovadas pela lei 12.783/2013.

A seguir, as principais premissas para avaliação do modelo *Impairment*, por unidade geradora de caixa, adotada por Furnas:

(i) Custos – Pessoal, Material, Serviços e Outros (PMSO)

No cenário foi considerada a projeção dos custos até 2020, com base no Plano Diretor da Empresa revisado em 2014. Após 2020, foram considerados os custos sem crescimento.

(ii) Receitas

As receitas foram baseadas nos contratos de lastro não individualizado comercializados no ACR (Ambiente de Contratação Regulado) e ACL (Ambiente de Contratação Livre), e rateado às usinas com base na proporção de suas garantias físicas.

(iii) Impostos e Encargos

PIS/COFINS - Alíquota de 9,25% sobre a Receita Bruta (Lucro Real);

P&D - 1% da ROL;

CFURH – 6,75% sobre a produção de energia estimada multiplicada pela Tarifa Atualizada de Referência - TAR estimada;

Taxa de Fiscalização ANEEL - 0,4% sobre a Receita Bruta;

RGR – 2,5% até a data de vencimento da concessão; e

TUST – Considerado o valor da TUST previsto para 2016 para a projeção de todos os ativos.

Onde:

PIS: Programa de Integração Social;

COFINS: Contribuição para Financiamento da Seguridade;

P&D: Programa de Pesquisa e Desenvolvimento;

CFURH: Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica;

RGR: Reserva Global de Reversão; e

TUST: Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão.

(iv) Valor Novo de Reposição (VNR)

Foi considerado o estudo realizado pela área de Engenharia da Empresa para a determinação do VNR utilizado nos cálculos do balanço de 2012 e atualizados pelo IPCA.

(v) Investimentos

Não foram considerados novos investimentos em 2016 nas usinas testadas.

(vi) Depreciação

Utilizada a taxa da ANEEL conforme sua Resolução nº 474/2012.

(vii) Uso do Bem Público (UBP)

Foi considerado UBP para os ativos de Batalha e Simplicio, cujos montantes aproximados são de R\$ 272.399 e R\$ 1.087.475 ao ano, respectivamente.

(viii) Taxa de Desconto para fluxo de caixa

Weighted Average Cost of Capital (WACC) = custo médio ponderado de capital: a) Ativos de Geração não Renovadas: 7,50% a.a. real; b) Ativos de Geração Renovadas: 7,00% a.a. real; e c) Ativo de Transmissão: 7,00% a.a. real.

Após aplicação do teste de *impairment*, utilizando-se das metodologias e premissas acima elencadas, a Empresa não identificou novos casos em suas Unidades Geradoras de Caixa além das que já havia identificado no ano de 2014, UHEs Batalha e Simplicio.

Procedeu a atualização das provisões conforme demonstrativo abaixo:

| Descritivo | Controladora | | |
|-------------------------------|--------------------|-----------------------------|------------------|
| | 31.12.2014 | (Constituição)/ Reversão | 31.12.2015 |
| UTE Campos (Roberto Silveira) | (16.565) | - | (16.565) |
| UHE Batalha | (553.622) | (5.723) | (559.345) |
| UHE Simplicio | (442.920) | 60.056 | (382.864) |
| Total | (1.013.107) | 54.333 | (958.774) |

| Descritivo | Consolidado | | |
|--|--------------------|-----------------------------|------------------|
| | 31.12.2014 | (Constituição)/ Reversão | 31.12.2015 |
| UTE Campos (Roberto Silveira) | (16.565) | - | (16.565) |
| UHE Batalha | (553.622) | (5.723) | (559.345) |
| UHE Simplicio | (442.920) | 60.056 | (382.864) |
| Complexo Fortim (SPE´s Energia dos Ventos 05 a 09) | - | (26.384) | (26.384) |
| Total | (1.013.107) | 27.949 | (985.158) |

As UHEs Batalha e Simplicio apresentaram uma reversão nas provisões de perdas devido à perspectiva de redução de custos com PMSO da Empresa, em especial à rubrica de Serviços em virtude da saída de funcionários contratados que ocorrerá até 2018.

Para as usinas e os ativos de transmissão, renovados nos termos da Lei 12.783/2013, são efetuados testes de onerosidade dos respectivos contratos, conforme descrito na nota 28.

17.4 Movimentação do ativo imobilizado

| Descritivo | Controladora | | | |
|---|------------------------|------------------|-----------------|-----------------------------------|
| | Saldo em 31.12.2014 | Adições | Baixas | Transferência para serviço (*) |
| Serviço | | | | |
| Custo | | | | |
| Terrenos | 554.725 | - | - | 67.390 |
| Barragens, reservatórios e adutoras | 3.744.213 | - | - | 440.006 |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 1.302.597 | - | - | 12.794 |
| Máquinas e equipamentos | 3.456.364 | - | (6.606) | (130.127) |
| Veículos | 38.539 | - | (7.267) | 5.058 |
| Móveis e utensílios | 27.330 | - | (216) | 471 |
| Subtotal | 9.123.768 | - | (14.089) | 395.592 |
| Depreciação | | | | |
| Barragens, reservatórios e adutoras | (955.193) | (93.913) | - | (97.544) |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | (577.115) | (36.848) | - | 107.188 |
| Máquinas e equipamentos | (1.068.665) | (98.801) | 5.057 | (64.948) |
| Veículos | (24.033) | (3.793) | 7.213 | (35) |
| Móveis e utensílios | (15.763) | (1.095) | 178 | (2) |
| Subtotal | (2.640.769) | (234.450) | 12.448 | (55.341) |
| Total em Serviço | 6.482.999 | (234.450) | (1.641) | 340.251 |

| | | | | |
|--|------------------|-----------------|----------------|------------------|
| Em Curso | | | | |
| Terrenos | 431 | 3.759 | - | (696) |
| Barragens, reservatórios e adutoras | 259.599 | 45.756 | - | (267.822) |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 32.731 | 6.980 | - | (31.235) |
| Máquinas e equipamentos | 208.905 | 70.639 | - | (57.831) |
| Veículos | 1.327 | 609 | - | (610) |
| Móveis e utensílios | 4 | 315 | - | (309) |
| A ratear | 26.285 | (1.281) | - | (20.626) |
| Adiantamento a fornecedores | (9.153) | 26 | - | 9.432 |
| Estudos e Projetos | 2.059 | 201 | - | 327 |
| Transformação, fabricação e reparo de materiais | 11.595 | - | - | (8.198) |
| Material em depósito | 42.213 | 13.866 | - | - |
| Compras em andamento | (9.106) | - | - | 12.112 |
| Total em Curso | 566.890 | 140.870 | - | (365.456) |
| (-) Provisão para ajuste ao valor recuperável de ativo | (1.013.107) | 54.333 | - | - |
| (-) Obrigações vinculadas a concessão | (112.540) | - | - | - |
| Imobilizado Líquido - Total | 5.924.242 | (39.247) | (1.641) | (25.205) |

| Descritivo | Consolidado | | | |
|---|------------------------|------------------|-----------------|-----------------------------------|
| | Saldo em 01.01.2015 | Adições | Baixas | Transferência para serviço (*) |
| Serviço | | | | |
| Custo | | | | |
| Terrenos | 554.725 | - | - | 67.390 |
| Barragens, reservatórios e adutoras | 3.744.213 | - | - | 440.006 |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 1.302.597 | - | - | 12.794 |
| Máquinas e equipamentos | 3.456.364 | - | (6.606) | (130.127) |
| Veículos | 38.539 | - | (7.267) | 5.058 |
| Móveis e utensílios | 27.330 | - | (216) | 471 |
| Subtotal | 9.123.768 | - | (14.089) | 395.592 |
| Depreciação | | | | |
| Barragens, reservatórios e adutoras | (955.193) | (93.913) | - | (97.544) |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | (577.115) | (36.848) | - | 107.188 |
| Máquinas e equipamentos | (1.068.665) | (98.801) | 5.057 | (64.948) |
| Veículos | (24.033) | (3.793) | 7.213 | (35) |
| Móveis e utensílios | (15.763) | (1.095) | 178 | (2) |
| Subtotal | (2.640.769) | (234.450) | 12.448 | (55.341) |
| Total em Serviço | 6.482.999 | (234.450) | (1.641) | 340.251 |

| | | | | |
|--|------------------|-----------------|----------------|------------------|
| Em Curso | | | | |
| Terrenos | 431 | 3.759 | - | (696) |
| Barragens, reservatórios e adutoras | 259.599 | 45.756 | - | (267.822) |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 32.731 | 6.980 | - | (31.235) |
| Máquinas e equipamentos | 208.905 | 71.829 | - | (57.831) |
| Veículos | 1.327 | 609 | - | (610) |
| Móveis e utensílios | 4 | 494 | - | (309) |
| A ratear | 26.285 | 23.675 | - | (20.626) |
| Adiantamento a fornecedores | (9.153) | 90 | - | 9.432 |
| Estudos e Projetos | 2.059 | 201 | - | 327 |
| Transformação, fabricação e reparo de materiais | 11.595 | - | - | (8.198) |
| Material em depósito | 42.213 | 13.866 | - | - |
| Compras em andamento | (9.106) | - | - | 12.112 |
| Total em Curso | 566.890 | 167.259 | - | (365.456) |
| (-) Provisão para ajuste ao valor recuperável de ativo | (1.013.107) | 27.949 | - | - |
| (-) Obrigações vinculadas a concessão | (112.540) | - | - | - |
| Imobilizado Líquido - Total | 5.924.242 | (39.242) | (1.641) | (25.205) |

(*) Os valores apresentados na coluna de transferência referem-se a imobilizações, utilizações e transferências entre contas. O saldo dessa coluna é contrapartida de itens que estavam classificados no Intangível em Curso e foram transferidos para o Imobilizado em Serviço, ou transferidos do Ativo Financeiro.

| Descritivo | Controladora | | | | |
|--|------------------------|------------------|----------------|-------------------------------|------------------------|
| | Saldo em 31.12.2013 | Adições | Baixas | Transferência para serviço | Saldo em 31.12.2014 |
| Serviço | | | | | |
| Custo | | | | | |
| Terrenos | 393.766 | - | - | 160.959 | 554.725 |
| Barragens, reservatórios e adutoras | 2.929.272 | - | (1.793) | 816.734 | 3.744.213 |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 1.262.852 | - | (77) | 39.822 | 1.302.597 |
| Máquinas e equipamentos | 3.259.480 | - | (7.455) | 204.339 | 3.456.364 |
| Veículos | 34.249 | - | 1.665 | 2.625 | 38.539 |
| Móveis e utensílios | 27.172 | - | (227) | 385 | 27.330 |
| Subtotal | 7.906.791 | - | (7.887) | 1.224.864 | 9.123.768 |
| Depreciação | | | | | |
| Barragens, reservatórios e adutoras | (869.921) | (76.974) | (8.298) | - | (955.193) |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | (550.974) | (34.851) | 8.710 | - | (577.115) |
| Máquinas e equipamentos | (989.266) | (88.853) | 9.454 | - | (1.068.665) |
| Veículos | (23.140) | (3.338) | 2.445 | - | (24.033) |
| Móveis e utensílios | (15.063) | (1.156) | 456 | - | (15.763) |
| Subtotal | (2.448.364) | (205.172) | 12.767 | - | (2.640.769) |
| Total em Serviço | 5.458.427 | (205.172) | 4.880 | 1.224.864 | 6.482.999 |
| Em Curso | | | | | |
| Terrenos | 157.804 | 3.181 | - | (160.554) | 431 |
| Barragens, reservatórios e adutoras | 939.682 | 15.943 | - | (696.026) | 259.599 |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 61.832 | 8.682 | - | (37.783) | 32.731 |
| Máquinas e equipamentos | 314.304 | 94.862 | - | (200.261) | 208.905 |
| Veículos | 919 | 3.033 | - | (2.625) | 1.327 |
| Móveis e utensílios | 387 | 387 | - | (383) | 4 |
| A ratear | 130.479 | 23.038 | - | (127.232) | 26.285 |
| Adiantamento a fornecedores | (9.153) | - | - | - | (9.153) |
| Estudos e Projetos | 323 | 1.736 | - | - | 2.059 |
| Transformação, fabricação e reparo de materiais | 21.441 | (9.846) | - | - | 11.595 |
| Material em depósito | 14.918 | 27.295 | - | - | 42.213 |
| Compras em andamento | (9.106) | - | - | - | (9.106) |
| Total em Curso | 1.623.443 | 168.311 | - | (1.224.864) | 566.890 |
| (-) Provisão para ajuste ao valor recuperável de ativo | (1.060.332) | (26.288) | 73.513 | - | (1.013.107) |
| (-) Obrigações vinculadas a concessão | (112.540) | - | - | - | (112.540) |
| Imobilizado Líquido - Total | 5.908.998 | (63.149) | 78.393 | - | 5.924.242 |

| Descritivo | Controladora | | | | | Saldo em 31.12.2014 |
|--|------------------------|----------------|----------------|-----------------|---------------|------------------------|
| | Saldo em 31.12.2013 | Adição | Baixa | Amortização | Transferência | |
| Vinculados à concessão - Geração | | | | | | |
| Em serviço | | | | | | |
| Custo | 19.301 | - | - | - | 38.934 | 58.235 |
| Amortização | (1.788) | - | - | (1.350) | - | (3.138) |
| | 17.513 | - | - | (1.350) | 38.934 | 55.097 |
| Em curso | | | | | | |
| Custo | 41.680 | 1.018 | (1.768) | - | (38.934) | 1.996 |
| | 41.680 | 1.018 | (1.768) | - | (38.934) | 1.996 |
| Total vinculados à concessão - Geração | 59.193 | 1.018 | (1.768) | (1.350) | - | 57.093 |
| Vinculados à concessão – Transmissão | | | | | | |
| Em serviço | | | | | | |
| Custo | 2.552 | - | - | - | (11) | 2.541 |
| Amortização | (300) | - | - | - | - | (300) |
| | 2.252 | - | - | - | (11) | 2.241 |
| Em curso | | | | | | |
| Custo | 5.107 | (3.793) | - | - | 11 | 1.325 |
| | 5.107 | (3.793) | - | - | 11 | 1.325 |
| Total vinculados à concessão – Transmissão | 7.359 | (3.793) | - | - | - | 3.566 |
| Não Vinculados à concessão – Outros intangíveis | | | | | | |
| Em serviço | | | | | | |
| Custo | 81.752 | - | - | - | 8.661 | 90.413 |
| | (69.107) | - | - | (16.586) | - | (85.693) |
| Amortização | 12.645 | - | - | (16.586) | 8.661 | 4.720 |
| Em curso | | | | | | |
| Custo | 32.191 | 18.672 | - | - | (8.661) | 42.202 |
| | 32.191 | 18.672 | - | - | (8.661) | 42.202 |
| Total vinculados à concessão – Outros intangíveis | 44.836 | 18.672 | - | (16.586) | - | 46.922 |
| Total | 111.388 | 15.897 | (1.768) | (17.936) | - | 107.581 |

NOTA 20 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

20.1 Composição do endividamento – controladora e consolidado

| Contraparte | Moeda/ Indexador | Vencimento Principal | Encargos Financeiros Anuais | 31.12.2015 | | | | 31.12.2014 | | | |
|-------------------------------|---------------------|-------------------------|---|------------|-----------|-------------|-----------|------------|-----------|-------------|-------------|
| | | | | Encargos | Principal | | Total | Encargos | Principal | | Total |
| | | | | | Circul. | Não Circul. | | | Circul. | Não Circul. | |
| Moeda Estrangeira | | | | | | | | | | | |
| Eletrobras | | | | | | | | | | | |
| Eletrobras – BID | US\$ | 06.04.2018 | Juros 4,66% a.a. + tx. adm. 0,75% a.a. | 534 | 13.871 | 20.805 | 35.210 | 509 | 9.435 | 23.588 | 33.532 |
| Eletrobras - Eximbank | YEN | 06.04.2018 | Juros 1,92%a.a. + tx. adm. 2% a.a. | 1.135 | 49.093 | 73.631 | 123.859 | 1.088 | 33.652 | 84.124 | 118.864 |
| Subtotal | | | | 1.669 | 62.964 | 94.436 | 159.069 | 1.597 | 43.087 | 107.712 | 152.396 |
| Instituições financeiras | | | | | | | | | | | |
| BID | US\$ | 15.12.2031 | Taxa flutuante base US\$ x Libor | 254 | 29.477 | 442.161 | 471.892 | 161 | 10.026 | 320.828 | 331.015 |
| Subtotal | | | | 254 | 29.477 | 442.161 | 471.892 | 161 | 10.026 | 320.828 | 331.015 |
| Subtotal Moeda Estrangeira | | | | 1.923 | 92.441 | 536.597 | 630.961 | 1.758 | 53.113 | 428.540 | 483.411 |
| Moeda Nacional | | | | | | | | | | | |
| Eletrobras | | | | | | | | | | | |
| Eletrobras | IPCA | 2021 a 2030 | 6% a.a. + 1% tx. adm. | - | 274.359 | 2.716.656 | 2.991.015 | - | 232.872 | 2.695.310 | 2.928.182 |
| Eletrobras | Não indexado | 2014 a 2018 | 5% a 7,5% a.a. + tx. adm. 1,5 a 2% a.a. | - | 22.817 | 39.152 | 61.969 | - | 26.166 | 61.947 | 88.113 |
| Eletrobras | Selic | 30.08.2020 | Selic | - | 11.997 | 131.971 | 143.968 | - | - | 787.968 | (a) 787.968 |
| Eletrobras | CDI | 30.08.2022 | 119,5% CDI | - | 35.778 | 608.222 | 644.000 | - | - | - | - |
| Subtotal | | | | - | 344.951 | 3.496.001 | 3.840.952 | - | 259.038 | 3.545.225 | 3.804.263 |
| Instituições Financeiras | | | | | | | | | | | |
| BNDES | TJLP | 15.07.2026 | TJLP + 1,91% a.a. | 2.382 | 66.399 | 636.327 | 705.108 | 2.279 | 66.161 | 700.200 | 768.640 |
| BNDES | TJLP | 15.07.2026 | TJLP + 2,18% a.a. | 138 | 3.870 | 35.718 | 39.726 | 133 | 3.857 | 39.446 | 43.436 |
| BNDES | TJLP | 15.12.2025 | TJLP + 3% a.a. | 632 | 16.468 | 148.214 | 165.314 | 619 | 16.409 | 164.090 | 181.118 |
| Banco do Brasil | CDI | 31.10.2018 | 107,3% CDI | 8.922 | - | 750.000 | 758.922 | 7.342 | - | 750.000 | 757.342 |
| Banco do Brasil | CDI | 07.02.2018 | 110% CDI | 12.375 | - | 208.312 | 220.687 | 10.023 | - | 208.311 | 218.334 |
| Banco do Brasil | CDI | 06.12.2023 | 115% CDI | 30.918 | 50.000 | 350.000 | 430.918 | 24.689 | - | 400.000 | 424.689 |
| CEF | CDI | 27.07.2020 | 111% CDI | 13.925 | - | 212.761 | 226.686 | 11.234 | - | 212.761 | 223.995 |
| CEF | CDI | 03.08.2020 | 111% CDI | 24.973 | - | 400.000 | 424.973 | 20.171 | - | 400.000 | 420.171 |
| CEF | CDI | 15.10.2020 | 111% CDI | 2.714 | - | 86.569 | 89.283 | 2.211 | - | 86.569 | 88.780 |
| CEF | CDI | 26.10.2020 | 111% CDI | 3.096 | - | 113.975 | 117.071 | 2.541 | - | 113.975 | 116.516 |
| CEF - Finame | TJLP | 17.01.2022 | 2,5% a.a. + TJLP | 7 | 276 | 1.403 | 1.686 | 8 | 275 | 1.673 | 1.956 |
| CEF - Finame | Não indexado | 17.01.2022 | 8,7% a.a. | 22 | 963 | 4.891 | 5.876 | 25 | 962 | 5.854 | 6.841 |
| Finep Sub A | Não indexado | 15.11.2023 | 3,5% a.a. | 104 | 1.606 | 66.640 | 68.350 | 104 | - | 68.246 | 68.350 |
| Finep Sub B | TJLP | 15.11.2023 | 5% a.a. + TJLP | 187 | 2.243 | 93.100 | 95.530 | 145 | - | 95.000 | 95.145 |
| CEF | CDI | 16.05.2023 | 113,7% CDI | 19.278 | - | 1.000.000 | 1.019.278 | 15.160 | - | 1.000.000 | 1.015.160 |
| BASA | CDI | 31.07.2017 | 102,89% CDI | 11.777 | - | 200.000 | 211.777 | 9.513 | - | 200.000 | 209.513 |
| Subtotal | | | | 131.450 | 141.825 | 4.307.910 | 4.581.185 | 106.197 | 87.664 | 4.446.125 | 4.639.986 |
| Outros | | | | | | | | | | | |
| State Grid | Não indexado | 28.07.2023 | 10% a.a. | - | - | 139.274 | 139.274 | - | - | - | - |
| Cessão de Crédito - Santander | IPCA | 20.12.2019 | - | (b) | - | 162.257 | 486.773 | 649.030 | - | - | - |
| Subtotal | | | | - | - | 162.257 | 626.047 | 788.304 | - | - | - |
| Subtotal Moeda Nacional | | | | 131.450 | 649.033 | 8.429.958 | 9.210.441 | 106.197 | 346.702 | 7.991.350 | 8.444.249 |
| Total | | | | 133.373 | 741.474 | 8.966.555 | 9.841.402 | 107.955 | 399.815 | 8.419.890 | 8.927.660 |

- (a) Em 30.09.2015 houve uma reclassificação do contrato ECR 285, no valor de R\$ 644.000 do indexador Selic para o indexador CDI, conforme contrato vigente.
- (b) Cessão de Crédito firmado com o Banco Santander (Nota 20.5). Os juros foram pagos antecipadamente e reconhecido como despesa antecipada (Nota 15.5).

20.2 Composição dos empréstimos e financiamentos (por tipo de moeda e indexador)

| Descritivo | Controladora e Consolidado | | | | | |
|-------------------|----------------------------|------------------|--------------|------------|------------------|--------------|
| | 31.12.2015 | | | 31.12.2014 | | |
| | \$ | R\$ | % | \$ | R\$ | % |
| Moeda estrangeira | | | | | | |
| US\$ | 129.866 | 507.102 | 5,1 | 137.244 | 364.547 | 4,1 |
| Yen | 3.819.272 | 123.859 | 1,3 | 5.347.041 | 118.864 | 1,3 |
| | | 630.961 | 6,4 | | 483.411 | 5,4 |
| Moeda nacional | | | | | | |
| CDI | | 4.143.595 | 42,1 | | 3.474.500 | 38,9 |
| IPCA | | 3.640.045 | 37,0 | | 2.928.182 | 32,8 |
| TJLP | | 1.007.364 | 10,2 | | 1.090.295 | 12,2 |
| SELIC | | 143.968 | 1,5 | | 787.968 | 8,9 |
| | | 8.934.972 | 90,8 | | 8.280.945 | 92,8 |
| Não Indexado | | 275.469 | 2,8 | | 163.304 | 1,8 |
| | | 9.210.441 | 93,6 | | 8.444.249 | 94,6 |
| Total | | 9.841.402 | 100,0 | | 8.927.660 | 100,0 |

As variações das principais moedas estrangeiras e indexadores aplicados aos empréstimos e financiamentos, são as seguintes:

| Moeda/Indexador | Variação (%) | |
|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 2015 (anual) | 2014 (anual) |
| US\$ | | 13,39 |
| Yen | | -0,45 |
| IPCA | | 6,56 |

O saldo do principal do endividamento não circulante tem seus vencimentos assim programados:

| Descritivo | Controladora e Consolidado | | | |
|--------------|----------------------------|-------------------|------------------|------------------|
| | 31.12.2015 | | | 31.12.2014 |
| | Moeda nacional | Moeda estrangeira | Total | |
| 2016 | - | - | - | 522.465 |
| 2017 | 1.176.814 | 92.441 | 1.269.255 | 1.048.532 |
| 2018 | 2.112.888 | 60.950 | 2.173.838 | 1.961.280 |
| 2019 | 1.157.939 | 29.477 | 1.187.416 | 982.908 |
| 2020 | 1.029.605 | 29.477 | 1.059.082 | 1.000.906 |
| 2021 | 835.696 | 29.477 | 865.173 | 804.873 |
| Após 2021 | 2.117.016 | 294.775 | 2.411.791 | 2.098.926 |
| Total | 8.429.958 | 536.597 | 8.966.555 | 8.419.890 |

20.3 Mutação dos empréstimos e financiamentos

| Descritivo | Controladora e Consolidado | | | | |
|--|----------------------------|------------------|-------------------|----------------|------------------|
| | Moeda Nacional | | Moeda Estrangeira | | Total |
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2013 | 387.245 | 7.125.032 | 44.219 | 389.948 | 7.946.444 |
| Ingressos | - | 1.044.000 | - | 51.943 | 1.095.943 |
| Encargos | 733.695 | - | 10.802 | - | 744.497 |
| Variação monetária e cambial | - | 169.427 | - | - | 209.488 |
| Transferências para o circulante | 347.190 | (347.190) | 53.412 | (53.412) | - |
| Capitalização de juros | - | 81 | - | - | 81 |
| Amortizações | (1.015.231) | - | (53.562) | - | (1.068.793) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 | 452.899 | 7.991.350 | 54.871 | 428.540 | 8.927.660 |
| Ingressos | - | 885.828 | - | - | 885.828 |
| Encargos | 884.760 | - | 13.673 | - | 898.433 |
| Variação monetária e cambial | - | 359.184 | - | 219.528 | 578.712 |
| Transferências para o circulante | 809.871 | (809.871) | 111.471 | (111.471) | - |
| Capitalização de juros | - | 3.467 | - | - | 3.467 |
| Amortizações | (1.367.047) | - | (85.651) | - | (1.452.698) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 780.483 | 8.429.958 | 94.364 | 536.597 | 9.841.402 |

As principais variações ocorridas no exercício de 2015, na mutação dos empréstimos e financiamentos estão compostas como segue:

- a) Adições (moeda nacional): liberação dos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º desembolsos do Contrato de Mútuo com a *State Grid Brazil Holding* no valor total de R\$ 135.828 e contrato de cessão de créditos com o Banco Santander (Brasil) S/A no valor de R\$ 750.000.
- b) Amortizações (moeda nacional e estrangeira): do valor total amortizado de R\$ 1.452.698: 1) R\$ 873.015 referem-se a pagamento de encargos; e 2) R\$ 579.683 a amortização de principal da dívida com BNDES, BASA, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, FINEP, BID, Eletrobras e cessão de crédito.

20.4 Mútuo entre Furnas e State Grid Brazil Holding

Furnas celebrou, em 16 de dezembro de 2014, instrumento particular de mútuo com a empresa *State Grid Brazil Holding*, cujo objeto é a concessão de recursos a Furnas na importância total de até R\$ 294.700, a ser realizada em parcelas, mediante solicitações, no período compreendido pela implantação do empreendimento da Linha de Transmissão, que está sendo

Em 31 de dezembro de 2015, Furnas mantém registrado no intangível o custo com *software* de manutenção de sistema corporativo no total de R\$ 170.909 (R\$ 132.615 em 2014) sendo este último deduzido da amortização acumulada de R\$ 94.711 (R\$ 85.693 em 2014), calculada à taxa de 20% a.a.

Do valor total de R\$ 218.965⁽¹⁾ (R\$62.058 em 2014) registrado no intangível em serviço de Furnas, R\$ 35.227 (R\$ 36.604 em 2014) referem-se ao valor dos contratos de concessão onerosa de Furnas com a União para a utilização do bem público (UBP), para a geração de energia elétrica das usinas de Batalha e Simplicio. A Usina de Simplicio iniciou suas atividades em junho de 2013, e desde então o saldo do intangível vem sendo amortizado em R\$ 92 mensais. A Usina de Batalha iniciou suas atividades em maio de 2014, e desde então o saldo do intangível vem sendo amortizado em R\$ 22 mensais.

Em maio de 2014 houve a transferência do valor de R\$ 7.316 do intangível em curso para o intangível em serviço, pela entrada em operação da usina de Batalha e de R\$ 31.222 em virtude da transferência de saldo da usina de Simplicio.

Buscando refletir adequadamente, no patrimônio, a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, os valores das concessões foram registrados no ativo intangível em contrapartida do passivo não circulante (Vide nota 25).

Os valores



21.1 Tributos a recolher

A seguir, a classificação dos tributos a recolher por tipo:

| Descritivo | Controladora | | Consolidado |
|---|----------------|----------------|----------------|
| | 31.12.2015 | 31.12.2014 | 31.12.2015 |
| Parcelamento especial (Paes) – Lei nº 10.684/2003 | 108.197 | 109.567 | 108.197 |
| Programa de Recuperação Fiscal (Refis) – Lei nº 12.865/2013 | 35.206 | 31.076 | 35.206 |
| Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) | 99.608 | 3.678 | 99.635 |
| Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) | 38.328 | 1.324 | 38.358 |
| Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) | 23.045 | 21.309 | 23.071 |
| Pasep/Cofins | 59.563 | 59.018 | 59.584 |
| Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) | 6.273 | 6.185 | 6.275 |
| Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) | 30.905 | 19.098 | 30.981 |
| Impostos retidos – Lei nº 10.833 | 29.882 | 17.915 | 29.882 |
| ICMS/ISS | 31.169 | 30.352 | 31.244 |
| Imposto de Renda retido sobre encargos de dívida | 5.500 | 5.143 | 5.500 |
| Outros | 276 | 140 | 276 |
| Total circulante | 467.952 | 304.805 | 468.209 |
| Parcelamento especial (Paes) – Lei nº 10.684/2003 | 162.295 | 273.917 | 162.295 |
| Programa de Recuperação Fiscal (Refis) – Lei nº 12.865/2013 | 419.545 | 401.394 | 419.545 |
| IR / CS Diferido | 193.147 | - | 194.374 |
| Pasep/Cofins Diferido | 10.756 | 14.564 | 12.855 |
| Total não circulante | 785.743 | 689.875 | 789.069 |

21.1.1 Parcelamento Especial (Paes) – Lei nº 10.684/2003

Em 31 de julho de 2003, a Empresa optou pelo Paes, transferindo os saldos do Refis para esta nova modalidade de parcelamento. O valor a ser recolhido é definido pelo que indicar o maior valor entre 1,5% do faturamento mensal ou o saldo total acumulado dividido pelo número de parcelas restantes. Em função da redução do faturamento conforme Lei nº 12.783/2013, Furnas está recolhendo com base na segunda opção. O prazo de financiamento está limitado a 180 meses e saldo devedor corrigido pela TJLP. Com esta opção, a Empresa incluiu, também, os valores relativos ao parcelamento especial do ITR (60 meses) e os débitos relativos ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido incidentes sobre as operações no âmbito da CCEE.

O montante da dívida do Paes, em 31 de dezembro de 2015, da controladora está assim discriminado:

| Descritivo | Valor |
|---|----------------|
| Saldo em 31.12.2014 (42 Parcelas) | 383.484 |
| Valor dos pagamentos efetuados até 31.12.2015 | (123.902) |
| Atualização monetária até 31.12.2015 | 10.910 |
| Saldo em 31.12.2015 (30 Parcelas) | 270.492 |
| Saldo no Passivo Circulante em 31.12.2015 (12 parcelas) | 108.197 |
| Saldo no Passivo Não Circulante em 31.12.2015 (18 parcelas) | 162.295 |

21.1.2 Programa de Recuperação Fiscal (Refis) – Lei nº 12.865/2013

Furnas, em 30 de dezembro de 2013, optou pelo Refis baseado na Lei nº 12.865/2013, referente aos processos:

- Pasep (15374-001.505/2001-18) no valor de R\$ 220.767 que estava provisionado como perda provável no valor de R\$ 259.438;
- Cofins (15374-001.504/2001-65) no valor de R\$ 155.987 sem provisão porque seu prognóstico de perda era possível, e
- Pasep/Cofins (18471.001.315/2008-59) no valor de R\$ 43.443 que estava provisionado como perda provável no valor de R\$ 63.388.

Vale mencionar que o valor total terá financiamento limitado a 180 meses e saldo devedor corrigido pela Selic.

O montante da dívida do Refis, em 31 de dezembro de 2015, da controladora está assim discriminado:

| Descritivo | Valor |
|--|----------------|
| Débito Inscrito no Refis Lei nº 12.865/2013 em 31.12.2014 | 432.470 |
| Saldo em 31.12.2014 (167 Parcelas) | 432.470 |
| Valor dos pagamentos efetuados até 31.12.2015 | (33.156) |
| Atualização monetária até 31.12.2015 | 55.437 |
| Saldo em 31.12.2015 (155 Parcelas) | 454.751 |
| Saldo no Passivo Circulante em 31.12.2015 (12 parcelas) | 35.206 |
| Saldo no Passivo Não Circulante em 31.12.2015 (143 parcelas) | 419.545 |

21.1.3 – Fim do Regime Tributário de Transição

Atendendo aos dispositivos da Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014 e da Instrução Normativa RFB nº 1.515 de 24 de novembro de 2014, a Empresa registrou em passivo, imposto diferido resultante da aplicação das alíquotas de 9% para a Contribuição Social e de 25% para o Imposto de Renda, sobre as diferenças apuradas nos resultados tributáveis dos anos de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, durante a vigência do Regime Tributário de Transição, como evidenciado a seguir:

| Descritivo | Controladora 31.12.2015 |
|--|----------------------------|
| Montante referente à 1ª adoção (aplicação da Lei no 12.973/14) - 2010 a 2014 | 627.405 |
| Realização (Adição às apurações de IRPJ e CSLL) no ano de 2015 | (59.325) |
| Saldo Remanescente | 568.080 |
| Imposto Diferido | 193.148 |

NOTA 22 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

| Descritivo | Controladora | | Consolidado |
|--|----------------|----------------|----------------|
| | 31.12.2015 | 31.12.2014 | 31.12.2015 |
| Folha de pagamento | 48.534 | 37.032 | 48.534 |
| Provisão de férias | 41.863 | 37.881 | 41.915 |
| Provisão de gratificação de férias | 31.406 | 28.419 | 31.406 |
| Provisão de FRG sobre férias | 5.918 | 5.466 | 5.918 |
| INSS sobre provisão de férias | 21.387 | 19.364 | 21.405 |
| FGTS sobre provisão de férias | 5.859 | 5.301 | 5.864 |
| Adicional Senai sobre provisão de férias | 146 | 133 | 146 |
| Honorários/encargos dos administradores | 626 | 877 | 626 |
| Sebrae ⁽¹⁾ sobre provisão de férias | 441 | 399 | 441 |
| Participações nos lucros (PLR) | 87.131 | 89.421 | 87.131 |
| Total circulante | 243.311 | 224.293 | 243.386 |

⁽¹⁾Sebrae = Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

NOTA 23 – ENCARGOS SETORIAIS

| Descritivo | Controladora | | Consolidado |
|---|----------------|----------------|----------------|
| | 30.12.2015 | 30.12.2014 | 30.12.2015 |
| Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) | 2.918 | 3.701 | 2.918 |
| Ministério de Minas e Energia | 1.459 | 1.851 | 1.459 |
| Quota para Reserva Global de Reversão (RGR) | 112.086 | 110.298 | 112.086 |
| Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) | 21.405 | 20.981 | 21.405 |
| Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (Tfsee) | 1.667 | 1.263 | 1.667 |
| Total circulante | 139.535 | 138.094 | 139.535 |
| Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – projetos próprios | 113.210 | 95.147 | 113.210 |
| Total não circulante | 113.210 | 95.147 | 113.210 |

NOTA 24 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Furnas possui contratos com a Fundação Real Grandeza (FRG) – fundo de pensão – para a concessão de benefícios pós-emprego aos seus funcionários bem como contribui como patrocinadora deste fundo. Abaixo, a posição (resumida) do passivo de Furnas com a FRG:

| Descritivo | Controladora e Consolidado | | | Controladora | | |
|---|----------------------------|----------------|----------------|---------------|----------------|----------------|
| | 31.12.2015 | | | 31.12.2014 | | |
| | Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total |
| Contrato da reserva a amortizar | - | - | - | 70.474 | - | 70.474 |
| Contribuições amortizantes Plano BD | 8.005 | 58.584 | 66.589 | 6.867 | 59.829 | 66.696 |
| Outros benefícios (Ajuste atuarial, seguro de vida e saúde) | - | 170.727 | 170.727 | - | 244.100 | 244.100 |
| Total | 8.005 | 229.311 | 237.316 | 77.341 | 303.929 | 381.270 |

24.1 Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões

A Empresa é Patrocinadora Instituidora da Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social (FRG), pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes. Em decorrência da cisão das atividades nucleares, ocorrida em 1997, a Eletronuclear tornou-se, também, patrocinadora do Plano de Benefício Definido (BD).

Em 9 de abril de 2003, a Secretaria de Previdência Complementar (SPC), através do Ofício nº 379/SPC/GAB/CGTA, aprovou o Convênio de Adesão e Compromisso de Autopatrocínio da Real Grandeza ao Plano de Contribuição Definida (CD), o que possibilitou a adesão, a partir de 1º de maio de 2003, de empregados do quadro próprio da Entidade ao referido Plano CD.

Atualmente, a Real Grandeza administra dois planos de benefícios: um na modalidade de Benefício Definido (Plano BD) e outro na modalidade de Contribuição Definida (Plano CD).

Em ambos os planos em vigor, o regime atuarial de financiamento é o de capitalização.

No plano BD, os benefícios são concedidos com base no salário de atividade, desconto do valor garantido pelo regime geral da previdência social. O programa garante a concessão de um patamar mínimo de renda, além do resgate ou portabilidade de contribuições para desligados e a possibilidade de continuarem vinculados mesmo após o rompimento do vínculo empregatício, mediante contribuição plena. Além disso, há a concessão de um pecúlio por morte em regime de pagamento único.

O plano CD, por sua vez, oferece basicamente os mesmos benefícios, entretanto sem paralelo direto com os salários da atividade. Constitui um plano de acumulação de poupanças durante a fase da vida ativa na empresa com reversão em renda de aposentadoria.

Os ativos dos planos CD e BD são mantidos separadamente daqueles da Empresa e são contabilizados e controlados pela FRG.

Pelo Ofício nº 1266/2015/CGAT/DITEC/PREVIC, de 11 de maio de 2015, a PREVIC aprovou o novo Regulamento do Plano BD, na qual as taxas de contribuição foram excluídas do texto regulamentar, permitindo que o custeio possa ser adequado anualmente, caso seja necessário.

Sendo assim, a partir de julho/2015, a contribuição normal da Empresa equivalente a dos participantes ativos ficou com a seguinte composição: 1,5% sobre a parcela dos salários até ½ teto de contribuição da Previdência Social; 3% sobre a parcela dos salários de ½ teto até 1 teto de contribuição da Previdência Social e 9% sobre a parcela dos salários acima de 1 teto de contribuição da Previdência Social.

De acordo com o Regulamento do Plano CD, a Empresa efetuará Contribuição Regular em nome de cada participante ativo equivalente a (i) menos (ii) menos (iii), onde:

- Contribuição Básica efetuada pelo participante no mês, correspondente a 2% do salário de contribuição, mais um percentual a sua escolha entre 4,5% e 10% da parcela do seu salário excedente a 7 UR (UR = R\$ 355,28);
- Contribuição Específica de valor, calculada em bases atuariais, para cobertura dos benefícios de risco e de eventual parcela dos benefícios mínimos dos Participantes;
- Contribuição Complementar, igual a um percentual, calculada em bases atuariais, destinada ao financiamento das despesas administrativas.

A soma das contribuições Regular, Específica e Complementar está limitada a soma dos percentuais de 9,4% e da diferença mensal, positiva ou negativa, entre 9,4% e o efetivo percentual das Contribuições Regular, Específica e Complementar.

Os registros contábeis e as notas explicativas, decorrentes dos cálculos atuariais, foram consignados com base no laudo atuarial emitido por atuário independente, contratado pela Eletrobras, Gama Consultores Associados.

Em 31 de dezembro de 2015, as contribuições de Furnas à Fundação Real Grandeza, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano CD atingiram R\$ 30.671 (31.12.2014 - R\$ 27.599).

O perfil populacional dos participantes do Plano BD está abaixo demonstrado:

| Dados populacionais | 31.12.2015 | 31.12.2014 |
|--------------------------------------|--------------|--------------|
| 1. Participantes ativos | | |
| 1.1. Participantes - nº | 1.123 | 1.167 |
| 1.2. Idade Média | 52,62 | 52,28 |
| 1.3 Salário Médio em R\$ | 13.428 | 12.706 |
| 2. Aposentados | | |
| 2.1. Participantes Aposentados - nº | 6.356 | 6.434 |
| 2.2. Idade Média | 67,93 | 67,13 |
| 2.3. Benefício Médio em R\$ | 8.406 | 7.783 |
| 3. Pensionistas | | |
| 3.1. Participantes Pensionistas - nº | 1.489 | 1.397 |
| 3.2. Benefício Médio em R\$ | 2.033 | 1.892 |
| População Total | 8.968 | 8.998 |

24.2 Termos de compromissos

Como parte das providências necessárias ao enquadramento da FRG aos dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998 e, especificamente, em relação ao prescrito no art. 6º, que estabelecia que as Entidades Fechadas de Previdência Privada patrocinadas por órgãos públicos deveriam rever, no prazo de dois anos a contar da publicação da Emenda, seus planos de benefícios, de modo a ajustá-los atuarialmente a seus ativos.

Em 13 de outubro de 2003, dando sequência ao processo de reequilíbrio do Plano de Benefício Definido e atendendo à determinação da Secretaria de Previdência Complementar, a Real Grandeza firmou com Furnas o denominado Contrato da Reserva a Amortizar, correspondendo às parcelas de déficit de sua responsabilidade referentes ao atendimento à EC nº 20/98, no montante total de R\$ 240.348, apurado em novembro de 2001, corrigido com base no fator de atualização do Plano BD, isto é, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE), e acrescidos de juros de 6% a.a., que estão sendo pagos, a partir de janeiro de 2004, em 144 parcelas mensais e sucessivas. O saldo devedor da obrigação reconhecida por Furnas foi liquidado em 01.12.2015 (31.12.2014 – R\$ 70.474).

Considerando que a Real Grandeza foi instituída por Furnas e o Plano BD foi criado antes da edição da revogada Lei Federal nº 6.435, de 15 de julho de 1977, e que a edição dessa lei e circunstâncias posteriores impuseram a revisão do custeio do plano BD até então pactuado, com a previsão de duas alíquotas a cargo do patrocinador do Plano BD assim especificadas:

- contribuição específica criada para adaptação a Lei Federal nº 6.435/77; e
 - contribuição específica criada para eliminação de déficit passado, com a implantação do Plano Especial de Custeio em 1995.
- E, tendo em vista que:
- o plano de custeio atuarialmente revisto adotou para essas duas alíquotas a nomenclatura de *contribuições amortizantes*;
 - tais alíquotas incidem sobre o valor da folha de salários dos participantes ativos do Plano BD, tudo de forma a garantir o cumprimento dos compromissos assumidos por Furnas desde a constituição da FRG e, posteriormente, pela Eletronuclear.

Ainda de acordo com a legislação vigente que introduziu regra na qual estabelece o prazo máximo para amortização de parcela não coberta de reserva matemática de benefícios concedidos e a conceder e que os valores vinculados ao custeio dos compromissos referidos nos itens (i) e (ii) acima foram apurados atuarialmente, conforme consta no Parecer Atuarial, datado de 7 de abril de 2011 e confeccionado por atuário independente.

Destacando que a então Secretaria de Previdência Complementar por intermédio de Relatório de Fiscalização de 22 de agosto de 2007, determinou a FRG a contratação com os patrocinadores do financiamento da parcela das *contribuições extraordinárias amortizantes*.

Eslarecendo que essa obrigação financeira, ora constituída por meio das contribuições amortizantes, corresponde a R\$ 79.929, das quais cabe a Furnas o valor de R\$ 61.458 e a Eletronuclear, R\$ 18.471 – valores referenciados em 31 de dezembro de 2010.

Foi firmado por Furnas e a FRG, em 1º de outubro de 2012, um Contrato de Pactuação de Obrigação Financeira no valor de R\$ 61.458 com o respectivo parcelamento de pagamento, nas seguintes condições:

- pagamento em 86 parcelas mensais e sucessivas no valor de R\$ 876 cada;
- vincendo a primeira parcela no dia 10, do mês subsequente a assinatura do contrato, e, as seguintes, no dia 10 dos meses subsequentes;
- atualização monetária desde a data de referência, 31 de dezembro de 2010, até a data do efetivo pagamento pela variação do INPC do IBGE, acrescidos de juros correspondentes ao período decorrido entre a data de referência e a data do recolhimento da primeira prestação, calculados à taxa mensal equivalente a 6% a.a.

Em conformidade com as recomendações contidas na Nota Técnica nº 118/CGINP-MP emitidas pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST) do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão em 26 de março de 2013, Furnas resolveu efetuar o Primeiro Aditamento ao contrato em 10 de setembro de 2013.

Porém em 23 de dezembro de 2013, o DEST emitiu novas determinações, consubstanciadas na Nota Técnica nº 539/CGINP-MP, definindo a data de 31 de dezembro de 2013 como nova “data de referência”.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2014, Furnas assinou o Segundo Aditamento ao Contrato de Pactuação de Obrigação Financeira alterando, consequentemente, todos os valores indicados no contrato e não alterado no Primeiro Aditamento, a saber:

- com a alteração da data de referência, as contribuições amortizantes com base no percentual de 5,09% incidente sobre a folha de salários reais de contribuição voltam a prevalecer desde 31 de dezembro de 2010 até 31 de dezembro de 2013;
- com base no novo Parecer Atuarial realizado em 26 de agosto de 2014, fica estabelecido como obrigação reconhecida e confessada por Furnas o valor de R\$ 68.487;
- pagamento em 109 parcelas mensais e sucessivas no valor de R\$ 795 cada;
- vincendo a primeira parcela no dia 10, do mês subsequente a assinatura do contrato, e, as seguintes, no dia 10 dos meses subsequentes;
- atualização monetária desde a nova data de referência, 31 de dezembro de 2013, até o mês anterior ao do efetivo pagamento pela variação do INPC do IBGE, acrescidos de juros correspondentes ao período decorrido entre a nova data de referência e a data do recolhimento da prestação, calculados à taxa mensal equivalente a 5,5% a.a.

O saldo devedor desta obrigação reconhecida por Furnas, após o Segundo Aditamento, em 31 de dezembro de 2015, monta em R\$ 66.589 (31.12.2014 – R\$ 66.696), dos quais R\$ 8.005 (31.12.2014 - R\$ 6.867) classificados no passivo circulante.

A dívida de Furnas com a FRG possui a seguinte mutação em moeda nacional:

| Descritivo | Circulante | Não circulante | Total |
|--|---------------|----------------|----------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 | 77.341 | 59.829 | 137.170 |
| Adições | - | - | - |
| Juros | 5.639 | - | 5.639 |
| Variação monetária | - | 11.463 | 11.463 |
| Pagamento de juros | (5.969) | - | (5.969) |
| Pagamento do principal | (81.714) | - | (81.714) |
| Transferência para o circulante | 12.708 | (12.708) | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 8.005 | 58.584 | 66.589 |

O perfil da dívida de longo prazo de Furnas com a FRG está assim relacionado:

| Vencimento | 31.12.2015 |
|--------------|---------------|
| 2017 | 8.236 |
| 2018 | 8.689 |
| 2019 | 9.167 |
| 2020 | 9.672 |
| 2021 | 10.203 |
| Após 2021 | 12.617 |
| Total | 58.584 |

24.3 Obrigações registradas no Balanço Patrimonial

| Obrigações registradas no Balanço Patrimonial | 31.12.2015 | 31.12.2014 |
|---|----------------|----------------|
| Programa Previdenciário | 66.589 | 137.170 |
| Programa de Saúde | 164.429 | 233.196 |
| Programa de Seguro | 6.298 | 10.904 |
| Total | 237.316 | 381.270 |

| Outros Resultados Abrangentes (ORA) acumulados | 31.12.2015 | 31.12.2014 |
|--|------------------|------------------|
| Programa Previdenciário | 1.218.865 | 1.058.568 |
| Programa de Saúde | 148.754 | 215.411 |
| Programa de Seguro | 523 | 6.979 |
| Total | 1.368.142 | 1.280.958 |

24.4 Efeitos do Plano BD, Plano CD, Assistência Saúde e Seguro

24.4.1 Seguro de vida

A Empresa subsidia 75% dos prêmios de uma apólice de seguro de vida em grupo para os empregados em atividade, mas estende a possibilidade de adesão aos aposentados de qualquer espécie, desde que paguem a integralidade do prêmio. Há a identificação de passivos pós-emprego, uma vez que o prêmio é coletivo, equalizado para ambas as massas populacionais, de ativos e de aposentados. Como o prêmio calculado separadamente para a massa de inativos é significativamente maior que o da massa ativa, ocorre a transferência intergeracional de prêmios pagos, aí incluído o subsídio dado pela Empresa. Os passivos foram calculados com base nos dados das apólices relativas ao exercício, adotando, por hipótese, que a adesão dos atuais ativos à continuidade de vínculo na apólice deverá ser mantida nos níveis hoje observados.

24.4.2 Seguro-saúde

A Empresa concede aos aposentados por invalidez, e a seus dependentes, a cobertura de gastos médicos. De acordo com os dados de custos incorridos, foram avaliados, sob a hipótese de entrada em invalidez dos atuais empregados ativos, conforme tábua biométrica selecionada, os compromissos potenciais de longo prazo.

24.4.3 Hipóteses Atuariais e Econômicas

| Hipóteses Econômicas | | |
|--|----------------------|----------------------|
| Descritivo | 2015 | 2014 |
| Taxa de juros de desconto atuarial anual (i) | 13,21% | 12,21% |
| Taxa de juros real de desconto atuarial | 7,31% | 6,14% |
| Projeção de aumento médio dos salários | 9,30% | 7,83% |
| Projeção de aumento médio dos benefícios | 5,50% | 5,72% |
| Taxa média de inflação anual | 5,50% | 5,72% |
| Expectativa de retorno dos ativos do plano | 13,21% | 12,21% |
| Hipóteses Demográficas | | |
| Taxa de rotatividade | 80% T1 Service Table | 80% T1 Service Table |
| Tábua de mortalidade de ativos e inativos | AT-2000 (D10%) M | AT-2000 |
| Tábua de mortalidade de inválidos | RP-2000 DISABLED M&F | RP-2000 DISABLED M&F |
| Tábua de invalidez | Álvaro Vindas | Álvaro Vindas |
| % de casados na data de aposentadoria | 95% | 95% |
| Diferença de idade entre homens e mulheres | 4 anos | 4 anos |

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos do plano BD foi um ganho de R\$ 173.028 para 31 de dezembro de 2015 (R\$ 1.557.205 em 31 de dezembro de 2014).

24.4.3.1 Taxa de juros de longo prazo

A definição dessa taxa considerou a prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios no chamado conceito de *Duration*.

de 2015, destacam-se:

- (i) Adição do processo nº 0230268-26.2015.8.19.0001, da esfera cível, no valor de R\$ 123.476, referente à declaração de inexistência de multa e cobrança de danos materiais por parte do Consórcio Fornecedor Batalha (CONBAT). A ação visa suspender, em caráter liminar, e anular, ao final da demanda, a imposição indevida de multa pela Ré Fumas ao Autor CONBAT, evitando-se a inscrição desse consórcio no CADIN e reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro de contrato administrativo celebrado, alegando ainda atraso da Ré Fumas no cumprimento de suas obrigações. O valor apresentado no relatório se refere ao valor de provisão e não da causa. O risco possível foi classificado tendo em vista que o objeto do pedido necessita ainda de instrução probatória, sendo certo que após essa fase o risco de desembolso será novamente avaliado (R\$ 0 em 31/12/2014);
- (ii) Baixa do processo nº 0026627-17.2007.4.01.3400, da esfera cível, por parte da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, no valor de R\$ 207.109, decorrente de processo que só visa anular a resolução normativa n.º 257/2007 de revisão tarifária periódica, prevista no contrato de concessão n.º 62/2001 - ANEEL, e resolução homologatória n.º 486/2007 – Aneel. Não existe risco de desembolso, pois já foi praticada a revisão tarifária, deixando Furnas de receber o valor a maior que entende correto (R\$ 207.109 em 31/12/2014);
- (iii) Baixa do processo nº 0107912-08.2006.8.09.0103, da esfera ambiental, por parte do Município de Minacu-GO, no valor de R\$ 15.000, em decorrência de desistência do autor do processo (R\$ 0 em 31/12/2014);.
- (iv) Atualização do processo nº 0027531-15.2007.8.19.0001, da esfera cível, por parte da Inepar S.A Indústria e Construções, referente de dano material, cuja variação foi de R\$ 94.137, passando para o valor de R\$ 138.105 (R\$ 43.968 em 31/12/2014);
- (v) Processo nº 0012047-40.2011.4.01.3400 - ANEEL - Desconstituição de Ato Administrativo, no valor de R\$ 60.561 (R\$ 59.569 em 2014). Trata-se de ação através da qual se pretende a desconstituição de ato administrativo, consubstanciado no Auto de Infração nº 027/2010-SFE/Aneel, lavrado em 22 de março de 2010, que gerou o Processo Administrativo nº 48500.006877/2009-46.
- (vi) Processos 0351632-67.2012.8.19.0001; 0351614-46.2012.8.19.0001; e outros - Integral Engenharia Ltda., no valor de R\$ 42.422 (R\$ 98.606 em 2014).
- (vii) Processo nº 0061172-72.2008.8.26.0224, esfera fundiário, Empreendimentos e Representações Cabuçu Ltda, no valor de R\$ 105.838 (R\$ 13.122 em 2014), desapropriação indireta - o valor corresponde a indenização fixada em sentença.
- (viii) Processo nº 0026448-59.2002.4.01.3400, esfera cível, Aes Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S/A, no valor de R\$ 259.111 (R\$ 126.560 em 2014), anulacao / nulidade de ato administrativo - ANEEL -sentença reformada pelo TRF 1.
- (ix) Processo nº 0018333-44.2005.4.01.3400, esfera cível, ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, no valor de R\$ 103.000 (R\$ 112.270 em 2014), desconstituir o ato da aneel que obriga furnas a assinar o *cust* com a EPE Cuiaba - o valor provisionado refere-se ao valor que Furnas deixou de recolher de encargos por ter decisão liminar favorável a suspender a assinatura do *cust* o risco é possível tendo em vista que em 1ª instância a ação foi julgada improcedente, mas furnas obteve decisão liminar perante a turma que irá julgar a apelação para suspender a assinatura do contrato até o julgamento final da demanda.

26.2.3 Processos tributários

Os processos tributários foram impactados, basicamente, pela sua atualização monetária. Os itens abaixo se referem a processos antigos, atualizados até 31 de dezembro de 2015:

- (i) Adição do processo nº 0085231-98.2015.4.02.5101, da esfera tributária, no valor de R\$ 651.430, decorrente de Execução Fiscal proposta pela União Federal para exigir o crédito tributário decorrente do processo administrativo nº 16682.720331/2012-10, que exige de Furnas diferenças apuradas de IRPJ e CSLL em razão de ter efetuado compensações sem uso de PER/DCOMP, (R\$ 0 em 31/12/2014);
- (ii) Atualização do processo nº 16682.720.517/2011-98, da esfera tributária, por parte da Receita Federal, decorrente do procedimento de fiscalização para apurar a correta apuração do IRPJ e CSLL no ano-calendário 2007, no valor de R\$ 1.229.555 (R\$ 1.070.522 em 31/12/2014);
- (iii) Atualização do processo nº 16682.720.516/2011-43, da esfera tributária, por parte da Receita Federal, decorrente da autuação fiscal para cobrar valores em decorrência dos seguintes pontos: COFINS não incluso na base de cálculo do referido tributo, valor da RGR e PIS/PASEP, no valor de R\$ 1.160.978 (R\$ 1.010.814 em 31/12/2014);
- (iv) Atualização de valor do processo nº 16682.720.878/2013-04, da esfera tributária, por parte da Receita Federal, decorrente de contribuições para o PIS/PASEP e COFINS no período de outubro de 2010 a março de 2012, cuja variação foi de R\$ 109.845, passando para o valor de R\$ 744.430 (R\$ 634.585 em 31/12/2014);
- (v) Processo nº 16682.722946/2015-23, da esfera tributária, no valor de R\$ 558.631, por parte da Receita Federal do Brasil, cobrança de IRPJ e CSLL + multa e juros em razão de: Furnas registrou, equivocadamente, em 2009, como prejuízo fiscal uma despesa tida em 2000 em razão de contrato de assunção de dívida com a Fundação Real Grandeza, de modo a reduzir, de forma indevida, o lucro real e a base de cálculo da CSLL em 2009, 2010 e 2011 e, consequentemente, o imposto pago; Furnas teria excluído, indevidamente, da base do IRPJ multa cobrada em razão da falta de recolhimento das estimativas mensais de IRPJ e CSLL em razão das compensações feitas e que foram desconsideradas pelo fiscal e da CSLL valores a título de “reversão dos saldos das provisões não dedutíveis” e “outras exclusões”, os valores referentes aos pagamentos realizados a título de juros sobre reconhecimento de dívida entre furnas e a real grandeza. 3) Furnas teria procedido à compensação de créditos na apuração das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL sem utilizar o PER/DCOMP, de modo que o fiscal considerou como não existentes tais compensações, cobrando, além do montante que se deixou de recolher, a multa isolada pelo não recolhimento das estimativas mensais (R\$ 0 em 31/12/2014).
- (vi) Processo nº 16682.721.073/2014-51, da esfera tributária, no valor de R\$ 245.543, por parte da Receita Federal do Brasil, cobrança de multa isolada relativa à CSLL em razão da compensação efetuada por Furnas sem utilizar o PER/DCOMP -auto de infração - cobrança de CSLL, juros de mora e multa proporcional em razão da glosa efetuada pelo fiscal em razão da utilização de créditos por Furnas do prejuízo fiscal apurado no exercício de 2007 - cobrança de multa isolada relativa ao IRPJ em razão das compensações efetuadas por Furnas sem a utilização da PER/DCOMP -cobrança de IRPJ, juros de mora e multa proporcional em razão da glosa efetuada pelo fiscal dos valores utilizados como créditos por Furnas em decorrência de prejuízo fiscal apurado no exercício de 2007 (R\$ 0 em 31/12/2014).
- (vii) Processo nº 16682.720.874/2013-18, apresentado solicitação de impugnação, referente a auto de infração lavrado pela RFB em razão de Furnas ter dado tratamento como receita isenta às receitas de uso da rede elétrica por Itaipu. Lançamento de ofício das diferenças dos valores devidos de PASEP/COFINS e os declarados por meio de DCTF. Valor: R\$ 107.303 (R\$ 182.114 em 2014).

26.3 Processo remoto de indenização fundiária

Trata-se do processo nº 03354-76.2011.8.09.0113, de ação indenizatória movida contra Furnas, Semesa S.A., e Grupo VBC – VBC Energia S.A em 07.01.2011, que tramita perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Niquelândia, na qual se busca: (i) indenização decorrente da desapropriação em função da implantação do empreendimento UHE Serra da Mesa; (ii) indenização em razão dos prejuízos financeiros após o investimento realizado na implantação de uma serralheria, montada para utilizar a madeira que seria retirada do imóvel desapropriado; e (iii) indenização por dano moral em razão dos itens (i) e (ii) acima, reputando-os como grave e de maior potencial ofensivo.

Em dezembro de 1987, os autores foram desapropriados, em parte de uma propriedade, e Furnas, além de pagar o preço pelas terras e pelas plantações, por mera liberalidade, permitiu que os proprietários retrassem a madeira existente na área inundável, no prazo de até um ano antes do enchimento do reservatório, previsto para 1991.

Os autores argumentam que realizaram alto investimento na estruturação de uma serralheria, com porte para corte e industrialização da madeira. No entendimento de Furnas, a serralheria foi instalada em área desapropriada e o evento está prescrito, uma vez que já haviam se passado mais de 20 anos de sua ocorrência (data da celebração da escritura de desapropriação: 28.12.1987 – prescrição: 28.12.2007 - data do ajuizamento: 07.01.2011). Destaca-se, ainda, que os documentos indicados na petição inicial não refletem os efetivamente juntados.

O valor atualizado, conforme pedido dos autores da ação é de R\$ 926.258, considerada por Furnas como de prognóstico remoto, por entender que há ilegitimidade passiva, prescrição e ausência de direito dos autores e, no tocante ao mérito, rebate por negativa geral.

Atualmente o processo encontra-se em 1ª instância, tendo sido realizada audiência de instrução e julgamento no dia 21.09.2015, na qual foi requerida perícia pela CPFL.

Levando-se em conta o pedido feito pela CPFL (corre na ação) para realização de perícia, encontra-se no aguardo da apresentação de honorários periciais e posterior depósito pela CPFL.

A avaliação dos assessores jurídicos é de perda remota, por isso nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras intermediárias.

26.4 Atualização dos créditos trabalhistas

No dia 04/08/2015, o Tribunal Superior do Trabalho - TST decidiu que créditos trabalhistas devem ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ao invés da Taxa Referencial (TR), porém o Supremo Tribunal Federal – STF suspendeu a aplicação desse novo índice.

Não se vislumbra, no presente, um risco real de aplicação do IPCA-E para correção dos créditos trabalhistas, não existindo até o momento nenhuma ação de execução envolvendo tal matéria. No que concerne ao impacto financeiro, seus efeitos ainda estão em fase de mensuração pela Empresa.

NOTA 27 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL (AFAC)

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de AFAC registrado no passivo não circulante é de R\$ 43.649 (31.12.2014 – R\$ 38.530).

A origem do AFAC incorporado ao capital de Furnas, no montante de R\$ 500.000, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 29 de abril de 2013, refere-se a aportes efetuados pela Eletrobrás nos valores de:

a) R\$ 300.000 para contrapartida dos compromissos assumidos por Furnas – cobrir despesas de investimentos e inversões financeiras nas SPE –, e liberados em 28 de dezembro de 2011, como relacionado abaixo:

- (i) UHE Santo Antônio aporte de R\$ 204.000;
- (ii) UHE Teles Pires aporte de R\$ 16.000; e
- (iii) Obras do Programa Geral de Empreendimentos de Transmissão (Corporativo): R\$ 80.000.
- b) R\$ 200.000 para contrapartida dos compromissos assumidos por Furnas – cobrir despesas de Furnas com investimentos próprios e inversões financeiras na SPE Madeira Energia, UHE Santo Antônio –, liberados em parcela única em 25 de maio de 2012.

O prazo para efetivação do aumento de capital, com respectiva capitalização é superior a 1 (um) ano e está sendo atualizado pela Selic.

NOTA 28 – PROVISÃO PARA CONTRATO ONEROSO

| Descritivo | Controladora | | Consolidado |
|---|----------------|----------------|------------------|
| | 31.12.2015 | 31.12.2014 | 31.12.2015 |
| Contrato nº 004/2004 - UHE Marimbondo | 79.924 | 25.989 | 79.924 |
| Contrato nº 004/2004 - UHE Furnas | - | 168.701 | - |
| Contrato nº 004/2004 - UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho (Estreito) | 52.409 | 34.538 | 52.409 |
| Contrato nº 004/2004 - UHE Funil | 83.787 | 132.219 | 83.787 |
| Contrato nº 062/2001 - Transmissão SPE's Controladas | 729.478 | 608.488 | 729.478 |
| | - | - | 57.300 |
| Total | 945.598 | 969.935 | 1.002.898 |
| Não circulante | 945.598 | 969.935 | 1.002.898 |

A Administração da Empresa realiza anualmente testes de onerosidade nos contratos de geração e transmissão de energia elétrica, em atendimento ao CPC 25 e IAS 37.

Para fins de avaliação da onerosidade, a Empresa calcula o montante estimado através de fluxos de caixa identificáveis por contrato, utilizando as premissas do cálculo do *impairment* na nota 17.3.

Com a renovação do Contrato nº 004/2004 nos termos da Lei nº 12.783/2013, ficou configurado a onerosidade contratual. As usinas integrantes no Contrato são: UHE Corumbá I, UHE Marimbondo, UHE Furnas, UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho (LCB - Estreito), UHE Funil e UHE Porto Colômbia.

Em função da renovação do contrato de concessão nº 062/2001, nos termos da Lei nº 12.783/2013, a Empresa mudou a sua característica com relação à atividade de transmissão. Antes, todos os bens destinados a essa atividade eram tratados como Ativos Financeiros, uma vez que todos os contratos de transmissão foram assim considerados. Com a renovação, o contrato de concessão nº 062/2001 passou a ser um contrato de prestação de serviço de operação e manutenção.

Após aplicação da metodologia, utilizando as premissas elencadas na nota 17.3, Furnas efetuou os testes de onerosidade e constituiu a provisão para UHE Marimbondo e UHE LCB - Estreito do Contrato nº 004/2004 e para o Contrato nº 062/2001 - Transmissão. Além disso, reverteu a provisão para UHE Furnas (total) e UHE Funil (parcial), ambas do Contrato nº 004/2004.

28.1 Movimentação da provisão

| Descritivo | Controladora | Consolidado |
|---|------------------|------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 | | |
| Movimento em 2015 | 969.935 (24.337) | 969.935 32.963 |
| (+) Constituição de provisão (UHEs: Marimbondo, LCB - Estreito e CT nº 062/2001 – transmissão). | 192.796 | 192.796 |
| (-) Reversão de provisão (UHE's Furnas e Funil) ^(a) | (217.133) | (217.133) |
| (+) Constituição de provisão SPE's Controladas ^(b) | - | 57.300 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 945.598 | 1.002.898 |

- (a) Esta reversão na provisão para perdas por contrato oneroso é devido a dois motivos: (i) ao aumento de RAP, em função da atualização para o ciclo de 2015-2016, conforme Resolução Homologatória Aneel nº 1.918, de 23 de junho de 2015 (houve um aumento de 17,59% em relação ao ciclo 2014-2015); e (ii) à redução de custos na rubrica de Serviços a qual será impactada pela saída de funcionários contratados que ocorrerá até 2018.

- (b) Valor referente a Provisão de Contrato Oneroso conforme teste de Impairment, realizado no Complexo Fortim, que apurou o resultado negativo de 57.300 mil.

NOTA 29 – OUTROS VALORES A PAGAR

Este grupo de contas compõe-se de diversos valores a pagar dispostos como segue:

| Descritivo | Controladora | | Consolidado |
|---|----------------|---------------|----------------|
| | 31.12.2015 | 31.12.2014 | 31.12.2015 |
| Adiantamentos - diversos | 632 | 570 | 632 |
| Cauções em garantia | 364 | 367 | 364 |
| Credores diversos | 21.179 | 8.029 | 21.574 |
| Ressarcimento – CCEAR (1) | 3.059 | 6.282 | 3.059 |
| Concessionárias e Permissionárias | 3.320 | 4.634 | 3.320 |
| Contribuições FRG | 20.921 | 12.614 | 20.921 |
| Indenização - Port Min 580/12 – Devolução (Nota 12) | 256.143 | - | 256.143 |
| Total Circulante | 305.618 | 32.496 | 306.013 |
| Provisões para passivo a descoberto SPes (2) | 75.657 | - | - |
| FCTS conta empresa | 1 | 1 | 1 |
| Total Não Circulante | 75.658 | 1 | 1 |

- (1) CCEAR – Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado
- (2) Vide nota 16.2.3 – Investimentos. Fumas consolidou em Dez/15 as SPes Transenergia Goiás e Energia dos Ventos 05 a 09.

NOTA 30 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2015, o patrimônio da Empresa, no valor de R\$ 10.216.094 (31.12.2014 - R\$ 10.373.564), está assim composto:

30.1 Capital Social

O capital da Empresa, no total de R\$ 6.531.154 (31.12.2014 – R\$ 6.531.154), está distribuído entre ações ordinárias e preferenciais como segue:

| Descritivo | Quantidade de mil ações em 31.12.2015 e 31.12.2014 | | | |
|---|--|-------------------|-------------------|----------------|
| | Ordinárias | Preferenciais | Total | Percentual |
| Centrais Elétricas Eletrobras S.A. – Eletrobras | 52.647.326 | 14.659.407 | 67.306.733 | 99,56% |
| Outros | 91.700 | 205.278 | 296.978 | 0,44% |
| Total | 52.739.026 | 14.864.685 | 67.603.711 | 100,00% |

30.2 Reservas de Capital

| Descritivo | Controladora e Consolidado | |
|--|----------------------------|------------------|
| | 31.12.2015 | 31.12.2014 |
| Doações e subvenções - FINOR, FINAM e outros | 3.405.297 | 3.405.297 |
| Outros | | |
| Remuneração das imobilizações em curso – capital próprio | 1.647.748 | 1.718.035 |
| Total | 5.053.045 | 5.123.332 |

30.3 Outros Resultados Abrangentes (ORA)

| Descritivo | Controladora e Consolidado | |
|--------------|----------------------------|--------------------|
| | 31.12.2015 | 31.12.2014 |
| ORA | (1.368.105) | (1.280.922) |
| Total | (1.368.105) | (1.280.922) |

NOTA 31 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

| Descritivo | Controladora | | Consolidado |
|--|------------------|------------------|------------------|
| | 31.12.2015 | 31.12.2014 | 31.12.2015 |
| Receita Operacional | | | |
| Geração | | | |
| Fornecimento de energia elétrica | 15.445 | 14.896 | 15.445 |
| Suprimento de energia elétrica | 4.048.430 | 3.705.696 | 4.048.430 |
| Energia de curto prazo | 507.223 | 856.977 | 507.223 |
| Operação e Manutenção de usinas | 667.939 | 560.947 | 667.939 |
| Construção de usinas | 41.804 | 90.602 | 41.804 |
| Subtotal | 5.280.841 | 5.229.118 | 5.280.841 |
| Transmissão | | | |
| Operação e Manutenção de linhas de transmissão | 1.068.150 | 856.738 | 1.068.150 |
| Construção de linhas de transmissão | 586.138 | 578.909 | 633.203 |
| Remuneração financeira – retorno de investimento | 215.262 | 212.283 | 215.840 |
| Subtotal | 1.869.550 | 1.647.930 | 1.917.193 |
| Outras receitas | 40.659 | 47.263 | 40.659 |
| Subtotal | 7.191.050 | 6.924.311 | 7.238.693 |
| Deduções à receita operacional | | | |
| Impostos e contribuições sobre a receita | | | |
| Pis/Pasep | (105.441) | (92.272) | (105.733) |
| Cofins | (487.900) | (425.076) | (489.247) |
| ISS | (1.484) | (1.852) | (1.484) |
| Subtotal | (594.825) | (519.200) | (596.464) |
| Encargos Setoriais | | | |
| Quota para a reserva global de reversão (RGR) | (135.524) | (134.890) | (135.524) |
| Conta de desenvolvimento energético (CDE) | (15.695) | (11.857) | (15.695) |
| Proinfra | (20.607) | (21.126) | (20.607) |
| Pesquisa e desenvolvimento | (56.184) | (55.223) | (56.184) |
| Subtotal | (228.010) | (223.096) | (228.010) |
| Subtotal | (822.835) | (742.296) | (824.474) |
| Receita Operacional Líquida | 6.368.215 | 6.182.015 | 6.414.219 |

A receita da Empresa é substancialmente proveniente da venda de energia elétrica, da construção, operação e manutenção e atualização do ativo financeiro decorrente do seu sistema de transmissão. Estas operações estão amparadas em contratos de compra e venda de energia, tanto no mercado de ambiente regulado, quanto no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), e em contratos do sistema de transmissão.

NOTA 32 – CUSTO OPERACIONAL

| Descritivo | Controladora | | Consolidado |
|--|--------------------|--------------------|--------------------|
| | 31.12.2015 | 31.12.2014 | 31.12.2015 |
| Custo com energia elétrica | | | |
| Energia elétrica comprada para revenda | (457.343) | (1.519.260) | (457.343) |
| Encargos de uso da rede elétrica | (468.948) | (423.634) | (468.948) |
| Total do custo com energia elétrica | (926.291) | (1.942.894) | (926.291) |
| Custo de operação | | | |
| Pessoal | (1.148.167) | (1.097.419) | (1.149.014) |
| Material | (38.529) | (32.035) | (38.529) |
| Serviços de terceiros | (837.496) | (727.175) | (840.421) |
| Depreciação e amortização | (244.517) | (222.476) | (244.517) |
| Utilização de recursos hídricos | (105.816) | (133.542) | (105.816) |
| Combustível e água para produção de energia elétrica | (520.272) | (492.843) | (520.272) |
| Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica | (16.326) | (15.063) | (16.326) |
| Impostos e taxas | (8.093) | (9.252) | (8.105) |
| Total do custo de operação | (2.919.216) | (2.729.805) | (2.923.000) |
| Custo de construção | | | |
| Custo de construção - geração | (41.804) | (90.602) | (41.804) |
| Custo de construção - transmissão | (586.138) | (578.910) | (633.203) |
| Total do custo de construção | (627.942) | (669.512) | (675.007) |
| TOTAL DO CUSTO OPERACIONAL | (4.473.449) | (5.342.211) | (4.524.298) |

32.1 Energia elétrica comprada para revenda com seus respectivos MWh

| Descritivo | Controladora | | | |
|-------------------------------|------------------|------------------|------------------|--------------------|
| | 31.12.2015 | | 31.12.2014 | |
| | MWh (*) | R\$ | MWh (*) | R\$ |
| Contratos iniciais/bilaterais | 3.535.640 | (457.343) | 3.332.295 | (1.519.260) |
| Total | 3.535.640 | (457.343) | 3.332.295 | (1.519.260) |

| Descritivo | Consolidado | |
|-------------------------------|------------------|------------------|
| | 31.12.2015 | |
| | MWh (*) | R\$ |
| Contratos iniciais/bilaterais | 3.535.640 | (457.343) |
| Total | 3.535.640 | (457.343) |

(*) Informação não auditada pelo auditor independente

NOTA 33 – RECEITA (DESPESAS) OPERACIONAIS

| Descritivo | Controladora | | Consolidado |
|---|------------------|----------------|------------------|
| | 31.12.2015 | 31.12.2014 | 31.12.2015 |
| (Provisão) / Reversão – Plano de Readequação do Quadro de Pessoal (Preq) | (425) | 11.848 | (425) |
| Reversão de provisão para riscos com ações fiscais, trabalhistas, cíveis e outras | (225.084) | 46.018 | (225.813) |
| Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) | (158.184) | (65.516) | (158.184) |
| (Provisão) / Reversão para baixa com ativo financeiro | - | 496.195 | - |
| Perdas na alienação e desativação de bens e direitos | (9.304) | (23.499) | (9.304) |
| (Provisão) / Reversão de redução ao valor recuperável de ativo (<i>impairment</i>) ⁽¹⁾ | 54.334 | 47.225 | 27.886 |
| (Provisão) / Reversão de redução ao valor de investimento (<i>impairment</i>) ⁽²⁾ | (260.297) | - | (260.297) |
| Doações e contribuições não vinculadas | (28.484) | (28.209) | (28.484) |
| Arrendamento e Aluguéis | (65.683) | (62.293) | (65.683) |
| Seguros | (30.277) | (14.638) | (17.277) |
| Demais receitas /(despesas) | (30.277) | 8.662 | (30.714) |
| Reembolso Médico - Hospitalar e Odontológico | (16.527) | (17.727) | (16.527) |
| Despesas com Eventos, Patrocínio, Projetos institucionais Sócio-culturais | (8.327) | (8.553) | (8.327) |
| Despesas com estagiários, bolsistas – concurso e bolsa de estudo | (8.907) | (8.237) | (8.907) |
| Reembolso escolar, creche, vale transporte, auxílio transferência e auxílio-doença suplementação | (15.942) | (15.466) | (15.942) |
| Diferencial Alíquotas ICMS | (1.776) | (2.587) | (1.776) |
| Indenizações, perdas e danos | (743) | (1.404) | (743) |
| Gastos Ambientais | (125) | (197) | (125) |
| Custas Judiciais (inclui judiciais trabalhistas) | (4.040) | (4.242) | (4.040) |
| Ganhos (perdas) atuariais | 103.512 | 116.395 | 103.512 |
| Reversão Contrato Oneroso ⁽³⁾ | 24.337 | 31.283 | (32.963) |
| Total | (669.219) | 505.058 | (754.133) |

(1) Vide notas 17.3 e 18

(2) Vide nota 16.2

(3) Vide nota 28

33.1 – Reversão para baixa com ativo financeiro

Em 16 de dezembro de 2014, a Aneel, por meio das REN 642/14 e REN 643/14, estabeleceu critérios e procedimentos para a realização de investimentos que serão considerados nos processos tarifários e estarão sujeitos a um adicional de receita, inclusive os já realizados a partir de 01 de janeiro de 2013.

Com base neste fato novo, revertemos as provisões para baixa de ativo financeiro, constituídas nos anos de 2013 e 2014 para os investimentos realizados em modernizações de usinas e aqueles relacionados a reforços e melhorias de ativos do contrato de transmissão nº 062/2001. O montante de R\$ 496.195 refere-se à reversão da provisão constituída em 2013.

33.2 – Impairment e Contrato Oneroso

Furnas consolidou em 31.12.2015 as SPes Transenergia Goiás, participação de 98,35% e Energia dos Ventos V S.A., Energia dos Ventos VI S.A., Energia dos Ventos VII S.A., Energia dos Ventos VIII S.A. e Energia dos Ventos IX S.A. cuja participação é de 99,99%. Segue abaixo a composição dos saldos conforme saldos acima destacado:

| Descritivo | Reversão (Provisão) Impairment | | Reversão (Provisão) Contrato Oneroso | |
|------------------------------|--------------------------------|---------------|--------------------------------------|---------------|
| | 2015 | 2014 | 2015 | 2014 |
| Furnas | 54.334 | 47.225 | 24.337 | 31.283 |
| Energia dos Ventos V S.A. | (4.768) | - | (9.550) | - |
| Energia dos Ventos VI S.A. | (5.900) | - | (14.325) | - |
| Energia dos Ventos VII S.A. | (6.874) | - | (14.325) | - |
| Energia dos Ventos VIII S.A. | (4.518) | - | (8.595) | - |
| Energia dos Ventos IX S.A. | (4.388) | - | (10.505) | - |
| Total | 27.886 | 47.225 | (32.963) | 31.283 |

NOTA 34 – RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

| Descritivo | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------------|------------------|--------------------|------------|
| | 31.12.2015 | 31.12.2014 | 31.12.2015 | 31.12.2015 |
| Receita Financeira | | | | |
| Renda de aplicações financeiras | 140.212 | 76.195 | 141.269 | |
| Juros s/ créditos de energia financiados e emprést. Concedidos | 59.954 | 58.821 | 59.954 | |
| VM s/ créditos de energia financiados e emprést. Concedidos | 71.431 | 22.480 | 71.431 | |
| VM e acréscimo moratório sobre energia vendida | 22.926 | 31.563 | 22.926 | |
| Outras variações ativas | (60.415) | 296.178 | (60.415) | |
| Outras receitas financeiras | 129.507 | 95.522 | 129.508 | |
| Subtotal | 363.615 | 580.759 | 364.673 | |
| Despesa Financeira | | | | |
| Encargos de empréstimos e financiamentos | (901.900) | (708.911) | (901.900) | |
| Encargos de dívidas - FRG | (17.175) | (19.129) | (17.175) | |
| Encargos financeiros sobre parcelamento especial (Paes) | (66.347) | (91.238) | (66.347) | |
| Variação monetária e cambial – empréstimos e financiamentos | (521.850) | (159.017) | (521.850) | |
| Outras variações passivas | (63.830) | (2.279) | (63.830) | |
| Outras despesas financeiras | (95.034) | (58.180) | (95.407) | |
| Subtotal | (1.666.136) | (1.038.754) | (1.666.509) | |
| Total | (1.302.521) | (457.995) | (1.301.836) | |

34.1 Encargos de empréstimos e financiamentos

| Descritivo | Controladora | | Consolidado |
|--|------------------|------------------|------------------|
| | 31.12.2015 | 31.12.2014 | 31.12.2015 |
| Encargos de dívida | (901.900) | (744.578) | (901.900) |
| Encargos de dívida transferidos para ativo imobilizado | - | 35.667 | - |
| Total | (901.900) | (708.911) | (901.900) |

34.2 Variação monetária e cambial – empréstimos e financiamentos

| Descritivo | Controladora | | Consolidado |
|---|------------------|------------------|------------------|
| | 31.12.2015 | 31.12.2014 | 31.12.2015 |
| Variação monetária e cambial passiva sobre empréstimo longo prazo | (521.850) | (209.554) | (521.850) |
| Variação monetária e cambial passiva transferida para ativo imobilizado | - | 50.537 | - |
| Total | (521.850) | (159.017) | (521.850) |

NOTA 35 – IRPJ E CSLL NO RESULTADO

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

A conciliação da apropriação das despesas de IRPJ e CSLL com os valores revertidos de imposto de renda diferido, com as adições e exclusões previstas na legislação e com os créditos tributários revertidos e constituídos, calculados com base nas respectivas alíquotas nominais, estão a seguir demonstradas:

| Descritivo | Controladora | | | | Consolidado | |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 31.12.2015 | 31.12.2014 | 31.12.2015 | 31.12.2014 | 31.12.2015 | 31.12.2015 |
| | IRPJ (25%) | CSLL (9%) | IRPJ (25%) | CSLL (9%) | IRPJ | CSLL |
| Lucro / Prejuízo antes dos impostos | 238.417 | 238.417 | (244) | (244) | 239.639 | 239.639 |
| Encargo dos impostos apurado com base nas alíquotas nominais | (59.604) | (21.458) | 61 | 22 | (59.910) | (21.568) |
| Efeitos das adições e exclusões: | | | | | | |
| Ajustes da Lei nº 11.941/2009 (RTT) | - | - | 160.538 | 57.793 | - | - |
| Adições / Exclusões da Lei nº 12.973/2014 | (10.231) | (3.683) | - | - | (10.231) | (3.683) |
| Ajustes 1ª adoção das Lei nº 12.973/2014 | (14.831) | (5.339) | - | - | (14.831) | (5.339) |
| (2010/2014) | (14.831) | (5.339) | - | - | (14.831) | (5.339) |
| Provisões operacionais | (144.055) | (51.860) | (19.173) | (6.902) | (144.055) | (51.860) |
| Equivalência patrimonial | 78.848 | 28.385 | 221.778 | 79.840 | 78.848 | 28.385 |
| Outros | | | | | | |
| Demais adições/exclusões | 6.640 | 2.383 | (67.787) | (24.976) | 6.640 | 2.383 |
| Constituição/Reversão de créditos tributários | (142.021) | (51.127) | (450.483) | (162.622) | (142.021) | (51.127) |
| Ganho Contrato Oneroso | 19.668 | 7.080 | (7.821) | (2.815) | 19.668 | 7.080 |
| Ajuste Societário | - | - | (160.538) | (57.793) | - | - |
| Compensação de Prejuízos Fiscais | 37.077 | 13.348 | 27.248 | 9.809 | 37.077 | 13.348 |
| Incentivos Fiscais | 2.076 | - | (1.589) | - | 2.076 | - |
| Total | (226.433) | (82.271) | (297.766) | (107.644) | (226.739) | (82.381) |
| Corrente | (84.412) | (31.144) | - | - | (84.652) | (31.240) |
| Diferido | (142.021) | (51.127) | (297.766) | (107.644) | (142.582) | (51.515) |
| Total | (226.433) | (82.271) | (297.766) | (107.644) | (227.234) | (82.755) |
| Total | | (308.704) | | (405.410) | | (309.989) |

35.1 Medida Provisória nº 627/2013, convertida na Lei nº 12.973/2014

A Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014, decorrente da conversão da Medida Provisória (MP) nº 627 publicada em 11 de novembro de 2013, dispôs sobre a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT) e outras considerações, impôs:

(i) alterações ao Decreto-Lei nº 1.598/77, que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas (IRPJ), bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), programa de integração social (PIS) e contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS);

(ii) que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria;

(iii) a exclusão de tratamento específico à tributação de lucros ou dividendos, para o período compreendido entre 01.01.2008 a 31.12.2013;

(iv) alteração do conceito de receita bruta para fins de incidência tributária sobre as espécies afetas, acima, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS;

(v) a inclusão de disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e,

(vi) a inclusão de considerações sobre os investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial, bem como sobre o ajuste a valor presente, teste de recuperabilidade, despesas pré-operacionais e/ou pré-industriais, debêntures, ágio; e,

(vii) a determinação da evidência contábil, por meio de subcontas, para permanência da neutralidade fiscal e tributária, quanto aos efeitos advindos da Lei nº 11.638/2007.

Considerando que as disposições expressas na Lei nº 12.793/2014 em aspecto fiscal e tributário vigoram a partir de 1º de janeiro 2015, que possibilitam a adoção antecipada à nova forma para este exercício de 2014, conforme indica seu Art. 75, a Administração da Empresa, firmando-se pelo exame, análise e discussão sobre os impactos que culminariam em alteração da atual condição fiscal-tributária e financeira desta, consubstancial e aderente a holding Eletrobrás, concluiu por declinar da antecipação tributária à luz da insegurança jurídico-tributária instalada, primordialmente pela ausência de regulamentação às apurações tributárias incorridas, da alteração do conceito de receita bruta que direta e/ou indiretamente ampliaria a base de cálculo dos tributos incidentes sobre o lucro e faturamento, dentre outras constatações.

NOTA 36 – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

A maior e menor remuneração paga a empregados, tomando-se por base o mês de dezembro de 2015, foram de R\$ 49.467,51 e R\$ 1.756,97, respectivamente, de acordo com a política salarial praticada pela Empresa. Esses valores incluem os salários, gratificações, comissões e adicionais. Cabe destacar ainda que em dezembro de 2015, o maior honorário atribuído a dirigentes correspondeu a R\$ 44.102,36.

Em atendimento ao CPC 05 (R1) apresentamos, abaixo, o gasto total com a remuneração do pessoal-chave da Administração, composto por Conselheiros de Administração e Fiscal e Diretores Executivos composto por Furnas e as SPes consolidadas, Transenergia Goiás e Energias dos Ventos de 05 a 09.

| Descritivo | Controladora | | Consolidado |
|---|--------------|--------------|--------------|
| | 31.12.2015 | 31.12.2014 | 31.12.2015 |
| Honorários de Diretoria e Conselheiros | 3.606 | 3.956 | 3.696 |
| Encargos sociais | 913 | 852 | 913 |
| Benefícios + contribuições sociais diversas | 152 | 131 | 158 |
| Total | 4.671 | 4.939 | 4.767 |

NOTA 37 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais operações com partes relacionadas são as seguintes:

- a) **União Federal:** créditos de energia renegociados (Lei 8.727/93) e créditos indenizatórios (Lei 12.783/13);
- b) **Eletrobras:** empréstimos e financiamentos, AFAC, dividendos e encargos financeiros;
- c) **Empresas controladas e/ou controladas em conjunto:** dividendos, AFAC, receitas de transmissão e comercialização, encargos do sistema de transmissão (EUST), serviços de terceiros;
- d) **Partes relacionadas:** clientes, créditos diversos, fornecedores, receitas de transmissão, geração e prestação de serviços, encargos do sistema de transmissão (EUST), serviços de terceiros.

37.1 Empresas do grupo

| Empresas | Clientes | Clientes Parcelamentos | Fornecedores | Empréstimos e financiamentos captados | Contas a receber | (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa | Outros Créditos | Contas a pagar |
|---------------|-------------------|------------------------|-----------------|---------------------------------------|--------------------|---|------------------|----------------|
| Eletroacre | 3.474 | - | - | - | - | - | - | - |
| Eletrobras | - | - | (5.272) | (b) (4.000.021) | 1.552 | - | - | - |
| Cgtee | 379 | - | - | - | - | - | - | - |
| Chesf | 4.637 | - | (3.525) | - | 30.129 | (d) (30.096) | (g) 1.242 | - |
| Eletrosul | 114 | - | (2.681) | - | 175 | - | - | - |
| Eletronorte | 3.856 | - | (3.521) | - | 179 | - | - | - |
| Ceron | 558 | - | - | - | - | - | - | - |
| Ceal | 13.156 | - | - | - | - | - | - | (2) |
| Cepisa | 12.169 | - | - | - | - | - | - | (908) |
| Eletronuclear | (c) 1.977 | - | (394) | - | (c) 180.657 | - | - | (158) |
| Eletropar | - | - | - | - | 21.197 | (e) (15.740) | - | - |
| Amazonas | 328 | - | - | - | - | - | - | - |
| Celg-D | 19.516 | (a) 279.117 | (11) | - | - | (f) (279.117) | - | - |
| TOTAL | 60.164 | 279.117 | (15.404) | (4.000.021) | 233.889 | (324.953) | 1.242 | (1.068) |
| TOTAL | 31.12.2014 | 88.397 | 248.087 | (9.711) | (3.956.659) | 208.130 | (293.923) | 1.422 |
| | | | | | | | | (1.635) |

(a) R\$ 279.117 (circulante), nota 8.2

(b) (R\$ 4.000.021) = (R\$ 3.840.952) (MN) + (R\$ 159.069) (ME), nota 20.1

(c) R\$ 1.977 (Cliente) + R\$ 180.657 (Contas a Receber) = R\$ 182.634, nota 15.1.1

(d) Nota 15.1.4 / (e) Nota 15.1.3 / (f) (R\$ 279.117), nota 8

(g) Trata-se de investimento ao custo de aquisição

| Empresas | Venda de Energia | Encargos sobre o uso da rede elétrica | Remuneração do ativo financeiro | Receita de prestação de serviços | Receita financeira | Despesa financeira | Outras Despesas / Receitas |
|---------------|-------------------|---------------------------------------|---------------------------------|----------------------------------|--------------------|--------------------|----------------------------|
| Eletroacre | 20.845 | - | 35 | - | 61 | - | - |
| Eletrobras | - | - | - | - | - | (697.727) | 3.016 |
| Cgtee | - | - | 2.947 | - | - | - | - |
| Chesf | - | (30.020) | 53.185 | - | - | - | 116 |
| Eletrosul | - | (31.902) | 946 | - | - | - | 85 |
| Eletronorte | - | (30.651) | 42.435 | - | - | - | 124 |
| Ceron | 2.585 | - | 3.577 | - | - | - | (134) |
| Ceal | 78.091 | - | 2.154 | - | 476 | (359) | (17) |
| Cepisa | 70.942 | - | 2.606 | - | 352 | - | (76) |
| Eletronuclear | - | - | 7.631 | 13 | 26.578 | - | (837) |
| Amazonas | - | - | 3.571 | - | - | - | (359) |
| Celg-D | 175.888 | - | 31.579 | - | 31.737 | (1) | (31.535) |
| TOTAL | 348.351 | (92.573) | 150.666 | 13 | 59.204 | (698.087) | (29.617) |
| TOTAL | 31.12.2014 | 392.241 | (84.034) | 147.141 | 191 | (428.430) | (32.852) |

Em atendimento à Resolução Aneel nº 22, de 04 de fevereiro de 1999, e nos termos da deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, a Empresa está apresentando os saldos e transações com partes relacionadas.

37.2 Fundação Real Grandeza (FRG) e investidas

| Empresas | Contas a receber | Clientes | (-) Outras Provisões | Dividendos a receber | Fornecedores | Obrigações estimadas | Contas a pagar |
|---|------------------|---------------|----------------------|----------------------|----------------|----------------------|------------------|
| Empresas de Geração | | | | | | | |
| Enerpeixe | 13 | 269 | - | 34.686 | - | - | - |
| Baguari | - | 22 | - | 2.462 | - | - | - |
| Retiro Baixo | - | - | - | - | - | - | - |
| Serra Facão Energia | - | - | - | 9.154 | - | - | - |
| Chapecoense | 740 | - | - | 22.288 | - | - | - |
| Foz do Chapecó | - | 434 | - | - | - | - | - |
| Madeira Energia | - | - | - | - | - | - | - |
| Santo Antonio Energia | 130.253 | 9.501 | - | - | - | - | - |
| Brasventos Eolo | - | 73 | - | - | - | - | - |
| Brasventos Miassaba | - | 86 | - | - | - | - | - |
| Rei dos Ventos 3 | - | 75 | - | - | - | - | - |
| Teles Pires Participações | - | - | - | - | - | - | - |
| Cia Hidrelétrica Teles Pires | - | 1.954 | - | - | - | - | (2.218) |
| Energia dos Ventos V | - | - | (12.779) | - | - | - | - |
| Energia dos Ventos VI | - | - | (18.526) | - | - | - | - |
| Energia dos Ventos VII | - | - | (19.003) | - | - | - | - |
| Energia dos Ventos VIII | - | - | (11.850) | - | - | - | - |
| Energia dos Ventos IX | - | - | (13.499) | - | - | - | - |
| Central Eolica Famosa I | - | - | - | - | - | - | - |
| Central Eolica Pau Brasil | - | - | - | - | - | - | - |
| Central Eolica São Paulo | - | - | - | - | - | - | - |
| Central Eolica Rosada | - | - | - | - | - | - | - |
| Punaú I Eólica S.A. | - | - | - | - | - | - | - |
| Carnaúba I Eólica S.A. | - | - | - | - | - | - | - |
| Carnaúba II Eólica S.A. | - | - | - | - | - | - | - |
| Carnaúba III Eólica S.A. | - | - | - | - | - | - | - |
| Carnaúba V Eólica S.A. | - | - | - | - | - | - | - |
| Cervantes I Eólica S.A. | - | - | - | - | - | - | - |
| Cervantes II Eólica S.A. | - | - | - | - | - | - | - |
| Bom Jesus Eólica S.A. | - | - | - | - | - | - | - |
| Cachoeira Eólica S.A. | - | - | - | - | - | - | - |
| Pitimbu Eólica S.A. | - | - | - | - | - | - | - |
| São Caetano Eólica S.A. | - | - | - | - | - | - | - |
| São Caetano I Eólica S.A. | - | - | - | - | - | - | - |
| São Galvão Eólica S.A. | - | - | - | - | - | - | - |
| Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S/A | - | - | - | - | - | - | - |
| Tijoa Participações e Investimentos S.A. | - | 352 | - | - | - | - | - |
| CSE Centro de Soluções Estratégicas S.A. | - | - | - | - | - | - | - |
| Empresa de Energia São Miguel S.A. | - | - | - | - | - | - | - |
| Subtotal de Geração | 131.006 | 12.766 | (75.657) | 68.590 | - | - | (2.218) |
| Empresas de Transmissão | | | | | | | |
| Transleste | - | - | - | - | (164) | - | - |
| Transudeste | 13 | 14 | - | 1.033 | (102) | - | - |
| Transirapé | - | - | - | 678 | (90) | - | - |
| Centroeste | 56 | 7 | - | 59 | (54) | - | - |
| Transenergia Renovável | - | - | - | 13.979 | (57) | - | - |
| IE Madeira | - | - | - | 14.014 | (1.679) | - | (526) |
| Transenergia São Paulo | 83 | 18 | - | 4.275 | (13) | - | - |
| Transenergia Goiás | - | - | - | - | - | - | - |
| MGE Transmissão | 148 | 15 | - | 11.447 | (119) | - | - |
| Goiás Transmissão | 229 | - | - | 23.857 | (204) | - | - |
| Caldas Novas Transmissão | 59 | 14 | - | 452 | (3) | - | - |
| Triangulo Mineiro Transmissora S.A. | 11 | - | - | - | - | - | - |
| Paranaíba Transmissora de Energia S.A | 70 | - | - | - | - | - | - |
| Luziânia–Niquelândia Transmissora | - | 6 | - | - | (16) | - | - |
| Vale do São Bartolomeu Trans. de Energia | 10 | 210 | - | - | - | - | - |
| Mata de Santa Genebra | 2 | - | - | - | - | - | - |
| Lago Azul Transmissora | - | 396 | - | - | - | - | - |
| Belo Monte Transmissora | - | - | - | - | - | - | - |
| Energia Olimpica S.A. | - | - | - | - | - | - | - |
| Subtotal de Transmissão | 681 | 680 | - | 69.794 | (2.501) | - | (526) |
| TOTAL SPE | 131.687 | 13.446 | (75.657) | 138.384 | (2.501) | - | (2.744) |
| FRG | 911 | - | - | - | (1.192) | (6.265) | (195.556) |
| TOTAL 31.12.2015 | 132.598 | 13.446 | (75.657) | 138.384 | (3.693) | (6.265) | (198.300) |
| TOTAL 31.12.2014 | 5.820 | 5.432 | - | 113.186 | (3.570) | (5.466) | (404.389) |

| Empresas | Compra de Energia | Venda de Energia | Encargos sobre o uso da rede elétrica | Remuneração do ativo financeiro | Receita de prestação de serviços | Receita financeira | Despesa financeira | Outras Despesas / Receitas |
|--|-------------------|------------------|---------------------------------------|---------------------------------|----------------------------------|--------------------|--------------------|----------------------------|
| Empresas de Geração | | | | | | | | |
| Enerpeixe | - | - | - | 2.287 | 13 | - | - | - |
| Baguari | - | - | - | 193 | - | - | - | - |
| Retiro Baixo | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Serra Facão Energia | - | - | - | - | 154 | - | - | - |
| Chapecoense | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Foz do Chapecó | - | - | - | 4.672 | 134 | - | - | - |
| Madeira Energia | - | - | - | - | - | - | - | (97.010) |
| Santo Antonio Energia | - | 64.924 | - | 43.352 | 3.005 | - | - | - |
| Inambari | - | - | - | - | - | - | - | 30 |
| Brasventos Eolo | - | - | - | 605 | - | - | - | - |
| Brasventos Miassaba | - | - | - | 709 | - | - | - | - |
| Rei dos Ventos 3 | - | - | - | 622 | - | - | - | - |
| Teles Pires Participações | - | - | - | - | - | - | - | (115.412) |
| Cia Hidrelétrica Teles Pires | (18.614) | - | - | 9.926 | 3.253 | - | - | - |
| Energia dos Ventos I | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Energia dos Ventos V | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Energia dos Ventos VI | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Energia dos Ventos VII | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Energia dos Ventos VIII | - | - | - | - | - | - | - | 101 |
| Energia dos Ventos IX | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Energia dos Ventos X | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Central Eólica Famosa I | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Central Eólica Pau Brasil | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Central Eólica São Paulo | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Central Eólica Rosada | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Punauí I Eólica S.A. | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Carnaúba I Eólica S.A. | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Carnaúba II Eólica S.A. | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Carnaúba III Eólica S.A. | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Carnaúba V Eólica S.A. | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Cervantes I Eólica S.A. | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Cervantes II Eólica S.A. | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Bom Jesus Eólica S.A. | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Cachoeira Eólica S.A. | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Pitimbu Eólica S.A. | - | - | - | - | - | - | - | - |
| São Caetano Eólica S.A. | - | - | - | - | - | - | - | - |
| São Caetano I Eólica S.A | - | - | - | - | - | - | - | - |
| São Galvão Eólica S.A. | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Itaguaçu da Bahia | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Energias Renováveis S/A | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Eólica Itaguaçu da Bahia | - | - | - | - | - | - | - | - |
| SPE S.A. | - | - | - | - | - | - | - | (1) |
| Eólica Ventos de Santa Luíza SPE S.A. | - | - | - | - | - | - | - | (1) |
| Eólica Ventos de Santa Madalena SPE S.A. | - | - | - | - | - | - | - | (1) |
| Eólica Ventos de Santa Marcela SPE S.A. | - | - | - | - | - | - | - | (1) |
| Eólica Ventos de Santa Vera SPE S.A. | - | - | - | - | - | - | - | (1) |
| Eólica Ventos de Santo Antônio SPE S.A. | - | - | - | - | - | - | - | (1) |
| Eólica Ventos de São Bento SPE S.A. | - | - | - | - | - | - | - | (1) |
| Eólica Ventos de São Cirilo SPE S.A. | - | - | - | - | - | - | - | (1) |
| Eólica Ventos de São João SPE S.A. | - | - | - | - | - | - | - | (1) |
| Eócia Ventos de São Rafael SPE S.A. | - | - | - | - | - | - | - | (1) |
| Tijoa Participações e Investimentos S.A. | - | - | - | 3.739 | - | - | - | - |
| CSE Centro de Soluções Estratégicas S.A. | - | - | - | - | 167 | - | - | - |
| Empresa de Energia São Manoel S.A. | - | - | - | - | - | - | - | (47.905) |
| Subtotal de Geração | (18.614) | 64.924 | - | 66.105 | 6.726 | - | - | (260.206) |
| Empresas de Transmissão | | | | | | | | |
| Transleste | - | - | (1.515) | - | - | - | - | - |
| Transudeste | - | - | (947) | - | 157 | - | - | 165 |
| Transirapé | - | - | (739) | - | - | - | - | - |
| Centroeste | - | - | (645) | - | 1.068 | - | - | 89 |
| Transenergia Renovável | - | - | (706) | - | - | - | - | - |
| IE Madeira | - | - | (20.927) | - | 602 | - | - | 495 |
| Transenergia São Paulo | - | - | (297) | - | 976 | - | - | 77 |
| Transenergia Goiás | - | - | - | - | - | 1 | - | - |
| MGE Transmissão | - | - | (1.389) | - | 1.685 | - | - | 167 |
| Goiás Transmissão | - | - | (2.327) | - | 2.331 | - | - | - |
| Caldas Novas Transmissão | - | - | (37) | - | 724 | - | - | 160 |
| Triângulo Mineiro | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Transmissora S.A. | - | - | - | - | 578 | - | - | 25 |
| Paranaíba Transmissora de Energia S.A | - | - | - | - | 792 | - | - | - |
| Luzilândia-Niquelândia Transmissora | - | - | (105) | - | 110 | - | - | 30 |
| Vale do São Bartolomeu Trans. de Energia | - | - | - | - | 373 | - | - | 1.704 |
| Mata de Santa Genebra | - | - | - | - | - | - | - | 296 |
| Lago Azul Transmissora | - | - | - | - | - | - | - | 395 |
| Belo Monte Transmissora | - | - | - | - | - | - | - | (1) |
| Energia Olímpica S.A. | - | - | - | - | - | - | - | 1 |
| Subtotal de Transmissão | - | - | (29.634) | - | 9.396 | 1 | - | 3.603 |
| Total SPEs | (18.614) | 64.924 | (29.634) | 66.105 | 16.122 | 1 | - | (256.603) |
| FRG | - | - | - | - | - | 9 | (17.216) | (88.155) |
| TOTAL 31.12.2015 | (18.614) | 64.924 | (29.634) | 66.105 | 16.122 | 10 | (17.216) | (344.758) |
| TOTAL 31.12.2014 | - | - | (25.305) | 49.858 | 21.704 | 1.145 | (20.795) | 143.329 |

NOTA 38 – COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Nos itens seguintes são apresentados os compromissos operacionais de longo prazo de acordo com o que estabelece os CPCs números 05, 26 e 45:

38.1 Energia Elétrica

A Lei nº 12.783/2013 estabeleceu as condições de prorrogação das concessões de usinas alcançadas pelo Artigo 19 da Lei nº 9.074/1995. A comercialização da energia de tais usinas se dá por meio do rateio de cotas de energia das mesmas entre as distribuidoras do SIN e da aplicação de receitas anuais de geração (RAG) estabelecidas pela Aneel.

Já a comercialização da energia das usinas de Furnas não alcançadas pela referida Lei está baseada em dois ambientes distintos de mercado, sendo um regulado para a comercialização de energia para as concessionárias de distribuição e outro caracterizado por contratos livremente pactuados.

A Empresa está comprometida com venda e compra de energia conforme os quadros a seguir:

38.1.1 Compromissos – posições vendidas

| Ano | Comprador de Energia | LEN Manso 2008 e 2010 30 anos | LEN Simplicio e Batalha 2010 30 anos | Disponibilidade Santa Cruz 2012 15 anos | LEE 2014 / 2019 6 anos | LEE 2015 / 2017 | RAG |
|--------------------------------|--|--------------------------------|--------------------------------------|---|-------------------------------|-----------------------------|---------------------------------|
| 2017 | Volume MWh (*) Preço MWh (R\$/MWh) (*) Total (R\$ Mil) | 790.560 181 142.533 | 2.032.320 195 397.075 | 3.074.760 99 302.948 | 4.651.560 293 1.362.861 | 3.083.520 222 685.929 | 20.445.840 41 833.896 |
| 2018 | Volume MWh (*) Preço MWh (R\$/MWh) (*) Total (R\$ Mil) | 788.400 181 142.533 | 2.032.320 195 397.075 | 3.074.760 99 302.948 | 4.651.560 293 1.362.861 | - - - | 20.445.840 41 833.896 |
| 2019 | Volume MWh (*) Preço MWh (R\$/MWh) (*) Total (R\$ Mil) | 788.400 181 142.533 | 2.032.320 195 397.075 | 3.074.760 98 302.948 | 4.651.560 293 1.362.861 | - - - | 20.445.840 41 833.896 |
| 2020 | Volume MWh (*) Preço MWh (R\$/MWh) (*) Total (R\$ Mil) | 790.560 181 142.923 | 2.037.888 195 398.163 | 3.083.184 98 302.948 | - - - | - - - | 20.501.856 41 836.180 |
| 2021 | Volume MWh (*) Preço MWh (R\$/MWh) (*) Total (R\$ Mil) | 788.400 181 142.533 | 2.032.320 195 397.075 | 3.074.760 99 302.948 | - - - | - - - | 29.337.240 41 1.196.537 |
| 2022 | Volume MWh (*) Preço MWh (R\$/MWh) (*) Total (R\$ Mil) | 790.560 181 142.923 | 2.037.888 195 398.163 | 3.083.184 98 302.948 | - - - | - - - | 29.417.616 41 1.199.815 |
| Após 2022 | Volume MWh (*) Preço MWh (R\$/MWh) (*) Total (R\$ Mil) | 12.614.400 181 2.280.523 | 32.517.120 195 6.353.195 | 9.224.280 99 908.844 | - - - | - - - | 565.613.280 41 23.068.874 |
| Data do término do contrato | | 31/12/2039 | 31/12/2039 | 31/12/2026 | 31/12/2019 | 31/12/2017 | 31/12/2042 |
| É parte relacionada? (Sim/Não) | | não | não | não | não | não | não |

(*) Informações não auditadas pela auditoria independente.

38.1.2 Compromissos – posições compradas

| Ano | Gerador de Energia | Total compras |
|-----------------------------|--|--------------------------------|
| 2017 | Volume MWh (*) Preço MWh (R\$/MWh) (*) Total (R\$ Mil) | 3.336.565 165 551.187 |
| 2018 | Volume MWh (*) Preço MWh (R\$/MWh) (*) Total (R\$ Mil) | 3.336.565 163 542.988 |
| 2019 | Volume MWh (*) Preço MWh (R\$/MWh) (*) Total (R\$ Mil) | 3.336.565 166 552.359 |
| 2020 | Volume MWh (*) Preço MWh (R\$/MWh) (*) Total (R\$ Mil) | 3.345.623 163 544.462 |
| 2021 | Volume MWh (*) Preço MWh (R\$/MWh) (*) Total (R\$ Mil) | 3.336.565 162 541.816 |
| 2022 | Volume MWh (*) Preço MWh (R\$/MWh) (*) Total (R\$ Mil) | 3.345.623 160 535.456 |
| Após 2022 | Volume MWh (*) Preço MWh (R\$/MWh) (*) Total (R\$ Mil) | 16.933.717 153 2.591.083 |
| Data do término do contrato | | Fev/36 |

(*) Informações não auditadas pela auditoria independente.

38.2 Compromissos Socioambientais

Furnas, como integrante do Governo Federal, alinhada às diretrizes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e às diretrizes que norteiam as ações das Empresas do Sistema Eletrobras quanto a promoção do desenvolvimento sustentável – que busca equilibrar oportunidades de negócio com responsabilidade social, econômico-financeiro e ambiental –, salienta este compromisso investindo em projetos sociais e atividades culturais, pautados pelo respeito ao meio ambiente e às comunidades no entorno de suas instalações, visando resguardar o futuro das novas gerações. Para tanto, apoia-se sempre numa abordagem preventiva aos desafios ambientais e no incentivo ao uso de tecnologias que não agredam o meio ambiente.

| Descritivo | 31.12.2015 | 31.12.2014 |
|--|---------------|---------------|
| A – Investimentos relacionados com a produção/operação da Empresa | | |
| 1) Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente | 40.257 | 41.167 |
| Subtotal | 40.257 | 41.167 |
| B – Investimentos em programas e/ou projetos externos | | |
| 2) Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados | 37.742 | 33.920 |
| 3) Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade | 939 | 857 |
| 4) Investimentos e gastos com outros projetos ambientais | 9.991 | 4.326 |
| Subtotal | 48.672 | 39.103 |
| C – Total dos investimentos em meio ambiente (A+B) | 88.929 | 80.270 |

Os referidos gastos encontram-se registrados em despesas operacionais.

(*) Informações não auditadas pela auditoria independente.

38.2.1 Termos de Ajustamento de Condutas (TAC)

Firmados entre Furnas e o Poder Público em diversas esferas para cumprimentos de obrigações futuras já contempladas no custo dos seguintes investimentos:

a) Termo de Ajustamento de Conduta - TAC - UHE Simplicio

Firmado em 20 de fevereiro de 2013 entre Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Município de Sapucaia-RJ e a Empresa, referente a questões ambientais identificadas nos municípios atingidos pela UHE Simplicio, no Rio Paraíba do Sul, em que Furnas se obriga a implantar e manter, até à assunção pelos Municípios atingidos, Estações de Tratamento de Esgoto e Redes Coletoras, bem como manter o controle de vazão e de qualidade da água. Conforme está descrito no TAC, tais ações deveriam estar concluídas até 2015 e os atrasos de mais de 15 dias em relação ao cronograma, sem os devidos esclarecimentos, ensejariam a aplicação de multas diárias no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Contudo o Ministério Público ainda não deu como concluído o TAC, apenas aciona Furnas orientando para atividades de aperfeiçoamento. Também está previsto no TAC o cumprimento das demais condicionantes da Licença de Instalação nº 456/2007 e da Licença de Operação nº 1074/2012, expedidas pelo IBAMA, conforme determinações e prazos constantes nas respectivas licenças. Este Termo de Ajustamento de Conduta extingue a Ação Civil Pública nº 2010.51.13.000406-9 junto à 1ª Vara Federal de Três Rios.

b) Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta -TAC - LT Itaberá-Tijuco Preto

Firmado em 15 de dezembro de 2000, pelo Ministério Público Federal (Procuradoria da República no Estado de São Paulo), Furnas, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em face da implantação da LT Itaberá - Tijuco Preto III (Ação Civil Pública 1999.61.00.048465-6), em que Furnas se obriga a desenvolver Programas e Projetos Culturais e Sociais, Programas de Fauna, de Comunidades Indígenas, de Patrimônio Histórico e Arqueológico e outros relacionados com questões ambientais.

O prazo desse TAC se estende por 10 anos, sendo que cada ação tem um cronograma específico. Cada ação que não seja cumprida está sujeita a sanções sendo que o TAC estabelece multas de R\$ 25 a R\$ 100, dependendo do tempo de inadimplência.

Cabe esclarecer que o referido TAC está em processo de avaliação, em conjunto com o Ministério Público Federal, e emissão de termo de encerramento de atividades já concluídas, e serão elaborados Termos Aditivos para as atividades específicas de ações ainda em curso.

b.1) Prazos

Para cada atividade (item do TAC) prevista há um prazo definido, atingindo até 10 (dez) anos em alguns casos, sendo que o mesmo "poderá ser ampliado, com a concordância do MPF e dos demais órgãos envolvidos".

Listamos algumas ações e programas ora estabelecidos, com suas respectivas metas de prazos:

- 1.1. Programas e Projetos Culturais e Sociais e à Compensação ambiental – não existe prazo para cumprimento, o TAC em seu Capítulo I diz que Furnas compromete-se a destinar, no mínimo, a quantia de R\$ 4.186 mil à implementação de programas e projetos de natureza ambiental, cultural e social;
- 1.2. Programa de Fauna – em até 365 dias – concluído;
- 1.3. Programa PRAD – em até 10 anos (incluindo manutenção) – concluído;
- 1.4. Programa Campos Eletromagnéticos – em até 18 meses – concluído;
- 1.5. Programa das Comunidades Indígenas – em até 5 anos prorrogáveis por igual período – em andamento;
- 1.6. Programa do Patrimônio Histórico e Arqueológico – em até 360 dias – em andamento; e
- 1.7. Demais programas e obrigações (Projetos – PBA, Passivo Ambiental das LTs I e II, Estudos, Dano Moral Coletivo, entre outros) – prazos variáveis em até 30 dias – concluído.

b.2) Condicionamentos

Os programas e ações ambientais estabelecidos no referido TAC foram elaborados e aprovados com anuência e participação dos órgãos licenciadores bem como fiscalizadores que assinaram esse Termo, além da Secretaria do Verde do Estado de São Paulo, Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Paulo e o Instituto Florestal de São Paulo.

b.3) Penalidades

Estão estabelecidas no TAC sanções, para cada ação e programa, que não tenha sido efetivamente cumprido, ressaltando que, nas Disposições Finais do referido Termo estabelece-se multa de R\$ 25 a R\$ 100, variável em função do tempo de inadimplência.

Todo valor do referido TAC está vinculado a UFIR ou índice oficial que a substituir.

Ressalta-se que, até o presente momento, não foi aplicada qualquer penalidade a este Termo de Ajustamento de Conduta da LT 750 kV Itaberá - Tijuco Preto III.

c) Desmobilização da mão-de-obra terceirizada

No âmbito do Mandado de Segurança 27.066, em curso no Supremo Tribunal Federal, a empresa firmou dois acordos com a Federação Nacional dos Urbanitários e Ministério Público do Trabalho (MPT) para a substituição paulatina dos terceirizados até o final de 2018, respeitados direitos a eles assegurados na forma da lei e das recentes decisões dos Tribunais Superiores, com sua substituição por empregados concursados.

37.2.2 Políticas Ambientais

As ações de Furnas e sua atuação junto à comunidade, no que diz respeito ao meio ambiente, são norteadas por duas políticas: Ambiental e de Gestão de Resíduos.

A política ambiental de Furnas foi revisada em 2015, em consonância com os princípios e diretrizes da política Ambiental do Sistema Eletrobras. Pelo mesmo motivo, optou-se por suprimir as políticas de Recursos Florestais, de Recursos Hídricos e de Educação Ambiental.

Também em 2015, foi aprovada a Instrução Normativa de Gerenciamento de Resíduos, com foco na melhoria do desempenho ambiental da Empresa. A IN.005.2015 estabelece critérios para o gerenciamento de resíduos, visando o controle e a redução de riscos às pessoas e ao meio ambiente.

Sendo assim, a Empresa observa e atende a legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal bem como seu cumprimento acerca desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais.

38.3 Compromissos - Aportes nas SPEs

Os compromissos de longo prazo relacionados a aportes nas SPEs serão como seguem:

| SPEs/Ano | 2017 | 2018 | Total |
|---|----------------|---------------|------------------|
| Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. | 23.500 | 13.900 | 37.400 |
| Complexo Eólico Fortim | 445.000 | - | 445.000 |
| Complexo Eólico Baleia | 174.554 | - | 174.554 |
| Complexo Eólico Famosa III | 154.420 | - | 154.420 |
| Complexo Eólico Serra do Mel | 62.408 | - | 62.408 |
| Complexo Eólico Itaguaçu da Bahia | 37.766 | - | 37.766 |
| Complexo Eólico Acaraú | 50.966 | - | 50.966 |
| Empresa de Energia São Manoel S.A. | 14.000 | 45.000 | 59.000 |
| Total | 962.614 | 58.900 | 1.021.514 |

NOTA 39 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

39.1 Instrumentos Financeiros

A Empresa opera com diversos instrumentos financeiros, dentre os quais se destacam: títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, ativo financeiro indenizável (concessão), contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos os quais se encontram registrados em contas patrimoniais, segundo a norma contábil vigente para cada caso, em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

| Descritivo | Mensuração |
|------------|------------|
|------------|------------|

independência dos trabalhos desenvolvidos pelo escritório Hogan Lovells. Esta Comissão é composta pela Dra. Ellen Gracie Northfleet, ministra aposentada do Supremo Tribunal Federal, pelo Dr. Durval José Soledade Santos, ex-diretor da Comissão de Valores Mobiliários, e pelo Dr. Manoel Jeremias Leite Caldas, representante dos acionistas minoritários.

Ainda sobre a Operação Lava-Jato, importa mencionar que em 29 de abril de 2015, em razão de notícias que tratavam de um suposto esquema de corrupção, o então Diretor-Presidente da Eletrobras Eletronuclear, Sr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, solicitou seu licenciamento e em 04 de agosto de 2015 renunciou ao cargo. O Sr. Othon Luiz Pinheiro da Silva atualmente é réu de ação penal na qual a Eletrobras solicitou ingresso na qualidade de assistente de acusação.

Outrossim, em decorrência de notícias citando o suposto envolvimento do Diretor da Eletrobras Eletronorte, o Sr. Adhemar Palocci, e do Diretor da Eletrobras, Sr. Valter Luiz Cardeal, na prática de supostos atos ilícitos em conexão com a Operação Lava-Jato, em 31 de julho de 2015 ambos solicitaram licença de seus cargos como diretores da Eletronorte e Eletrobras, respectivamente, e no dia 05 de agosto de 2015 o Sr. Valter Luiz Cardeal solicitou licença também dos Conselhos de Administração das empresas CGTEE, Amazonas GT e Eletrosul. Os Srs. Adhemar Palocci e Valter Luiz Cardeal permanecem licenciados.

Na medida em que os trabalhos de investigação conduzidos pelo escritório Hogan Lovells evoluírem e, caso conduzam a achados e produzam informações e dados suficientes para que a Empresa avalie, de acordo com a legislação do Brasil e dos Estados Unidos da América, a eventual ocorrência de impactos sobre as Demonstrações Financeiras, será dado aos mesmos o tratamento legal e regulamentar pertinente.

Atualmente, como as ações relacionadas à investigação ainda estão em andamento, não foi possível identificar e refletir nestas Demonstrações Financeiras eventuais impactos, se houver, relacionados a este tema.

39.2.2 Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Empresa ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio.

A Empresa apresenta passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte-americano, proveniente da relação entre as operações de financiamentos e empréstimos, obtidos e concedidos, o que causa volatilidade nos seus resultados e em seu fluxo de caixa proporcional à flutuação da taxa de câmbio do dólar norte-americano.

| Descritivo | Controladora e Consolidado | |
|-----------------------|----------------------------|------------|
| | 31.12.2015 | 31.12.2014 |
| Passivos | | |
| Dólar norte-americano | (507.102) | (364.547) |
| YEN | (123.859) | (118.864) |
| Total | (630.961) | (483.411) |

39.2.3 Risco de taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade da Empresa contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas aos contratos de captação externa, principalmente referenciados às taxas CDI e IPCA.

| Exposição à taxa de juro | Controladora e Consolidado | |
|--------------------------|----------------------------|-------------|
| | 31.12.2015 | 31.12.2014 |
| Passivos | | |
| Selic | (143.968) | (787.968) |
| TJLP | (1.007.364) | (1.090.295) |
| CDI | (4.143.595) | (3.474.500) |
| IPCA | (3.640.045) | (2.928.182) |
| Total | (8.934.972) | (8.280.945) |

39.2.4 Risco de preço

Até 2004, os preços de suprimento de energia elétrica decorrentes da atividade de geração eram fixados pela Aneel. A partir do Leilão nº 001/2004, realizado pela Agência Reguladora, as geradoras passaram a comercializar sua energia elétrica com um maior número de clientes, a preços definidos pelo mercado.

Com a renovação das concessões de acordo com a Lei nº 12.783/2013, as usinas hidrelétricas afetadas de Furnas passam a receber a Receita Anual de Geração (RAG), homologada pela Aneel, pela disponibilização da garantia física, em regime de cotas, de energia e de potência de suas usinas, a ser paga em parcelas duodecimais e sujeita a ajustes por indisponibilidade ou desempenho de geração, excluído o montante necessário à cobertura das despesas com as contribuições sociais ao Programa de Integração Social (PIS), ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), e com a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

A RAG será composta dos custos regulatórios de operação, manutenção, administração, remuneração e amortização das usinas hidrelétricas, quando cabíveis, determinados pela Aneel com base em parâmetros de eficiência, além dos encargos e tributos, inclusive os encargos de Conexão e Uso dos Sistemas de Transmissão ou de Distribuição de responsabilidade da concessionária.

A RAG será reajustada anualmente, no dia 1º de julho de cada ano, a partir de 2014, exceto para os anos em que ocorra a revisão tarifária, conforme fórmula estabelecida em seu contrato de renovação da concessão.

A atividade de transmissão de energia elétrica tem sua remuneração definida pela Aneel, mediante a fixação de Receita Anual Permitida (RAP), julgada suficiente para a cobertura dos custos operacionais e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro das concessões não alcançadas pela Lei nº 12.783/2013.

No entanto, os empreendimentos de transmissão de Furnas, alcançados por esta norma legal, possuem RAPs que cobrirão os custos operacionais, de Administração e de Operação e Manutenção acrescidos de uma margem de 10% sobre o custo. Cabe destacar que quando estas RAPs são insuficientes geram a necessidade de uma provisão para perda com contrato oneroso.

39.2.5 Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade da Empresa incorrer em perdas resultantes da dificuldade de realização de seus recebíveis de clientes, bem como da inadimplência de instituições financeiras contrapartes em operações.

A Empresa atua nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica amparada em contratos firmados em ambiente regulado. A Empresa busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, através de fianças bancárias.

As disponibilidades de caixa são aplicadas em fundos de investimentos, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esses fundos são compostos na sua totalidade por títulos públicos custodiados na Selic, não havendo exposição ao risco de contraparte.

Em eventuais relações com instituições financeiras, a Empresa tem como prática a realização de operações somente com instituições de baixo risco avaliadas por agências de *rating* e que atendam a requisitos patrimoniais previamente definidos e formalizados. Adicionalmente, são definidos limites de crédito que são revisados periodicamente.

39.2.6 Risco de liquidez

A Empresa atua no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazos, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Empresa por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

| Descritivo | Controladora e Consolidado | | | |
|---|----------------------------|------------------|------------------|-----------------|
| | Menos de 1 ano | Entre 1 e 2 anos | Entre 2 a 5 anos | Acima de 5 anos |
| Empréstimos e financiamentos | (874.847) | (3.443.093) | (3.111.671) | (2.411.791) |
| Concessões a pagar – uso do bem público | (1.616) | (2.888) | (4.332) | (28.274) |
| Total | | | | (9.841.402) |

39.3 Gestão de Capital

Os objetivos da Empresa ao administrar sua estrutura de capital, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e qualidade nas obrigações previstas no contrato de concessão, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para a redução dos seus custos.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2015 e 2014 podem ser assim sumariados:

| Descritivo | Controladora | | | Consolidado |
|--|--------------|------------|--|-------------|
| | 31.12.2015 | 31.12.2014 | | 31.12.2015 |
| Financiamentos e empréstimos | 9.841.402 | 8.927.660 | | 9.841.402 |
| Fornecedores | 741.600 | 750.285 | | 747.019 |
| Menos: | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | (400) | (1.692) | | (12.099) |
| Outros | | | | |
| TVM | (1.193.743) | (667.750) | | (1.193.743) |
| Dívida líquida (A) | 9.388.859 | 9.008.503 | | 9.382.579 |
| Patrimônio líquido | 10.216.094 | 10.373.564 | | 10.216.094 |
| Total do capital (B) | 19.604.953 | 19.382.067 | | 19.598.673 |
| Índice de alavancagem financeira (C = A/B x 100) | 47,89% | 46,48% | | 47,87% |

40.2 Garantias das investidas de Furnas (SPEs)

Todas as garantias são na modalidade de fiança corporativa, ora apresentadas diretamente pela Eletrobras, ora por Furnas, com interveniência da Eletrobras.

| Ano | Empreendimento | Banco Financiador | Modalidade (corporativo/SPE) | Participação da Controlada | Valor do Financiamento (Quota Parte da Controlada) | Saldo Devedor em 31/12/2015 | Projeção de Saldo Devedor Fim do Exercício | | | Saldo a Desembolsar | Término da Garantia |
|------|--|-------------------------------------|------------------------------|----------------------------|--|-----------------------------|--|-----------|-----------|---------------------|---------------------|
| | | | | | | | 2016 | 2017 | 2018 | | |
| 2010 | Santo Antônio Energia S.A | BNDES Direto | SPE | 39,0% | 1.594.159 | 1.968.315 | 1.958.700 | 1.891.410 | 1.777.299 | 28.787 | 15/03/2034 |
| 2010 | Santo Antônio Energia S.A | BNDES Repasse | SPE | 39,0% | 1.574.659 | 2.033.066 | 2.024.159 | 1.953.572 | 1.832.637 | 25.350 | 15/03/2034 |
| 2009 | Santo Antônio Energia S.A | Banco da Amazônia - FNO | SPE | 39,0% | 196.334 | 247.102 | 234.471 | 224.304 | 213.273 | - | 15/12/2030 |
| 2013 | Santo Antônio Energia S.A | 2º Emissão de Debêntures | SPE | 39,0% | 163.800 | 204.398 | 221.053 | 222.805 | 234.104 | - | 24/01/2023 |
| 2013 | Santo Antônio Energia S.A | 3º Emissão de Debêntures | SPE | 39,0% | 273.000 | 318.042 | 340.410 | 361.132 | 379.451 | - | 01/03/2024 |
| 2010 | Foz do Chapecó Energia S.A | BNDES | SPE | 40,0% | 435.508 | 405.692 | 371.165 | 336.638 | 302.111 | - | 15/09/2027 |
| 2010 | Foz do Chapecó Energia S.A | Repassadores | SPE | 40,0% | 217.754 | 205.308 | 187.834 | 170.361 | 152.888 | - | 15/09/2027 |
| 2010 | Foz do Chapecó Energia S.A | Síncrono | SPE | 40,0% | 4.009 | 3.083 | 2.821 | 2.558 | 2.296 | - | 15/09/2027 |
| 2011 | LT Furnas Pimenta (Centroeeste) | BNDES | SPE | 49,0% | 13.827 | 10.924 | 9.670 | 8.298 | 6.866 | - | 15/04/2023 |
| 2009 | Serra do Facão Energia S.A | BNDES | SPE | 49,47% | 257.263 | 218.804 | 199.236 | 179.219 | 158.397 | - | 15/06/2027 |
| 2012 | Goiás Transmissão | Brasil - FCO | SPE | 49,0% | 49.000 | 49.372 | 49.385 | 48.398 | 47.410 | - | 01/12/2031 |
| 2011 | Goiás Transmissão | BNDES | SPE | 49,0% | 64.435 | 58.977 | 54.114 | 49.264 | 44.414 | - | 15/01/2027 |
| 2014 | * Goiás Transmissão | Banco do Brasil CP | SPE | 49,0% | 15.288 | - | - | - | - | - | 06/03/2015 |
| 2011 | MGE Transmissão | BNDES | SPE | 49,0% | 58.359 | 49.163 | 44.563 | 40.144 | 35.724 | - | 15/01/2027 |
| 2014 | Transenergia São Paulo S.A | BNDES - Ampliação | SPE | 49,0% | 9.212 | 8.641 | 7.948 | 7.283 | 6.619 | - | 15/12/2028 |
| 2011 | UEE Rei dos Ventos 1 | BNDES LP | SPE | 24,5% | 30.851 | 28.235 | 26.194 | 24.153 | 22.112 | - | 15/10/2029 |
| 2011 | UEE Miassaba 3 | BNDES LP | SPE | 24,5% | 30.984 | 28.425 | 26.370 | 24.316 | 22.261 | - | 15/10/2029 |
| 2011 | UEE Rei dos Ventos 3 | BNDES LP | SPE | 24,5% | 32.533 | 29.757 | 27.606 | 25.454 | 23.303 | - | 15/10/2029 |
| 2012 | Interligação Madeira S.A | Banco da Amazônia | SPE | 24,5% | 65.415 | 76.321 | 77.193 | 74.933 | 72.447 | - | 10/07/2032 |
| 2012 | Interligação Madeira S.A | BNDES | SPE | 24,5% | 455.504 | 404.196 | 377.302 | 351.349 | 324.363 | 9.800 | 15/02/2030 |
| 2013 | Interligação Madeira S.A | Título de Mercado Regulado pela CVM | SPE | 24,5% | 85.750 | 115.626 | 122.942 | 128.434 | 128.044 | - | 18/03/2025 |
| 2012 | UHE Teles Pires | BNDES 12.2.0766.1 | SPE | 24,5% | 296.940 | 339.515 | 330.809 | 318.120 | 305.002 | 616 | 15/02/2036 |
| 2012 | UHE Teles Pires | BNDES/BB 21/007793-4 | SPE | 24,5% | 294.000 | 338.346 | 329.593 | 316.908 | 303.784 | 616 | 15/02/2036 |
| 2012 | UHE Teles Pires | FI-FGTS | SPE | 24,72% | 160.680 | 211.162 | 198.014 | 185.039 | 172.409 | - | 31/05/2032 |
| 2014 | Belo Monte Transmissora de Energia S.A.(*) | Itau BBA | SPE | 24,50% | 49.735 | 57.237 | - | - | - | - | 26/06/2016 |
| 2014 | Belo Monte Transmissora de Energia S.A.(*) | Santander | SPE | 24,50% | 49.000 | 55.674 | - | - | - | - | 26/06/2016 |
| 2014 | Caldas Novas Transmissão S.A. | BNDES - PSI | SPE | 49,90% | 2.418 | 2.033 | 1.759 | 1.485 | 1.211 | - | 15/05/2023 |
| 2014 | Caldas Novas Transmissão S.A. | BNDES - FINEM | SPE | 49,90% | 5.536 | 4.997 | 4.571 | 4.164 | 3.758 | - | 15/03/2028 |
| 2014 | Mata de Santa Genebra Transmissão S.A. (*) | 1º Emissão de Debêntures Santander | SPE | 49,90% | 234.031 | 234.031 | - | - | - | - | 12/03/2016 |
| 2015 | Luziânia Niquelândia Transmissora S.A.(*) | Banco da China Brasil S.A. | SPE | 49,00% | 7.350 | 7.625 | - | - | - | - | 30/09/2016 |
| - | São Manoel Energia S.A. (*) | BNDES 15.2.0202.1 | SPE | 33,33% | 149.999 | 155.541 | - | - | - | - | 15/06/2016 |

(*) Informação não auditada.

39.4 Estimativa do Valor Justo

A Empresa usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

| Descritivo | Controladora | | | |
|--|--------------|---------|-----------|-----------|
| | 31.12.2015 | | | |
| | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Total |
| Títulos e valores mobiliários (Nota 7) | 1.193.743 | - | - | 1.193.743 |
| Ativo financeiro – concessões do serviço público (Nota 10) | - | - | 8.116.506 | 8.116.506 |
| Total | 1.193.743 | - | 8.116.506 | 9.310.249 |

| Descritivo | 31.12.2014 | | | |
|--|------------|---------|-----------|-----------|
| | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Total |
| Títulos e valores mobiliários (Nota 7) | 667.750 | - | - | 667.750 |
| Ativo financeiro – concessões do serviço público (Nota 10) | - | - | 7.529.487 | 7.529.487 |
| Total | 667.750 | - | 7.529.487 | 8.197.237 |

| Descritivo | Consolidado | | | |
|--|-------------|---------|-----------|-----------|
| | 31.12.2015 | | | |
| | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Total |
| Títulos e valores mobiliários (Nota 7) | 1.193.743 | - | - | 1.193.743 |
| Ativo financeiro – concessões do serviço público (Nota 10) | - | - | 8.177.304 | 8.177.304 |
| Total | 1.193.743 | - | 8.177.304 | 9.371.047 |

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

39.5 Análise de Sensibilidade

Para análise de sensibilidade dos ativos e passivos as premissas macroeconômicas consideradas foram as estabelecidas pela *holding* Eletrobras, como seguem nos quadros abaixo:

39.5.1 - Ativo

| Contratos Concedidos - Var. Negativa - 2016 | | | Indexador | | | Saldo R\$ | |
|---|------------|-----------|---------------|------------------|-------------------|------------------|-------------------|
| Moeda (Risco) | Saldo US\$ | Saldo R\$ | Provável 2015 | Cenário I (-25%) | Cenário II (-50%) | Cenário I (-25%) | Cenário II (-50%) |
| IGP-M | 223.640 | 950.471 | 6,58% | 4,94% | 3,29% | 935.450 | 920.646 |
| TOTAL | 223.640 | 950.471 | | | | 935.450 | 920.646 |

| Contratos Concedidos - Var. Positiva - 2016 | | | Indexador | | | Saldo R\$ | |
|---|------------|-----------|---------------|------------------|-------------------|------------------|-------------------|
| Moeda (Risco) | Saldo US\$ | Saldo R\$ | Provável 2015 | Cenário I (+25%) | Cenário II (+50%) | Cenário I (+25%) | Cenário II (+50%) |
| IGP-M | 223.640 | 950.471 | 6,58% | 8,23% | 9,87% | 965.300 | 980.130 |
| TOTAL | 223.640 | 950.471 | | | | 965.300 | 980.130 |

39.5.2 – Passivo - Moeda estrangeira

Foram realizadas análises de sensibilidade dos passivos em moeda estrangeira em quatro diferentes cenários: dois com elevação das moedas-indexadores do saldo devedor e dois com diminuição dessas moedas-indexadores. As análises limitaram-se aos contratos concedidos que apresentem exposição à taxa de câmbio.

| Contratos Obtidos - Var. Negativa - 2016 | | | Indexador | | | Saldo R\$ | |
|--|------------|-----------|---------------|------------------|-------------------|------------------|-------------------|
| Moeda (Risco) | Saldo US\$ | Saldo R\$ | Provável 2015 | Cenário I (-25%) | Cenário II (-50%) | Cenário I (-25%) | Cenário II (-50%) |
| Dólar (R\$/US\$) | 118.564 | 503.895 | 4,25000 | 3,188 | 2,125 | 377.921 | 251.948 |
| YEN (R\$/¥) | 18.920 | 80.412 | 0,03542 | 0,027 | 0,018 | 60.309 | 40.206 |
| TOTAL | 137.484 | 584.307 | | | | 438.230 | 292.154 |
| Contratos Obtidos - Var. Positiva - 2016 | | | Indexador | | | Saldo R\$ | |
| Moeda (Risco) | Saldo US\$ | Saldo R\$ | Provável 2015 | Cenário I (+25%) | Cenário II (+50%) | Cenário I (+25%) | Cenário II (+50%) |
| Dólar (R\$/US\$) | 118.564 | 503.895 | 4,25000 | 5,313 | 6,375 | 629.869 | 755.843 |
| YEN (R\$/¥) | 18.920 | 80.412 | 0,03542 | 0,044 | 0,053 | 100.515 | 120.618 |
| TOTAL | 137.484 | 584.307 | | | | 730.384 | 876.461 |

39.5.3 – Passivo - Taxa de juros

Foram realizadas análises de sensibilidade dos passivos indexados à taxa de juros pós-fixada em quatro diferentes cenários: dois com elevação das taxas do saldo devedor e dois com diminuição dessas taxas. As análises

NOTA 41 – SEGUROS

Os principais seguros da Empresa, com base nos valores de risco, estão abaixo demonstrados por modalidade e data de vigência:

| Riscos | Controladora | | | |
|---|--------------|------------|-------------|--------|
| | Vigência | | R\$ | |
| | Início | Término | Importância | Prêmio |
| a) <u>Garantias:</u> | | | | |
| Garantia Financeira (CRD 109/2011 CEMIG) | 31/08/2013 | 31/12/2016 | 294 | 4 |
| Garantia Judicial - 62ª Vara do Trabalho | 02/07/2015 | 02/07/2016 | 1.632 | 4 |
| 25ª Vara Cível – Rio de Janeiro/RJ | 27/05/2014 | 12/02/2017 | 1.399 | 4 |
| Vara Fazenda Comarca Gurupi/TO | 10/12/2015 | 10/12/2016 | 1.390 | 5 |
| 1ª Vara Feitos trabalhistas comarca de BH | 19/12/2014 | 19/12/2016 | 4.669 | 33 |
| 2ª Vara do Trabalho de Aparecida de Goiania | 30/03/2015 | 30/03/2016 | 2.589 | 9 |
| 7ª Vara Federal DF | 15/12/2014 | 15/12/2019 | 971 | 17 |
| 34ª Vara Cível - Rio de Janeiro/RJ | 10/03/2015 | 10/03/2016 | 650 | 2 |
| 1ª Região tribunal Regional Federal | 30/10/2014 | 30/10/2016 | 4.601 | 32 |
| 3ª Vara Federal tribunal Regional Federal 1ª Região | 30/04/2015 | 30/04/2016 | 1.614 | 6 |
| 8ª Vara Federal da Seção Jud do DF | 16/06/2015 | 16/06/2017 | 2.202 | 15 |
| 7a Vara Federal do DF (processo 00493938320154013400) | - | - | - | 3 |
| Endosso 01 - R\$ 509.901,18 | - | - | - | 1 |
| Endosso 02 | 11/09/2015 | 11/09/2017 | 511 | - |
| 13a Vara Federalda Seção Jud. DF | 03/10/2015 | 03/10/2016 | 681 | 2 |
| 19a Vara Federal Rio de Janeiro | 14/07/2015 | 14/07/2017 | 258.172 | 251 |
| 2a Vara do Trab. Aparecida de Gôiania - SwissRe | 31/08/2015 | 31/08/2017 | 2.514 | 20 |
| 13a Vara Federal Comarca Brasília/DF | 16/08/2015 | 16/08/2016 | 21.865 | 87 |
| 19a Vara Federal Rio de Janeiro (parte do prêmio apropriada em 2015) | 14/07/2015 | 14/07/2017 | 250.000 | 991 |
| 49a Vara do Trabalho do RJ | 14/08/2015 | 14/08/2017 | 1.955 | 16 |
| 4ª Vara Cível - Rio de Janeiro/RJ | 06/08/2015 | 06/08/2016 | 35.436 | 141 |
| Garantia Financeira - AMPLA CUSD | 05/05/2015 | 05/05/2016 | 181 | 1 |
| 4ª Vara de Execuções Fiscais RJ | 11/11/2015 | 11/11/2017 | 100.733 | 504 |
| 4ª Vara de Trabalho RJ 1ª Região | 14/12/2015 | 14/12/2017 | 2.837 | 14 |
| Responsabilidade Civil Geral – Emp. Energia Elétrica - Apólice em emissão | 28/10/2014 | 28/10/2015 | 30.000 | 364 |

| Riscos | Controladora | | | |
|--|--------------|------------|-------------|--------|
| | Vigência | | R\$ | |
| | Início | Término | Importância | Prêmio |
| b) <u>Veículos</u> | | | | |
| Responsabilidade Civil Facultativa Veículos – Frota | 03/08/2014 | 03/08/2016 | 100 | 210 |
| Seguro Automóvel – Veículos Executivos (Toyotas Corolla e Honda Civic)* | 08/12/2015 | 08/12/2016 | 120 | 8 |
| Seguro Automóvel – Cobertura Compreensiva– Veículos Executivos - (Fords Fusion)* | 17/04/2015 | 17/04/2016 | 130 | 6 |
| c) <u>Diversos</u> | | | | |
| Riscos Diversos (Antenas Micro ondas Ed. Argentina) | 07/07/2015 | 07/07/2016 | 100 | 2 |
| Riscos Diversos (Estação de Meteorológica) | 06/07/2015 | 06/07/2017 | 1.444 | 93 |
| Riscos Diversos (Estações Totais GPS e Receptoras de Sinais Digitais) | 04/03/2015 | 04/03/2016 | 640 | 14 |
| d) <u>Transporte</u> | | | | |
| interestadual | 23/06/2015 | 23/06/2016 | - | 41 |
| perímetro urbano/operação isolada. | 23/06/2015 | 23/06/2016 | - | 112 |

(*) O valor segurado depende do transporte contratado, ficando a averbar.

Riscos Operacionais: Desde 27 de junho de 2011, Furnas vem adotando o auto seguro de suas instalações. Encontra-se em fase de aprovação a Política Corporativa de Seguros Operacionais das Empresas Eletrobras.

Risco de Garantia: cobertura de Seguro que tem por objetivo oferecer garantia nos seguintes casos: (a) Concorrência (Bid Bond) – utilizado para manter firmes as propostas, salvaguardando o licitante dos custos decorrentes da não assinatura de Contratos; (b) Executante (Performance Bond) – utilizado como garantia da performance e fiel cumprimento de contratos; (c) Judicial – garante o pagamento de valor correspondente aos depósitos em juízo que o executado necessite realizar no trâmite de procedimentos judiciais.

Responsabilidade Civil: cobertura para o reembolso de indenizações que o segurado venha a ser obrigado a pagar em consequência de lesões corporais ou danos materiais, por ele provocados involuntariamente (por omissão, negligência ou imprudência) a terceiros ou a pessoas pelos quais possa responder civilmente.

Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos: Este seguro visa reembolsar ao segurado a indenização à qual esteja obrigado, judicial ou extrajudicialmente, a pagar em consequência de danos corporais e/ou materiais involuntários causados a terceiros.

Transportes Nacionais e Internacionais: cobre danos causados ao objeto segurado, especialmente à carga transportada (mercadorias em geral, principalmente as afins do segurado, mudanças domésticas, malotes, bagagem, mostruário, equipamentos elétricos, remessa postal etc.), por roubo, desaparecimento e danificação, com indenização por reembolso.

Riscos de Diversos: visa atender necessidades específicas de cobertura não encontradas nos ramos tradicionais de seguros. Oferece coberturas para os riscos de perdas e danos materiais decorrentes de causa externa, exceto aqueles expressamente excluídos, para equipamentos móveis (caminhões laboratório e Unimog, equipamento de tratamento de óleo) ou estacionários (antenas e estação meteorológica).

NOTA 42 – EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Em 03 de março de 2016, Furnas exerceu a opção do contrato de compra de energia elétrica no ambiente livre com a empresa Santo Antônio Energia S/A, cujo suprimento se daria no período compreendido entre 01 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2020, procedendo a cobrança do montante de R\$ 156.747, relativo ao valor original da negociação (R\$ 130.000) pela entrega futura dessa energia e sua correspondente atualização (R\$ 26.747).

b) Em 11 de março de 2016, Furnas realizou Depósito Judicial, no valor de R\$ 79.536, atualizado até março de 2016, referente ao montante homologado pelo juízo de R\$ 49.808, base outubro de 2013, nos autos da Ação de Cobrança nº 0055738-29.2004.8.19.0001, movida pela Tractebel Energia S.A., o qual está provisionado.

FERNANDO SERGIO LOPES ROSA
Superintendência de Contabilidade
CRC - RJ 061.286/O-3 – Contador

ANSELMO GARCIA SOBROSA
Gerência de Operações e Análise Contábil
CRC - RJ 078.544/O-6 – Contador

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros, Diretores e Acionistas da
Furnas Centrais Elétricas S.A.
Rio de Janeiro – Rio de Janeiro

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de Furnas Centrais Elétricas S.A (Empresa), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos - Lava Jato

Conforme mencionado na nota explicativa Nº 39.2, em conexão com os processos de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como “Lava Jato” e seus desdobramentos, a Administração da Empresa tomou conhecimento, por meio de veiculação pela mídia ou de outra forma, da existência de supostos atos ilegais, dentre eles supostos pagamentos de propinas por administradores e ex-administradores de construtoras envolvidas em certos empreendimentos, a Funcionários e/ou Administradores e/ou Diretores de sua controladora a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) e/ou suas investidas consolidadas e/ou avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

Em decorrência, a Eletrobras, conforme aprovado pelo seu Conselho de Administração, contratou empresa independente especializada para conduzir investigação relacionada ao assunto acima e eventuais descumprimentos de leis e regulamentos, no contexto da legislação do Brasil e dos Estados Unidos da América. Adicionalmente, a Eletrobras criou uma Comissão Independente para gestão e supervisão dos trabalhos de investigação em andamento, conduzidos pela empresa independente contratada.

Considerando que as ações relacionadas à investigação desses assuntos estão ainda em andamento, portanto, sem quaisquer resultados conclusivos, os possíveis impactos decorrentes da resolução final destes temas, sobre as demonstrações financeiras da Empresa relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não são conhecidos e não puderam ser estimados

pela Empresa. Consequentemente, não nos foi possível determinar se havia a necessidade de ajustes ou divulgações em decorrência desses assuntos nas referidas demonstrações financeiras.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada de Furnas Centrais Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Recuperação de ativos das investidas

Conforme citado na nota explicativa Nº16, em 31 de dezembro de 2015, as investidas Madeira Energia S.A. (“MESA”), Empresa de Energia São Manuel S.A, Serra do Facão Energia S.A. e Teles Pires Participações S.A, nas quais a Empresa participa com 39%, 33,33%, 49,48% e 24,72%, respectivamente, apresentam capital circulante negativo, nos montantes de R\$ 543.238 mil (consolidado), R\$ 1.147.746 mil, R\$ 151.705 mil e R\$ 347.496 mil (consolidado). A continuidade operacional das investidas depende da manutenção do suporte financeiro por parte de terceiros, da Empresa e/ou demais acionistas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Valores a receber sujeitos à aprovação do regulador – renovação de concessões

Conforme citado na nota explicativa Nº 2.3, no final do exercício de 2012 a Empresa aceitou as condições para a renovação antecipada de algumas concessões de geração e transmissão estabelecidas pelo Governo Federal do Brasil, resultando em mudanças na rentabilidade de tais concessões a partir do exercício de 2013 e no direito de indenização por determinados saldos residuais de ativos de transmissão e geração, sujeito à aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Em 31 de dezembro de 2015, os saldos residuais dos ativos de usinas de geração e geração térmica, referentes às avaliações citadas anteriormente, montam a R\$ 995.718 mil e R\$ 705.425 mil, respectivamente, e foram determinados pela Empresa a partir de suas melhores estimativas e interpretação da legislação, podendo sofrer alterações até a homologação final e realização dos mesmos. Adicionalmente, conforme informado na citada nota, para os ativos de transmissão registrados, no montante de R\$ 4.530.060 mil, a ANEEL emitiu em setembro de 2015, termo de notificação, aprovando o valor de indenização de R\$ 8.999.520 mil, base dezembro de 2012, para o qual a Empresa aguarda normatização sobre a forma e as condições de indenização para o adequado reconhecimento contábil do valor aprovado. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações, individuais e consolidadas, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Empresa, apresentadas como informação suplementar, uma vez que sua apresentação não é requerida pela legislação societária brasileira para companhias de capital fechado. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2016.



KPMG Auditores Independentes
CRC SP – 014428/O-6 F - RJ

Vânia Andrade de Souza
Contadora CRC RJ- 057497/O-2

Danilo Siman Simões
Contador CRC 1MG058180/O-2 T-SP

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal de FURNAS - Centrais Elétricas S.A., no uso de nossas atribuições legais, considerando a decisão da Diretoria Executiva de 23 de março de 2016, homologada pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2016, 1. Analisamos o Relatório da Administração, relativo ao exercício de 2015 e, assistidos pelo Contador da Sociedade, Sr. Fernando Sergio Lopes Rosa, CRC/RJ 061.286/O-3, e pelos representantes da KPMG Auditores Independentes, analisamos também as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, compostas do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado do Exercício, da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração do Fluxo de Caixa, da Demonstração do Valor Adicionado, da Demonstração de Outros Resultados Abrangentes, das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes; 2. Analisamos a proposta de absorção dos Prejuízos do Exercício no valor de R\$ 70.286.614,99, (setenta milhões, duzentos e oitenta e seis mil, seiscentos e quatorze reais e noventa e nove centavos), utilizando a Conta Reserva de Capital, a qual antes da absorção do prejuízo apresenta um saldo de R\$ 5.123.331.933,08 (cinco bilhões, cento e vinte e três milhões, trezentos e trinta e um mil, novecentos e trinta e três reais e oito centavos) e após a absorção do prejuízo restará um saldo de R\$ 5.053.045.318.09 (cinco bilhões, cinquenta e três milhões, quarenta e cinco mil, trezentos e dezoito reais e nove

centavos); 3. Corroboramos o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras do encerramento do exercício de 2015, apresentado com ressalva; e 4. De nossa análise, e também com base no Relatório dos Auditores Independentes, atendidos os preceitos formais e legais, consideramos que as Demonstrações Financeiras estão habilitadas para que o Conselho de Administração as submetta à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, nos termos do artigo 192, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2016.

Sonia Regina Jung
Presidente do Conselho Fiscal

Ticiane Freitas de Sousa
Membro do Conselho Fiscal

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos
Membro do Conselho Fiscal



Ministério de
Minas e Energia



www.furnas.com.br